

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**TVR**

**N.º 186, DE 2016**

**(Do Poder Executivo)**

**MSC 232/2016**

**AV 272/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, que outorga permissão à Rainha FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Mensagem nº 232

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 355, de 17 de agosto de 2011 – Sistema Norte de Radiodifusão Ltda., no município de Novo Gama – GO;
- 2 - Portaria nº 21, de 20 de janeiro de 2012 – Rádio Arari FM Ltda., no município de Itamogi – MG;
- 3 - Portaria nº 297, de 6 de junho de 2012 – Sistema Tecchio de Radiodifusão Ltda., no município de Santa Rosa do Sul – SC;
- 4 - Portaria nº 347, de 11 de julho de 2012 – Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., no município de Angelândia – MG;
- 5 - Portaria nº 376, de 28 de agosto de 2012 – Comunicações Maranhenses Ltda-ME, no município de Olho d'Água das Cunhãs – MA;
- 6 - Portaria nº 379, de 28 de agosto de 2012 – Ola FM Sociedade Ltda., no município de Paranapuã – SP;
- 7 - Portaria nº 436, de 17 de outubro de 2012 – Amazônia Comunicações Ltda., no município de Jaci – SP;
- 8 - Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012 – Rainha FM Ltda., no município de Mandaguacu – PR;
- 9 - Portaria nº 106, 19 de abril de 2013 – FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda., no município de Lagarto – SE;

10 - Portaria nº 107, de 19 de abril de 2013 – Sistema Anton de Radiodifusão Ltda., no município de Campo Novo do Parecis – MT;

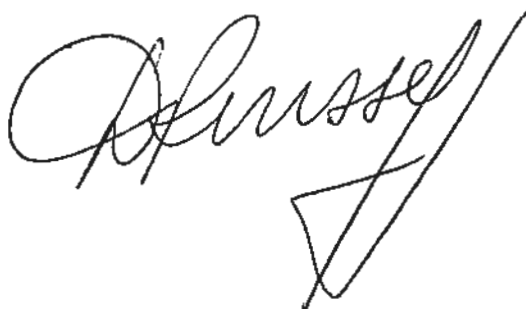
11 - Portaria nº 110, de 19 de abril de 2013 – LB – Sistema de Comunicação do Vale Ltda., no município de Encantado – RS;

12 - Portaria nº 213, de 18 de julho de 2013 – TOTAL – Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda., no município de Irará – BA;

13 - Portaria nº 221, de 18 de julho de 2013 – Rádio Nova Princesa FM de Pitanga Ltda., no município de Tamarana – PR; e

14 - Portaria nº 508, de 4 de fevereiro de 2016 – Legal-Cat Cadanduva Comunicações Ltda., no município de Santa Adélia – SP.

Brasília, 10 de maio de 2016.

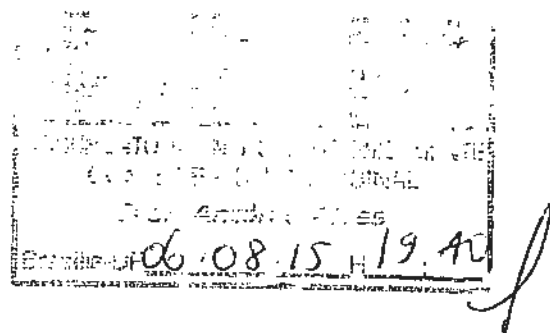
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alonso', followed by a large, stylized checkmark or flourish.

Port. 493/12

Air

53740.000783/2000-32 (A6)

EM nº 00247/2015 MC



Brasília, 6 de Agosto de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº090/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a RAINHA FM LTDA (Processo nº 53740.000783/2000-32) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 09/11/2012, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 21/12/2012.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini*



PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL DE 21 / 12 / 12  
Página: 82ª Seção: 1  
ANOTADO POR: *Rox*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 493 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000783/2000, Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
PAULO BERNARDO SILVA

<b>PRIMEIRA SECRETARIA</b>	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em 13/5/16	às 15:10 horas
<i>PWR.</i>	5.576
Nome legível	Ponto

Aviso nº 272 - C. Civil.

Em 10 de maio de 2016.

MSC 232/2016


A Sua Excelência o Senhor  
Deputado BETO MANSUR  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

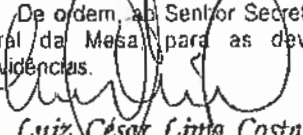
Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que outorgam permissões para exploração de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada constantes das Portarias nºs 355, de 2011; 21, 297, 347, 376, 379, 436, 493, de 2012; 106, 107, 110, 213 e 221, de 2013, 508, de 2016.

Atenciosamente,

  
EVA MARIA CERNA DAL CHIAVON  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil  
da Presidência da República, substituta

<b>PRIMEIRA SECRETARIA</b>
Em 13/5/2016
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa para as devidas providências.

Luiz César Lima Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SFRO 13/Mai/2016 15:40  
Ponto: 8109 Ass.: Jme  
Origem: 1º Sec

247

NW/ASX

MIN. COMUNICAÇÕES DEL.REG.PR/SC 04/AGO/53740.000783/00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

TVR  
186/2016

## TERMO DE INSTAURAÇÃO

Instaurei, nesta data, o processo que recebeu o número acima, nesta Delegacia, com os documentos que instruem a proposta da RAINHA FM LTDA., para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na(s) cidade(s) de MANDAGUAÇU, no Estado do Paraná, objeto da Concorrência n.º 090/2000-SSR/MC. A documentação de habilitação compreende 31 (trinta e uma) folhas numeradas e rubricadas.

Curitiba, 02 de agosto de 2000

  
VILMARA DE BORBA MARQUES  
PRESIDENTE DA CAT

5/12/80  
[Handwritten signature]

**INDICE**  
**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**RAINHA FM LTDA**

**I - HABILITAÇÃO JURIDICA:**

1.	Contrato Social .....	fls. 01
2.	Declaração Anexo II.....	fls. 03
3.	Cópias do Registro Geral de:	
3.1.	Reginaldo de Lima .....	fls. 04
3.2.	Leomar Antonio Montagna.....	fls. 05
4.	Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais:	
4.1.	Comarca de Sarandi / Reginaldo de Lima /Cível.....	fls. 06
4.2.	Comarca de Sarandi / Reginaldo de Lima /Criminal.....	fls. 07
4.3.	Comarca de Maringá / Reginaldo de Lima.....	fls. 08
4.3.	Comarca de Maringá / Justiça Federal /Reginaldo de Lima.....	fls. 09
4.4.	Comarca de Maringá / Leomar Antonio Montagna.....	fls. 10
4.6.	Comarca de Maringá / Justiça Federal / Leomar A. Montagna.....	fls. 11
5.	Certidão Negativa de Protestos:	
5.1.	Comarca de Sarandi / Reginaldo de Lima.....	fls. 12
5.2.	Comarca de Maringá / Reginaldo de Lima.....	fls. 13
5.3.	Comarca de Maringá / Reginaldo de Lima.....	fls. 14
5.4.	Comarca de Maringá / Leomar A. Montagna.....	fls. 15
5.5.	Comarca de Maringá / Leomar A. Montagna.....	fls. 16
6.	Certidão Eleitoral:	
6.1.	Reginaldo de Lima.....	fls. 17
6.2.	Leomar Antonio Montagna.....	fls. 18

**II - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:**

7.	Balanço de Abertura.....	fls. 19
8.	Certidão Negativa de Falência e Concordata / empresa.....	fls. 21
9.	Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais / Justiça Federal...	fls. 22

**III - REGULARIDADE FISCAL:**

10.	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.....	fls. 23
11.	Certidão de Cadastro Estadual.....	fls. 24
12.	Certidão no Cadastro Municipal.....	fls. 25
13.	Certidão Negativa de Débito/INSS.....	fls. 26
14.	Certificado de Regularidade do FGTS.....	fls. 27
15.	Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais.....	fls. 28
16.	Certidão Quanto à dívida Ativa de União.....	fls. 29
17.	Certidão Negativa de ICMS.....	fls. 30
18.	Certidão Negativa de Tributos Municipais.....	fls. 31

[Handwritten signature]

# RAINHA FM LTDA. CONTRATO SOCIAL

**REGINALDO DE LIMA**, brasileiro, solteiro, maior, religioso, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº. 5.434.600-0/PR e do CPF/MF nº. 904.301.909-72, residente e domiciliado em Maringá-Pr., à Av. Duque de Caxias, nº 33, Centro, CEP 87013-180, e **LEOMAR ANTONIO MONTAGNA**, brasileiro, solteiro, maior, religioso, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº. 3.162.233-6/PR e do CPF/MF nº. 394.747.809-78, residente e domiciliado em Maringá-Pr., à Travessa Marialva, 47, Zona 08, CEP 87050-580, resolvem por este instrumento CONSTITUIR uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, regida pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME COMERCIAL: RAINHA FM LTDA. SEDE E FORO:** Rua Bernardino Bogo, 68-A, Centro, CEP 87160-000, Mandaguçu-Paraná. **PRazo DE DURAÇÃO:** Indeterminado. **INÍCIO DAS ATIVIDADES:** 01 de julho de 2000. **ATIVIDADE ECONÔMICA:** Instalação e execução de serviços de radiodifusão sonora, seus serviços afins ou correlatos, mediante concessão, autorização ou permissão outorgada por ato do Poder Público competente para a exploração dos serviços de radiodifusão, nesta ou em outras localidades do território nacional, de acordo com a legislação específica em vigor, com finalidade educativa, artística, científica, cultural, informativa, religiosa, cívica e patriótica.

**CLÁUSULA SEGUNDA: CAPITAL SOCIAL: R\$ 10.000,00** (dez mil reais), dividido em 10.000 quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, integralizado pelos sócios, em moeda corrente do País, neste ato, da seguinte forma:

**REGINALDO DE LIMA**, 5.000 quotas, no valor de R\$ 5.000,00;

**LEOMAR ANTONIO MONTAGNA**, 5.000 quotas, no valor de R\$ 5.000,00.

A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** Ficam investidos na função de **GERENTE** os sócios **REGINALDO DE LIMA** e **LEOMAR ANTONIO MONTAGNA**, aos quais competem o uso do nome comercial INDIVIDUALMENTE, bem como ficam dispensados da prestação de caução: **PROIBIÇÕES**, aval, endosso, fiança e caução de favor. **PRÓ-LABORE**, aos sócios que prestarem serviços à sociedade terão direito a uma retirada mensal fixada em comum acordo.

**CLÁUSULA QUARTA: BALANÇO GERAL:** Anualmente em 31 de dezembro. **RESULTADOS:** Atribuídos proporcionalmente aos sócios com quotas integralizadas, ou mantidas em Reserva na sociedade.

**CLÁUSULA QUINTA: DESIMPEDIMENTO:** Os sócios declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

**CLÁUSULA SEXTA: DELIBERAÇÃO SOCIAL:** Por maioria absoluta de votos, inclusive a de transformação do tipo jurídico, cabendo um voto a cada quota integralizada.

**TABELAMENTO**  
DE ANTONIO MONTAGNA  
Autentico a presente cópia e referendo é verdadeiro.  
Av. Hímel 373  
Maringá PR  
19 JUL 2000  
Em test:  
CIMI PLENE BOSSA GILBERTO  
D ANTONIO MASSARO NETO  
D RICARDO CESAR LANZA  
Escritores  
DOUTORA TERUKO NAKAMIZATO  
D ADRIEL CRISTINA DI LIMA  
D FERNANDA DE PAULA JANTUN  
da cidade de



# RAINHA FM LTDA. CONTRATO SOCIAL

**CLÁUSULA SÉTIMA: CESSÃO DE QUOTAS:** Por consentimento dos demais sócios e decurso de prazo do direito de preferência de sessenta dias, mediante notificação prévia.

**CLÁUSULA OITAVA: ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA:** DECLARAM todos os sócios, para os efeitos de enquadramento como MICROEMPRESA, que o volume da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da sua constituição, o limite fixado no inciso I, do artº 2º da Lei Federal nº 9.841, de 05-10-1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artº 3º daquela Lei.

**CLÁUSULA NONA: ARBITRAGEM:** Quaisquer conflitos decorrentes do presente instrumento serão dirimidos através de Arbitragem de acordo com a Lei 9.307/96, pela Câmara de Mediação e Arbitragem do Paraná.

**CLÁUSULA DECIMA:** A sociedade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social, bem como a cessão ou transferência de qualquer quota sem prévia autorização do Ministério das Comunicações.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA:** As quotas deverão sempre ser subscritas exclusivamente por brasileiros, bem como a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa.

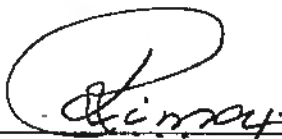
**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA:** É vedado participar da administração da sociedade, membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou que decorra de foro especial.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA:** O quadro pessoal da sociedade deverá sempre ser constituído ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.


**CLÁUSULA DECIMA QUARTA:** As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

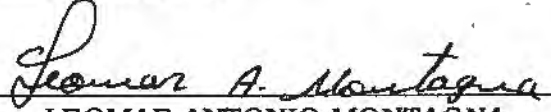
Lavrado em três vias de igual teor e forma.

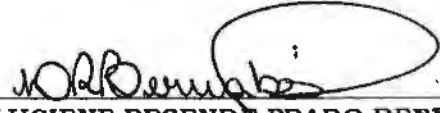
Mandaguapé-Pr., 05 de junho de 2000.-

  
REGINALDO DE LIMA

Testemunhas:

  
CLAUDEMIR ARNAUT TOLEDO BERNABÉ  
RG Nº 3.182.888-0/PR

  
LEOMAR ANTONIO MONTAGNA

  
LUCIENE RESENDE PRADO BERNABÉ  
RG Nº 3.182.888-0/PR

DR. ANTONIO GRASSA  
Autentico a presente cópia. O referido é verdadeiro e  
Av. Horval 373  
Maringá-PR  
119 JUL. 2000  
Em test:  
☒ MARLENE BOSSA GRASSA  
☒ ANTONIO GRASSA  
☒ RICARDO GILBERTO LONZA  
☐ OLGA FEMULO NAKAM  
☐ AUDREI CRISTINA DE J  
☐ PERNANDA DE MOURA  
Reservadas

ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2000  
SOB O NÚMERO:  
41 2 0435958 2

*[Signature]*

TUFIRAME  
SECRETÁRIO GERAL

Protocolo: 00/136504-5

ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2000  
SOB O NÚMERO:  
00 1 365053

*[Signature]*

TUFIRAME  
SECRETÁRIO GERAL

Protocolo: 00/136505-3

*[Signature]*  
Cláudia Cristina Panichi  
OAB 11 738-PR  
RG 1 482.954.7-PR

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO (Subitem 5.2.3)**

Os abaixo assinados, dirigentes de **RAINHA FM LTDA** declaram que:

- a) a entidade não possui autorização par explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade **MANDAGUAÇU**, Estado do **PARANÁ**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;
- b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;
- c) nenhum sócio integra o quadro de societário de outras entidades exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade, além dos limites fixados no objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de Radiodifusão em localidades diversas art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

Mandaguaçu, PR, 02 de Agosto de 2000.

  
**REGINALDO DE LIMA**

CPF 904.301.909-72

  
**LEOMAR ANTONIO MONTAGNA**

CPF 394.747.809-78



A handwritten signature in black ink, appearing to be "M. A." or similar, located at the bottom left of the page.

**TABELIONAT GRAS**  
**DR. ANTONIO GRAS**  
 Autentico a presenca do. O referido a verdade  
 Av. Horvath 375  
 66063-PR  
 09 JUN 2000  
 OJGA TERMO N  
 CRISTIN

[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.162.233 6

NOME  
LEOMAR ANTONIO MONTAGNA

FILIAÇÃO  
VALDIR MONTAGNA

VIOLANDA CATARINA DE ROCCO MONTAGNA

DATA DE NASCIMENTO 12/09/1963

LOCAL DE NASCIMENTO GUAPORÉ/RS

CURITIBA-PARANÁ 16/01/1980

HERNÉS M. MATTOZ - DIRETOR  
DIRETOR DO I. I.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL 3.162.233 6

NOME  
LEOMAR ANTONIO MONTAGNA

FILIAÇÃO  
VALDIR MONTAGNA

VIOLANDA CATARINA DE ROCCO MONTAGNA

DATA DE NASCIMENTO 12/09/1963

LOCAL DE NASCIMENTO GUAPORÉ/RS

CURITIBA-PARANÁ 16/01/1980

HERNÉS M. MATTOZ - DIRETOR  
DIRETOR DO I. I.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

TABELIONATO GRASSANO  
DR. ANTONIO GRASSANO JR.  
Autentico a presente cópia. O referido é verdade e dou fé.

Av. Herval, 373  
Maringá-PR

01 JUN 2000

Em test

☐ MARLENE BOSSA GRASSANO  
☐ ANTONIO GRASSANO NETO  
☐ RICARDO CESAR LANZA

da verdade  
☐ D. GA TERUKO NAKAMURA DA SILVA  
☐ AUDREI CRISTINA DE ANDRÉA  
☐ FERNANDA DE PAULA SANTOS

li-



Estado do Paraná

# PODER JUDICIÁRIO

## Cartório do Distribuidor e Anexos Comarca de Sarandi - Estado do Paraná

Rua Princesa Isabel, 1827 - Fone (044) 264-1461

Bel. S. Glória Xavier  
Serventúria

Lúcia do Rocil Gomes Xavier  
E. Juramentada

### CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em Cartório a meu cargo, os livros de registros de feitos **CÍVEIS**, inclusive **INTERDIÇÃO, TUTELA ou CURATELA e INSOLVÊNCIA CÍVEL**, deles constatei não haver sido distribuído, nesta Comarca, qualquer ação, contra **REGINALDO DE LIMA**, RG 5.434.600-O/Pr, CPF 904.301.909-72, no período de 02 de dezembro de 1996 (data da instalação desta Serventia), até a presente data.

O referido é verdade e dou fé.

Sarandi, 24 de julho de 2000



*Sebastião da Glória Xavier*  
Bel. Sebastião da Glória Xavier  
Distribuidor e Anexos



Estado do Paraná

# PODER JUDICIÁRIO

## Cartório do Distribuidor e Anexos Comarca de Sarandi - Estado do Paraná

Rua Princesa Isabel, 1827 - Fone/Fax (44) 264-1461

*Bel. S. Glória Xavier*  
Serventuária

*Lúcia do Rocil Gomes Xavier*  
E. Juramentada

### CERTIDÃO

**CERTIFICO**, a pedido verbal de parte interessada que, revendo em Cartório a meu cargo, os livros de registros de feitos **CRIMINAIS** deles, constatei não haver sido distribuído, nesta Comarca, qualquer ação contra, **REGINALDO DE LIMA**, RG 5.434.600-0 Pr, CPF 904.301.909-72, no período de 02 de dezembro de 1996 (data de instalação, desta serventia), até esta data. A presente certidão tem fins exclusivamente civis.

O referido é verdade e dou fé.

Sarandi, 24 de julho de 2000

*Sebastiana da Glória Xavier*  
Bel. Sebastiana da Glória Xavier  
Distribuidora Judicial





Poder Judiciário  
Cartório Distribuidor  
Maringá - PR

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Maringá - Estado do Paraná  
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
Pq. Des. Franco Ferreira da Costa, L/BO.

Bel. Rubens A. M. Weffort - Bel. Rubens Weffort  
serventuário o. juramentado

CERTIDÃO

RUBENS A. M. WEFFORT, Distribuidor e anexos da Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc.,

CERTIFICA a pedido verbal da parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CIVEIS E CRIMINAIS nos mesmos constatou não haver processo algum em andamento, nesta Comarca, contra: \*\*\*\*\*  
\*\*\*REGINALDO DE LIMA  
\*\*\*CPF 904 301 909 72 e RG/PR 5 434 600 0  
\*\*\*

O referido é verdade

Maringá, 05 de Julho

Rubens A. M. Weffort  
-distribuidor-

Obs.: Buscas efetuadas nos últimos 05 (CINCO) ANOS







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES**

**CÍVEIS, CRIMINAIS E FISCAIS**

Nº DO PEDIDO  
4913

**CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ  
A PRESENTE DATA, QUE CONTRA**

**A PESSOA FÍSICA**

**REGINALDO DE LIMA**

que de acordo com o requerente apresenta o(s) seguinte(s) dado(s):

CPF: 904.301.909-72

A presente Certidão de distribuição é válida para todas finalidades, exceto as seguintes, previstas no Provimento número 01/97 da Corregedoria-Geral do TRF da 4ª Região: fim eleitoral, posse em cargo público, inscrição em concurso público ou na ordem dos Advogados do Brasil, habilitação especial licença ou autorização do poder público para conduzir veículos ou aeronaves, ou exercer ofício que delas dependam, e uso de Autoridade Judiciária ou Ministério Público.

**NADA CONSTA**

**MARINGÁ, 7 de Julho de 2000**

**JOSE TWARDOWSKY  
AUXILIAR**

**FOI RECOLHIDO O VALOR DE R\$ \$ 0,42 ATRAVÉS DE GUIA DE CUSTAS**

**Certidão referente aos processos distribuídos na Seção Judiciária do PR**

**SJPR 0166943**



Poder Judiciário  
Cartório Distribuidor  
Maringá - PR

PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Maringá - Estado do Paraná  
CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
Pe. Des. Franco Ferreira da Costa, s/no.

Bel. Rubens A. M. Weffort  
serventuário

Bel. Rubens Weffort  
e. s. n. l. l.

CERTIDÃO

RUBENS A. M. WEFFORT, serventuário  
anexos da Comarca de Maringá,  
do Paraná, etc.

CERTIFICA a pedido verbal da  
parte interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo, os  
livros de registro e distribuição de feitos CIVEIS E CRIMINAIS  
nos mesmos constatou não haver sido, até a presente data, dis-  
tribuído processo algum, nesta Comarca, contra \*\*\*\*\*  
\*\*\*LEOMAR ANTONIO MONTAGNA  
\*\*\*CPF 394 747 809 78 e RG/PR 3 162 233 o  
\*\*\*

O referido

Maringá, 05 de

Rubens  
-dir

Obs.: Buscas efetuadas nos últimos 5 (CINCO) dias.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

## CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO AÇÕES E EXECUÇÕES

CÍVEIS, CRIMINAIS E FISCAIS

AN DO PEDIDO  
4850

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ  
A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

A PESSOA FÍSICA

LEOMAR ANTONIO MONTAGNA

que de acordo com o requerente apresenta o(s) seguinte(s) dado(s):  
CPF: 394.747.809-78

A presente Certidão de distribuição é válida para todas finalidades, exceto as seguintes, previstas no Provimento número 01/97 da Corregedoria-Geral da TRF da 4ª Região: fim eleitoral, posse em cargo público, inscrição em concurso público ou na ordem dos Advogados do Brasil, habilitação especial, licença ou autorização de poder público para conduzir veículos ou aeronaves, ou exercer ofício que delas dependam, e uso de Autoridade Judiciária ou Ministério Público.

NADA CONSTA

MARINGÁ, 6 de Julho de 2000

JOSE TWANOWSKY  
AUXILIAR

FOI RECOLHIDO O VALOR DE R\$ 3 042 ATRAVÉS DE GUIA DE CUSTAS

Certidão referente aos processos distribuídos na Seção Judiciária do PR

SJPR 0166828





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ  
COMARCA DE SARANDI

OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

SINVAL CLEMENTINO DE MENDONÇA - OFICIAL

CPF 107.704.539-53

PRAÇA IPIRANGA, 93 — TELEFONE: (44) 264-2231 — CAIXA POSTAL 19  
CEP 87111-970 — SARANDI — PARANÁ

## CERTIDAO NEGATIVA

\*\*\*\*\* C E R T I F I C O a pedido, que  
não encontrei qualquer título protestado, em que seja/m  
devedor/a/es:

REGINALDO DE LIMA\*\*\*\*\*

CPF nº 904.301.909-72\*\*\*\*\* RG No.5.434.600-0/Pr\*\*\*\*\*

Buscas efetuadas desde a instalação deste Cartório (instala-  
lado em 02 de Dezembro de 1996).

Era o que, na forma solicitada,  
me foi pedido certificar. Dou fé.

SARANDI , 25 de Julho de 2000

Custas:  
MB

5,00

Sinval Clementino de Mendonça-OFICIAL

*Carlos Akio Suzuki*

ESCREVENTE

CPF 151.675.779/34

**SERVIÇO NOTARIAL E OFÍCIO  
DE PROTESTO DE TÍTULOS**

SINVAL CLEMENTINO DE MENDONÇA

NOTÁRIO - CPF 107.704.539-53

CARLOS AKIO SUZUKI

LAZARO MARCELO MASSA

- ESCRIVENTES -

COMARCA DE SARANDI - PARANÁ



ESTADO DO PARANÁ

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARINGÁ

1o. OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

R. I. Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho - Tabelião  
CPF 757.678.809-72

Av. Getúlio Vargas No. 72 - Edifício Michelangelo (SOBRELOJA)  
FONE: (044) 226-5445 - FAX: (044) 226-4949 - CX. POSTAL 17 - CEP 87013-920

## CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS\*\*\*\*\* NAO encontrei qualquer título protestado em que figure(em) como devedor(es):

\*REGINALDO DE LIMA\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
CPF: 904.301.909-72\*\*\*\*\*  
RG: 5.434.600-0\*\*\*\*\*

O referido é verdade e dou fe'.

Maringá, cinco de junho de 2000.

Jair Galina  
Escrivente

COTA

Certidão: R\$ 5,02

Busca.... R\$ 0,20

Total.... R\$ 5,22

RSQ-8877

107917012

**SEM  
CUSTAS**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO NOTARIAL

2º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

COMARCA DE MARINGÁ

BEL. LUIZ ALBERTO DE LARA MIGUEL - TABELIÃO

CPF nº 833.085.719-00

Rua Néo Alves Martins, 2398 - Sobreloja sala 04 - Fone: (44) 226-5457 - CEP 87013-060 - Maringá - PR

## Certidão Negativa

\*\*\*\*\* C E R T I F I C O a pedido, que não  
encontrei qualquer título protestado, em que seja/m devedor/a/es:

REGINALDO DE LIMA\*\*\*\*\*

CPF nº 904.301.909-72\*\*\*\*\* RG nº 5.434.600-0 PR\*\*\*\*\*

Buscas efetuadas desde a instalação deste cartório.\*\*\*\*\*

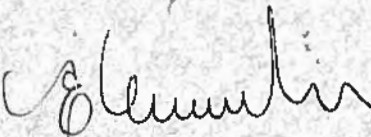
Data de instalação deste cartório 14 de Janeiro de 1991.\*\*\*\*\*

Era o que, na forma solicitada, me foi  
pedido certificar. Dou fé.

Maringá, 05 de Julho de 2000

Custas: NIHIL

RBC/98544

  
Bel. Luiz Alberto de Lara Miguel

Auxiliares Juramentados:

(x) Edinéia A. Armelin dos Santos

( ) Bel. Satico Matsumoto

"QUALQUER RASURA OU EMENDA INUTILIZA A PRESENTE CERTIDÃO"





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE MARINHA  
1o. OFICIO DE PROTESTO DE TITULOS

ESTADO DO PARANÁ

Hel. Antonio Carlos de Mello Pacheco Filho - Tabelião  
CPF 757.678.809-72

Av. Getúlio Vargas No. 72 - Edifício Michelangelo (SOBRELOJA)  
FONE: (044) 226-5445 - FAX: (044) 226-4949 - CX. POSTAL 17 - CEP 87013-920

## CERTIDÃO NEGATIVA

CERTIFICO, a pedido, que revendo os livros de registro de protesto existentes neste Ofício, no período correspondente aos últimos DEZ ANOS\*\*\*\*\* NAO encontrei qualquer título protestado em que figurem) como devedor(es):

\*LEOMAR ANTONIO MONTAGMA\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
CPF: 394.747.809-78\*\*\*\*\*  
RG: 3.162.233-6\*\*\*\*\*

O referido é verdade e dou fe.

Marinha, cinco de julho de 2000.

Jair Galina  
Escrevente

COTA

Certidão: R\$ 5,02

Busca.... R\$ 0,75

Total.... R\$ 5,77

R50-8878

103200340

**SEM  
CUSTAS**





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SERVIÇO NOTARIAL

2º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

COMARCA DE MARINGÁ

BEL. LUIZ ALBERTO DE LARA MIGUEL - TABELIÃO

CPF nº 833.085.719-00

Rua Néo Alves Martins, 2398 - Sobreloja sala 04 - Fone: (44) 226-5457 - CEP 87013-060 - Maringá - PR

## Certidão Negativa

\*\*\*\*\* C E R T I F I C O a pedido, que não  
encontrei qualquer título protestado, em que seja/m devedor/a/es:

LEOMAR ANTONIO MONTAGNA\*\*\*\*\*

CPF nº 9394.747.809-78\*\*\*\*\* RG nº 3.162.233-6 PR\*\*\*\*\*

Buscas efetuadas desde a instalação deste cartório.\*\*\*\*\*

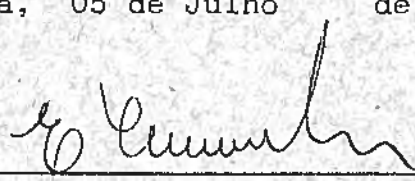
Data de instalação deste cartório 14 de Janeiro de 1991.\*\*\*\*\*

Era o que, na forma solicitada, me foi  
pedido certificar. Dou fé.

Maringá, 05 de Julho de 2000

Custas: NIHIL

RBC/98545

  
Bel. Luiz Alberto de Lara Miguel

Auxiliares Juramentados:

(x) Edinéia A. Armelin dos Santos  
( ) Bel. Satico Mateumoto

"QUALQUER RASURA OU EMENDA INUTILIZA A PRESENTE CERTIDÃO"



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANA  
\*\*\*\*\*

JUIZO ELEITORAL DA 206a. ZONA  
\*\*\*\*\*

C E R T I D A O



LAIDE GIACHELLO MANTOVANI, CHEFE DA  
206a. ZONA ELEITORAL DE SARANDI,  
COMARCA DE SARANDI, ESTADO DO  
PARANA, NA FORMA DA LEI...

CERTIFICA a pedido verbal de parte interessada que, revendo em o fichário de eleitores desta Zona, dele consta a ficha de REGINALDO DE LIMA, inscrição e Título Eleitoral número 56445350604 votante da 25 Seção, expedido em 04/07/91, estado civil SOLTEIRO, de profissão SACERDOTE, nascido em 10/10/73, natural de JANDAIA DO SUL, Estado do(e) PARANA, filho de DAVINO DE LIMA e de MARIA TEREZA DE LIMA, residente à AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 33, MARINGA. O Eleitor em apreço está quite com a JUSTIÇA ELEITORAL.

O referido é verdade, do que dou

Sarandi, 26 de Junho de 2000

  
LAIDE GIACHELLO MANTOVANI  
Chefe de Cartorio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
JUÍZO ELEITORAL DA 192ª ZONA

CERTIDÃO

ANTONIO ARNOBIO DE BARROS  
LISBÔA, Chefe de Cartório da 192ª.  
Zona Eleitoral da Comarca de Maringá,  
Estado do Paraná,

*Certifica*, a pedido verbal de parte interessada que, revendo em o fichário geral de eleitores desta Zona, dele consta a ficha de LEOMAR ANTONIO MONTAGNA, natural de Guaporé - Pr. nascido em 12/09/1963, filho(a) de Valdir Montagna e Violanda Catarina de Rocco Montagna, inscrição e título eleitoral número 373615906/71, votante da 01ª Seção, desta 192ª Zona Eleitoral de Maringá, Estado do Paraná, expedido em 18/09/1986. O eleitor em apreço está QUITE com a Justiça Eleitoral.

O referido é verdade e dou fé.

Maringá, 10 de Julho de 2000.

Antonio Arnóbio de Barros Lisboa  
Chefe de Cartório



Emissão: 30/06/2000

Pag. nº 001

RAINHA FM LTDA.  
CNPJ/MF nº 03.884.799/0001-14

BALANÇO DE ABERTURA EM 30 DE JUNHO DE 2.000

Discriminação

Saldos

**ATIVO**

Ativo Circulante

Disponibilidades

Caixa Geral

Caixa

10.000,00

10.000,00

10.000,00

Sub-Total

10.000,00

**TOTAL DO ATIVO**

**10.000,00**

de may

15/6

h  
hi





Page n° 002

### **BALANÇO DE ABERTURA EM 30 DE JUNHO DE 2.000**

[illegible]

Mandaguacu-Pr, 30 de junho de 2000.

  
Reginaldo de Lima  
Sócio-Gerente  
CPF 904.301.909-72

  
Claudemir Amant Toledo Bernabe  
Téc. Contabilidade – CRC/PR 24.780/C-0  
CPF 387.224.379-91

PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ  
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS  
COMARCA DE MANDAGUAÇU

RUA JUVENTINO BARALDI, 247 - FONE (0\*\* 44) 245-1321 - CEP 87.160-000

PAULO TANAMATI - Titular

CPF 240.317.049-68

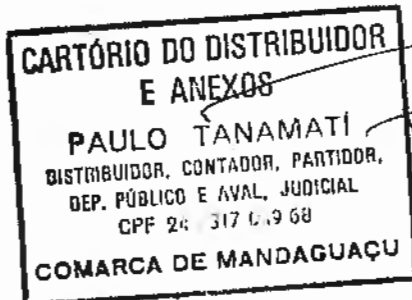
CERTIDÃO

**CERTIFICO** a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo em Cartório, a meu cargo, os livros de distribuição e registro de feitos nele existentes, dos mesmos constatei a inexistência de quaisquer ações de **FALÊNCIAS** ou de **CONCORDATAS**, até a presente data, nesta Comarca, contra **RAINHA FM LTDA. - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.884.799/0001-14, com sede nesta cidade e Comarca de Mandaguaçu (PR).

Expedi a presente às 16:10 horas de hoje.

O referido é verdade e dou fé.

Mandaguaçu, 03 de Julho de 2000.



*Paulo Tanamati*  
Paulo Tanamati  
DISTRIBUIDOR



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO  
AÇÕES E EXECUÇÕES**

CÍVEIS, CRIMINAIS E FISCAIS

Nº DO PEDIDO

4961

CERTIFICO, REVENDO OS REGISTROS DE DISTRIBUIÇÃO, A PARTIR DE 25 DE ABRIL DE 1967, ATÉ A PRESENTE DATA, QUE CONTRA

A PESSOA JURÍDICA

RAINHA FM LIMITADA - ME

que de acordo com o requerente apresenta o(s) seguinte(a) dado(s):

CGC: 03.884.799/0001-14

A presente Certidão de distribuição é válida para todas finalidades, exceto as seguintes, previstas no Provimento número 01/97 da Corregedoria-Geral do TRF da 4ª Região: fim eleitoral, posse em cargo público, inscrição em concurso público ou na ordem dos Advogados do Brasil, habilitação especial licença ou autorização do poder público para conduzir veículos ou aeronaves, ou exercer ofício que delas dependam, e uso da Autoridade Judiciária ou Ministério Público.

NADA CONSTA

MARINGÁ, 11 de Julho de 2000

JOSE TYARDOWSKY  
AUXILIAR

FOI RECOLHIDO O VALOR DE R\$ 0,42 ATRAVÉS DE GUIA DE CUSTAS

Certidão referente aos processos distribuídos na Seção Judiciária do PR

SJPR 0166999



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ  
COMPROVANTE PROVISÓRIO DE INSCRIÇÃO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

03.884.799/0001-14

VÁLIDO ATÉ

20/08/2000

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma, razão social ou denominação comercial)

RAINHA FM LTDA - ME

ENDEREÇO

LOGRADOURO (rua, avenida, estrada etc.)

RUA BERNARDINO BOGO

COMPLEMENTO (apto, sala, andar)

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

NÚMERO

68-A

CEP

87180-000

MUNICÍPIO

MANDAGUACU

UF

PR

TELEFONE/CONTATO

Este documento só fará prova de inscrição da pessoa jurídica no CNPJ, quando acompanhado do respectivo Ato Constitutivo ou Alterador registrado no órgão competente. O cartão CNPJ será remetido à pessoa jurídica pela Secretaria da Receita Federal.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

UNIDADE CADASTRADORA

0910500-MARINGA

DATA DE EMISSÃO

21/06/2000

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

CARGO

ASSINATURA

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Car. (19) de

MILTON MARTINS - MEI, SIPE 1153  
DC Port 009 94 - CHEFE/SUB/CAC

CPF

TABELIONATO GRASSANO  
DR. ANTONIO GRASSANO JR.  
Autentico a presente copia. O tabelião é verdadeiro e dou fé.

Av. Herval, 373  
Maringá-PR

19 JUL 2000

Em test

☐ MARLENE BOSSA GRASSANO  
☐ ANTONIO GRASSANO MEI  
☐ RICARDO CESAR LANGE

da verdade  
☐ OLGA TERUKO NAKAMURA DA SILVA  
☐ AUDREI CRISTINA DE ANDRÉA  
☐ FERNANDA DE PAULA SANTOS  
Escrivães

Aprovado pela IN/SRF nº 82/99

16.

verdade  
DA SILVA  
:EA  
.TOS



ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO  
9ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA  
AGÊNCIA DE RENDAS DE MANDAGUAÇU

24.24  
18

## D E C L A R A Ç Ã O

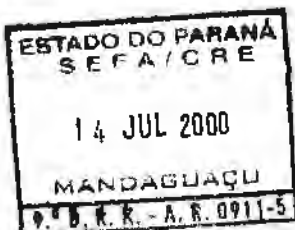
DECLARAMOS, para fins de habilitação em licitações, que a empresa abaixo identificada não é inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Paraná, tendo em vista que, trata-se de empresa dispensada de inscrição, sendo a sua atividade (Radiodifusão) não ter incidência de ICMS, conforme estabelecido no art.4, inciso XII do Decreto 2.736/96.

DECLARAMOS ainda que, conforme Certidão Negativa de Tributos Estaduais nº 208274-53 (anexa), não existirem, nesta data, inscrições de débitos ativos em nome da empresa.

29

Inscrição no CPF ou CGC/MF : 03.884.799/0001-14	
Nome ou Razão Social: RAINHA FM LTDA,	
Endereço ( Rua, Av., etc. ): RUA BERNARDINO BOGO	Nº 68-A
Complemento ( Aptº., Sala, etc. )	Bairro/Distrito CENTRO
Cidade: MANDAGUAÇU	U.F.: PR

Agência de Rendas de Mandaguçu, em 14 de julho de 2.000.



GILBERTO ARTUR PEDRI  
RG. 1.445.561-2  
Chefe da Agência de Rendas

u-





## **Prefeitura do Município de Mandaguaçu**

ESTADO DO PARANÁ

**Paço Municipal "Hiro Vieira"**

Rua Bernardino Bogo, 175 - PABX (044)245-1122 - FAX (044)245-1832

CGC 76.285.329/0001-08

### **CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO**

Certificamos que, revendo os arquivos desta municipalidade, verificou-se constar que **RAINHA FM LTDA**, CNPJ nº 03.884.799/0001-14, foi inscrita nesta prefeitura, pelo processo n.º 414/2000, em **05.07.2000**, com cadastro n.º 531354 e ramo de atividade: **Serviço de Radiodifusão Sonora**.

Mandaguaçu, 13 de Julho de 2000.

  
\_\_\_\_\_  
**Depto da Fazenda Municipal**



Nº052752000-14623001

**DADOS DO CONTRIBUINTE:**

CNPJ: 03.884.799/0001-14  
NOME: RAINHA FM LTDA  
ENDEREÇO: RUA BERNARDINO BOGO, 68-A  
BAIRRO ou DISTRITO: CENTRO  
MUNICÍPIO: MANDAGUACU  
ESTADO: PR  
CEP: 87160-000

**FINALIDADE DA CERTIDÃO:**

LICITACAO E CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO OU INCENTIVO FISCAL OU CREDITÍCIO POR ELE CONCEDIDO, DESDE QUE NÃO IMPLIQUE EM ALIENACAO OU ONERACAO, A QUALQUER TÍTULO, DE BEM MOVEL OU IMOVEL, OU DIREITO A ELES RELATIVOS.

E CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSITIVO NA LEI 8.212/1991, E SUAS ALTERACOES, QUE PARA A FINALIDADE DISCRIMINADA, ~~INEXISTE~~ DÉBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVANDO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

A ACEITACAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET NO ENDEREÇO: , OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL. DEVERA SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA QUAL FOI EMITIDA.

EMITIDA EM, 11 DE JULHO DE 2000.  
VALIDA POR 60 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

Razão Social

RAINHA FM LTDA

Inscrição

03.884.799/0001-14

Endereço

RUA BERNARDINO BOGO, 68-A  
CENTRO 87160-000  
MANDAGUAÇU PR

Validade

03/Janeiro/2001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

MARINGÁ, 07 de Julho de 2000.

Local e data de emissão

EDUARDO B. SANTOS  
MATR. 773.130-4  
ESCRITURÁRIO

WALDEMIR APARECIDO DELABIO  
CÓD. 08830 - MAT. 879.080-8  
GERENTE GERAL S.E.

Assinatura e carimbo

00610109

033 6 v01



Certificado válido sem rasuras ou emendas e as cópias somente terão validade mediante apresentação do original.

he





## **Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais**

(Emitida para os efeitos do art. 8º da Instrução Normativa SRF nº 80, de 23 de outubro de 1997)

**RAINHA FM LTDA - ME**  
**CNPJ: 03.884.799/0001-14**

RESSALVADO O DIREITO DE A FAZENDA NACIONAL COBRAR, QUAISQUER DÍVIDAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRIBUINTE, ACIMA QUE VIEREM A SER APURADAS, É CERTIFICADO QUE NÃO CONSTAM, ATÉ ESTA DATA, PENDÊNCIAS EM SEU NOME, RELATIVAS AOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À SITUAÇÃO DO CONTRIBUINTE NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, NÃO CONSTITUINDO, POR CONSEQUENTE, PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, ADMINISTRADOS PELA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

**Emitida às 18:17:20 do dia 04/07/2000.**  
Válida por 30 dias da data de emissão.

**Esta Certidão abrange somente o estabelecimento acima identificado.**

29.21

M 8



PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Handwritten signature and mark

**Certidão Negativa quanto à  
Dívida Ativa da União**

**Nome: RAINHA FM LTDA - ME**  
**CNPJ: 03.884.799/0001-14**

RESSALVADO O DIREITO DE ESTA PROCURADORIA INSCREVER E COBRAR AS  
DÍVIDAS QUE VIEREM A SER APURADAS, VERIFICOU-SE NOS REGISTROS  
DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO NADA EXISTIR, NESTA DATA, EM NOME DO  
CONTRIBUINTE ACIMA IDENTIFICADO.

Handwritten mark

Certidão expedida com fulcro na Portaria PGFN nº 414, de 15/07/1998.  
(DOU 17.07.1998, Seção I, p. 37).

**Emitida às 18:17:32 do dia 04/07/2000**  
**Válida por 30 dias da data de emissão.**

Restrita aos registros da dívida ativa da união, excluídos,  
portanto, eventuais lançamentos efetuados pela Secretaria da  
Receita Federal.

A VERACIDADE DA INFORMAÇÃO SUPRA PODERÁ SER VERIFICADA NA PÁGINA:  
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Handwritten signature

*Código de Controle da Certidão:* C830.A88A.6EE2.7F41

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO  
09A. DRR - AR: MARINGA

14/07/2000  
18:30:52  
015393  
TOTO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

NUMERO: 208274-53

CERTIDAO FORNECIDA PARA O CNPJ: 03884799/0001-14  
ESTE CNPJ NAO CONSTA NO CAD.ICMS/PR

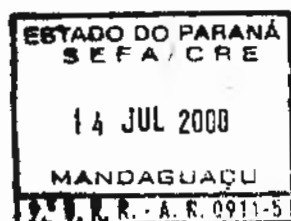
RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DE INSCREVER E COBRAR DEBITOS AINDA NAO REGISTRADOS OU QUE VENHAM A SER APURADOS, CERTIFICAMOS QUE, VERIFICANDO OS REGISTROS DE PENDENCIAS JUNTO A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL, CONSTATAMOS NAO EXISTIR(EM) DEBITO(S), EM NOME DO(A) REQUERENTE, NESTA DATA.

FINALIDADE: PARA FINS DE LICITACAO JUNTO AO MINISTERIO DAS COMUNICACOES

\*\* A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDAO PODERA SER CONFIRMADA VIA INTERNET \*\*  
<http://www.pr.gov.br/sefa/certidao.html>

(ESTA CERTIDAO TEM VALIDADE ATE 12/09/2000 - FORNECIMENTO GRATUITO).

MARINGA, 14/07/2000



(CARIMBO E ASSINATURA DO AGENTE FISCAL)

*Edinete Maria Delel*  
RG, 1443561-2



## **Prefeitura do Município de Mandaguá**

**ESTADO DO PARANÁ**

**Paço Municipal "Hiro Vieira"**

Rua Bernardino Bogo, 175 - PABX (044)245-1122 - FAX (044)245-1832  
CGC 76.285.329/0001-08

### **CERTIDÃO**

Certificamos que, revendo os arquivos desta municipalidade, verificou-se constar que **RAINHA FM LTDA**, CNPJ n.º 03.884.799/0001-14, inscrita nesta prefeitura, pelo processo n.º 414/2000, em **05.07.2000**, com cadastro n.º 531354 e ramo de atividade: **Serviço de Radiodifusão Sonora**, recolheu as taxas de **Alvará de Licença, Vistoria e Fiscalização e ISSQN**. Portanto, **RAINHA FM LTDA** nada deve aos cofres desta Prefeitura, a respeito dos tributos acima citados, até a presente data.

Mandaguá, 13 de Julho de 2000.

  
\_\_\_\_\_  
**Depto da Fazenda Municipal**

- 2 AGO 08 30 S - 00557



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

DELEGACIA REGIONAL MC/PR-SC

328

**Concorrência n.º 090/2000 - SSR / MC**  
**Dados das Proponentes**

Nome Completo da Proponente :

Rainha Im Rtda C

Endereço/Fone:

Rua Bernardino Bogo 68-A -centro -

Nome Completo do Representante Legal ou Procurador da Proponente:

Doc. de Identidade

1:

Patricia Lange Gomes

032831 SSP/MS

Assinalar com X, na lista abaixo, as áreas pretendidas

<input checked="" type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Mandaguaçu

Mandirituba

Manoel Ribas

Mariópolis

Matelândia

Matinhos

Missal

C

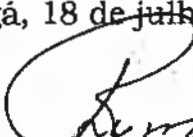


134

### PROCURAÇÃO PARTICULAR

**RAINHA FM LTDA**, com endereço à Rua Bernardino Bogo, 68-A, Centro, CEP 87160-000, na cidade de Mandaguaçu-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.884.799/0001-14, nomeia e constitui sua bastante procuradora **PATRÍCIA LANGE GOMES**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG nº 032.831/SSP-MS e CPF nº 285.387.571-72, residente à Rua Adelina Rigotti nº 860, Vila Adelina, na cidade de Dourados/MS e **CLAUDEMIR ARNAUT TOLEDO BERNABÉ**, brasileiro, casado, contabilista, portador do RG nº 3.182.888-0/SSP-PR e CPF nº 387.224.379-91, com escritório à Avenida São Paulo nº 47, Edifício Matisse, sala 04 na cidade de Maringá-PR, a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir do prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

Maringá, 18 de julho de 2000.-  
TABELIONATO GRASSANO

  
REGINALDO DE LIMA  
Rg nº 5.434.600-0/PR  
CPF nº 904.301.909-72  
Sócio Gerente

Tabelionato de Notas de Maringá - Pr  
TABELIONATO GRASSANO  
Av. Herval-373 - Fone/Fax (044) 22637331

RECONHEÇO e dou fé (e) firma(s) de:  
0189712-REGINALDO DE LIMA  
por SEMELHANÇA.

Em testemunha da verdade.  
MARINGÁ, 18 de julho de 2000

01-FERNANDA L. M. L. CAMPOS  
Escritor e Juruamentada

34 x

**DELIBERAÇÃO SOCIAL** Por m  
do tipo jurídico, obtendo um voto

**TABELAÇÃO DE ASSASSANO**  
**DR. ANTONIO CRASSANO SILVA**  
AUTENTICA A PRESENÇA DA  
O REPERIDO E VERDADEIRO

19 JUL 2003

dos verdade  
ESCRITURANTE

Ay Havel 373  
Março-PR

KIN 1846  
MAYE BOSE CRASSANO SILVA  
ALMA NURO MACHADO DA  
DUMI...  
PIMENTA...  
RICARDO CLEY L...  
ANTONIO CRASSANO NETO

# RAINHA FM LTDA. CONTRATO SOCIAL

354

**CLÁUSULA SÉTIMA: CESSÃO DE QUOTAS:** Por consentimento dos demais sócios e decurso de prazo do direito de preferência de sessenta dias, mediante notificação prévia.

**CLÁUSULA OITAVA: ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA:** DECLARAM todos os sócios, para os efeitos de enquadramento como MICROEMPRESA, que o volume da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da sua constituição, o limite fixado no inciso I, do artº 2º da Lei Federal nº 9.841, de 05-10-1999, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no artº 3º daquela Lei.

**CLÁUSULA NONA: ARBITRAGEM:** Quaisquer conflitos decorrentes do presente instrumento serão dirimidos através de Arbitragem de acordo com a Lei 9.307/96, pela Câmara de Mediação e Arbitragem do Paraná.

**CLÁUSULA DECIMA:** A sociedade não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social, bem como a cessão ou transferência de qualquer quota sem prévia autorização do Ministério das Comunicações.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA:** As quotas deverão sempre ser subscritas exclusivamente por brasileiros, bem como a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa.

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA:** É vedado participar da administração da sociedade, membros que ocupem cargo eletivo que assegure imunidade parlamentar ou que decorra de foro especial.

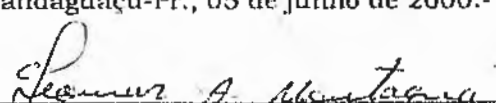
**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA:** O quadro pessoal da sociedade deverá sempre ser constituído ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.

**CLÁUSULA DECIMA QUARTA:** As quotas representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas.

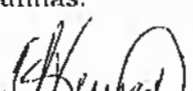
Lavrado em três vias de igual teor e forma.

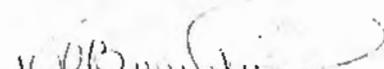
Mandaguapé-Pr., 05 de junho de 2000.-

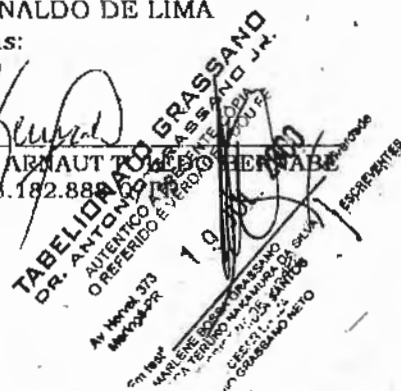
  
REGINALDO DE LIMA

  
LEOMAR ANTONIO MONTAGNA

Testemunhas:

  
CLAUDEMIR ARNAUT TOLENTINO  
RG Nº 3.182.888-00/PR

  
LUCIENE RESENDE PRADO BERNABÉ  
RG Nº. 3.522.398-3/PR



**ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2000  
SOB O NÚMERO:  
41 2 0435958 2

*[Assinatura]*  
TUFIRAME  
SECRETÁRIO GERAL

Protocolo: 00/136504-5

**ESCRITÓRIO REGIONAL DE MARINGÁ**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2000  
SOB O NÚMERO:  
00 1 365053

*[Assinatura]*  
TUFIRAME  
SECRETÁRIO GERAL

Protocolo: 00/136505-3

*[Assinatura]*  
Claydia Cristina Parizotti  
OAB 11 7397R  
RG 1 402.854.7-PR

764



4º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Tabelionato R Miguel  
Av. Pres. Vargas - 03-A - F. (67) 421-5787 - Fax: (67) 422-7454 - Dourados - MS  
**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original  
28 JUL 2000  
Miguel - 4º TABELLÃO  
Prado Miguel Peralta - 1ª SUBSTITUTA  
de Lourdes Santos da Silva - SUBSTITUTA  
de Lena Regina da Silva Espinola - ESCRIVENTE JURAMENTADA  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE





CEDEU DE IDENTIDADE

19 JUL 2000

ABELIONA

DR. ANTONIO GRASSANO

AUTENTICO A PRESENÇA E COPIA

ASSINATURA DO ASSINANTE

AV. PARANÁ, 1000 - PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Em test:

☐ MARLENE BOBBA GRASSANO

☐ OLGA TERUKO NAKAMURA DA SILVA

☐ AUDREI CRISTINA DE ANDREZ

☐ FERNANDA DE PAULA SANTOS

☐ RICARDO CECILIO

☐ ANTONIO GRASSANO NETO

ESCREVENTES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

REGISTRO GERAL

3.182.888

NOME: CLAUDENIR ARNAUT TOLEDO BERNABE

FILIAÇÃO: JOAQUIM BERNABE

TEREZINHA ARNAUT TOLEDO BERNABE

DATA DE NASCIMENTO: 30/05/1960

NATURALIDADE: PRES. PRUDENTE/SP

CURITIBA-PARANÁ

27/02/1980

HERMES M. MATOS - DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
Delegacia Regional do MC no Estado do Paraná

ATA DA REUNIÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE  
HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DA  
CONCORRÊNCIA Nº 090/2000 - SSR/MC  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA em FREQUÊNCIA MODULADA

Aos dois dias do mês de agosto de 2000, às 9h (nove horas), na sala de reuniões da Delegacia Regional do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situada na Rua Vicente Machado, 720 - Batel, em Curitiba/PR, sob a supervisão e controle da Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 136, de 24 de abril de 2000, publicada no DOU do dia 25 subsequente, reuniu-se a Comissão de Assessoramento Técnico, constituída pela Portaria do nº 2, de 1º de junho de 2000, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, publicada no DOU do dia 05 subsequente, com a participação de sua Presidente, VILMARA DE BORBA MARQUES e de seus membros MÁRIO MAITO NETO e MIRELLA DIAS MELHADO, para o recebimento e rubrica dos invólucros contendo os Documentos de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preços dos interessados na concorrência nº 090/2000 que objetiva a outorga de permissão para exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada nas localidades de Mandaguaçu, Mandirituba, Manoel Ribae, Mariópolis, Matelândia, Matinhos e Missal, todas no Estado do Paraná, indicadas no Anexo I do Edital, processando-se os trabalhos na sequência seguinte: (1) recebimento pela Comissão, dos formulários contendo os dados das proponentes e respectivos representantes presentes à licitação; (2) entrega dos invólucros à Comissão de Assessoramento Técnico, pelos representantes das proponentes; (3) a Sra. Presidente da Comissão informou aos presentes que, por instrução da Comissão Especial de Licitação, expedida via fax datado de 07/07/2000, o procedimento de vistas aos documentos está vinculado a publicação do resultado da fase de habilitação, o que será concedido no prazo legal, na Secretaria da Comissão Especial, em Brasília. Informou também, ainda por instrução da Comissão Especial de Licitação, que os envelopes de habilitação, após sua abertura e retirada dos documentos de seu interior, passarão a ser destruídos na própria

*[Assinaturas manuscritas]*

sessão, não mais vindo a fazer parte dos processos administrativos concernentes à licitação; (4) composição de comissão escolhida dentre os representantes das proponentes para rubrica dos envelopes e dos documentos de habilitação dos licitantes, constituída pelos representantes das empresas RAINHA FM LTDA., JEA COMUNICAÇÕES LTDA., RÁDIO FM TOTAL LTDA e RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA.; (5) rubrica dos invólucros contendo as Propostas Técnicas e de Preços, por todos os membros da Comissão de Assessoramento Técnico e pela comissão de rubrica das licitantes; (6) acondicionamento, pela Comissão de Assessoramento Técnico, dos envelopes contendo as Propostas Técnicas e de Preços, que permanecerão sob a guarda da Comissão de Assessoramento Técnico, em invólucros apropriados; (7) abertura dos envelopes de habilitação das proponentes participantes desta licitação, que apresentaram a seguinte quantidade de documentos: localidade de MANDAGUAÇU, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão., MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., com 39 folhas, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., com 40 folhas, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 32 folhas, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, com 28 folhas, JEA COMUNICAÇÕES LTDA., com 41 folhas, BATÓX COMUNICAÇÕES LTDA., com 24 folhas, ESTÚDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 23 folhas, RAINHA FM LTDA., com 31 folhas, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela Comissão, RÁDIO MASTER FM LTDA., com 35 folhas, RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., com 26 folhas, localidade de MANDIRITUBA, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão., MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., com 39 folhas, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., com 40 folhas, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 32 folhas, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, com 28 folhas, JEA COMUNICAÇÕES LTDA., com 41 folhas, PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA., com 26 folhas, J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA., com 25 folhas; localidade de MANOEL RIBAS, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão., MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., com 39 folhas, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., com 40 folhas, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 32 folhas, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, com 28 folhas, SBR COMUNICAÇÕES LTDA., com 26 folhas, FM ALTA CAMPINA LTDA., com 26 folhas, RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA., com 25 folhas; localidade de MARIÓPOLIS, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão., MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E

RBS

M

2

2

2

2

2



409

PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., com 39 folhas, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., com 40 folhas, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 32 folhas, CLEVELAND FM LTDA., com 28 folhas, REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 24 folhas, SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARIÓPOLIS LTDA., com 33 folhas, numeradas pela Comissão, SISTEMA DE RÁDIO FM MARIÓPOLIS LTDA., com 32 folhas, renumeradas pela Comissão; localidade de MATELÂNDIA, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão.,, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, RÁDIO CAPELISTA LTDA., com 28 folhas, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA., com 41 folhas, renumeradas pela Comissão, SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA., com 26 folhas, RÁDIO FM IMPERATRIZ DE MATELÂNDIA LTDA., com 33 folhas, RÁDIO FM DE MATELÂNDIA LTDA., com 22 folhas; localidade de MATINHOS, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão.,, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 34 folhas, RÁDIO CAPELISTA LTDA., com 28 folhas, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., com 32 folhas, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., com 40 folhas, SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA., com 39 folhas, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA.-ME., com 28 folhas, JEA COMUNICAÇÕES LTDA., com 41 folhas, PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA., com 26 folhas, FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT, com 105 folhas, RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA., com 73 folhas, renumeradas pela Comissão, TELEVISÃO LITORAL DO PARANÁ LTDA., com 40 folhas, numeradas pela Comissão, FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO, com 103 folhas, MATINHOS RADIODIFUSÃO LTDA., com 52 folhas, RÁDIO FM TOTAL LTDA., com 32 folhas; localidade de MISSAL, empresas SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., com 43 folhas, renumeradas pela comissão.,, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., com 75 folhas, renumeradas pela Comissão, RÁDIO CAPELISTA LTDA., com 28 folhas, SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA., com 26 folhas, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA., com 41 folhas, renumeradas pela Comissão, RÁDIO FM MISSAL LTDA., com 36 folhas, RÁDIO FM MINUANO LTDA., com 22 folhas; (8) rubrica dos documentos de habilitação das proponentes presentes, pela Comissão de Assessoramento Técnico e pela comissão de rubrica das licitantes. Com exceção das empresas que assinam a presente ata, a Comissão de Assessoramento Técnico permitiu a saída dos representantes das demais empresas participantes desta licitação, antes do final da sessão, tendo-lhes informado previamente que estariam abrindo mão da assinatura da presente ata e assim concordando com todos os seus termos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12:00 horas, tendo sido lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de

41

3

Assessoramento Técnico e pelos representantes legais das licitantes,  
abaixo nominadas.

COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO:

  
VILMARA DE BORBA MARQUES  
PRESIDENTE

  
MARIO MAITO NETO  
MEMBRO

  
MIRELLA DIAS MELHADO  
MEMBRO

PROPONENTES :

  
RAINHA FM LTDA.

  
JEA COMUNICAÇÕES LTDA.

  
RÁDIO FM TOTAL LTDA.

  
RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA.




*Handwritten signature*  
BATÓX COMUNICAÇÕES LTDA.

*Handwritten signature*  
MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

*Handwritten signature*  
SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

*Handwritten signature*  
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

*Handwritten signature*  
RADIO FM MISSAL LTDA.

*Handwritten signature*  
FM ALTA CAMPINA LTDA.

*Handwritten signature*  
RADIO FM IMPERATRIZ DE MATELANDIA LTDA.

*Handwritten signature*  
CLEVELAND FM LTDA.

42

lic

SD

*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

**CONCORRÊNCIA N.º 090/2000 – SSR/MC**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES**

FOLHA 01

DATA: 02/08/2000

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG n.º / UF	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
✓ Bator Comunicações Ltda.	Rui Ricardo Ruiz			1484952	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
✓ Studio Omny 7 de Com. Ltda.	Ruiz Carlos Vieira			3417567-5	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
✓ Rádio FM Total Ltda.	José Alfredo Silva Filho			314008-1R	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
✓ Rádio FM de Matulândia Ltda.	Sergio Ruiz Cadini			2176100	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
São Cristóvão Telecomunicações Lt.	Ivone Kuhlmann da Costa			9030891-2	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Real Panorama de Com. Ltda.	Roberto Bang			440246	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Sist de Comunicação Maripéda Lt.	Sebastião Sergio Padilha			3136088-1	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Sist de Rádio FM Maripéda Ltda.	Sebastião Sergio Padilha			316078-1	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Reco Firme e Reco Ltda-ME	Fernando Cesar Rocco			57371900	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
SSR - Soc. Sul Bras. de Radiodifusão Ltda.	Adailton Fernandes da Silva			53901476	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)

134



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO**

**CONCORRÊNCIA N.º 090/2000 – SSR/MC**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES**

FOLHA: 02

DATA: 02/08/2000

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG n.º / UF	
Matinhos Radiodifusão Ltda.	Nelson Cotoviz			434782-1	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
Rádio Mocidade FM Ltda.	Dilair da Silva Rocha			768849/2	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rádio Capivara Ltda.	Aurelio Diconeto			796975	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Imrio Muzee FM LTDA	Robinson de Ouzgier			3060945-0	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
CLEVELAND FM LTDA	"			"	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rádio Sem Fronteiras Ltda.	Jelmo de Oliveira			873991	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
JHM Radiodifusão Ltda.	Jelmo de Oliveira			873991	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rádio Coração do PR Ltda.	Jelmo de Oliveira			873991	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rainha FM Ltda.	Patrícia Lange			032831	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Mello e Bruno Comunicações e Participações Ltda.	Marcia Miu Muralho			207604680	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO**

**CONCORRÊNCIA N.º 090/2000 – SSR/MC**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES**

FOLHA 03

DATA: 02/08/2000

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG n.º / UF	
Spa Comunicações Ltda.	Fabio Junior Vaz			6696431-0	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
Rádios FM Imperatriz de Matilândia	Fabio Junior Vaz			6696431-0	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
SPR Comunicações Ltda.	Maria do Carmo Múdia			1683735	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rádios FM Miruama Ltda.	Victor Egon Lamb			1416 535	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Prisma Eng. em Telic. Ltda.	Samir Ibrahim Moya			M3042592	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
TV Litoral do PR Ltda.	Gilberto M. Lemos			1.3151458	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Rádios FM Miral Ltda.	Samir Ibrahim Moya			M3042592	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
Fundação Nossa Sra. do Rio	Kenneth Schudweiler			613 013	Sócio/Dirigente (X) Procurador ( )
Art RGL de Com. Ltda	Navde Pedro Prados			811065-4	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)
FM Alta Campina Ltda	Valentin Nardim			1488 125-8	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (X)

*Handwritten mark*



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**

**CONCORRÊNCIA N.º 090/2000 – SSR/MC**

**LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES**

FOLHA: 04

DATA: 02/08/2000

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou procurador	Assinatura	Rubrica	RG n.º / UF	
Radio FM Sul America Ltda	Marcos Aluis Grossi			45458116	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (x)
TV Guararapes Ltda.	Luiz Miguel de C. Gomes			08.19.235 19014738	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (x)
Fund. Champagnat	Vicente Mickosz			119825	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (x)
Rádios Portal da Costa Oeste	tot/Luiz Carlos Pirantunes			1161502	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (x)
<del>Fund. Nossa Sra. do Rosário</del>	<del>Laurence Schmitt</del>	<del></del>	<del></del>	<del>61303</del>	<del>Sócio/Dirigente ( )</del> <del>Procurador (x)</del>
Frag. Bras. de Com. Ltda.	Luiz Carlos Pirantunes			1161502	Sócio/Dirigente ( ) Procurador (x)
Primavera Com. Ltda.	Paulo Rosman			36915032	Sócio/Dirigente (x) Procurador ( )
					Sócio/Dirigente ( ) Procurador ( )
					Sócio/Dirigente ( ) Procurador ( )
					Sócio/Dirigente ( ) Procurador ( )

462



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 5 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 46 .

Nº desta folha : 47 .

Nºs das demais folhas juntadas : 48 a 52 .

Brasília, 27 de OUTUBRO de 2000.

*P/ Andrei Luis*  
Messias Leite Brasil  
Secretária Substituta



Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Radiodifusão  
Comissão Especial de Licitação

78  
UR

RESULTADO Nº 2416/2000

**ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

CONCORRÊNCIA Nº: 090/2000 - SSR/MC

Licitante: RAINHA FM LTDA

Nº do Processo Específico da Licitante: 53740.000783/00

Resultado:

**HABILITADA**

UF	Localidade	Serviço	Grupo de Enquadramento
PR	Mandaguaçu	FM	A

Brasília, 16 de outubro de 2000.

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Comissão Especial de Licitação

PUBLICAÇÃO - DOU

Data: 24/10/2000 - Seção 3

17  
Jhe

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ATA DE REUNIÃO


Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 2000, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, na Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811 de 29 de dezembro de 1997, alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros, Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos referentes à análise dos recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão das informações contendo análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas "Informações" constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinadas pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	RESULTADO Nº
088/2000	2418 e 2419
090/2000	2415 a 2417
091/2000	2410 a 2414
092/2000	2408 e 2409
097/2000	2405 a 2407
101/2000	2404
102/2000	2296, 2401 2402 e 2433
107/2000	2297
117/2000	2400
118/2000	2399
123/2000	2398
094/2000	2434

  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente

  
ANTONIO CARLOS TARDELI  
Vice-Presidente

ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA,  
Titular

  
ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO  
Titular



30  
Cite

  
ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO  
Titular

  
JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA  
Titular

  
NAPOLEÃO EMANUEL VALADAES  
Titular

ajm

S.



CONTINUAÇÃO DA ATA DE 23.10.00 CONC. 088 e OUTRAS DOC. DE  
HABILITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2000

Nº Processo: 00745/2000  
Contratante: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CNPJ Contratado: 47774177191  
Contratado: RONYSE AVELINO PACHECO  
Objeto: Elaboração e Acompanhamento de Convênio  
Fundamento Legal: Art. 25 inciso II da Lei. n.º 866/93. (Decisão TCU 439/98).  
Vigência: 17/10/2000 a 20/10/2000  
Valor Total: R\$ 1.050,00  
Fonte do Recurso: Nota de Empenho 250160013 2000NE001505  
Data de Assinatura: 17/10/2000

Edital: 24/10/2000 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00  
Endereço: Rua Major Fausto, 733 - 9º andar  
Centro - FORTALEZA - CE  
Entrega das Propostas: 31/10/2000 às 09h30

MARLIO FABIO PELOSI FALCAO  
Chefe

(SISEC - 23/10/2000) 114629-11301-2000NE003085

INSTITUTO DE PESQUISA  
ECONÔMICA APLICADA

Diretoria de Administração e Finanças

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2000

Nº Processo: 03012000357200055  
Objeto: Taxa de inscrição de servidores em curso de Recursos Humanos.  
Contratada: ASSOC. BRASIL DE REC. HUMANOS-SECCIONAL DISTRITO FEDERAL  
Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei 8.666/93, combinado com o inciso VI, Artigo 13 da mesma Lei.  
Justificativa: Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.  
Declaração de Inexigibilidade em 23/10/2000  
IVANILDO ALVES DA SILVA  
Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças - Substituto  
Ratificação em 23/10/2000  
RUBIMAIRA CANTUÁRIA SANTIAGO  
Diretor de Administração e Finanças  
Valor: R\$ 1.200,00  
(SISEC - 23/10/2000) 113601-11302-2000NE000071

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Departamento Regional Nordeste 3

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONVITE Nº 14/2000

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação predial, a serem executados em 3 (três) diferentes prédios do IBGE localizados na cidade de Fortaleza/CE, compreendendo um total de 3.497 m² de área interna e 3.220 m² de área externa.

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
BA	Rua Alceu Amoroso Lima, 422 - Pituba, Salvador/BA			
CE	Rua da Rosário, 281 - 10º Andar - Centro, Fortaleza/CE			
GO	Rua 11, n.º 618, 1º Andar - Setor Oeste, Goiânia/GO			
PA	Travessa Rosa Moreira, 476 - Telegrafo, Belém/PA			
PE	Rua Quarenta e Oito, 149, 1º Andar - Espingolagem, Recife/PE			
PR	Rua Vicente Carvalho, 220, Balneário, Curitiba/PR			
RJ	Pça XV de Novembro, 20 - 2º Andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ			
RS	Av. Princesa Isabel, 778 - 1º Andar - Sala 202 - Bairro Santana, Porto Alegre/RS			
SP	Rua Costa, 55 - Bairro Consolação, São Paulo/SP			

Brasília - DF, 23 de outubro de 2000  
MANOEL ELIAS MOREIRA  
Presidente da Comissão

ANEXO I - CONCORRÊNCIA Nº 050/00-SSR/MC

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
BA	CONCEIÇÃO DO JACUIPE			
CE	KOSMO COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53649.000311/00	HABILITADA

ANEXO II - CONCORRÊNCIA Nº 52/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
BA	SANTA LUZ			
CE	ANDREI CARNEIRO DE ARAÚJO E CIA. LTDA	FM	53640.000426/00	HABILITADA

ANEXO III - CONCORRÊNCIA Nº 54/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	CIOROZINHO			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53638.000663/00	HABILITADA
CE	CRUATÁ			
CE	RÁDIO SANTA FÉ DE CRUATÁ LTDA.	FM	53650.000671/00	HABILITADA
CE	CRUQUILLIA			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	HABILITADA
CE	CAEUL			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	HABILITADA
CE	REURBAS			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	HABILITADA
CE	IRACURÁ			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	HABILITADA
CE	JACUARUAMA			
CE	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.	FM	53650.000663/00	HABILITADA

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA Nº 56/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	PARAMUNT			
CE	ORGANIZAÇÃO E RADIODIFUSÃO DE PARA-MONTI LTDA.	FM	53650.000703/00	INABILITADA

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE  
RADIODIFUSÃO

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, com base nos Editais, torna público o resultado parcial da análise da documentação (Anexos I a XXII) dos participantes das Concorrências de nºs 050, 052, 054, 056, 058 a 061, 074, 075, 077, 079, 081 a 084, 088, 090, 091, 092, 094, 097 a 102, 107, 117, 118 e 123/2000 - SSR/MC, relativas a localidades dos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Os autos dos processos estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 6 a 10 de novembro de 2000, na respectiva Secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações Supervisora, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao fracionamento dos mencionados autos, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que esses requerimentos sejam protocolizados na respectiva Delegacia, no período citado, e nos endereços indicados a seguir, fixado o dia 27 de novembro de 2000 como DATA-LIMITE para a interposição de eventuais RECURSOS.

ANEXO V - CONCORRÊNCIA Nº 58/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	CONCEIÇÃO DA BARRA			
CE	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
CE	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA
ES	ITAGUAÇU			
ES	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
ES	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA
ES	MIQUI			
ES	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
ES	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA
ES	PIUMA			
ES	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
ES	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA
ES	SÃO GABRIEL DA PALHA			
ES	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
ES	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
ES	RÁDIO ULTRA FM LTDA.	FM	53770.000881/00	HABILITADA
ES	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.000878/00	HABILITADA

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA Nº 59/2000

UF	Localidade/Proprietário	Serviço	Nº do Processo	Resultado
GO	ARAGUACAS			
GO	FUNDAÇÃO DOM JUVENAL RORIZ	FM	53670.001051/00	HABILITADA
GO	STÚDIO O COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	FM	53670.001052/00	HABILITADA
GO	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001054/00	HABILITADA
GO	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CAMARGO GONCALVES LTDA.	FM	53670.001053/00	HABILITADA
GO	OURITI ALEGRE			
GO	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CAMARGO GONCALVES LTDA.	FM	53670.001055/00	HABILITADA
GO	STÚDIO O COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	FM	53670.001052/00	HABILITADA
GO	BRITÂNIA			
GO	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001054/00	HABILITADA
GO	CAIAPÔNIA			
GO	FUNDAÇÃO DOM JUVENAL RORIZ	FM	53670.001051/00	HABILITADA
GO	CAMPOS DELOS			
GO	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001054/00	HABILITADA
GO	COCALZINHO			
GO	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001054/00	HABILITADA
GO	CRISTALINA			
GO	SOF SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001070/00	HABILITADA
GO	RÁDIO DIFUSORA SERRA DOS CRISTAIS LTDA.	FM	53670.001419/00	INABILITADA
GO	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.001054/00	HABILITADA





## ANEXO VII - CONCORRÊNCIA Nº 60/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	MANDAIA			
PR	FUNDAÇÃO DOM TAVENAR, RORIZ	FM	53670.00121300	INABILITADA

## ANEXO VIII - CONCORRÊNCIA Nº 61/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	BUZIANÂNIA			
PR	RÁDIO R. TV CENTÁURIO LTDA.	FM	53670.00121300	INABILITADA
PR	MEROPOLIS			
PR	RÁDIO R. TV CENTÁURIO LTDA.	FM	53670.00121300	INABILITADA
PR	PARAUNA			
PR	RÁDIO R. TV CENTÁURIO LTDA.	FM	53670.00121300	INABILITADA
PR	PLANALINA			
PR	RÁDIO R. TV CENTÁURIO LTDA.	FM	53670.00121300	INABILITADA
PR	QUIRINDIPOLIS			
PR	RÁDIO R. TV CENTÁURIO LTDA.	FM	53670.00121300	INABILITADA

## ANEXO IX - CONCORRÊNCIA Nº 74/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	ARAI, MORUBA			
PR	RAINHA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.00128800	INABILITADA
PR	ESTAGUACU			
PR	RAINHA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.00128800	INABILITADA
PR	CARABUT			
PR	RAINHA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.00128800	INABILITADA
PR	KARACOL			
PR	RAINHA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.00128800	INABILITADA
PR	IBONEL SAPUCAIA			
PR	RAINHA RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53670.00128800	INABILITADA

## ANEXO X - CONCORRÊNCIA Nº 75/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	DOIS IRMÃOS DO BURITI			
PR	FM BURITI LTDA.	FM	53670.00135900	INABILITADA
PR	IMACULADA			
PR	FUNDAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL IMACULADA CONJUNÇÃO	FM	53670.00135500	INABILITADA

## ANEXO XI - CONCORRÊNCIA Nº 77/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	ALTO TAQUARI			
PR	GRUPO SOUSA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00143400	INABILITADA
PR	PRASORTE			
PR	RÁDIO FM NOROESTE LTDA.	FM	53670.00143800	INABILITADA

## ANEXO XII - CONCORRÊNCIA Nº 79/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	CONCE			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	PORTAL DO ARAQUAIA			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	PONTES E LACERDA			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	SANTO ALBERTO DO NORTE			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	RODRIGO CASCALHEIRA			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	SARZAL			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	TANQUE DA SERRA			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	TAPURAU			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA
PR	VILA BELA DE SANTA TRINDADE			
PR	SINTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00155900	INABILITADA

## ANEXO XIII - CONCORRÊNCIA Nº 81/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	URUBARA			
PR	URUBARA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53770.00032400	INABILITADA

## ANEXO XIV - CONCORRÊNCIA Nº 82/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	BANANIRAS			
PR	RÁDIO SHALON FM STEREO LTDA.	FM	53103.00021800	INABILITADA
PR	PRULIM			
PR	RÁDIO SHALON FM STEREO LTDA.	FM	53103.00021800	INABILITADA

## ANEXO XV - CONCORRÊNCIA Nº 83/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO			
PR	RÁDIO SHALON FM STEREO LTDA.	FM	53103.00032700	INABILITADA
PR	LUCENA			
PR	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LUCENA LTDA.	FM	53103.00032700	INABILITADA

## ANEXO XVI - CONCORRÊNCIA Nº 84/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	PIJAR			
PR	RÁDIO SHALON FM STEREO LTDA.	FM	53103.00032700	INABILITADA

## ANEXO XVII - CONCORRÊNCIA Nº 86/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	CARABUT			
PR	MARTINS PAVAO RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53740.00072600	INABILITADA
PR	CIDADE SAUCIA			
PR	TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00072600	INABILITADA

## ANEXO XVIII - CONCORRÊNCIA Nº 90/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	MANDAGUACU			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	RAINHA FM LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MANDUITUBA			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MANUEL RUIAS			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	FM ALTA CAMPINA LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MARIÓPOLIS			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MATELANDIA			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MATINHOS			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA
PR	MISSAL			
PR	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00073600	INABILITADA

## ANEXO XIX - CONCORRÊNCIA Nº 91/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	NOVA AURORA			
PR	KARINA FM LTDA.	FM	53740.00081000	INABILITADA
PR	RÁDIO CLUB FM DE NOVA AURORA LTDA.	FM	53740.00081000	INABILITADA
PR	NOVA SANTA ROSA			
PR	RÁDIO FM JOIA DO OESTE LTDA.	FM	53740.00081000	INABILITADA
PR	PEABIRU			
PR	RÁDIO CAMPINHOS FM LTDA.	FM	53740.00081700	INABILITADA
PR	FINHAO			
PR	MARCO - REGIO COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	53740.00080700	INABILITADA

## ANEXO XX - CONCORRÊNCIA Nº 92/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	TIRAI DO SUL			
PR	MARTINS PAVAO RÁDIO DIFUSÃO LTDA.	FM	53740.00085100	INABILITADA
PR	ROLÂNDIA			
PR	RÁDIO JORNAL FM DE ROLÂNDIA LTDA.	FM	53740.00084400	INABILITADA

## ANEXO XXI - CONCORRÊNCIA Nº 94/2000

UF	Localidade/ Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PR	ARARUAMA			
PR	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.	FM	53770.00091300	INABILITADA
PR	BOM JESUS DO ITAIPAVANA			
PR	CEBELWAN COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53770.00092600	INABILITADA
PR	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL SANTO INACIO DE LOYOLA	FM	53770.00094400	INABILITADA
PR	CARAPEBUS			
PR	CEBELWAN COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53770.00092600	INABILITADA
PR	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	FM	53770.00091300	INABILITADA
PR	MACICA			
PR	CEBELWAN COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53770.00092600	INABILITADA
PR	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	FM	53770.00091300	INABILITADA
PR	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.	FM	53770.00091300	INABILITADA
PR	OUSSAMA			
PR	CEBELWAN COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53770.00092600	INABILITADA
PR	SÃO JOÃO DA BARRA			
PR	CEBELWAN COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.	FM	53770.00092600	INABILITADA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
DELEGACIA REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO-CEL/SSR

TERMO DE ANEXACÃO

Nesta data anexe ao presente processo a documentação a seguir, constituída de 12 folhas, que numerei em continuação do número 53 ao número 64.

Curitiba, 20 de outubro de 2000

  
VILMAR DE BORBA MARQUES  
PRESIDENTE CAT

Curitiba-PR, 16 de novembro de 2000.

Da: Rádio Sem Fronteiras Ltda.

Para: Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso(solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta apresentar recurso contra a habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- São Cristóvão Telecomunicações Ltda. - Essa empresa apresentou proposta para concorrer em Mariópolis, Matelândia, e Missal e não apresentou o assentimento prévio exigido pelo item 5.2.2 do Edital para localidades na faixa de fronteira. Além disso a certidão de regularidade da Receita Federal é de 10 de junho de 2000 e válida por 30 dias, vencida portanto na data do edital (2 de agosto) em desacordo com o que exige o item 5.4.3 e 5.4.4 do edital. Além disso não foram apresentados os documentos de nacionalidade do sócio João Nilson, conforme exige o item 5.2.4 do edital.

- Rainha FM Ltda. -- Essa empresa, conforme seu contrato social, iniciou suas atividades em primeiro de julho de 2000. No entanto seus dois dirigentes não apresentaram as certidões cível, criminal e de protestos dessa localidade, onde exercem atividade econômica desde julho de 2000, conforme exige o item 5.2.5 do edital. A certidão apresentada na página 15 tem o nome do Sr. Leomar grafado de modo diverso do de seus documentos. Finalmente a certidão de regularidade municipal, apresentada na página 31 não tem o período de validade, como pede o item 5.4.4 do edital.

Atenciosamente

  
TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

CELESTINO

17 NOV 13 6 53 02960

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

Curitiba-PR, 16 de novembro de 2000.

Da: Rádio Master FM Ltda.

Para: Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso(solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta apresentar recurso contra a habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- São Cristóvão Telecomunicações Ltda. - Essa empresa apresentou proposta para concorrer em Mariópolis, Matelândia, e Missal e não apresentou o assentimento prévio exigido pelo item 5.2.2 do Edital para localidades na faixa de fronteira. Além disso a certidão de regularidade da Receita Federal é de 10 de junho de 2000 e válida por 30 dias, vencida portanto na data do edital (2 de agosto) em desacordo com o que exige o item 5.4.3 e 5.4.4 do edital. Além disso não foram apresentados os documentos de nacionalidade do sócio João Nilson, conforme exige o item 5.2.4 do edital.

- Rainha FM Ltda. - Essa empresa, conforme seu contrato social, iniciou suas atividades em primeiro de julho de 2000. No entanto seus dois dirigentes não apresentaram as certidões cível, criminal e de protestos dessa localidade, onde exercem atividade econômica desde julho de 2000, conforme exige o item 5.2.5 do edital. A certidão apresentada na página 15 tem o nome do Sr. Leomar grafado de modo diverso do de seus documentos. Finalmente a certidão de regularidade municipal, apresentada na página 31 não tem o período de validade, como pede o item 5.4.4 do edital.

Atenciosamente

  
**ROBINSON DE OLIVEIRA**  
**PROCURADOR**

RECEBIDO  
17 DE NOV 2000  
02000

561

Curitiba-PR, 16 de novembro de 2000.

Da: Rádio Capelista Ltda.

Para: Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso(solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor,

Vimos por meio desta apresentar recurso contra a habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- São Cristóvão Telecomunicações Ltda. - Essa empresa apresentou proposta para concorrer em Mariópolis, Matelândia, e Missal e não apresentou o assentimento prévio exigido pelo item 5.2.2 do Edital para localidades na faixa de fronteira. Além disso a certidão de regularidade da Receita Federal é de 10 de junho de 2000 e válida por 30 dias, vencida portanto na data do edital (2 de agosto) em desacordo com o que exige o item 5.4.3 e 5.4.4 do edital. Além disso não foram apresentados os documentos de nacionalidade do sócio João Nilson, conforme exige o item 5.2.4 do edital.

- Rainha FM Ltda. - Essa empresa, conforme seu contrato social, iniciou suas atividades em primeiro de julho de 2000. No entanto seus dois dirigentes não apresentaram as certidões cível, criminal e de protestos dessa localidade, onde exercem atividade econômica desde julho de 2000, conforme exige o item 5.2.5 do edital. A certidão apresentada na página 15 tem o nome do Sr. Leomar grafado de modo diverso do de seus documentos. Finalmente a certidão de regularidade municipal, apresentada na página 31 não tem o período de validade, como pede o item 5.4.4 do edital.

- FM Alta Campina Ltda. - Na página 5 são apresentados mais de um documento de nacionalidade, em desacordo com o item 5.2.4 do edital. As certidões apresentadas nas páginas 6, 7 e 8 do processo foram emitidas com buscas a partir de 99, e não foram apresentadas as certidões do cartório que detinha a jurisdição anterior, em desacordo com o item 5.2.5 do edital. A empresa não apresentou inscrição municipal, nem certidão de regularidade do município, em desacordo com o item 5.4.1 e 5.4.3 do edital. Finalmente a empresa apresentou a inscrição no estado (página 15) e a certidão do estado menciona que a empresa não consta do cadastro (página 24), o que mostra que os documentos não tem conexão entre si ou foram fraudados, deixando de atender o item 5.4.1 combinado com o item 5.4.3 do edital.

Atenciosamente

Fúlvio Bevilacqua  
Sócio Gerente

RECEBIDO  
11378  
02945



Curitiba-PR, 23 de outubro de 2000.

Da: Radio Sem Fronteiras Ltda.

Para: Presidente da Comissão especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso (solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- Empresas que apresentaram mais de um documento de nacionalidade dos sócios cotistas, em desacordo com o item 5.2.4 do Edital

Televisão Guararapes Ltda.

- Empresa que não apresentou cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.

SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.

Televisão Guararapes Ltda.

Frequência Brasileira de Comunicações Ltda.

Rocco Jr. E Rocco Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3 e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- Jea Comunicações Ltda. - A empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital e existe uma discrepância nos documentos do estado. A inscrição estadual é datada de 29 de junho de 2000, e a certidão de regularidade é datada de 16 de junho, antes da inscrição e no corpo desta consta que a entidade não está inscrita no Cadastro do Estado, ou seja, a entidade obteve a regularidade antes de se inscrever, o que é uma flagrante irregularidade e deixa de atender corretamente o item 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Battox Comunicações Ltda. - além do CNPJ apresentado ser de uma outra empresa, conforme detectou a análise da comissão, o balanço de abertura não tem a assinatura do contador (pág. 12 e 13), o mesmo se dando com o índice de solvência, em desacordo com a norma contábil. Além disso a certidão apresentada na página 15 é só de concordata, não sendo de falência, como exige o item 5.3.4 do edital.

- Estúdio Omny 7 Ltda. - a empresa apresentou certidão da prefeitura sem prazo de validade, o que está em desacordo com o item 5.4.4 do edital.

- Radio Mocidade FM Ltda. - a certidão de protestos do dirigente, da localidade de Maringá está sem o período de buscas, o mesmo ocorrendo com a certidão cível daquela localidade. Além disso a proponente não apresentou as certidões de protestos de Mandaguçu (apenas cível e criminal), todas essas irregularidades em desacordo com o item 5.2.5 do edital.

- Não puderam ser vistas:

São Cristóvão Telecomunicações Ltda.

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

01794

Curitiba-PR, 23 de outubro de 2000.

Da: J.H.M. Radiodifusão Ltda.

Para: Presidente da Comissão especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso (solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- Empresas que apresentaram mais de um documento de nacionalidade dos sócios cotistas, em desacordo com o item 5.2.4 do Edital

Televisão Guararapes Ltda.

- Empresa que não apresentou cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.

SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.

Televisão Guararapes Ltda.

Frequência Brasileira de Comunicações Ltda.

Rocco Jr. E Rocco Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3 e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- Jea Comunicações Ltda. - A empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital e existe uma discrepância nos documentos do estado. A inscrição estadual é datada de 29 de junho de 2000, e a certidão de regularidade é datada de 16 de junho, antes da inscrição e no corpo desta consta que a entidade não está inscrita no Cadastro do Estado, ou seja, a entidade obteve a regularidade antes de se inscrever, o que é uma flagrante irregularidade e deixa de atender corretamente o item 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Não puderam ser vistas:

São Cristóvão Telecomunicações Ltda.

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

TELMO EUGÊNIO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

DELEGACIA DE LICITAÇÃO  
L.P.-SC

24 OUT 10 38 03

07821

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Curitiba-PR, 23 de outubro de 2000.

Da: J.H.M. Radiodifusão Ltda.  
Para: Presidente da Comissão especial de Licitação do Ministério das Comunicações  
Assunto: Recurso (solicita exame)  
Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital-supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- Empresas que apresentaram mais de um documento de nacionalidade dos socios cotistas, em desacordo com o item 5.2.4 do Edital

Televisão Guararapes Ltda.

- Empresa que não apresentaram cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.

SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.

Televisão Guararapes Ltda.

Frequência Brasileira de Comunicações Ltda.

Rocco Jr. E Rocco Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3 e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- Jea Comunicações Ltda. - A empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital e existe uma discrepância nos documentos do estado. A inscrição estadual é datada de 29 de junho de 2000, e a certidão de regularidade é datada de 16 de junho, antes da inscrição e no corpo desta consta que a entidade não está inscrita no Cadastro do Estado, ou seja, a entidade obteve a regularidade antes de se inscrever, o que é uma flagrante irregularidade e deixa de atender corretamente o item 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Não puderam ser vistas:

São Cristóvão Telecomunicações Ltda.

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

Antonina-PR, 23 de outubro de 2000.

Da: Radio Capelista Ltda.

Para: Presidente da Comissão especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso (solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- Empresas que apresentaram mais de um documento de nacionalidade dos sócios colistas, em desacordo com o item 5.2.4 do Edital

Televisão Guararapes Ltda.  
Sistema de Comunicação Mariópolis Ltda.  
Sistema de Radio FM Mariópolis Ltda.  
Radio FM Sul América Ltda. (pág. 4 e 28)  
Televisão Litoral do Paraná Ltda.  
Radio FM Total Ltda.  
Radio FM Missal Ltda.

- Empresa que não apresentaram cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.  
SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.  
Televisão Guararapes Ltda.  
Frequência Brasileira de Comunicações Ltda.  
Rocco Jr. E Rocco Ltda.  
SBR Comunicações Ltda.  
Radio Portal da Costa Oeste S/C Ltda.  
Televisão Litoral do Paraná Ltda.  
Radio FM Total Ltda.  
Radio FM Missal Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3

DELEGACIA REGIONAL/PR-SC

24 OUT 10 42 23

01848

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- Jea Comunicações Ltda. - A empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital e existe uma discrepância nos documentos do estado. A inscrição estadual é datada de 29 de junho de 2000, e a certidão de regularidade é datada de 16 de junho, antes da inscrição e no corpo desta consta que a entidade não está inscrita no Cadastro do Estado, ou seja, a entidade obteve a regularidade antes de se inscrever, o que é uma flagrante irregularidade e deixa de atender corretamente o item 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Battox Comunicações Ltda. - além do CNPJ apresentado ser de uma outra empresa, conforme detectou a análise da comissão, o balanço de abertura não tem a assinatura do contador (pág. 12 e 13), o mesmo se dando com o índice de solvência, em desacordo com a norma contábil. Além disso a certidão apresentada na página 15 é só de concordata, não sendo de falência, como exige o item 5.3.4 do edital.

- SBR Comunicações Ltda. - a certidão cível e criminal do gerente não tem o período de buscas (em conflito com o que exige o item 5.2.5 do edital), a empresa não apresentou o balanço, apenas um balancete (mencionado como insuficiente pelo item 5.3.1 do edital), e não apresenta inscrição estadual ou municipal, em desacordo com o item 5.4.1 do edital. Além disso a empresa se inscreveu para concorrer em Manoel Ribas e não apresentou o anexo II para esta localidade, apresentando-o para Peabiru, que não é objeto de licitação.

- Estúdio Omny 7 Ltda. - a empresa apresentou certidão da prefeitura sem prazo de validade, o que está em desacordo com o item 5.4.4 do edital.

- Radio Mocidade FM Ltda. - a certidão de protestos do dirigente, da localidade de Maringá está sem o período de buscas, o mesmo ocorrendo com a certidão cível daquela localidade. Além disso a proponente não apresentou as certidões de protestos de Mandaguaçu ( apenas cível e criminal), todas essas irregularidades em desacordo com o item 5.2.5 do edital.

- Rede Panorama de Comunicações Ltda. - essa empresa apresentou a certidão estadual, com a razão social aposta posteriormente, uma vez que o CNPJ apresentado não consta do cadastro estadual. A alteração de documentos está prevista na lei de licitações e invalida o documento, devendo a proponente portanto ser inabilitada.

- Sistema de Comunicação Mariópolis Ltda. - essa empresa não apresentou as certidões de Mariópolis, local de residência dos dirigentes, conforme a página 2 do contrato social, apresentando somente certidões de Curitiba em desacordo com o item 5.2.5 do edital. A certidão de falência tampouco é da comarca da empresa e sim de Curitiba, o que não atende o item 5.3.4 do edital. A empresa não tem inscrição estadual, o que está em desacordo com o item 5.4.1 do edital.

- Sistema de Radio FM Mariópolis Ltda. - os gerentes residem em Mariópolis, segundo o contrato social, e não foram apresentadas certidões de Curitiba, em desacordo com o item 5.2.5 do edital. A certidão de falência tampouco é da comarca da empresa e sim de Curitiba, o que não atende o item 5.3.4 do edital. A empresa não tem certidão estadual, o que está em desacordo com o item 5.4.1 do edital.

- Radio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. - existem várias certidões sem o período de buscas (páginas 12, 13, 15, 16, 17), o que está em desacordo com o item 5.2.5 do edital.

- Radio FM Imperatriz de Matelândia Ltda. - a certidão estadual é para fins de cadastro e não para licitações, não atendendo portanto o item 5.4.3 do edital.

- Radio FM de Matelândia Ltda. - a certidão cível e criminal do dirigente não tem o período de buscas e a certidão de regularidade estadual é apenas para cadastro, deixando portanto a proponente de atender os itens 5.2.5 e 5.4.3 do edital.

- Fundação Champagnat - essa proponente não tem inscrição estadual ou municipal e não apresentou uma



627

declaração oficial de isenção. Além disso a certidão do estado é para licitação na Anatel, o que definitivamente não é o caso desta licitação. Desse modo a empresa não atendeu os itens 5.4.1 e 5.4.3 do edital.

- Radio FM Sul América Ltda. - a empresa tem sede em Matinhos e não apresentou a certidão de falência e concordata daquela comarca, apenas de Curitiba. Além disso a empresa não apresentou a inscrição nem a certidão de regularidade municipal, e nem a inscrição estadual. Essa falhas estão previstas nos itens 5.3.4, 5.4.1 e 5.4.3 do edital.

- Televisão Litoral do Paraná Ltda. - essa empresa não apresentou assentimento prévio para se instalar na faixa de fronteira, portanto deve ser inabilitada dos municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. Além disso as certidões da receita federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional, foram emitidas em 28 de junho e eram válidas por 30 dias, estando portanto vencidas, e em desacordo com o item 5.4.4 do edital. Finalmente esta empresa apresentou o anexo II para sete municípios da concorrência e só se inscreveu para Matinhos. Solicitamos que sua habilitação só seja analisada para este município.

- Matinhos Radiodifusão Ltda. - a certidão de protesto de Matinhos tem prazo de buscas de um ano, ao invés dos cinco exigidos pelo item 5.2.5 do edital. O balanço patrimonial é de 31 de julho de 2000, portanto mais de 30 dias após a constituição da entidade, determinado no item 5.3.2 do edital. A certidão de regularidade da prefeitura, aposta na página 52, não tem o prazo de validade, estando portanto em desacordo com o item 5.4.4 do edital.

- Fundação Nossa Senhora do Rocio Ltda. - a empresa não apresentou inscrição estadual ou municipal, apondo apenas uma declaração de seu dirigente, o que está em desacordo com o item 5.4.1 do edital. Além disso a certidão de regularidade do estado é para fins de licitação na ANATEL, o que não é o caso desta licitação.

- Radio FM Total Ltda. - a empresa não tem a certidão de regularidade municipal, apresentando apenas um protocolo de solicitação, que não é o que exige o item 5.4.3 do edital.

- Radio FM Minuano Ltda. - as certidões cível e criminal do dirigente não tem o período de buscas, estando portanto em desacordo com o item 5.2.5 do edital.

- Radio FM Missal Ltda. - as certidões cível, criminal, e de protestos do Sr. Alfredo, não tem o período de buscas. Além disso não há certidão cível nem criminal, apenas de protesto de Medianeira, do Sr. Alfredo. Já quanto a Foz do Iguaçu ocorre o mesmo, com a apresentação apenas da certidão de protesto do Sr. Alfredo. Esse procedimento está em desacordo com o item 5.2.5 do edital. A empresa também não apresentou o balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do edital.

- Não puderam ser vistas:

São Cristóvão Telecomunicações Ltda.

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

  
FULVIO BEVILACQUA  
SÓCIO-GERENTE

6. 11

Referência: Edital 090/2000

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

**Televisão Guararapes Ltda.**

- Empresa que não apresentaram cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.

SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.

Televisão Guararapes Ltda.

Freqüência Brasileira de Comunicações Ltda.

Rocco Jr. E Rocco Ltda.

SBR Comunicações Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. – a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3 e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. – a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- SBR Comunicações Ltda. -- a certidão civil e criminal do gerente não tem o período de buscas (em conflito com o que exige o item 5.2.5 do edital), a empresa não apresentou o balanço, apenas um balancete (mencionado como insuficiente pelo item 5.3.1 do edital), e não apresenta inscrição estadual ou municipal, em desacordo com o item 5.4.1 do edital. Além disso a empresa se inscreveu para concorrer em Manoel Ribas e não apresentou o anexo II para esta localidade, apresentando-o para Peabiru, que não é objeto de licitação.

- Não puderam ser vistas:

**São Cristóvão Telecomunicações Ltda.**

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

TELMO EUGENIO DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

2401 W 4 E 01850  
DEED-34 100-1478-3

Curitiba-PR, 23 de outubro de 2000.

Da: Radio Master FM Ltda.

Para: Presidente da Comissão especial de Licitação do Ministério das Comunicações

Assunto: Recurso (solicita exame)

Referência: Edital 090/2000

Prezado Senhor

Vimos por meio desta apresentar recurso, contra habilitação dos seguintes concorrentes do edital supracitado, pelos motivos abaixo expostos:

- Empresas que apresentaram mais de um documento de nacionalidade dos socios colistas, em desacordo com o item 5.2.4 do Edital

Televisão Guararapes Ltda.

- Empresa que não apresentaram cálculo do índice de solvência, em desacordo com o item 5.3.3 do Edital

Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda.

SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda.

Televisão Guararapes Ltda.

Frequência Brasileira de Comunicações Ltda.

Rocco Jr. E Rocco Ltda.

Além das falhas apresentadas, notamos as seguintes falhas nas proponentes:

- Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. - Não apresentou nem a inscrição municipal, nem a certidão de regularidade do município, em desacordo com os itens 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação nos municípios da faixa de fronteira, devendo portanto ser inabilitada para os municípios de Mariópolis, Matelândia e Missal. O proponente não apresentou a inscrição estadual, tendo apenas um pedido na pág. 66, deixando portanto de atender o item 5.2.2 e 5.4.1 do Edital.

- Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. - As certidões cível e criminal de Iporã não tem o período de buscas (pág. 14 e 15) em desacordo com o item 5.2.5 do Edital. Além disso a empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital. A empresa só tem assentimento prévio para o município de Matelândia, devendo portanto ser inabilitado para o município de Mariópolis.

- Rocco Jr. E Rocco Ltda. - a certidão de regularidade do estado é para fins de financiamento junto ao Ministério das Comunicações, o que não é o caso desta licitação, em desacordo portanto com o item 5.4.3 e item do Edital.

- SSBR Sociedade Sul Brasileira de Radiodifusão Ltda. - a empresa não apresentou o assentimento prévio para instalação no município de Mariópolis, deixando de atender o item 5.2.2 do edital, devendo portanto ser inabilitada para este município.

- Jea Comunicações Ltda. - A empresa não apresentou o Balanço de 1999, em desacordo com o item 5.3.1 do Edital e existe uma discrepância nos documentos do estado. A inscrição estadual é datada de 29 de junho de 2000, e a certidão de regularidade é datada de 16 de junho, antes da inscrição e no corpo desta consta que a entidade não está inscrita no Cadastro do Estado, ou seja, a entidade obteve a regularidade antes de se inscrever, o que é uma flagrante irregularidade e deixa de atender corretamente o item 5.4.1 e 5.4.3 do Edital.

- Battox Comunicações Ltda. - além do CNPJ apresentado ser de uma outra empresa, conforme detectou a análise da comissão, o balanço de abertura não tem a assinatura do contador (pág. 12 e 13), o mesmo se dando com o índice de solvência, em desacordo com a norma contábil. Além disso a certidão apresentada na página 15 é só de concordata, não sendo de falência, como exige o item 5.3.4 do edital.

- Estúdio Omny 7 Ltda. - a empresa apresentou certidão da prefeitura sem prazo de validade, o que está em desacordo com o item 5.4.4 do edital.

- Radio Mocidade FM Ltda. - a certidão de protestos do dirigente, da localidade de Maringá está sem o período de buscas, o mesmo ocorrendo com a certidão cível daquela localidade. Além disso a proponente não apresentou as certidões de protestos de Mandaguçu ( apenas cível e criminal), todas essas irregularidades em desacordo com o item 5.2.5 do edital.

- Não puderam ser vistas:

São Cristóvão Telecomunicações Ltda.

Rainha FM Ltda.

Alta Campina FM Ltda.

Atenciosamente

ROBINSON DE OLIVEIRA  
PROCURADOR

65  
OK

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

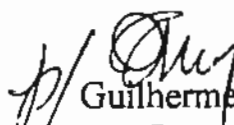
Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 64 .

Nº desta folha : 65 .

Nºs das demais folhas juntadas : 66 a 73 .

Brasília, 27 de março de 2001.

p/   
Guilherme Quintas  
Secretário

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 1499/2001/L6/CEL-SSR/MC

Referência: Processo nº 53740.000783/00  
de 04/08/2000 da  
Concorrência nº 090/2000 - SSR/MC.

Localidade(s)/Serviço(s): Mandaguáçu/PR - (FM)

I - INTRODUÇÃO

1. **RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA.**, qualificada nos autos do processo sob referência, vem interpor Recurso contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente RAINHA FM LTDA.**, alegando o descumprimento de exigências do Edital, relativamente a determinados dispositivos pertencentes à **fase de habilitação**, relacionados no item 5 do Instrumento Convocatório.
2. A **Recorrente** desenvolveu sua petição tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).
3. Por conseguinte, está o pedido amparado no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS

4. Inicialmente, há que se conhecer das razões do contraditório formado pela **Recorrente**, em cuja exposição registra que:

"Essa empresa, conforme seu contrato social, iniciou suas atividades em primeiro de julho de 2000. No entanto seus dois dirigentes não apresentaram as certidões cível, criminal e de protestos dessa localidade, onde exercem atividade econômica desde julho de 2000, conforme exige o item 5.2.5 do edital. A certidão apresentada na página 15 tem o nome do Sr. Leomar gravado de modo diverso do de seus documentos. Finalmente a certidão de regularidade municipal, apresentada na página 31 não tem o período de validade, como pede o item 5.4.4 do edital."



62  
67

5. Como se observa, as exigências que teriam sido descumpridas, sob a ótica da **Recorrente**, referem-se a requisitos para a habilitação de proponentes, conforme transcrições seguintes:

**"5.2.5 - Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas."**

**"5.4.4 – Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas."**

6. Esses requisitos são cabíveis ante aos preceitos legais para a outorga de permissão ou concessão desses serviços e que, mesmo tendo o Edital contemplado exigências consideradas rigorosas, o agente público não detém poder para descumprir dispositivos legais e ou normativos que possam resultar em prejuízo à Administração. Deve o agente, no entanto, tratar o excesso normativo com cautela para que, no cumprimento incondicional da norma, não cause, igualmente, prejuízo à Administração.

7. Por isto é que muitas são as questões sobre exigências contidas nos Editais, que acabam sendo compostas pelo Poder Judiciário que, em julgados recentes, vem firmando jurisprudência sobre o que deve ser identificado por rigor excessivo ou meras irregularidades praticadas pelos licitantes, que são perfeitamente superáveis e que em nada prejudicam o interesse da pessoa ou da sociedade.

8. É nesta linha que os estudiosos oferecem seus ensinamentos sobre esta espécie de desvio nas licitações públicas, que ora cito por entender que são úteis à conclusão que adiante se chegará.

9. Marçal Justen Filho, em seus "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", trata das questões relativas às **irregularidades superáveis** no procedimento licitatório, assim dizendo:

"Existem atos viciados de irregularidades irrelevantes. **O defeito não é apto a impedir a realização do interesse público nem sacrifica o interesse privado.** Ressalte-se que, nesses casos, ocorrem hipóteses em que a realização do interesse protegido pela norma pressupõe a prática de outros atos. **É necessário suprir a**

60  
84

**irregularidade, ratificando atos anteriores ou renovando outros.**

Há tendência reforçada a reconduzir os vícios jurídicos, no curso da licitação, ao campo das irregularidades superáveis. Não se pode ampliar a relevância jurídica da forma sobre o fundo. Tem a considerar-se que a forma é instrumental. **Consiste na via de garantia à realidade do Interesse público, de repressão ao abuso de poder e de tutela à boa-fé.** Não há sentido em tutelar diretamente a forma e infringir indiretamente os valores jurídicos consagrados constitucionalmente.

A avaliação dos vícios dos atos administrativos tem de subordinar-se ao princípio da razoabilidade (proporcionalidade). **Devem ponderar-se os interesses em jogo e avaliar-se a extensão das consequências da decisão adotada.** Não será válida decisão que, para realizar certo valor, produza o sacrifício integral de outro valor (igualmente tutelado pelo Direito)."

10. Helly Lopes Meirelles acrescenta que:

"O princípio do procedimento formal, todavia, não significa que a Administração deva ser "formalista" a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que deva anular o procedimento ou o julgamento, ou inabilitar Licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades."

69  
[assinatura]

11. Objetivamente, as razões trazidas com o intuito de ver alterada a decisão desta Comissão que habilitou a mencionada empresa, podem ser consideradas como rigorosas, **acaso sustentáveis**, haja vista que, como antes dito, seriam superáveis ante ao papel que representariam numa eventual relação a ser estabelecida entre o vencedor do certame e o Poder Público.

### III - CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, e à luz da legislação que serve à matéria, em especial o que dispõe o Edital, representativo que é da lei interna da licitação, **proponho** aos senhores membros da Comissão Especial de Licitação,

- **negar provimento ao Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente RAINHA FM LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.**

13. Após exame, pela Comissão, dos termos da presente Informação, em especial seus fundamentos legais e a conclusão proposta, consigne-se em ata própria a decisão tomada, e encaminha-se para providências de publicação.

Em 05 de Junho de 2001

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação

70  
OK

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**INFORMAÇÃO Nº 176/2001/L6/CEL-SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53740.000759/00  
de 04/08/2000 da  
Concorrência nº 090/2000 - SSR/MC.

**Localidade(s)/Serviço(s):** Mandaguáçu/PR. – (FM)

**I - INTRODUÇÃO**

1. **RÁDIO CAPELISTA LTDA; J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA; CLEVELAND FM LTDA; RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA e RÁDIO MASTER FM LTDA.**, qualificadas nos autos do processo sob referência, vem interpor **Recursos** contra ato desta Comissão que **habilitou a concorrente RAINHA FM LTDA.**, trazendo em suas petições o embasamento legal que julgaram suficientes para sustentar a motivação de seus requerimentos, alegando que determinadas exigências formais previstas no Edital não foram cumpridas, o que ensejaria, nos seus entendimentos, a não observância do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

2. As **Recorrentes** desenvolveram suas petições tomando por base o item 13 do Edital, dedicado aos **Recursos e Impugnações**, além de citações de dispositivos legais pertencentes ao Estatuto das Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 8.666, de 21.06.93).

3. Por conseguinte, estão os pedidos amparados no subitem 13.1, alínea "a", do Edital, que trata especificamente dos questionamentos sobre habilitação ou inabilitação de proponentes.

**II - FUNDAMENTOS LEGAIS/COMENTÁRIOS**

4. Do exame das razões que fundamentaram o contraditório formado pelas **Recorrentes**, verificou-se que a base de toda a motivação dos **Recursos**, está contida no item 5 do Edital, até porque o procedimento licitatório ainda está superando a fase de habilitação de proponentes no certame.

5. Deste modo, constatada, basicamente, a mesma linha de argumentação trazida nos Recursos ora interpostos, decidimos pela adoção, na

Integra, da **INFORMAÇÃO Nº 1499/2001/L6/CEL-SSR/MC**, para concluir o que se segue.

### III - CONCLUSÃO

6. Pelo exposto, e à luz da legislação que serve à matéria, em especial o que dispõe o Edital, representativo que é da lei interna da licitação, **proponho** aos senhores membros da Comissão Especial de Licitação,

- **negar provimento aos Recursos interpostos, mantendo o ato da Comissão que habilitou a proponente RAINHA FM LTDA., nesta Concorrência, com relação ao serviço e localidade incluídos na referência desta Informação.**

7. Após exame, pela Comissão, dos termos da presente Informação, em especial seus fundamentos legais e a conclusão proposta, consigne-se em ata própria a decisão tomada, e encaminha-se para providências de publicação.

Em 07 de *Jun* de 2001

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**

Presidente da Comissão Especial de Licitação



77  
Qu

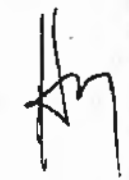
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

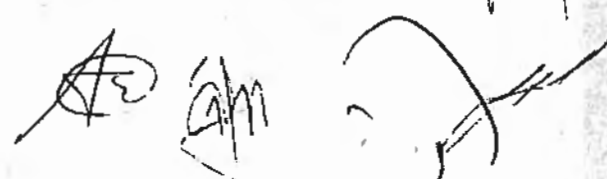
**ATA DE REUNIÃO**

Aos 12 (doze) dias do mês de março de 2001, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R," Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações subsequentes, com a participação de seu Presidente, Manoel Elias Moreira, do seu Vice-Presidente Antonio Carlos Tardeli e dos membros Alexandre Antônio de Souza, Álvaro Augusto de Souza Neto, José Ancelmo Nogueira, Anacleto Rodrigues Cordeiro e Napoleão Emanuel Valadares, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos referentes à análise dos recursos e impugnações interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1). O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão as informações contendo a análise dos referidos recursos e impugnações. (2) Após a leitura dos documentos, a Comissão aprovou o desenvolvimento e as conclusões contidas nas **Informações** constantes desta Ata, autorizando o Presidente a assiná-las e adotar as providências necessárias ao prosseguimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	INFORMAÇÃO Nº
087/00	1524 a 1526, 1529, 1600, 1601, 1516 a 1518, 1608, 1609, 1681, 1682, 1676, 1677, 1448, 1449, 1610 a 1613, 1602 a 1605, 1519 a 1521 1527, 1528, 1522, 1523, 1615, 1616 a 1620, 1674, 1675, 1679 e 1680, 2141, 2142/L6/CEL-SSR/MC
088/00	1511, 1447, 2274 a 2277, 2224 a 2226, 2231, 2229, 2230, 2227, 2228, 2232 a 2234, 711 a 714, 2137, 2133 a 2136, 2139, 2140 a 2144, 2312, 2313, 2263 a 2266, 2259 a 2262, 2283, 2284/L6/CEL-SSR/MC
089/00	1644 a 1646, 1553 a 1560, 1634, 1640, 1642, 1643, /L6/CEL-SSR/MC
090/00	1562, 1563, 174, 175, 1499, 176, 1429, 1496 a 1498, 177, 178, 179, 302 a 309, 351 a 353, 441 a 445, 354 a 356, 172, 173, 1547 a 1549, 1561, 357 a 361, /L6/CEL-SSR/MC
091/00	1833 a 1843, 365 a 378, 393, 382, 383, 386, 390, 384, 385, 379 a 381, 2302 a 2305, 2293 a 2301, 1343 a 1349, 1813, 1339 a 1342, 1335 a 1338, 391, 392, 1818, 1831, 1814 a 1817, 362 a 364, /L6/CEL-SSR/MC

  
**MANOEL ELIAS MOREIRA**  
Presidente

  
**ANTONIO CARLOS TARDELI**  
Vice-Presidente

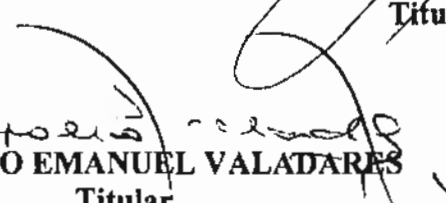



  
**ALEXANDRE ANTÔNIO DE SOUZA**  
Titular

  
**ÁLVARO AUGUSTO DE SOUZA NETO**  
Titular

  
**ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO**  
Titular

  
**JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA**  
Titular

  
**NAPOLEÃO EMANUEL VALADARES**  
Titular

  
**CONTINUAÇÃO DA ATA DE 12.03.2001. CONC. N.º 087 A 091/2000**

Os resultados de análise de recursos e impugnações, objeto das **Informações** constantes desta ata, foram publicados no DOU, de 28.03.2001.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 08 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 73.

Nº desta folha : 74.

Nºs das demais folhas juntadas : 75 a 82.

Brasília, 25 de Novembro de 2004.

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário

EXTRATO DE CONTRATO Nº 220/2000

Nº Processo: 00745/2000  
Contratante: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Contratado: 47774177191  
Contratado: RONYSE AVELINO PACHECO  
Objeto: Elaboração e Acompanhamento de Convênio Fundamento Legal: Art. 25 inciso II da Lei. n. 666/93. (Decisão TCU 429/98).  
Vigência: 17/10/2000 a 20/10/2000  
Valor Total: R\$ 1.050,00  
Fonte de Recurso: Nota de Despesa 2909R5001505  
Data de Assinatura: 17/10/2000

Edital: 24/10/2000 de 08h00 às 17h00 e de 14h00 às 17h00  
Endereço: Rua Major Fausto, 733 - 9º andar  
Centro - FORTALEZA - CE  
Entrega das Propostas: 31/10/2000 às 09h30

MARLIO FABIO PELOSI FALCAO  
Chefe

(SIDEC - 23/10/2000) 114629-11301-2000N003885

INSTITUTO DE PESQUISA  
ECONÔMICA APLICADA

Diretoria de Administração e Finanças

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 27/2000

Nº Processo: 03012000257200055  
Objeto: Taxa de inscrição de servidores em curso de Recursos Humanos.  
Contratado: ASSOC. BRASIL DE REC. HUMANOS-SECCIONAL DISTRITO FEDERAL  
Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei n. 666/93, combinado com o inciso VI, Artigo 13 da mesma Lei.  
Justificativa: Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.  
Declaração de Inexigibilidade em 23/10/2000  
IVANILDO ALVES DA SILVA  
Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças - Substituto  
Ratificação em 23/10/2000  
NÚDIA HELENA CARVALHO SANT'ANNA  
Diretor de Administração e Finanças  
Valor: R\$ 1.300,00

(SIDEC - 23/10/2000) 113601-11302-2000N000071

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Departamento Regional Nordeste 3

AVISO DE LICITAÇÃO  
CONVITE Nº 14/2000

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação predial, a ser executados em 3 (três) diferentes prédios do IBGE localizados na cidade de Fortaleza/CE, compreendendo um total de 2.437 m² de Área interna e 2.230 m² de Área externa.

Delegacia Supervisora	Endereço
DA	Rua Alceu Amoroso Lima, 522 - Pórtua, Salvador/BA
CE	Rua do Rio de Janeiro, 283 - 10º Andar - Centro, Fortaleza/CE
GO	Rua 11, nº 618, 1º Andar - Santa Orla, Goiânia/GO
PA	Travessa Rosa Moreira, 470 - Telégrafo, Belém/PA
PE	Rua Quarenta e Oito, 149, 1º Andar - Espingolagem, Recife/PE
PR	Rua Vicente Cavalho, 720, Bairro Hotel, Curitiba/PR
RS	Praça XV de Novembro, 70 - 9º Andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ
SP	Av. Princesa Isabel, 778 - 3º Andar - Sala 302 - Bairro Santana, Porto Alegre/RS
SP	Rua Costa, 55 - Bairro Conselheiro, São Paulo/SP

Brasília - DF, 24 de outubro de 2000

MANOEL ELIAS MOREIRA

Presidente da Comissão

ANEXO I - CONCORRÊNCIA Nº 05000-50RAC

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	EXPRESSÃO DO ZAMBUÍ	FM	53650.00013.000	HABILITADA
	COMUNICAÇÃO LTDA.			

ANEXO II - CONCORRÊNCIA Nº 52/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
BA	SANTA LUZ	FM	53650.00042.000	HABILITADA
	ANDRÉAS CARNEIRO DE ALMEIDA E CIA. LTDA.			

ANEXO III - CONCORRÊNCIA Nº 51/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	EMERSONILIO	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			
CE	CRIOATÁ	FM	53650.00062.000	HABILITADA
	RÁDIO SANTA LUZ DE CROATÁ LTDA.			
CE	PIRQUILIA	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			
CE	ICAPUI	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			
CE	PIREIRAS	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			
CE	IRACUJUBA	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			
CE	PIRQUILIA	FM	53650.00063.000	HABILITADA
	RÁDIO TRÊS CLIMAS LTDA.			

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA Nº 56/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
CE	PARAMONTI	FM	53650.00070.000	HABILITADA
	ORGANIZAÇÃO E RADIODIFUSÃO DE PARAMONTI LTDA.			

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE  
RADIODIFUSÃO

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, suas alterações e, com base nos Editais, torna público o resultado parcial da análise da documentação (Anexos I a XXXI) dos participantes das Concorrências de nºs 050, 052, 054, 056, 058 a 061, 074, 075, 077, 079, 081 a 084, 086, 090, 091, 092, 094, 097 a 102, 107, 117, 118 e 123/2000 - SSR/MC, relativas a localidades das Estações da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Os autos dos processos estarão disponíveis para REQUERIMENTOS DE VISTA no período de 6 a 10 de novembro de 2000, na respectiva Secretaria da Comissão de Assessoramento Técnico da Delegacia do Ministério das Comunicações Superintendente, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte ao fracionamento das mencionadas atas, a partir do 8º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que esses requerimentos sejam protocolizados na respectiva Delegacia, no período citado, e nos endereços indicados a seguir, fixado o dia 27 de novembro de 2000 como DATA-FIMITE para a interposição de eventuais RECURSOS.

ANEXO V - CONCORRÊNCIA Nº 54/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
RS	CONCEIÇÃO DA BARRA	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA
RS	ITAGUAÇU	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA
RS	SINQUE	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA
RS	PRIMA	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA
RS	SÃO GABRIEL DA PALHA	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA
RS	SENDA NOVA DO IMIGRANTE	FM	53770.00081.000	HABILITADA
	RÁDIO ULTRA FM LTDA.			
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53770.00087.000	HABILITADA

ANEXO VI - CONCORRÊNCIA Nº 59/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
GO	ARAGARCAS	FM	53670.00102.000	HABILITADA
	FUNDACÃO DOM JUVENAL RORIZ			
	STUDIO G COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	FM	53670.00103.000	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00105.000	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CAMARGO GONÇALVES LTDA.	FM	53670.00105.000	HABILITADA
GO	BURITIL ALEGRE	FM	53670.00105.000	HABILITADA
	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO CAMARGO GONÇALVES LTDA.			
	STUDIO G COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	FM	53670.00105.000	HABILITADA
GO	BRITÂNIA	FM	53670.00105.000	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.			
GO	CAJAPÓIA	FM	53670.00103.000	HABILITADA
	FUNDACÃO DOM JUVENAL RORIZ			
GO	CANJOS D'ÁGUA	FM	53670.00105.000	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.			
GO	COCAZINHO	FM	53670.00105.000	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.			
GO	CRISTALINA	FM	53670.00102.000	HABILITADA
	SINCO - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.			
	RÁDIO DIÁLOGO SERRA DOS CRISTALINOS LTDA.	FM	53670.00103.000	HABILITADA
	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	53670.00105.000	HABILITADA

## ANEXO VII - CONCORRÊNCIA Nº 66/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
GO	JANÁIA FUNDAÇÃO IMBUIBOM ROPAZ	FM	53670.00121300	INABILITADA

## ANEXO VIII - CONCORRÊNCIA Nº 61/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
GO	MUZARIÂNIA RÁDIO FIV CINEÁURO LTDA	FM	53670.00121300	INABILITADA
GO	PARAÍSA RÁDIO FIV CINEÁURO LTDA	FM	53670.00121300	INABILITADA
GO	PARAÍSA RÁDIO FIV CINEÁURO LTDA	FM	53670.00121300	INABILITADA
GO	PARAÍSA RÁDIO FIV CINEÁURO LTDA	FM	53670.00121300	INABILITADA
GO	PARAÍSA RÁDIO FIV CINEÁURO LTDA	FM	53670.00121300	INABILITADA

## ANEXO IX - CONCORRÊNCIA Nº 71/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MS	ARAI MORUBIA HUIAPINA RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53670.00126800	INABILITADA
MS	ARAI MORUBIA HUIAPINA RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53670.00126800	INABILITADA
MS	ARAI MORUBIA HUIAPINA RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53670.00126800	INABILITADA
MS	ARAI MORUBIA HUIAPINA RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53670.00126800	INABILITADA
MS	ARAI MORUBIA HUIAPINA RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53670.00126800	INABILITADA

## ANEXO X - CONCORRÊNCIA Nº 75/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MS	TRINHA DE BOM FIM FM BOM FIM LTDA	FM	53670.00135900	INABILITADA
MS	TRINHA DE BOM FIM FUNDAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL ILACULADA CONCORRÊNCIA	FM	53670.00135900	INABILITADA

## ANEXO XI - CONCORRÊNCIA Nº 77/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MT	ALTO LAQUARI GRUPO ACUSA DE COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00145500	INABILITADA
MT	ALTO LAQUARI RÁDIO FM NOROESTE LTDA	FM	53670.00145500	INABILITADA

## ANEXO XII - CONCORRÊNCIA Nº 79/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA
MT	TOCANTINS SISTELCOM - SISTEMA DE INTEGRAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	FM	53670.00155900	INABILITADA

## ANEXO XIII - CONCORRÊNCIA Nº 81/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA URUBARA COMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XIV - CONCORRÊNCIA Nº 82/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA RÁDIO SUIAM FM STEREO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA RÁDIO SUIAM FM STEREO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XV - CONCORRÊNCIA Nº 83/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA RÁDIO SUIAM FM STEREO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA RÁDIO SUIAM FM STEREO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XVI - CONCORRÊNCIA Nº 84/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA RÁDIO SUIAM FM STEREO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XVII - CONCORRÊNCIA Nº 88/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA MARTINS LAYAT RÁDIOHUIPISÃO LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA CHAPARAL LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XVIII - CONCORRÊNCIA Nº 90/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XIX - CONCORRÊNCIA Nº 91/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA NOVA AURORA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA NOVA AURORA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA NOVA AURORA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA NOVA AURORA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA NOVA AURORA	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XX - CONCORRÊNCIA Nº 92/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA PIRAÍ DO SUL	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA PIRAÍ DO SUL	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA PIRAÍ DO SUL	FM	53720.00032400	INABILITADA

## ANEXO XXI - CONCORRÊNCIA Nº 94/2000

UF	Localidade Proponente(s)	Serviço	Nº do Processo	Resultado
PA	URUBARA ARARUAMA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA ARARUAMA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA ARARUAMA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA ARARUAMA	FM	53720.00032400	INABILITADA
PA	URUBARA ARARUAMA	FM	53720.00032400	INABILITADA





02601501/0001-98 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS EC LIMITADA  
USAG: 160446 - 62 BATALHAO DE INFANTARIA  
Responsável: [illegible]

03569079/0001-01 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
FARMAC PEGAS E VEICULOS LTDA  
USAG: 153198 - MEC - ESCOLA AGNOTEC. PED. DE  
CONCORDIA - SC  
Responsável: DELIDES LORENZETTI

04952654/0001-05 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
EMPRESA DE DERIVADO DE PETROLEO LAGES LTDA  
USAG: 160147 - 10 BATALHAO DE ENFERMARIA DE  
CONSTRUCAO  
Responsável: GILBERTO CARLOS PEREIRA DA  
SILVA

95776316/0001-86 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TROVATEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
USAG: 160440 - 23 BATALHAO DE INFANTARIA - SC  
Responsável: WALDO JOSE DE SANTANA

UF: SC

13179247/0001-09 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
COMERCIAL MARIANA LTDA  
USAG: 154050 - MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL/RS  
Responsável: GEFERSON GUIMARAES DE OLIVEIRA

00507638/0001-13 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
AIR NICO LTDA.  
USAG: 511361 - GERENCIA EXECUTIVA EM  
GUARULHOS/SP  
Responsável: LIDIA MARIA DA SILVA PORTO

00823242/0001-31 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PRATIC SERVICE A TERCEIRIZADOS LTDA  
USAG: 511413 - GERENCIA EXECUTIVA EM  
BOGOCABA/SP  
Responsável: ALVARO BENEDITO DE MORAES

01492651/0001-47 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA  
USAG: 373061 - UNIDADE AVANÇADA  
DESTRADOS/INCEP/MS  
Responsável: MARIO JORGE VIZIERA DE ALMEIDA

01600649/0001-63 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PATRICIA DENT FRANCO ME  
USAG: 160452 - GRUPO 12 BRIGADA INFANTARIA  
L (AMV)  
Responsável: MARCELO CORREIA

01710080/0001-37 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
B-BAZ COMERCIO DE AGRICULTURA LTDA ME  
USAG: 160478 - 2 REGIMENTO DE CARROS DE  
MTE  
Responsável: RICHARDO MENDONÇA DE OLIVEIRA

01841504/0001-23 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
DIO CONTROLE - METODOS DE CONTROLE DE PRAGAS  
LTDA  
USAG: 130067 - DIRETORIA FEDERAL DA  
AGRICULTURA - SP  
Responsável: VANIA RITA CONCEICAO SILVA

02224980/0001-31 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
AURICORIO MACA INDUSTRIA E COMERCIO DE METAIS  
LTDA  
USAG: 511431 - UNID.ADMINISTRACAO LOCAL INES  
MOGI DAS CRUZES  
Responsável: ELIZA HASIATO MAKAGAWA

02734520/0001-53 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
LABMASTER COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA  
USAG: 511347 - UNID.ADMINISTRACAO LOCAL INES  
EM ANARA  
Responsável: EDER CLASER

03109437/0001-56 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
GUIDENOFF - TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA  
USAG: 313009 - IPHAN SA. COORDENACAO REGIONAL  
EM S. PAULO  
Responsável: JOSEMIRE CASTANHA JORGE

03223678/0001-21 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TEZIA MEIRE DOS SANTOS SARGALETTI DE  
USAG: 154049 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SAO CARLOS  
Responsável: ALENCAR CLEGGIOTE

04080177/0001-04 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
ABF TECNOLOGIA QUIMICA LTDA  
USAG: 240106 - INSTIT. EAC.DX  
FISQ.ESPACIAIS-E.J.CAMPOS - MCT  
Responsável: JOAO MANOEL VASQUES DE ALMEIDA  
04195935/0002-27 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
GOLDEN DISTRIBUIDORA LTDA.  
USAG: 200117 - SA.SUPERINTEND.DR  
RODOVIARIA FEDERAL  
Responsável: MANOEL RODRIGUES DE BRITO

04273047/0001-80 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
ELEN COMERCIO E SERVICOS LTDA.  
USAG: 120059 - IV COMANDO AEREO REGIONAL  
Responsável: CARLOS ADOLFO PEREIRA TRINIZO

04328433/0001-21 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
BAST COMERCIO LTDA ME  
USAG: 160456 - 23 BATALHAO LOGISTICO  
Responsável: LEANDRO DE CASSIO BENEDITO

32086266/0001-95 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
APLIGRAF APLICATIVOS E GRAFICOS LTDA  
USAG: 135325 - COMAB-SEDE SUREO/SP  
Responsável: CARLOS ALBERTO CAMPOS

47101662/0001-11 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PROBAN PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA  
USAG: 178015 - CAIXA/GER.FILIAL DE SUPRIMENTOS  
EM SAO PAULO  
Responsável: TADEU LINDIN DE CASTRO  
48058309/0001-69 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
AGUA LEVE DISTRIBUIDORA DE AGUAS LTDA  
USAG: 153026 - CENTRO FEDERAL DE EDUC  
TECNOLOGICA SAO PAULO  
Responsável: JOSE RICARDO NUNES DA COSTA

49326655/0001-43 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
CONTECCOES SAN GEOR LTDA  
USAG: 135325 - COMAB-SEDE SUREO/SP  
Responsável: CARLOS ALBERTO CAMPOS

51243715/0001-06 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
SOBRATUR SOCIEDADE BRASILEIRA DE TURISMO  
LIMITADA  
USAG: 153031 - MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO  
PAULO/SP  
Responsável: FRANCISCO DA MOTA DIAS

51424031/0001-07 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
FACORCEL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA  
USAG: 175015 - CAIXA/GER.FILIAL DE SUPRIMENTOS  
EM SAO PAULO  
Responsável: TADEU LINDIN DE CASTRO

60121993/0001-81 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PEREIRA ALVES E LIMA MARTIN ADVOCADOS  
ASSOCIADOS  
USAG: 511413 - GERENCIA EXECUTIVA EM  
BOGOCABA/SP  
Responsável: ADRIANO BENEDITO DE MORAES

60811344/0001-74 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
TORJO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A.  
USAG: 130067 - DIRETORIA FEDERAL DA  
AGRICULTURA - SP  
Responsável: VANIA RITA CONCEICAO SILVA

61875866/0005-42 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
CASA VELAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA  
USAG: 113202 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA  
NUCLEAR  
Responsável: DECIO MARCEL LUCENA

UF: TO

374558771-53 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
DEARLEY KUHN  
USAG: 194033 - FUNCI-FUNDACAO NACIONAL DO  
INDIO/ARAGUAINHA/TO  
Responsável: MARIA DE JESUS OLIVEIRA

446562759-07 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
PAULO CESAR RAMZI  
USAG: 135337 - COMANHIA NACIONAL DE  
ABASTECIMENTO - COMAB  
Responsável: ANTONIO ENRIQUE DA COSTA

00429229/0001-46 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
EDVAN BARROS DE OLIVEIRA  
USAG: 510630 - GERENCIA EXECUTIVA EM PALMAS/TO  
Responsável: TANIRA JACQUES SOBRINHO

00470317/0001-91 - (RENOVAÇÃO DE CADASTRAMENTO)  
MARCELIA DE ESTUARTE LTDA  
USAG: 255027 - FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE/TO  
Responsável: WALTER POTERIO DA LUIZ

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISABETH ALVES DA SILVA DRAGA

(Of. El. nº 270/V2001)

## Ministério das Comunicações

## RECURSOS CONTRA A INABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

### GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO  
Em 22 de março de 2001

Homólogo, com base na legislação em vigor e Edital de Licitação, as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação (constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações), consubstanciadas pelas informações constantes dos respectivos processos administrativos, relativamente a recursos interpostos na fase de habilitação de proponentes, com relação às concorrências em andamento para outorga de serviços de radiodifusão, de acordo com os Anexos.

PIMENTA DA VEIGA

ANEXO I

### RECURSOS CONTRA A PRÓPRIA INABILITAÇÃO - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

CONCORRÊNCIA Nº/00 SRAHC	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE
007	FM	BARROSA FERRAZ	PR	RÁDIO DIFUSORA BARROSA FERRAZ LTDA.

CONCORRÊNCIA Nº/00 SRAHC	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA INABILITAÇÃO DE:
007	FM	AMPÉRE	PR	MARQUES & COSTA LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	MARQUES & COSTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIOFUSÃO LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	MARQUES & COSTA LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	RÁDIO CULTURA FM DE AMPÉRE LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIOFUSÃO LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO DIFUSORA BARROSA FERRAZ LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
007	FM	AMPÉRE	PR	RÁDIO DIFUSORA BARROSA FERRAZ LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.

089	FM	CIDADE GAÚCHA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	CLEVELAND FM LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	CLEVELAND FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CLEVELÂNDIA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	CLEVELAND FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
1	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	FM PINHAIS LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	FM PINHAIS LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	FM PINHAIS LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.
12	FM	CONTENDA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	FM PINHAIS LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO FM GAZETA PONTA GROSSA LTDA.
089	FM	CONTENDA	PR	VICENTINA MARKETING E COMUNICAÇÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	DINÂMICA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	MILANO FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.

089	FM	ENGENHEIRO BELTRÃO	PR	RÁDIO MASTER FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FAXINAL	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FAXINAL	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FAXINAL	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FLORESTÓPOLIS	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FLORESTÓPOLIS	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FLORESTÓPOLIS	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FORMOSA DO OESTE	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FORMOSA DO OESTE	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	FORMOSA DO OESTE	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	INÁCIO MARTINS	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	INÁCIO MARTINS	PR	FM POTINGA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	INÁCIO MARTINS	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	INÁCIO MARTINS	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	RÁDIO FM LARANJEIRAS LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	RÁDIO VERDES LACOS LTDA.	RÁDIO FM LARANJEIRAS LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SALTO SANTIAGO FM LTDA.	RÁDIO FM LARANJEIRAS LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SALTO SANTIAGO FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SANTIAGO FM LTDA.	RÁDIO FM LARANJEIRAS LTDA.
089	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SANTIAGO FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LOANDA	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LOANDA	PR	FM RESERVIENSE LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LOANDA	PR	MENDONÇA & RIOS LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
089	FM	LOANDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	CLEVELAND FM LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	CLEVELAND FM LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	CLEVELAND FM LTDA.	RAINHA FM LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	CLEVELAND FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	RAINHA FM LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	ESTÚDIO DMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	RAINHA FM LTDA.
090	FM	MANDAGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.

094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO SALINAS FM LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO SALINAS FM LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	ARARUAMA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	DELTA SOCIEDADE DE RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	DELTA SOCIEDADE DE RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	BONOLIO E ALMEIDA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	BOM JESUS DE ITABAPOANA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO CANAÃ LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	DELTA SOCIEDADE DE RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	DELTA SOCIEDADE DE RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	CARAPEBUS	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	D.N.R.B. RADIOFUSÃO FM LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO CANAÃ LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	MÚLTIPLO MÍDIA RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	MÚLTIPLO MÍDIA RADIOFUSÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	JL EMPRESA DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	MÚLTIPLO MÍDIA RADIOFUSÃO LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	NICSOUND COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.

094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	MÚLTIPLO MÍDIA RADIOFUSÃO	ALIANÇA GONCALENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	ALIANÇA GONCALENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	ALIANÇA GONCALENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	MÚLTIPLO MÍDIA RADIOFUSÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	MARICÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO CANAÃ LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	CVC - COMUNICAÇÕES VALE DO CARANGOLÁ LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	QUISSAMÁ	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	D.N.R.B. RADIOFUSÃO FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO SIB FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO SIB FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO CANAÃ LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ	LAGOS FM ARARUAMA LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO DE CARAPEBUS LTDA.	R.R.S. BACELAR SERVIÇO DE RADIOFUSÃO SÓNO RA LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	R.R.S. BACELAR SERVIÇO DE RADIOFUSÃO SÓNO RA LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO E TV DESAN TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	IVANOV COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	SISTEMA PODIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	EMPRESA DE COMUNICAÇÃO CARAPEBUS LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	SISTEMA MILLENIUM DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
094	FM	SÃO JOÃO DA BARRA	RJ	RÁDIO CANAÃ LTDA.	RÁDIO ULTRA FM LTDA.
096	FM	ALPESTRE	RS	CAMARGO E VASSALI - EMPRESA DE RADIOFUSÃO LTDA.	SISTEMA FLUG DE COMUNICAÇÕES LTDA.





FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Coordenação de Recursos materiais

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6/2001

Nº Processo: 0361100006/200176  
Objeto: Serviços de energia elétrica para a DI-  
FEN/TO e suas unidades no exercício de 2001.  
Contratada: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA SA  
CERON  
Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei  
8.666/93  
Justificativa: Serviços necessários para o de-  
senvolvimento dos trabalhos.  
Declaração de Inexigibilidade em 23/03/2001  
ANTONIO MOREIRA DE LEMES  
Chefe do Departamento Regional Centro Oeste  
Ratificação em 26/03/2001  
FRANZ MOREIRA DE OLIVEIRA GAYA  
Coordenadora de Coordenação de Recursos Materi-  
ais  
Valor: R\$ 17.492,74

(SIDEC - 27/03/2001) 114629-11301-2001NE900026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2001

Nº Processo: 03626.000017/2001  
Objeto: Fornecimento de água e serviço de esgot-  
o para o prédio sede do DREX/NEZ, DIPEQ/PS e  
agência do interior do estado.  
Contratada: COMPANHIA PERNAMBUCANA DE  
SANEAMENTO  
Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei  
8.666/93  
Justificativa: Formalização dos procedimentos re-  
ferentes a autorização de despesa e empenho.  
Declaração de Inexigibilidade em 21/03/2001  
WILTON LOIZ DE MADAI  
Chefe do Departamento Regional Nordeste 2  
Ratificação em 23/03/2001  
FRANZ MOREIRA DE OLIVEIRA GAYA  
Coordenadora da Coordenação de Recursos Materiais  
Valor: R\$ 15.245,00

(SIDEC - 27/03/2001) 114629-11301-2001NE900026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2001

Nº Processo: 3523.000015/01-28  
Objeto: Serviços de energia elétrica para a DI-  
FEN/MA, a serem executados ao longo do ano de  
2001, pela única concessionária destes serviços  
- CEMAR - Cia. Energética do Maranhão.  
Contratada: COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO  
Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei  
8.666/93, combinada com a E.PR-05/2000, art. 91  
e Inciso I.  
Justificativa: Formalização legal dos procedi-  
mentos administrativos relativo à autorização  
de despesa e empenho estimado em R\$ 25.200,00.  
Declaração de Inexigibilidade em 20/03/2001  
MÁRIO FÁBIO PELOSI FALCÃO  
Chefe do Departamento Regional Nordeste 3-IBGE.  
Ratificação em 23/03/2001  
FRANZ MOREIRA DE OLIVEIRA GAYA  
Coordenadora de Recursos Materiais.  
Valor: R\$ 25.200,00

(SIDEC - 27/03/2001) 114629-11301-2001NE900026

Departamento Regional do Centro-Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2001

Nº Processo: 3504000043.988  
Contratante: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA  
E ESTATÍSTICA IBGE  
CMFV Contratado: 35968916000114  
Contratado: MANCHESTER CONSTRUTORA E  
INCORPORADORA LTDA  
Objeto: Contrato de empresa especializada para  
a prestação de serviços de engenharia, com recu-  
peração do prédio do IBGE situado a Avenida W3  
sul quadra 509 bloco A lojas 1/5.  
Fundamento Legal: Art. 22, inciso II  
Vigência: 27/03/2001 a 22/08/2001  
Valor Total: R\$ 197.997,74  
Fonte de Recurso 2001NE300361  
Data de Assinatura: 22/03/2001

(SIDEC - 27/03/2001) 114629-11301-2001NE900026

Departamento Regional Sudeste 1

RESULTADO DE HABILITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2001

Empresas habilitadas: Demax Serviços e Comércio  
Ltda, Mosca-Grupo Nacional de Serviços Ltda,  
Uniserv Terceirização e Serviços Ltda, Satec  
Serviços Ltda, Master Serviços Assessoria e Co-  
mércio Ltda, Dias Construções e Serviços Ltda e  
Multiservice Nacional de Serviços Ltda. Data de  
abertura das propostas em 06/04/2001 às 10:00  
horas.

MARIA APARECIDA DE MATOS CLISCINEN  
Presidente da Comissão de Licitação

(SIDEC - 27/03/2001) 114629-11301-2001NE900026

Ministério das Comunicações

SECRETARIA EXECUTIVA

Subsecretaria de Planejamento,  
Orçamento e Administração

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2001

Nº Processo: 53000.000828/2001  
Objeto: Participação de servidores deste Minis-  
tério no Congresso TELEPEO - INTERPEO 2001 -  
Migrando para a Economia Digital a ser realiza-  
do no período de 20.03.2001 a 23.03.2001.  
Contratada: ADVANSTAR EDITORA E COMUNICAÇÕES  
LTDA  
Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, da Lei  
8.666/93 e o inciso VI do artigo 13 da citada  
Lei.  
Justificativa: Informação CONJUR/MC nº 159/2001  
Declaração de Inexigibilidade em 19/03/2001  
TÁREZA CRISTINA ROCHA  
Coordenação Geral de Administração  
Ratificação em 19/03/2001  
ARTUR NUNES DE OLIVEIRA FILHO  
Ordenador de Despesas  
Valor: R\$ 13.583,73

(SIDEC - 27/03/2001) 410003-00001-2001NE900009

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 811, de 29 de dezembro de  
1997, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, toma  
público o resultado de análise dos recursos interpostos na fase de habilitação de proponentes, com  
relatório de concorrências em andamento para outorga dos serviços de radiodifusão, de acordo com os  
Anexos.

ANEXO

RECURSOS CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDOS E PROVI-

DOS

ORIGEM DO RECURSO	SERVIÇO	LOCALIDADE	UF	RECORRENTE	CONTRA HABILITAÇÃO DE
007	FM	BARBOSA FERRAZ	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	RÁDIO DIFUSORA BARBOSA FERRAZ LTDA
007	FM	BARBOSA FERRAZ	PR	RÁDIO MASTER FM LT- DA	RÁDIO DIFUSORA BARBOSA FERRAZ LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	CLEVELAND FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	MARTINS PAYAD RA- DIOFUSÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CAPTÃO LEÔN- DAS MARQUES	PR	VICENTINA MARKE- TING E COMUNICAÇÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	CLEVELAND FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	MARTINS PAYAD RA- DIOFUSÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO CARLÓPOLIS FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO PLANALTO SUL FM LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	RÁDIO SAN MARINO RADIODIFUSÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA

008	FM	CLEVELÂNDIA	PR	VICENTINA MARKE- TING E COMUNICAÇÃO LTDA	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	DINÂMICA FM LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	MILANO FM LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	ENGENHEIRO BEL- TRÃO	PR	RÁDIO MASTER FM LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FAXINAL	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FAXINAL	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FLORESTÓPOLIS	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FLORESTÓPOLIS	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FORMOSA DO OES- TE	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	FORMOSA DO OES- TE	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	INÁCIO MARTINS	PR	FM POTINGA LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	INÁCIO MARTINS	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	INÁCIO MARTINS	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SALTO SANTIAGO FM LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LARANJEIRAS DO SUL	PR	SANTIAGO FM LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LOANDA	PR	FM RESERVIENSE LTDA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LOANDA	PR	MENDONÇA & RIOS LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	LOANDA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT- DA	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA
009	FM	MANDAUAÇU	PR	CLEVELAND FM LTDA	SSBR - SOCIEDADE SUL BRASILEIRA DE RADIODI- FUSÃO LTDA





090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO MASTER FM LT-DA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO MASTER FM LT-DA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LT-DA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA.	SÃO CRISTÓVÃO TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
090	FM	MISSAL	PR	SISTEMA ROL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	DI COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	FM STÉREO TROPEIRO DAS QUEIMADAS LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	MARCO-RÉGIO COMUNICAÇÕES LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	MILANO FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO ATUAL FM DE NOVA SANTA ROSA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO CRISTALINA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO DIFUSORA FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO FM CANTUENSE LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	RÁDIO ORTIGUEIRA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA AURORA	PR	SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	DI COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	FM STÉREO TROPEIRO DAS QUEIMADAS LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	MARCO-RÉGIO COMUNICAÇÕES LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	MILANO FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO ATUAL FM DE NOVA SANTA ROSA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	RÁDIO FM LAGOS DO IGUAÇU LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO CRISTALINA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO DIFUSORA FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO FM CANTUENSE LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	RÁDIO ORTIGUEIRA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA PRATA DO IGUAÇU	PR	SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	DI COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	FM STÉREO TROPEIRO DAS QUEIMADAS LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	MARCO-RÉGIO COMUNICAÇÕES LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	MILANO FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO ATUAL FM DE NOVA SANTA ROSA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO ATUAL FM DE NOVA SANTA ROSA LT-DA.	RÁDIO CANÇÃO FM LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	RÁDIO CANÇÃO FM LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO CRISTALINA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO CRISTALINA LT-DA.	RÁDIO CANÇÃO FM LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO DIFUSORA FM LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO FM CANTUENSE LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO ORTIGUEIRA LT-DA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE LTDA.	RÁDIO CANÇÃO FM LTDA.
091	FM	NOVA SANTA ROSA	PR	SAFIRA RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	FM POTINGA LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO FM NORTE DO PARANÁ LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LT-DA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LT-DA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	RÁDIO THALENTO FM LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO FRIZZO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	SISTEMA ROL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA HELENA	PR	SISTEMA ROL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	FM POTINGA LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	MARTINS FAYAD RADIODIFUSÃO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	ORGANIZAÇÕES IMAT LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	ORGANIZAÇÕES IMAT LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO FM NORTE DO PARANÁ LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LT-DA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LT-DA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO SANTA TEREZA DO OESTE LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	RÁDIO THALENTO FM LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO FRIZZO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	SISTEMA ROL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	LESTE SUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
092	FM	SANTA TEREZINHA DO ITAIPU	PR	SISTEMA ROL DE COMUNICAÇÃO LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	DINÂMICA FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	EXCLUSIVA GAÚCHA FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	GENOA FM LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	RÁDIO MASTER FM LT-DA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.

093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	RÁDIO VERDES LAGOS LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	REDE PANORAMA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	PR	TERRA SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO LTDA.	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.
093	FM	SÃO JOÃO	PR	GENOA FM LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
093	FM	SÃO JOÃO	PR	RÁDIO CAPELISTA LT-DA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
093	FM	SÃO JOÃO	PR	RÁDIO MASTER FM LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
093	FM	SÃO JOÃO	PR	RÁDIO VERDES LAGOS LTDA.	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

**TERMO DE JUNTADA**


Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 07 folhas seguintes,  
em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 82 .

Nº desta folha : 83 .

Nºs das demais folhas juntadas : 84 a 90 .

Brasília, 14 de março de 2005

  
GUILHERME QUINTAS  
Secretário

## INDICE



### PROPOSTA TÉCNICA

1. Identificação da Proponente  
.....folha 1
2. Tempo total diário de funcionamento da emissora  
Subitem 6.1.1.....folha 1
3. Percentual do tempo total diário destinado a programas  
jornalísticos, educativos e informativos  
Subitem 6.1.2.....folha 1
4. Percentual do tempo total diário destinado a programas de  
serviço noticioso  
Subitem 6.1.3.....folha 1
5. Percentual do tempo total diário destinado a programas  
culturais artísticos e jornalísticos gerados na localidade  
Subitem 6.1.4.....folha 2
6. Percentual do tempo total diário destinado a programa  
noticioso gerado na localidade  
Subitem 6.1.5.....folha 2
7. Prazo em meses de execução do serviço em definitivo  
Subitem 6.1.6.....folha 2
8. Local e data  
Subitem 6.2.....folha 2
9. Nome, assinatura e cargo do sócio-dirigente  
Subitem 6.2.....folha 2

ANEXO IIIProposta Técnica (item 6)

Razão Social da Proponente: **RAINHA FM LTDA**  
 CNPJ/MF: **03.884.799/0001-14**  
 Data: **02/08/2000**  
 Edital da Concorrência n.º **090/2000 SSR/MC**  
 Localidade: **MANDAGUAÇU UF: PR**

- 1) Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): **1440 minutos** (Relativo ao subitem 6.1)
- 2) Programas jornalísticos, educativos e informativos (Relativo ao subitem 6.1.2)

Programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	172,8	12 %

- 3) Serviço noticioso (Relativo ao subitem 6.1.3)

Programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minuto (B)	(%) (B/A) x 100
	172,8	12 %



- 4) Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (Relativo ao subitem 6.1.4)

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou município ao qual Pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em Minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	86,4 /	6 % /

- 5) Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga. (Relativo ao subitem n.º 6.1.5)

Programas de serviço noticioso produzidos e Gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em Minutos (B)	(%) (B/A) x 100
	86,4 /	6 % /

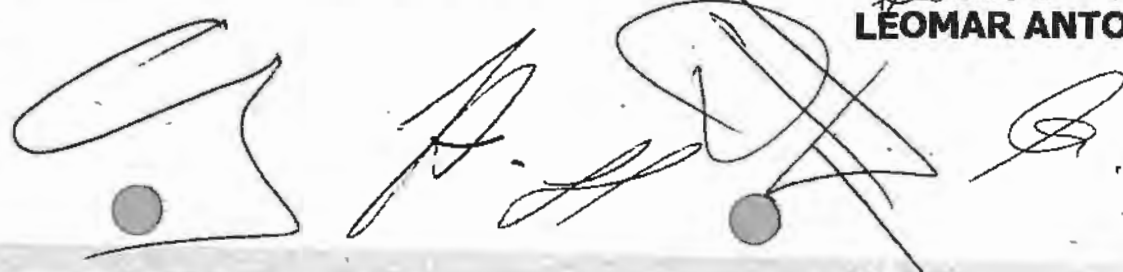
- 6) Prazo de execução do serviço em caráter definitivo (Relativo ao subitem 6.1.6.)

Prazo para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo	Meses
	09 /

  
REGINALDO DE LIMA

MANDAGUAÇU, PR, 02 de Agosto de 2000.

  
LEOMAR ANTONIO MONTAGNA









**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL**

**ATA DE REUNIÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 090/2000 - SSR/MC  
ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS.  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM)  
PARA AS LOCALIDADES DE: MANDAGUAÇU, MANDIRITUBA, MANOEL  
RIBAS, MARIÓPOLIS, MATELÂNDIA, MATINHOS E MISSAL,  
NO ESTADO DO PARANÁ.**

AOS SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO, ÀS NOVE HORAS, NA SALA DE REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO-CEL, NA SOBRELOJA - SALA 107, DO EDIFÍCIO SEDE DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, BLOCO R, ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BRASÍLIA, DF, SOB A SUPERVISÃO E CONTROLE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, CRIADA PELA PORTARIA MC Nº 811, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1997, PUBLICADA NO DOU DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997, REUNIU-SE A COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 1 (ALÍNEA G), DE 02 DE MARÇO DE 1998, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 03 DE MARÇO DE 1998, E ALTERADA PELAS PORTARIAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO Nº 3 (ALÍNEA B), DE 10 DE MARÇO DE 1998 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 12 DE MARÇO DE 1998, E Nº 3 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2001, PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E Nº 6, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002 PUBLICADA NO DOU (SEÇÃO 2) DE 09 DE DEZEMBRO DE 2002, COM A PARTICIPAÇÃO DE SEU PRESIDENTE GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS E DE SEUS MEMBROS: JOSÉ ANCELMO NOGUEIRA, ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS, GERALDO ROSALVO TEIXEIRA DA ROCHA, IRON LOPES DE OLIVEIRA E SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, COM O OBJETIVO DE REALIZAR A ABERTURA DOS INVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS TÉCNICAS, ATENDENDO A PUBLICAÇÃO NO DOU Nº 41, DE 02 DE MARÇO DE 2005, SEÇÃO 3, PÁG. 59, DAS PROPONENTES CLASSIFICADAS NA CONCORRÊNCIA 090/2000-SSR/MC, PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), PARA AS LOCALIDADES DE: MANDAGUAÇU, MANDIRITUBA, MANOEL



**RIBAS, MARIÓPOLIS, MATELÂNDIA, MATINHOS E MISSAL, NO ESTADO DO PARANÁ.** (I) ASSINATURA DAS LISTAS DE PRESENÇA DO PÚBLICO QUE SERÁ ANEXADA A PRESENTE ATA. (II) AS EMPRESAS QUE TERÃO SEUS INVÓLUCROS DAS PROPOSTAS TÉCNICAS ABERTOS PELA COMISSÃO PARA AS LOCALIDADES DE: **MANDAGUAÇU/PR:** ESTUDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000780/00, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000759/00, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000758/00, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, RÁDIO MASTER FM LTDA. PROCESSO 53740.000767/00, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. PROCESSO 53740.000766/00, RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA. PROCESSO 53740.000765/00, RAINHA FM LTDA. PROCESSO 53740.000783/00, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. – ME PROCESSO 53740.000748/00 E TELEVISÃO GUARARAPES LTDA. PROCESSO 53740.000754/00. **MANDIRITUBA/PR:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000759/00, J.H.M. RADIODIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53740.000776/00, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000758/00, PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000752/00, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. – ME PROCESSO 53740.000748/00 E TELEVISÃO GUARARAPES LTDA. PROCESSO 53740.000754/00. **MANOEL RIBAS/PR:** F.M. ALTA CAMPINA LTDA. PROCESSO 53740.000779/00, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000759/00, MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000758/00, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA. PROCESSO 53740.000774/00, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. – ME PROCESSO 53740.000748/00 E TELEVISÃO GUARARAPES LTDA. PROCESSO 53740.000754/00. **MARIÓPOLIS/PR:** CLEVELAND FM LTDA. PROCESSO 53740.000781/00, FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000759/00, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARIÓPOLIS LTDA. PROCESSO 53740.000762/00, SISTEMA DE RÁDIO FM MARIÓPOLIS LTDA. PROCESSO 53740.000760/00 E TELEVISÃO GUARARAPES LTDA. PROCESSO 53740.000754/00. **MATELÂNDIA/PR:** PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, RÁDIO CAPELISTA LTDA. PROCESSO 53740.000751/00, RÁDIO FM DE MATELÂNDIA LTDA. PROCESSO 53740.000773/00, RÁDIO FM IMPERATRIZ DE MATELANDIA LTDA. PROCESSO 53740.000772/00, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA. PROCESSO 53740.000750/00 E SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53740.000784/00. **MATINHOS/PR:** FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000759/00, FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT PROCESSO 53740.000778/00, MATINHOS RÁDIO DIFUSÃO LTDA. PROCESSO 53740.000775/00, PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000752/00, PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. PROCESSO 53740.000757/00, RÁDIO CAPELISTA LTDA. PROCESSO

Fls. 89  
Rubrica

Conc. M. das Comunicações

53740.000751/00, RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA. PROCESSO 53740.000769/00, RÁDIO FM TOTAL LTDA. PROCESSO 53740.000768/00, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. – ME PROCESSO 53740.000748/00, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA. PROCESSO 53740.000754/00 E TELEVISÃO LITORAL DO PARANÁ LTDA. PROCESSO 53740.000749/00. **MISSAL/PR:** RÁDIO CAPELISTA LTDA. PROCESSO 53740.000751/00, RÁDIO FM MINUANO LTDA. PROCESSO 53740.000771/00, RÁDIO FM MISSAL LTDA. PROCESSO 53740.000770/00, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA. PROCESSO 53740.000750/00 E SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA. PROCESSO 53740.000784/00. (III) A DOCUMENTAÇÃO FOI RUBRICADA POR TODOS OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL E PÚBLICO PRESENTE. (IV) NADA MAIS HAVENDO A ACRESCENTAR O PRESIDENTE DA COMISSÃO ENCERROU OS TRABALHOS ÀS 10:20 H (DEZ HORAS E VINTE MINUTOS), TENDO SIDO LAVRADA ESTA ATA QUE APÓS LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA PELOS MEMBROS COMISSÃO DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL.

**COMISSAO:**

**GUILHERME GONÇALVES SOARES QUINTAS**  
PRESIDENTE

**ALBENZIO TRAJANO DE MORAIS**  
MEMBRO

**JOSE ANCELMO NOGUEIRA**  
MEMBRO

**GERALDO ROSALVO T. DA ROCHA**  
MEMBRO

**IRON LOPES DE OLIVEIRA**  
MEMBRO

**SERGIO AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS**  
MEMBRO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA  
COMISSÃO DE ACESSORAMENTO TÉCNICO DO DISTRITO FEDERAL

CONCORRÊNCIA Nº 09012000- SSR/MC

SESSÃO: ABERTURA DE ENVÓLUCROS CONTENDO PROPOSTAS

- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 4/3/2005

SERVIÇO: Freqüência Modulada (FM)

LOCALIDADES: Mandaguacçu, Mandirituba, Manoel Ribas,  
Maripólis, Matecandia, Matinhos, Missal, no Estado do  
Paraná.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
LUIS ANTONIO COELHO ROMERO	1-681.356 - PR	



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Min. das Comunicações  
Fls. 91  
Rubrica.

**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 04 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 90.

Nº desta folha : 91.

Nºs das demais folhas juntadas : 92 a 95.

Brasília, 25 de Novembro, de 2005.



**EDMAR DE FREITAS MACHADO**  
Membro Titular





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA



Memo nº 384/2005/CONJUR-MC

Em 14 de novembro de 2005.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASÍLIA - DF  
53000 058616/2005-65  
SEADM/DIORG/GAB/CONJUR  
23/11/2005-16:55

Ao Senhor Presidente da Comissão de Licitação

Assunto: Devolução de processos de concorrências para abertura de prazo para impugnação de recursos

Referente às concorrências: 090/2000; 090/2001; 121/2001; 123/2001.

1. Compulsando-se os autos dos processos das concorrências públicas em epígrafe, constata-se que houve recursos de licitantes contra habilitação de outras empresas, sem que, entretanto, fosse dada oportunidade às recorridas para manifestação acerca dos recursos interpostos.
2. Tal omissão fere os princípios do contraditório e da ampla defesa previstos art. 5º, LV, da Constituição Federal, vez que os recursos interpostos foram julgados sem que às empresas recorridas – legitimamente interessadas na improcedência dos argumentos das recorrentes – fossem abertas as vias para que pudessem se pronunciar sobre os termos apresentados nos recursos, os quais pugnam pela inabilitação das licitantes.
3. Ademais, prevêem os próprios instrumentos convocatórios dos citados certames, que, "interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação cientificará as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis".
4. Na mesma esteira, seguem os termos do art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93, aplicada ao caso, inclusive, por força de disposição expressa dos editais.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA



5. Por fim, e no mesmo sentido, cumpre citar a **NOTA/MC/CONJUR/BMF/Nº 1211 – 2.22 / 2003**, de 15 de dezembro de 2003 (em anexo), em que se enfrenta a presente questão, valendo transcrever o item 5 do referido opinativo:

“2º Passo: Na mesma decisão que determina o processamento do recurso e os efeitos em que é recebido, deverá o Presidente da Comissão de Licitação determinar a intimação dos licitantes, que poderão manifestar-se no prazo de cinco dias. Não havendo manifestação dos concorrentes certificar nos autos tal fato”.

6. Da maneira como se apresenta a análise dos recursos, restou suprimido o direito de as empresas recorridas apresentarem suas razões contra a inabilitação, nos termos propostos pelas recorrentes.

7. Ante o exposto, remeto os autos à Comissão Especial de Licitação, com o fito de que seja concedida às empresas recorridas a oportunidade de impugnarem os recursos apresentados, de modo que seja efetivamente estabelecido o contraditório nos recursos. Após o cumprimento dessa diligência, deve a Comissão de Licitação proferir nova decisão dos recursos e, ato contínuo, encaminhar os autos a esta Consultoria Jurídica, para exame e parecer conclusivo.

Atenciosamente,

  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE**  
Consultor Jurídico



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**



**NOTA/MC/CONJUR/BMF/Nº 1211 - 2.22 / 2003**

**PROCESSO N.º: 53790.000415/00**

**ASSUNTO:** Procedimento Recursal à luz da Lei n.º 8.666/93.

1. O Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação, por meio do memorando n.º 190/2003/SSCE/MC, encaminhou a este Órgão de Execução da Advocacia Geral da União o Processo n.º 53790.000415/00, colimando a apreciação do recurso interposto pela empresa **PICCININI & LUCCA LTDA.**
2. Contudo, olhos postos no bojo dos autos, constata-se o não cumprimento do procedimento recursal delineado no art. 109 da Lei n.º 8.666/93, bem como do edital de concorrência 099/2000.
3. Isto posto, passamos a discriminar as etapas a serem seguidas para atendimento do disposto na Lei n.º 8.666/93 a respeito do trâmite recursal.
4. 1º Passo: Exarar decisão recebendo ou não o recurso, de forma motivada, e dizendo em que efeitos ele será recebido, conforme inteligência do art. 109, parágrafo segundo da Lei n.º 8.666/93.
5. 2º Passo: Na mesma decisão que determina o processamento do recurso e os efeitos em que é recebido, deverá o Presidente da Comissão de Licitação determinar a intimação dos licitantes, que poderão manifestar-se no prazo de cinco dias. Não havendo manifestação dos concorrentes certificar nos autos tal fato.
6. 3º Passo: Após a oitiva dos licitantes, a autoridade competente, o Presidente da Comissão de Licitação, deve analisar o recurso e as manifestações dos licitantes e posicionar-se quanto a eventual retratação da decisão.
7. 4º Passo: Não entendendo pela retratação, encaminhará o procedimento para a autoridade superior, "devidamente informado".
8. Não havendo retratação, subindo o recurso para apreciação da autoridade superior, antes da decisão desta, deve o processo passar neste Órgão de Execução da Advocacia-Geral da União, para análise e parecer.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA

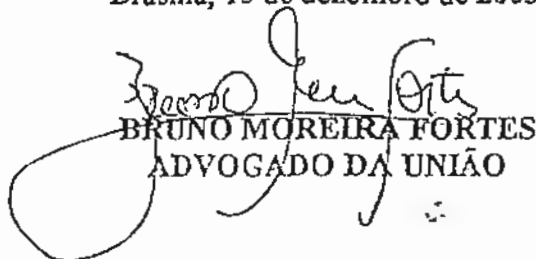


9. Posto isso, opino, preliminarmente, pelo cumprimento das etapas do procedimento recursal acima delineadas.

10. Rejeitados os recursos em sede de juízo de retratação e subindo para análise da autoridade superior, retornem estes autos a esta Consultoria Jurídica para parecer conclusivo.

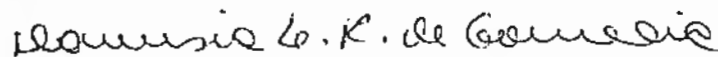
À superior consideração.

Brasília, 15 de dezembro de 2003.

  
BRUNO MOREIRA FORTES  
ADVOGADO DA UNIÃO

De acordo.

Em 17 / 12 / 2003

  
DANUSIA LUCINDA FARAGE DE GOUVEIA  
Coordenadora Jurídica de Licitações e Contratos

De acordo. De ordem do Sr. Consultor Jurídico, encaminhe-se à Comissão Especial de Licitação.

Em 17 / 12 / 2003

  
JORGE EUDES DO LAGO  
Coordenador-Geral de Assuntos Administrativos

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 03 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 95.

Nº desta folha : 96.

Nºs das demais folhas juntadas : 96 a 99.

Brasília, 06 de Fevereiro de 2006.

EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular







123/2001	SC	Chaparral	FM	MORIÁ FM LTDA.	MEIO DIESTE COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Chaparral	FM	MORIÁ FM LTDA.	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Chaparral	FM	A A S SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	REDE VIVIDENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Chaparral	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO MOREIRA FM DE NAVEIM LTDA.
123/2001	SC	Chaparral	FM	REDE VIVIDENSE DE COMU- NICAÇÕES LTDA.	RÁDIO MOREIRA FM DE NAVEIM LTDA.
923/2001	SC	Chaparral	FM	RÁDIO NOVO SÉCULO LT- DA.	MORIÁ FM LTDA.
123/2001	SC	Chaparral e Joinville (Parabeiras- ba)	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO UNIVERSAL LT- DA.
123/2001	SC	Chaparral e Joinville (Parabeiras- ba)	FM	REDE VIVIDENSE DE COMU- NICAÇÕES LTDA.	RÁDIO UNIVERSAL LT- DA.
123/2001	SC	Chaparral, Itajaí, Itomer, Itapua, Itá, Joinville (Parabeiras), Lacer- da, Mafra, Santa e Nova Vene- za	FM	MORIÁ FM LTDA.	PHILADELFA COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Chaparral, Joinville (Parabeiras) e Joinville	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO TROPICAL FM SC LTDA.
123/2001	SC	Itajaí	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO VIRTUAL FM LTDA.
123/2001	SC	Itajaí	FM	MORIÁ FM LTDA.	SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Itajaí	FM	MORIÁ FM LTDA.	GONÇALVES COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Itajaí	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO TRANSILDER FM - VAL E DO ITAJAÍ LTDA.
123/2001	SC	Joinville	FM	MORIÁ FM LTDA.	CONTESTADO COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Itapua	FM	MORIÁ FM LTDA.	COLINA SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Itapua	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO GERAL FM LT- DA.
123/2001	SC	Itapua	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO IPACU FM LT- DA.
123/2001	SC	Itapua	FM	MORIÁ FM LTDA.	IPACU - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA.
133/2001	SC	Itá	FM	MORIÁ FM LTDA.	SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA.
133/2001	SC	Itá	FM	MORIÁ FM LTDA.	HICKLER A OLTON SISTEMA DE RÁDIO- FLUÍO LTDA.
123/2001	SC	Itá	FM	MORIÁ FM LTDA.	PORTAL SISTEMA FM DE COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Itá	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	C & S COMUNICAÇÕES LT- DA.	CTI COMUNICAÇÕES LTDA.
133/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	MORIÁ FM LTDA.	C & S COMUNICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	MORIÁ FM LTDA.	ARPE REAL DE COMU- NICAÇÕES LTDA.
133/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	C & S COMUNICAÇÕES LT- DA.	REDE REAL DE COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	C & S COMUNICAÇÕES LT- DA.	PHILADELFA COMU- NICAÇÕES LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	C & S COMUNICAÇÕES LT- DA.	RÁDIO TROPICAL FM SC LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras)	FM	CAS COMUNICAÇÃO LTDA.	MORIÁ FM LTDA.
123/2001	SC	Joinville (Parabeiras) e Nova Veneza	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO CIDADE FM DE PARANÁ LTDA.
123/2001	SC	Lacerda	FM	MORIÁ FM LTDA.	RÁDIO ALTO VALE LT- DA.
123/2001	SC	Lacerda	FM	MORIÁ FM LTDA.	FM COMPACTO E SER- VÍCIOS LTDA.
123/2001	SC	Mafra, Santa e Nova Veneza	FM	MORIÁ FM LTDA.	FM RÁDIO LTDA.
123/2001	SC	Nova Veneza	FM	MORIÁ FM LTDA.	PARANÁ FM LTDA.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 438, de 11 de outubro de 2005, e suas alterações, e com base nos(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(S) ao(s) recurso(s) interposto(s) contra habilitação de terceiros, na concorrência e respectivas localidade(s)/serviço(s) indicada(s) no Anexo Único.

Os autos dos processos criados com vista franqueada a partir do dia 06 a 10 de fevereiro de 2006, na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Anexo de Licitação, sala 310, Brasília, DF, CEP 70000-000, e-mail: licitacao@licitacao.gov.br, para eventual impugnação.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventual impugnação, seguirá conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e § 3º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2006.  
CARLOS MAGNO CHAVES BRANDÃO  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

## ANEXO ÚNICO

Cone. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recurso	Concorrente
005/2001	PR	Ataíbas	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	FI MORAIS MORAIS RE- NASCIMENTO E RÔDIO
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO SEM FRONTIERS LTDA.	FEA COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	FLIM RADIODIFUSÃO LT- DA.	FEA COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	FEA COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO MASTER FM LTDA.	FEA COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO MASTER FM LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	SISTEMA RGL DE COMU- NICAÇÃO LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO COCORAÇÃO DO PARA- NÁ LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	FLIM RADIODIFUSÃO LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO SEM FRONTIERS LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	CTEVELAND FM LTDA.	MELLO E BRUNO COMU- NICAÇÃO E PARTICIPA- ÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	SSR - COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO COCORAÇÃO DO PARA- NÁ LTDA.	SSR - COMUNICAÇÕES LT- DA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	FLIM RADIODIFUSÃO LT- DA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO SEM FRONTIERS LTDA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	CTEVELAND FM LTDA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO COCORAÇÃO DO PARA- NÁ LTDA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO MASTER FM LTDA.	SSR - SOCIEDADE SUL BRASILERA DE RADIODI- FUSÃO LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	SISTEMA RGL DE COMU- NICAÇÃO LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE SC LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	SISTEMA RGL DE COMU- NICAÇÃO LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	RÁDIO FM MISSAL LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO COCORAÇÃO DO PARA- NÁ LTDA.	PRISMA ENGENHARIA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	FLIM RADIODIFUSÃO LT- DA.	PRISMA ENGENHARIA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	REDE RADIODIFUSÃO DE CO- MUNICAÇÕES LTDA.	PRISMA ENGENHARIA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO CAPITISTA LTDA.	PRISMA ENGENHARIA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
005/2001	PR	Mandaguape, Mandaguapé e Mandaguapé	FM	RÁDIO SEM FRONTIERS LTDA.	PRISMA ENGENHARIA FM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**



**TERMO DE JUNTADA**

Nesta data, juntei ao presente processo, além desta, as 04 folhas seguintes, em conformidade com os dados abaixo indicados:

Nº da folha anterior : 99 .

Nº desta folha : 100 .

Nºs das demais folhas juntadas : 101 a 104 .

Brasília, 23 de abril de 2007.

EDMAR F. MACHADO  
Membro Titular



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

**PARECER/MC/CONJUR/KMM/N.º 2015 - 2.21 / 2006**

**CONC. 090/2000**

**PROCESSO PRINCIPAL : 53000.003479/00.**

**PROCESSO: 53740.000783/00.**

**EMENTA:** Recursos na fase de Habilitação. Recursos interpostos pelas licitantes RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., RÁDIO MASTER FM LTDA. e RÁDIO CAPELISTA LTDA., contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante RAINHA FM LTDA. na Concorrência Pública n.º 090/2000-SSR/MC, para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná. Habilitação em consonância com o Edital. Pelo conhecimento e improvimento dos recursos interpostos.

**1 - RELATÓRIO**

1. Tratam-se de recursos interpostos pelas licitantes RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., RÁDIO MASTER FM LTDA. e RÁDIO CAPELISTA LTDA., contra a habilitação da proponente RAINHA FM LTDA., na Concorrência Pública n.º 090/2000-SSR/MC, visando à outorga de permissão para a Exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná.
2. A recorrida foi considerada habilitada nos termos do Resultado n.º 2416/2000, à fl. 48, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 24 de outubro de 2000, abrindo o prazo para interposição de eventuais recursos, em conformidade com o artigo 109, inciso I, alínea "a", cumulado com o § 5º do mesmo artigo, da Lei n.º 8.666/93.
3. As recorrentes interpuseram seus recursos às fls. 54 a 64. A recorrida, instada a apresentar impugnação ao recurso, conforme atesta a publicação no DOU, Seção 3, de 02 de fevereiro de 2006, quedou-se silente.





**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

4. A Comissão Especial de Licitação, por meio das Informações nº 1499/2001/L6/CEL/SSCE/MC e 176/2001/L6/CEL-SSR/MC, apreciou os argumentos aduzidos nos recursos, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrida RAINHA FM LTDA,

5. É o breve relatório.

**II - ANÁLISE DO RECURSO**

6. A irresignação das empresas recorrentes cinge-se, em comum, aos seguintes fatos, *in verbis*:

*"Rainha FM Ltda. – Essa empresa, conforme seu contrato social, iniciou suas atividades em primeiro de julho de 2000. No entanto seus dois dirigentes não apresentaram as certidões cível, criminal e de protestos dessas localidades, onde exercem atividade econômica desde julho de 2000, conforme exige o item 5.2.5 do edital. A certidão apresentada na página 15 tem o nome do Sr. Leomar grafado de modo diverso do de seus documentos. Finalmente a certidão de regularidade municipal, apresentada na página 31 não tem o período de validade, como pede o item 5.4.4 do edital".*

**DAS CERTIDÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E DE PROTESTO DE TÍTULOS DOS SÓCIOS**

7. O item 5.2.5 do edital exige, *in verbis*:

*"5.2.5. Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas".*

8. De fato, as certidões apresentadas pelos sócios da licitante RAINHA FM LTDA. às fls. 06 a 16, não foram expedidas pelos Cartórios Distribuidores da Comarca de Mandaguçu/PR.

9. Por outro lado, analisando-se o contrato social da recorrida, é possível verificar que ela foi constituída em 05/06/2000, com registro em 19/06/2000. Destaque-se que a reunião para entrega dos documentos ocorreu na data de 02 de agosto de 2000. Assim, somente pelas datas dos documentos, teriam razão as recorrentes.

10. Contudo, mister ressaltar que o balanço patrimonial não demonstrou movimentação financeira da recorrida, tão somente a subscrição do capital social. Portanto,



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

SSC - M. de Com.  
Fls. 103  
Rubrica  
9/2/2006

não é razoável o pleito das recorrentes ante a análise de todos os documentos carreados aos autos.

11. Noutro giro, as recorrentes afirmam que a certidão à fl. 15 tem o nome do sócio Sr. Leomar grafado de maneira diversa da constante de seus documentos.

12. Embora o nome do sócio seja LEOMAR ANTONIO MONTAGNA, a certidão grafada como MONTAGMA, não deve ser desconsiderada, visto que o número do CPF grafado em todas as certidões apresentadas são as mesmas, o que caracteriza a mesma pessoa. Assim, trata-se de mero erro material que, futuramente, caso haja necessidade, pode a Comissão Especial de Licitação diligenciar para que supra o conteúdo da certidão apresentada à fl. 15.

**DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE MUNICIPAL**

13. Aduzem as recorrentes que a certidão de regularidade municipal apresentada à fl. 31 dos autos não apresenta prazo de validade, conforme determina o item 5.4.4 do Edital.

14. O mencionado item dispõe que:

"5.4.4. Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas".

15. Embora não conte o prazo de validade, a certidão fiscal municipal foi emitida em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.

16. Ressalte-se que como o item 5.4.4 somente dispõe que a certidão deve ser válida, não estipulando um prazo determinado, a aplicação analógica do disposto no final do item 5.2.5, que trata das certidões cíveis, criminais e de protestos de títulos relativos aos sócios, poderia ser considerada, ante a razoabilidade que norteia a matéria em exame.

17. Ademais, eventualmente, caso haja necessidade, poderá a Comissão Especial de Licitação diligenciar no sentido de que a Prefeitura do Município de Mandaguá se manifeste quanto ao prazo de validade de certidões por ela emitidas.

18. Portanto, a Comissão Especial de Licitação agiu corretamente ao manter habilitada a proponente RAINHA FM LTDA., visto que restou evidenciado o desrespeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, dado que não houve afronta a nenhum item do Edital. Acerca do aludido princípio, ensina a preclara MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, *in litteris*:



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

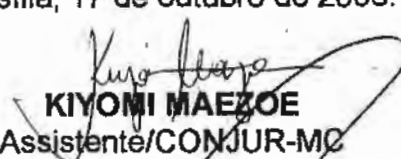
*"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei nº 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada'. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se faça de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I)".*

19. No mesmo diapasão, o princípio da isonomia, também restou atendido na medida em que a proponente apresentou os documentos exigidos no Edital, assim como as demais licitantes participantes do certame efetivamente apresentaram a documentação nos termos exigidos.

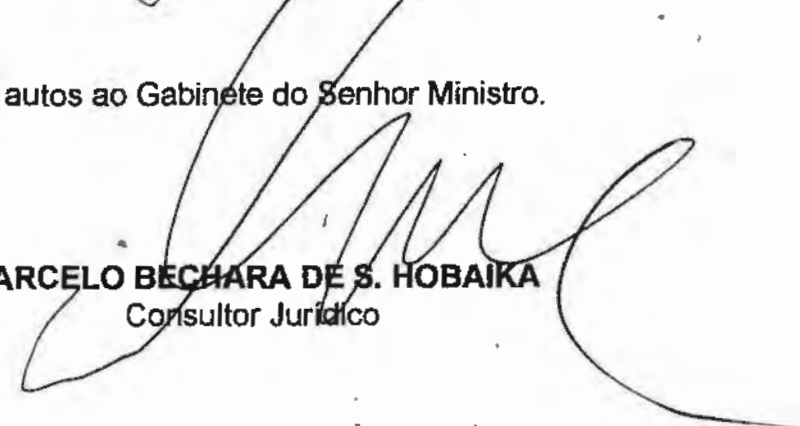
**III – CONCLUSÃO**

20. Diante do exposto, opina esta Consultoria Jurídica pelo conhecimento e improvemento dos recursos interpostos pelas RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., RÁDIO MASTER FM LTDA. e RÁDIO CAPELISTA LTDA., de modo a manter a proponente RAINHA FM LTDA. habilitada no certame para a localidade de Mandaguáçu, no Estado do Paraná.

À superior consideração.  
Brasília, 17 de outubro de 2006.

  
**KIYOMI MAEZOE**  
Assistente/CONJUR-MC

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Senhor Ministro.  
Em / /

  
**MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKE**  
Consultor Jurídico

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53.740,000 783/00 a documentação  
a seguir constituída de \_\_\_\_\_ folhas.  
que assim numerai: 105 - 1 107  
Data: 24 / 12 / 08  
Nome: Frederick  
Assinatura: [Signature]



## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 755, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 94, item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos Nº 53000.063729/2005 e 53000.007379/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência direta da permissão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. pela Portaria Nº 306, de 16 de dezembro de 1986, publicada no DOU de 19 de dezembro de 1986, para a RÁDIO TERRA FM DE VENÂNCIO AIRES LTDA.

Art. 2º Aprovar o quadro diretivo da concessionária, assim constituído: Vanderlei Roberto Uhy - Sócio-Gerente; Rogério Carlos Uhy - Sócio-Gerente.

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 823, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Nº 53000.034015/2008, e do PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2716 - 1.07/2008, resolve:

Outorgar permissão à FUNDADAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL DIÁRIO DO AMAPÁ para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada, com fins exclusivamente educacionais, no Município de Macapá, Estado do Amapá, que em momento produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

HÉLIO COSTA

PORTARIA Nº 848, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições e, considerando o interesse público em expandir os meios de comunicação, resolve publicar a presente Portaria com o objetivo de abrir Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV.

Art. 1º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço, na localidade de Leme, Estado de São Paulo, canal 46 (aparente e seu decodado para menos), deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, atender às exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios  
70044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecido no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 012/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 2º Findo o prazo de que trata o Art. 1º e, consideradas as manifestações recebidas, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização às entidades concorrentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO COSTA

## DESPACHOS DO MINISTRO

Em 19 de dezembro de 2008

Através do PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2764 - 2.17/2008 e, invocando seus fundamentos, em razão desta decisão, HOMOLOGO a adjudicação proposta, de acordo com o ANEXO ÚNICO, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROponente VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
0042002	MG	SÃO FRANCISCO	FM	RÁDIO VOZ DO SÃO FRANCISCO LTDA.	53710.00033962

Tendo em vista o recurso de representação interposto pela licitante COELHO - SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA, contra a decisão ministerial que a inabilitou nos autos do processo Nº 53710.00033962, na Concorrência Nº 106/2001-SSR/MC, para a localidade de Uberaba, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2497 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO  
MANTER A INABILITAÇÃO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
0042001	MG	UBA	FM	COELHO - SISTEMA REGIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante AAS SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA, contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente DEO VOLANTE LTDA, nos autos do processo Nº 53710.00044402, na Concorrência Nº 107/2001-SSR/MC, para as localidades de São Lourenço, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberaba, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2517 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO  
MANTER HABILITADA A PROPONENTE RECORRIDA

CONC. Nº	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
107/2001	MG	SÃO LOURENÇO, SETE LAGOAS, TEÓFILO OTONI e UBERABA	FM	AAS SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	DEO VOLANTE LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante RÁDIO E TV SUPER NOVA LTDA., contra sua própria inabilitação nos autos do processo Nº 53710.00044402, na Concorrência Nº 107/2001-SSR/MC, para as localidades de São Lourenço, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberaba, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2511 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO  
MANTER A INABILITAÇÃO DA RECORRENTE.

CONC. Nº	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTE
107/2001	MG	SÃO LOURENÇO, SETE LAGOAS, TEÓFILO OTONI e UBERABA	FM	RÁDIO E TV SUPER NOVA LTDA.

Tendo em vista os recursos interpostos pelas licitantes L.T. COSTA PINTO RADIODIFUSÃO LTDA. e AAS SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA, contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente RÁDIO E TELEVISÃO SÃO LOURENÇO LTDA., nos autos do processo Nº 53710.00033962, na Concorrência Nº 107/2001-SSR/MC, para as localidades de São Lourenço, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberaba, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2538 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcialmente, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDOS PARCIALMENTE  
DECLARAR INABILITADA A LICITANTE RECORRIDA APENAS PARA AS LOCALIDADES ABAIXO CITADAS

CONC. Nº	UF	LOCALIDADES	SERVIÇO	RECORRENTES	RECORRIDA
107/2001	MG	SETE LAGOAS e UBERABA	FM	L.T. COSTA PINTO RADIODIFUSÃO LTDA. AAS SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA.	RÁDIO E TELEVISÃO SÃO LOURENÇO LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante L.T. COSTA PINTO RADIODIFUSÃO LTDA, contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA., nos autos do processo Nº 53710.00044402, na Concorrência Nº 107/2001-SSR/MC, para as localidades de São Domingos do Prata, São Lourenço, Seritinga, Sete Lagoas e Virgem da Lapa, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2560 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcialmente, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO

RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE  
DECLARAR INABILITADA A LICITANTE RECORRIDA APENAS PARA A LOCALIDADE ABAIXO CITADA

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
107/2001	MG	SETE LAGOAS	FM	L.T. COSTA PINTO RADIODIFUSÃO LTDA.	MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA.

Tendo em vista o recurso interposto pela licitante AAS SISTEMA BRASIL DE COMUNICAÇÕES LTDA, contra decisão da Comissão Especial de Licitação que habilitou a proponente RÁDIO RHO LTDA., nos autos do processo Nº 53710.00033962, na Concorrência Nº 107/2001-SSR/MC, para as localidades de Sete Lagoas e Uberaba, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos fundamentos contidos no PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 2574 - 2.21/2008, de sorte a conhecer do recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.





Nome	Foto	CNPJ/CPF
ADRIELTON CONCEIÇÃO BONFIM	0507030182	042.098.435-14
ALVARO FERNANDES LOMBA	04010527125	033.076.315-51
ANTONIO CARVAL GARCIA	04051488294	033.446.296-12
BARBARA SIEE TRANSCORPES LTDA	04042724297	06.024.734-0001 87
CARLOS EDUARDO KOSI DE CARVALHO	04003720020	019.567.556-08
CELIANO BONFIM MENEZ	00012518306	167.680.295-11

CONC. Nº SS/CMC	UP	LOCALIDADES	SERVIÇO	REZORRINT:	RE COMISSÃO
107/201	SRT	TIPOLO OTOM URUBA	FM	AAS SISTEMA BRAS. DE COMUNICAÇÕES LTDA	SISTEMA TAOX DE COMU NICAÇÃO LTDA

HÉLIO COSTA

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53740.000783/009 documentação  
a seguir constituída de 64 folhas,  
que assim numerei: 108 a 177  
Data: 14 04 2009  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

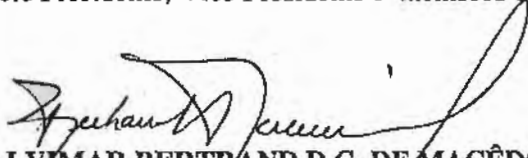
des. 128  
REC.  
2009

CONCORRÊNCIA Nº 090/2000 - SSR/MC

LOCALIDADE: MANDAGUAÇU - ESTADO: PR

ATA DE REUNIÃO Nº 021/2009

Aos 08 (oito) dias do mês de abril de 2009, às 15h:00 (quinze horas), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R” da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC n.º 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado e Marcus Ferreira da Silva, com o objetivo de concluir e encerrar os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, os quais compreenderam, entre outras atividades: a) análise da Proposta Técnica com a elaboração do documento denominado **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas**, da(s) Proponente(s) relacionadas no documento “**Resultado da Proposta Técnica Lote- 6**” relativo à concorrência acima citada, para outorga de permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de MANDAGUAÇU/PR; b) a Comissão Especial de Licitação, deu seguimento aos trabalhos relativos à Concorrência acima indicada, com a prática dos seguintes atos: 1) Leitura dos documentos denominados - **Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas** e suas aprovações por todos os membros da Comissão Especial de Licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros da Comissão.

  
ALVIMAR BERTRAND D.G. DE MACÊDO  
Presidente

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente

  
EDMAR DE FREITAS MACHADO  
Titular

  
MARCUS FERREIRA DA SILVA  
Titular



109  
10/10/00

*Resultado da Avaliação das Propostas Técnicas*

Razão Social	Num. Proc.	Grupo	Pontos	Resultado
<b>Concorrência 090/2000</b>				
<b>PR Mandaguapé</b>				
FM				
ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. - ME	53740.000748/00	A	100.000	Classificada
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	53740.000754/00	A	100.000	Classificada
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	53740.000757/00	A	100.000	Classificada
MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	53740.000758/00	A	100.000	Classificada
FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	53740.000759/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA	53740.000765/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.	53740.000766/00	A	100.000	Classificada
RÁDIO MASTER FM LTDA	53740.000767/00	A	100.000	Classificada
ESTUDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA.	53740.000780/00	A	100.000	Classificada
RAINHA FM LTDA	53740.000783/00	A	100.000	Classificada

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Eriko M. Domenici  
CEL - MC



SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

## EXTRATOS DE DOAÇÃO

Nº 35/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso/MT. CNP/MF nº 035074150002-25. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando a estruturação da Unidade de Respostas Rápidas aos Surto e Emergências em Saúde Pública - URR. Processo nº 250001059326/2007-59. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e AUGUSTINHO MORAIS, pela Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso/MT. Data de Assinatura: 12.09.2008.

Nº 11/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARAÊS/AM. CNP/MF nº 046283350001-00. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e MARIO TOMAZ LITTAFF, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARAÊS. Data de Assinatura: 17.11.2008.

Nº 18/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DO ACRE/AM. CNP/MF nº 158113100001-20. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e MARIA DAS DORES OLIVEIRA MULLHOZ, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCA DO ACRE/AM. Data de Assinatura: 26.11.2008.

Nº 21/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUTAMA/AM. CNP/MF nº 042474410001-43. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e JOÃO OCTAVIO BATISTA DE AMORIM, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CANUTAMA/AM. Data de Assinatura: 17.11.2008.

Nº 40/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA/AM. CNP/MF nº 040118050001-00. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e SAUL NUNES BEMERQUIY, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA/AM. Data de Assinatura: 17.11.2008.

Nº 04/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIAÇU/MA. CNP/MF nº 634513630001-63. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e RAIMUNDO NONATO COSTA NETO, pela PREFEITURA MUNICIPAL DE TURIAÇU/MA. Data de Assinatura: 08.07.2008.

Nº 05/2008

Doador: MS/SVS/Instituto Evandro Chagas, CNP/MF nº 00945440025-52.

Destinatário: SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO/MT. CNP/MF nº 035074150002-25. Objeto: Doação de bens com encargos da Secretaria de Vigilância em Saúde, visando atender o Programa Nacional para Controle da Malária - PNCM. Processo nº 2500007522/07-98. Signatários: Elisabeth Conceição de Oliveira Santos, IEC/SVS/MS e AUGUSTINHO MORAIS, pela SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO/MT. Data de Assinatura: 17.12.2008.

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO  
PREGÃO Nº 11/2009

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no D.O.U. de 16/03/2009. OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO Aquisição de bolsa em lano padrão FUNASA de cor amarela, destinado as equipes técnicas das Seções Científicas do Instituto Evandro Chagas, para utilização nas viagens a campo visando a coleta de dados. Novo Edital: 13/04/2009 das 08h00 às 11h30 e 11h30 às 16h30. Endereço: Rod Br 316, Km 07, Ananindeua-PA. Levilândia - ANANINDEUA - PA Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2009 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Alteração das Propostas: 24/04/2009, às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

EDINALDO NASCIMENTO RIBEIRO  
Membro da Equipe de Apoio

(SIDE - 09/04/2009)

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 5/2009

Turno público o RESULTADO DE JULGAMENTO do Pregão Eletrônico 05/2009, do IEC/SVS/MS, cujas empresas vencedoras foram: 1. WJ. COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA (Item 2) = R\$ 3.949,50; 2. COMERCIAL MGD LTDA (Item 1) = R\$ 24.399,97. Valor global da Ata = R\$ 28.349,47.

DANIEL PORTAL CANTANHEIDE  
Pregoeiro

(SIDE - 09/04/2009)

## Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS  
DE BELO HORIZONTEAVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2009/CTU-STU/MI

Objeto: Aquisição de óleo hidráulico, óleo lubrificante e graxa. Comunicamos a todos os interessados que o Lote 1 e 2 do pregão eletrônico em epígrafe foram adjudicados à empresa DSPM REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA pelo valor global de R\$33.225,00 (Trinta e três mil, duzentos e vinte e cinco reais) e à empresa ELETRO PEÇAS ZEQUINHA LTDA pelo valor global de R\$7.778,56 (Sete mil, setecentos e setenta e oito reais, cinquenta e seis centavos) respectivamente, sendo o resultado homologado pelo Sr. Superintendente.

HENRIQUE GUIMARÃES SAMPAIO  
PregoeiroSUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS  
DE RECIFEAVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2009/CTU-STU/REC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOBRESSALIENTES COMPONENTES ELETRÔNICOS E CABOS MULTICONTATO PARA LABORATÓRIO. Comunicamos a todos os interessados, que o objeto do Pregão em epígrafe, foi homologado pelo Superintendente de Trens Urbanos do Recife, as Empresas: WATT DO BRASIL COM. ELETRONICA LTDA, para o Lote I, no valor total de R\$ 35.999,92 (trinta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), e BÚSSOLA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, para o Lote II, no valor total de R\$ 9.060,00 (nove mil e sessenta reais).

SÉRGIO RÔBERTO SOARES PEREIRA  
PregoeiroEMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO  
ALEGRE S/A

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01.12/03/62/2008-A  
Primeiro Termo Aditivo firmado com E-21 AGÊNCIA DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA. OBJETO: Aditar o contrato originário para alterar a relação da cláusula 8.1.3, onde se lê "R\$5% dos valores previstos...", leia-se "15% dos valores previstos...".  
Processo Administrativo nº 1156/2008  
Assinatura: 30/03/2008

AVISOS DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 3/2009  
Menor Preço

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, torna pública para fins de conhecimento dos interessados, o recebimento dos envelopes referente licitação em epígrafe, e abertura do ENVELOPE nº 1 da qualificação no dia 14 de maio de 2009, às 09:30 hs, no auditório, 5º andar, Prédio Administrativo da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, nº 1985, Porto Alegre/RS. OBJETO: Manutenção da Via Permanente. O Edital poderá ser obtido no site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo: 01702/09.

CONCORRÊNCIA Nº 7/2009  
Menor Preço

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, torna pública para fins de conhecimento dos interessados, o recebimento dos envelopes referente licitação em epígrafe, e abertura do ENVELOPE nº 1 da qualificação no dia 13 de maio de 2009, às 09:30 hs, no auditório, 5º andar, Prédio Administrativo da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, nº 1985, Porto Alegre/RS. OBJETO: Manutenção Predial, Instalações Elétricas, Hidráulicas e Sanitárias. O Edital poderá ser obtido no site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo: 0308/2009.

Porto Alegre, 7 de abril de 2009  
ROBERTO GODOFPHIN COSTA  
Presidente da CTL

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PARTES: União e Empresa de Comunicação PRM Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

OBJETO: Concessão de canal de radiodifusão destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Santos, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiodifusão consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURA: 30 de março de 2009. Hélio Costa -

Ministro de Estado das Comunicações; e Gilberto Gomes Mansur -

Diretor Presidente da Empresa de Comunicação PRM Ltda.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e SAT - Sistema A Tribuna de Comunicação Santos

Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

OBJETO: Concessão de canal de radiodifusão destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Santos, Estado de São Paulo. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiodifusão consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURA: 30 de março de 2009. Hélio Costa -

Ministro de Estado das Comunicações; e Roberto Clemente Santini -

Diretor Superintendente do SAT - Sistema A Tribuna de Comunicação Santos Ltda.

## RESULTADO DA ANÁLISE DE PROPOSTA TÉCNICA

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da pontuação da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo Único.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subseção - Sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 09 de abril de 2009  
ALYMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

Comunicação  
Rádio



ANEXO UNICO

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Mandaguá/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. ME	FM	537401000746001	100,000	CLASSIFICADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	FM	537401000754001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
MELO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	537401000758001	100,000	CLASSIFICADA
REPÚBLICA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000759001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO 360 PRONTISSIMAS LTDA.	FM	537401000765001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO NOVOAIDE LTDA.	FM	537401000766001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO MASTER FM LTDA.	FM	537401000767001	100,000	CLASSIFICADA
ESTUDIO OMNI DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000768001	100,000	CLASSIFICADA
RAÍNTIA FM LTDA.	FM	537401000773001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Mandirituba/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. ME	FM	537401000746001	100,000	CLASSIFICADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	FM	537401000754001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
MELO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	537401000758001	100,000	CLASSIFICADA
REPÚBLICA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000759001	100,000	CLASSIFICADA
ALIM. RADIOFUSÃO LTDA.	FM	537401000760001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Manoel Ribas/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA. ME	FM	537401000746001	100,000	CLASSIFICADA
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	FM	537401000754001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
MELO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	537401000758001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO CORAÇÃO GUARARAPES LTDA.	FM	537401000764001	100,000	CLASSIFICADA
FM ALFA CAMPINA LTDA.	FM	537401000769001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Maripólis/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	FM	537401000754001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE RADIO FM MARIPOIS LTDA.	FM	537401000760001	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARIPOIS LTDA.	FM	537401000762001	100,000	CLASSIFICADA
CELEBRAR FM LTDA.	FM	537401000771001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Matelândia/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
RADIO PORTAL DA COSTA OESTE SA. LTDA.	FM	537401000750001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO CAPELISTA LTDA.	FM	537401000751001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM IMPERATRIZ DE MATELÂNDIA LTDA.	FM	537401000772001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM DE MATELÂNDIA LTDA.	FM	537401000773001	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA RGI DE COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	537401000774001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Matinhos/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
ROCCO JUNIOR & ROCCO LT. ME	FM	537401000746001	100,000	CLASSIFICADA
TELEVISÃO LITORAL DO PARANÁ LTDA.	FM	537401000749001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO CAPELISTA LTDA.	FM	537401000751001	100,000	CLASSIFICADA
PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000752001	100,000	CLASSIFICADA
TELEVISÃO GUARARAPES LT. DA.	FM	537401000754001	100,000	CLASSIFICADA
PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	FM	537401000757001	100,000	CLASSIFICADA
MELO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	FM	537401000758001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM TOTAL LTDA.	FM	537401000768001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM SUL AMERICA LT. DA.	FM	537401000769001	76,000	CLASSIFICADA
MATINHOS RADIO DIFUSÃO LTDA.	FM	537401000775001	100,000	CLASSIFICADA

Concorrência n.º 090/2009-SSR/MC, Localidade de Missal/PR.

Proponentes	Serviço	N.º do Processo	P. Té.	Resultado
RADIO PORTAL DA COSTA OESTE SA. LTDA.	FM	537401000750001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO CAPELISTA LTDA.	FM	537401000751001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM MISSAL LTDA.	FM	537401000770001	100,000	CLASSIFICADA
RADIO FM MINUANO LTDA.	FM	537401000771001	100,000	CLASSIFICADA
SISTEMA RGI DL COMUNICAÇÃO LTDA.	FM	537401000774001	100,000	CLASSIFICADA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERAL  
GERÊNCIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
FISCAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS  
EXTRATO DE CONTRATO SAD Nº 11/2009 ANATEL

Data de Assinatura: 17/04/2009. Contratada: PLANALTO SERVICE LTDA; Vigência: 07/04/2009 a 06/04/2010. Objeto: prestação de serviços de apoio administrativo às atividades institucionais. Fundamento Legal: Lei nº 9.472/97, Regulamento de Contratos da Anatel (Resolução nº 003), publicado no DOU de 19 de janeiro de 1998, Lei nº 8.666/93, Termo de Ajuste de Conduta nº 0060/2007, firmado em 17/11/2007 entre a Anatel e o Ministério Público do Trabalho; Valor do Contrato: R\$ 2.192.410,28; Processo nº 535401000720001.

GERÊNCIA DE MATERIAIS E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 25/2009

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0001-12, torna público que realizará o Pregão Ampla em 29/04/2009, às 9 horas, cujo objeto é a contratação de Serviços de Segurança para o Conjunto Sede, em Brasília, Lação de Radiocomunicação (RENAR) em Sobradinho (DF), bem como para os Escritórios Regionais e Unidades Operacionais em todo território nacional. O Edital está disponível a partir de 13/04/2009 no endereço eletrônico da Anatel, SALIS Quadra 16, Bloco "R", 3º andar, às 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br, seção: Licitação do Cidadão. Interação com o Sistema de Licitações. Edital em Andamento - de aquisição/afiliação.

ALACANDRO GUIMARÃES DE JESUS  
Preposto

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA  
E FISCALIZAÇÃO  
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO  
ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS  
APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO

Fica a entidade abaixo relacionada, tendo em vista a impossibilidade de notificação pelos correios, e por se encontrar em local incerto e não sabido, NOTIFICADA pelo presente edital, conforme art. 65, parágrafo único do Regulamento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270/01, da Decisão de Arquivamento exarada no respectivo Procedimento de Anulação de Descumprimento de Obrigações: RADIO COMUNITÁRIA PEDRA PRETA, CNPJ nº 03.064.727/0001-92, PADO nº 53545.000062/2003, Despacho de Arquivamento nº 318/2009, exarado pelo Gerente Regional do Escritório de Goiás, em 15 de janeiro de 2009, por consumo de prescrição intercorrente nos autos; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ECOLÓGICA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - ACEC, CNPJ nº 03.139.017/0001-12, PADO nº 53545.000121/2003, Despacho de Arquivamento nº 574/2009, exarado pelo Gerente Regional do Escritório de Goiás, em 26 de janeiro de 2009, por consumo de prescrição intercorrente nos autos; ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE RADIOFUSÃO CULTURAL DE PEDRA PRETA, CNPJ nº 04.168.342/0001-76, PADO nº 53545.000061/2003, Despacho de Arquivamento nº 290/2009, exarado pelo Gerente Regional do Escritório de Goiás, em 14 de janeiro de 2009, por consumo de prescrição intercorrente nos autos; JOSÉ ROBERTO MACHADO, CPF nº 039.198.006-15, PADO nº 53545.000123/2002, Despacho de Arquivamento nº 576/2009, exarado pelo Gerente Regional do Escritório de Goiás, em 26 de janeiro de 2009, por consumo de prescrição intercorrente nos autos; ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE TAPURAH E REGIÃO, CNPJ nº 04.505.544/0001-66, PADO nº 53545.000063/2003, Despacho de Arquivamento nº 300/2009, exarado pelo Gerente Regional do Escritório de Goiás, em 15 de janeiro de 2009, por consumo de prescrição intercorrente nos autos.

Fica os (as) interessados (as) abaixo relacionados (as), tendo em vista a impossibilidade de notificação pelos correios e por se encontrarem em local incerto e não sabido, NOTIFICADOS (AS) pelo presente edital, conforme art. 65, parágrafo único do Regulamento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270/01, da Sangão de Alota aplicada, e, caso queiram, apresentem recurso administrativo nos termos do artigo 82, § 5º, do mesmo diploma legal. AILTON JOSE JORQUE MENDES, CPE nº 642.635.841-04, PADO nº 53542.000173/2006, por executar Serviço Rádio da Cidade, sem autorização, na cidade de Anápolis/GO, em infração ao artigo 163 da Lei Geral de Telecomunicações, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal aplicáveis; LUIZ CARLOS DA SILVA SANTOS, CPE nº 219.968.571-01, PADO nº 53545.000153/2006, por executar Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização, na cidade de Querência/MT, em infração ao artigo 163 da Lei nº 9.472, de 16/07/1997, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal aplicáveis; LUIZ DO EURIPEDES DE SOUZA, inscrito no CPF nº 280.505.411-34, PADO nº 53542.000701/2004, por executar Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, sem autorização, na cidade de Santa Teresinha de Goiás/GO, em infração ao artigo 163 da Lei nº 9.472, de 16/07/1997, sem prejuízo das sanções de natureza civil e penal aplicáveis.

RUIMAR DIAS DOS SANTOS  
Gerente

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO AMPLO Nº 22/2008-ER07 (1/07/21)

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, com Escritório Regional em Goiás, sito à Rua 13, nº 618, Setor Alameda Goiânia/GO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0001-12, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de pregão amplo presencial no dia 27 de abril de 2009, na cidade de Campo Grande/MS, às 09h00 (horário local), cujo objeto é a aquisição com instalação de aparelhos de ar condicionado tipo split de acordo com as quantidades, condições, características técnicas e garantias indicadas no Anexo I (especificações técnicas - condições de contratação) para atender a Unidade Operacional da Anatel no Estado de Mato Grosso do Sul (U07-2), que estará à disposição dos in-

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53140-000343/00 a documentação  
a qual se refere à 02 (uma) folhas,  
que estão numeradas 112  
Data: 07 / 05 / 09  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: Alamo

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MARTINS EAGS AUDIOVISUAL LTDA	TV	5106001/2007/09	NAO HABILITADA
IMPORTS VENTURES LTD	TV	5106002/2007/09	NAO HABILITADA
RAIO E TELECOMUNICAÇÕES	TV	5106003/2007/09	NAO HABILITADA
RAIO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	TV	5106004/2007/09	NAO HABILITADA
TELEVISÃO BARRA MÚLTICA LTDA	TV	5106005/2007/09	NAO HABILITADA
DEL GROSSI & CIA LTDA	TV	5106006/2007/09	NAO HABILITADA

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53340.000-783/00 a documentação  
a seguir constituída de 01 (uma) folha,  
que consta numerada: 113  
Data: 29 / 03 / 09  
Nome: \_\_\_\_\_  
Assinatura: Thomaz



Processo nº 53000/051701/2008-39. Deu-se: A União, pelo Ministério das Comunicações, CNPJ/MF 00.394.437/0032-53. Donatário: Universidade Federal de Roraima (Campus do Cauazeiro, Rodovia BR 174, Km 12, Monte Cristo, S/Nº, Boa Vista), no Estado de Roraima, CNPJ/MF 14.792.077/0001-63. Objeto: Disponibilização de equipamentos de informática, mobiliários e Internet Banda Larga, necessários à implantação do Telecentro Comunitário. Data da Assinatura: 27/05/2009. Assinam: Hélio Calisto da Costa, Ministro de Estado das Comunicações, CPF nº 047.629.916-00 e Roberto Ramos Santos, Rector, CPF nº 233.221.444-53.

Processo nº 53000/051701/2008-39. Deu-se: A União, pelo Ministério das Comunicações, CNPJ/MF 00.394.437/0032-53. Donatário: Universidade Federal de Roraima (Campus do Mauá, Rodovia BR 174, Km 39, Boa Vista), no Estado de Roraima, CNPJ/MF 14.792.077/0001-63. Objeto: Disponibilização de equipamentos de informática, mobiliários e Internet Banda Larga, necessários à implantação do Telecentro Comunitário. Data da Assinatura: 27/05/2009. Assinam: Hélio Calisto da Costa, Ministro de Estado das Comunicações, CPF nº 047.629.916-00 e Roberto Ramos Santos, Rector, CPF nº 233.221.444-53.

EXTRAÍDO DE TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, Processo nº 53000/060694/2007-71. Doanda: A União, pelo Ministério das Comunicações, CNPJ/MF 00.394.437/0032-53. Donatário: Município

de Agudos de Lindóia (Praça Dona Filomena Gozzi, S/Nº (Museu), Bairro Associação), no Estado de São Paulo, CNPJ/MF 46.439.683/0001-89. Objeto: Disponibilização de equipamentos de informática, mobiliários e Internet Banda Larga, necessários à implantação do Telecentro Comunitário. Data da Assinatura: 30/12/2008. Assinam: Hélio Calisto da Costa, Ministro de Estado das Comunicações, CPF nº 047.629.916-00 e Márcio Antonio Mariani, Prefeito, CPF nº 143.620.588-34.

## AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Propostas classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subseleção - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos ocorridos no processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67.

Data da Reunião	Horário	Concorrentes Nº	Localidades	UF
04/06/2009	14h30	SSR/MC 090/2000	Mandaguape, Montopola, Matinhos e Missal	PR

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(ões) aos(s) recurso(s) e documento(s) interposto(s) (contra o ato administrativo que homologou a RÁDIO FM PRUDENTINA LTDA, como vencedor, na Concorrência e respectivos localidade(s)/serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

De acordo com o(s) processo(s) em andamento na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subseleção - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor da 8ª, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília-DF, 28 de maio de 2009  
ALVARO BERTRAND D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

## ANEXO

Causa Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Concorrente
SSR/MC 161/1997	SP	Prudente Prudente	FAT	PRUDENTE FM STEREO LTDA	RÁDIO FM PRUDENTINA LTDA

### SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

#### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 92009

O Ministério das Comunicações, através do seu Pregueiro, informa o resultado do Pregão nº 92009-MC - Serviços de Internet. Empresa vencedora: CIBR ABILIMIDIA DATA NET S/A. Valor global do Pregão: R\$ 126.849,92.

## SANTUÁRIO CARVALHO GUEDES

(SILEC - 28/05/2009) 410004-00004-2009NE900127

### AGÊNCIA NACIONAL DE COMUNICAÇÕES SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO ESCRITÓRIO REGIONAL DO CEARÁ

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato ER-9(U-91)-Nº 01/2008-ANATEL.  
Contratada: VISÃO SEGURANÇA DE VALORES LTDA. Objeto: Prestação dos serviços de vigilância física e patrimonial para as dependências da Estação Remota de Monitoramento do UIC-9, em Anápolis/GO, situada no Município de São Gonçalo do Amarante/GO, pelo período de 12 (doze) meses a contar de 09/05/2009. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93; Elemento de Despesa: 339039; Valor do Contrato: R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). Data de Empenho: 28/09/2008/0033.

## ESCRITÓRIO REGIONAL EM GOIÁS

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Ficam notificados interessados abaixo relacionados, tendo em vista a impossibilidade de notificação pelos correios, NOTIFICANDO(S) pelo presente edital, nos termos do artigo 65, parágrafo único, do Regulamento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19/07/01, da atuação de M.L.T.A aplicada, e, caso queiram, apresentem recurso administrativo nos termos do artigo 82, § 5º, do mesmo diploma legal: RADE JAN FAVARES, PADO nº 535310032/2006, por uso não autorizado de radiofrequência, no município de Palmas/TO, por incursão no art. 173, II, da Lei nº 9.472/97, em infração ao art. 163 da Lei nº

### ESCRITÓRIO REGIONAL NO AMAZONAS APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO AMPLIO Nº 1/2009

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no Estado do Amazonas, com sede na Rua Barba, 698 - Cachoeirinha, na cidade de Manaus/AM, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.715/0007-08, torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Pregão Ampla, no dia 10 de junho de 2009 às 09:00 horas, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação dos serviços de vigilância e segurança física e patrimonial, armada e desarmada, e serem executadas nas dependências da sede do Escritório Regional da Anatel no Amazonas, conforme condições constantes do Regulamento de Contratações da Anatel, publicado no DOU de 19 de janeiro de 1998 e do Edital e seu Anexo que estarão à disposição dos interessados a partir do dia 29 de maio de 2009, no Protocolo, do endereço acima mencionado, no horário de 09:00 às 11:00 e das 15:00 às 17:00 horas ou disponível no site da Anatel, endereço: www.anatel.gov.br-seção: Espaço do Cidadão-Interação com a sociedade-Licitações-Edital em andamento.

SALVADOR DE JESUS GONCALVES  
Pregueiro

### ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

#### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO AMPLIO Nº 1/2009

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0004-65, torna público que realizará o Pregão Ampla em 15/06/2009, às 14:30 horas, cujo objeto é a prestação de serviços de reprografia, incluindo todos os materiais de limpeza, treinamento de utilização dos equipamentos, assistência técnica (corretiva e preventiva) e suprimentos (exceto papel), para atendimento das necessidades do Escritório Regional da Anatel no Rio Grande do Sul. O Edital está disponível a partir de 29/05/2009 na Avenida Princesa Isabel, 778, Santana, Porto Alegre/RS, das 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel: www.anatel.gov.br seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Edital em andamento - de aquisição/licitação.

OSVALDO RIBEIRO FILHO  
Pregueiro

## PREGÃO AMPLIO Nº 2/2009

A Anatel, CNPJ nº 02.030.715/0004-65, torna público que realizará o Pregão Ampla em 15/06/2009, às 9:00 horas, cujo objeto é a prestação de serviços de reserva, manutenção e emissão de bilhetes de passageiros aéreos e terrestres, nacionais e internacionais, para atendimento das necessidades de viagens dos servidores do Escritório Regional da Anatel no Rio Grande do Sul. O Edital está disponível a partir de 29/05/2009 na Avenida Princesa Isabel, 778, Santana, Porto Alegre/RS, das 9 às 11 e das 15 às 17 horas e no site da Anatel: www.anatel.gov.br seção: Espaço do Cidadão - Interação com a Sociedade - Licitações - Edital em andamento - de aquisição/licitação.

ALENCAR GOMES DE BRITO  
Pregueiro

### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

## EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12.288/2003, DE Prestação de serviços de manutenção das instalações elétricas, para o cabeamento estruturado e som ambiente, compreendendo a mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e sistemas necessários à manutenção preventiva, manutenção corretiva das instalações e sistemas/equipamentos prediais, inclusive com fornecimento e aplicação de peças e materiais, do Edifício Sede da ECT em Brasília/DF. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prestação, excepcionalmente, a vigência do Contrato por mais 90 dias. CONTRATAÇÃO: ECT/ECT Telecomunicações Comércio e Representação Ltda. VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 78.064,14; DATA DE ASSINATURA: 22/05/2009; VIGÊNCIA: 25/05/2009 a 22/08/2009.

12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12.761/2004, DE Prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e desinfecção com fornecimento de material de limpeza, higiene, equipamentos e utensílios para atender as instalações prediais do Edifício Sede da ECT e do Edifício Conjunto Pastor, aporte de 79 (setenta e nove) servidores e 03 (três) encarregados; OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prestação excepcional por mais 90 dias. CONTRATAÇÃO: APCEC Serviços Gerais Ltda. VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 407.083,03; DATA DE ASSINATURA: 20/05/2009; VIGÊNCIA: Período de 21/05/2009 a 18/08/2009.

13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12.716/2003, DE Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, ventiladores, exaustores, câmaras frigoríficas e balcões frigoríficos e item 02 - manutenção das instalações hidro-sanitárias de água potável, água fervida, água pluvial, equipamentos sanitários e sistemas de incêndio, compreendendo a operação, manutenção preventiva, manutenção corretiva das instalações e sistemas/equipamentos prediais, inclusive com fornecimento e aplicação de peças e materiais, do Edifício Sede dos Correios em Brasília/DF. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prestação excepcional por mais 90 dias. CONTRATAÇÃO: MOA Manutenção e Operação Ltda. VALOR DO ADITAMENTO: R\$ 213.422,00; DATA DE ASSINATURA: 22/05/2009; VIGÊNCIA: Período de 23/05/2009 a 20/08/2009.

#### AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8900152/2008 - CPE/CECOM

Comunicamos a todos os interessados que o Pregão Eletrônico 8900152/2008 - Aquisição de 261 fardos com capacidade mínima de carga de 1.500 kg, publicado no DOU do dia 02/12/2008 Seção 3, página 113, foi anulado com base no art. 49, §§ 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.666/93.

GLAUCY VERA DA SILVA  
Pregueiro

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 5374000078310 a documentação  
a seguir consubstanciada de 03 (três) folhas,  
que assim numerei: 114 a 116

Data: 05 106 12009

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: Rutylery

*[Handwritten signature]*

### **PROPOSTA DE PREÇO**

Handwritten signatures and initials. On the left, a signature that appears to be 'Key' and a simple 'M' mark. On the right, a large, stylized signature, possibly 'Gandhi', with a small 'e' above it. Below the signature is a faint, partially legible stamp that reads 'British Council'.

**ANEXO IV**

**Proposta de Preço pela Outorga (item 7)**

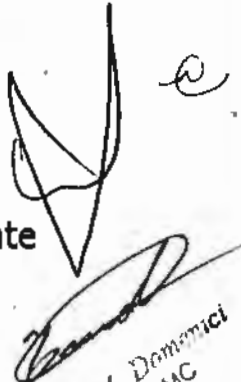
Proposta sintética de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço:

1. Razão Social da Proponente **RAINHA FM LTDA**
  2. CNPJ/MF: **03.884.799/0001-14**
  3. Edital de Concorrência: n.º **090/2000-SSR/MC**
  4. Serviço: **RADIODIFUSÃO**
  5. Localidade/UF: **MANDAGUAÇU / PR**
  6. Valor Proposto: **R\$ 426.376,80**  
Quatrocentos e vinte e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos.
- 
- |            |  |
|------------|--|
| 1ª Parcela | <b>R\$ 213.188,40</b><br>Duzentos e treze mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta centavos. |
| 2ª Parcela | <b>R\$ 213.188,40</b><br>Duzentos e treze mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta centavos. |

**MANDAGUAÇU, PR, 02 de Agosto de 2000.**

  
**REGINALDO DE LIMA/ Sócio Gerente**

  
**LEOMAR ANTONIO MONTAGNA/ Sócio Gerente**

  
**Eriko M. Domingos**  
CEL. - MC

**CONJUNTO N.º 3 – PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**  
**Edital da Concorrência n.º 090/2000-SSR/MC**  
**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

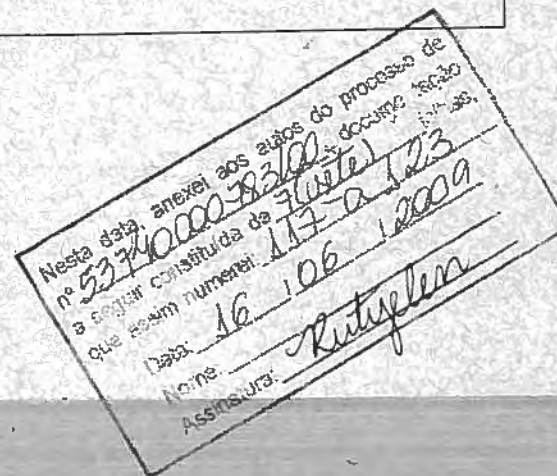
Localidade de Prestação do Serviço: **MANDAGUAÇU / PR**

Razão Social da Proponente: **RAINHA FM LTDA**

**Conteúdo:**

**Conjunto n.º 3:**

**Proposta de Preço Pela Outorga**





CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

De: DANIEL CHRISTIANINI NERY Em 31/03/16  
Assessor Jurídico

Para: Regis Duda - SAJ

SEMPRE TRAMITAR VIA PROTOCOLO

Encaminho Nota SAJ + docs, rf.

EM nº 0247/2015 - MC

( Radiodifusão )  
FM

Att,





**ATA DE REUNIÃO Nº 044/2009**

**SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S)  
DE PREÇO PELA OUTORGA**

**CONCORRÊNCIA Nº 090/2000-SSR/MC**

**SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)**

**LOCALIDADE(S): MANDAGUAÇU/PR, MARIÓPOLIS/PR, MATINHOS/PR e  
MISSAL/PR.**

Aos 04 (quatro) dias do mês de junho de 2009, às 14h:30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 1.028, de 21/12/06, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macedo (ausente justificadamente), Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado e Marcus Ferreira da Silva, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) e julgamento da(s) respectiva(s) proposta(s) de preço pela outorga da(s) proponente(s) classificada(s) na concorrência nº 090/2000-SSR/MC**, que visa à outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, na(s) localidade(s) de **MANDAGUAÇU/PR, MARIÓPOLIS/PR, MATINHOS/PR e MISSAL/PR**, conforme convocação publicada no DOU de 29 de maio de 2009, Número 101, Seção "3", Página 117, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura da lista de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata; (2) Relato, por parte do Vice-Presidente, do rompimento prematuro de lacres de inúmeros sacos plásticos em que estavam acondicionadas diversas propostas técnicas e de preço, conforme consta do processo administrativo de nº 53000.040687/2007-67; (3) Análise do(s) envelope(s) constante(s) da presente abertura, não sendo apontada irregularidade ou requerida diligência pelas proponentes ou público presente; (4) Abertura do(s) Invólucro(s) Lacrado(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço pela Outorga da(s) seguintes(s) empresa(s), conforme discriminado por localidade(s): **MANDAGUAÇU/PR**, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, Processo nº 53740.000748/00; TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., Processo nº 53740.000754/00; PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000757/00; MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000758/00; FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000759/00; RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., Processo nº 53740.000765/00; ESTÚDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000780/00; RAINHA FM LTDA., Processo nº 53740.000783/00; **MARIÓPOLIS/PR**, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., Processo nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO**

Fls. 118  
Rubrica  
18/09/2009

53740.000754/00; PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000757/00; CLEVELAND FM LTDA., Processo nº 53740.000781/00; **MATINHOS/PR**, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, Processo nº 53740.000748/00; RÁDIO CAPELISTA LTDA., Processo nº 53740.000751/00; PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000752/00; TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., Processo nº 53740.000754/00; PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000757/00; MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., Processo nº 53740.000758/00; RÁDIO FM TOTAL LTDA., Processo nº 53740.000768/00; RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA., Processo nº 53740.000769/00 **MISSAL/PR**, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA., Processo nº 53740.000750/00; RÁDIO CAPELISTA LTDA., Processo nº 53740.000751/00; SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA., Processo nº 53740.000784/00; (5) A documentação foi rubricada pelos membros da Comissão Especial de Licitação e público presente; (6) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(s) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) de: **MANDAGUAÇU/PR**, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, R\$ 163.550,00 (cento e sessenta e três mil e quinhentos e cinquenta reais); TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., R\$ 15.380,00 (quinze mil e trezentos e oitenta reais); PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 159.950,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos e cinquenta reais); MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., R\$ 163.580,80 (cento e sessenta e três mil quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos); FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 14.580,00 (quatorze mil e quinhentos e oitenta reais); RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA., R\$ 333.333,33 (trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos); ESTÚDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 181.592,20 (cento e oitenta e um mil e quinhentos e noventa e dois reais e vinte centavos); RAINHA FM LTDA., R\$ 426.376,80 (quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos); **MARIÓPOLIS/PR**, TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., R\$ 15.290,00 (quinze mil duzentos e noventa reais); PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 139.950,00 (cento e trinta e nove mil novecentos e cinquenta reais); CLEVELAND FM LTDA., R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); **MATINHOS/PR**, ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME, R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais); RÁDIO CAPELISTA LTDA., R\$ 251.300,00 (duzentos e cinquenta e um mil e trezentos reais); PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais); TELEVISÃO GUARARAPES LTDA., R\$ 200.880,00 (duzentos mil e oitocentos e oitenta reais); PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., R\$ 199.950,00 (cento e noventa e nove mil e novecentos e cinquenta reais); MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., R\$ 163.580,80 (cento e sessenta e três mil e quinhentos e oitenta reais e oitenta centavos); RÁDIO FM TOTAL LTDA., R\$ 204.840,00 (duzentos e quatro mil e oitocentos e quarenta reais); RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA., R\$ 100.000,00 (cem mil reais); **MISSAL/PR**, RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA., R\$ 261.000,00 (duzentos e sessenta e um mil reais); RÁDIO CAPELISTA LTDA., R\$ 301.000,00 (trezentos e um mil reais); SISTEMA RGL DE COMUNICAÇÃO LTDA., R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais); (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**", que segue em anexo, que aponta o **valor da média ponderada (VP) da pontuação da proposta técnica (PT) e da proposta de preço pela outorga (PP)** de cada proponente; (8) A Comissão Especial de Licitação, por unanimidade de votos, propôs como vencedoras as concorrentes que obtiveram o maior **Valor Ponderado (VP)** em cada localidade, conforme a seguir discriminado: **MANDAGUAÇU/PR**, RAINHA FM LTDA.; **MARIÓPOLIS/PR**, PRISMA ENGENHARIA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

119  
Rubrica  
19/05/2009

EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., MATINHOS/PR e MISSAL/PR, RÁDIO CAPELISTA LTDA.; (9) O Sr. Vice-Presidente determinou que fosse registrada em Ata as seguintes intercorrências: a) Sr. **JOSÉ ANTONIO DA COSTA**, requereu a juntada aos autos de procuração outorgada por nome da empresa SISTEMA DE COMUNICAÇÃO MARIÓPOLIS LTDA., o que foi deferido pela Comissão, logo após se retirando da presente sessão às 15h:30 (quinze horas e trinta minutos). b) foi aberto equivocadamente o envelope de preço da proponente RÁDIO MOCIDADE FM LTDA., sendo a proposta rubricada pelos membros da CEL e público presente, que lacrado em seguida e rubricado pelos membros da CEL, para a localidade de MANDAGUAÇU/PR, uma vez que a mesma foi inabilitada conforme PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008, acatado pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações publicado no DOU de 28 de dezembro de 2008, Seção 1, nº 300, página 248, às fls. 142, sendo posteriormente desclassificada com fulcro no mesmo citado parecer, publicado no DOU de 19 de maio de 2009, Seção 3, nº 93, página 91, às fls. 152 dos autos do processo de nº 53740.000766/00. Nada mais havendo a acrescentar, o Vice-Presidente deu por encerrada a presente sessão às 16h:25 (dezesseis horas e vinte e cinco minutos), tendo sido lavrada a presente Ata que após lida e achada conforme vai assinada pelo Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.

ERIKO MENDES DOMENICI  
Vice-Presidente em exercício da Presidência

EDMAR FREITAS MACHADO  
Titular

MARCUS FERREIRA DA SILVA  
Titular



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL  
CONCORRÊNCIA Nº 090/2000–SSR/MC  
SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO  
- LISTA DE PRESENÇA DO PÚBLICO -

DATA: 04/06/2009

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : MANDAGUAÇU/PR, MARIÓPOLIS/PR, MATINHOS/PR e  
MISSAL/PR.

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Carlos A. DA SILVA Samalamarço	1383684 24983.815-1 SSPSP	[assinatura]





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 090/2000-SSR/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 04/06/2009

SERVIÇO: FREQUÊNCIA MODULADA (FM)

LOCALIDADE(S) : MANDAGUAÇU/PR, MARIÓPOLIS/PR, MATINHOS/PR e MISSAL/PR.

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
SISTEMA DE COMU- NICAÇÃO MARIÓPOLIS-PR	Jose Antonio Costa		JK	880197	Sócio/Acionista ( ) Procurador (x)
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )
					Sócio/Acionista ( ) Procurador ( )



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES  
(Média Ponderada)

Concorrência : 090/2000

Preço Mínimo : 10.780,00

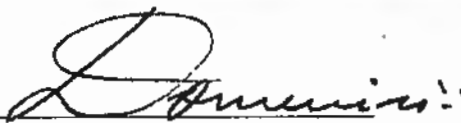
Serviço : FM

Grupo : A

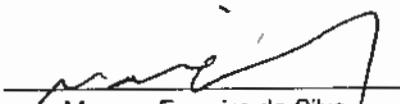
Localidade : MANDAGUAÇU

UF : PR

N.º Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53740.000783/00	RAINHA FM LTDA.	426.376,80	100,000	98,736	99,874
53740.000765/00	RÁDIO SEM FRONTEIRAS LTDA.	333.333,33	100,000	96,383	99,838
53740.000780/00	ESTÚDIO OMNY7 DE COMUNICAÇÕES LTDA.	181.592,20	100,000	97,032	99,703
53740.000758/00	MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	163.580,80	100,000	96,705	99,670
53740.000748/00	ROCCO JUNIOR & ROCCO LTDA-ME.	163.550,00	100,000	96,704	99,670
53740.000757/00	PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	159.950,00	100,000	96,630	99,663
53740.000754/00	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA.	15.380,00	100,000	64,954	96,495
53740.000759/00	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA.	14.580,00	100,000	63,032	96,303

  
Eriko Mendes Domenici  
Vice-Presidente

  
Edmar Freitas Machado  
Membro

  
Marcus Ferreira da Silva  
Membro





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2009

Torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, referente à licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de material de escritório. Empresa M.F. MACHADO SOARES LTDA, Lote 01 no valor de R\$ 241,65; Empresa MADRIBEIRA TABURMA LTDA, Lote 02 no valor de R\$ 701,40; Empresa ELITE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA, Lote 03 no valor de R\$ 599,00 e Lote 04 no valor de R\$ 2.397,00; Empresa DIVEMACO MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA, Lote 05 no valor de R\$ 602,60. Processo nº 00742/2009.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2009

Torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, referente à licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de material para rede aérea conforme desenho: Empresa METALFESA IND MET LTDA, Lote 03 no valor de R\$ 598,00; Empresa GBO ADM REP E PART LTDA, Lote 06 no valor de R\$ 1.798,00. Lotes 01, 04 e 05 rejeitados. Processo nº 06402/2009.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2009

Torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, referente à licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de material para rede aérea conforme desenho: Empresa METALFESA IND MET LTDA, Lote 03 no valor de R\$ 598,00; Empresa GBO ADM REP E PART LTDA, Lote 06 no valor de R\$ 1.798,00. Lotes 01, 04 e 05 rejeitados. Processo nº 06402/2009.

Porto Alegre, 15 de junho de 2009.  
JAIR BERNARDO CORRÊA  
Prezados

## Ministério das Comunicações

## GABINETE DO MINISTRO

## AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público a abertura das inscrições contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, após realizado, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Podem comparecer as partes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos. Na sessão pública em referência serão relatados os fatos apurados no processo administrativo nº 53000.040687/2007-67.

Data do Resultado	Horário	Concorrência Nº	Localidades	UF
22/06/2009	14h30	SSR/MC	São Francisco de Assis	RS

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 006/2001 - SSR/MC, a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 1405-2.17/2005, que opina no sentido de que seja anulado o procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação, para as localidades de Porto Grande, Tefangalzinho e Vitória do Jari, no Estado do Amapá, operando-se a cabível inabilitação da licitante EMPRESA DE RADIOFUSÃO ÁGUA DOCE LTDA., tão somente para essas localidades.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 006/2001 - SSR/MC, a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER/MC/CONJUR/KMM/Nº 1405-2.17/2005, que opina no sentido de que seja anulado o procedimento licitatório, a partir da fase de habilitação, para a localidade de Mazagão, no Estado do Amapá, operando-se a cabível inabilitação da licitante ORGANIZAÇÃO TROPICAL DE RADIO E TELEVISÃO LTDA.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Subloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 15 de junho de 2009.  
ALYMAR BERTHARD D. G. DE MACÊDO  
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE JULGAMENTOS  
CONCORRÊNCIA Nº 90/2000-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Fundado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "h" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CONCORRÊNCIA Nº 90/2000-SSR/MC

## Localidade de Mandaguapé/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	RÁDIO FM LTDA	426.375,00	FM	98.134	99.834
53740.00075100	RÁDIO FM PRONTUROS LTDA	333.333,33	FM	98.382	99.834
53740.00075100	SISTEMA OMNI DE COMUNICAÇÕES LTDA	181.992,20	FM	97.612	99.834
53740.00075100	MELLO E RIBUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	163.580,80	FM	96.705	99.830
53740.00075100	ROCKO JUNIOR & ROCKO LTDA-ME	163.580,00	FM	96.704	99.830
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	159.950,00	FM	96.630	99.835

53740.00075400	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	13.980,00	FM	61.854	96.493
53740.00075400	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	14.540,00	FM	61.812	96.491

## Localidade de Marilândia/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	ELIM RADIOFUSÃO LTDA	150.000,00	FM	98.837	99.864
53740.00075100	PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA	181.990,00	FM	97.182	99.738
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	181.990,00	FM	97.058	99.736
53740.00075100	MELLO E RIBUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	163.580,80	FM	96.943	99.694
53740.00075100	FREQUÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA	120.600,00	FM	95.854	99.583
53740.00075100	ROCKO JUNIOR & ROCKO LTDA-ME	81.000,00	FM	91.907	99.590
53740.00075100	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	40.640,00	FM	87.697	98.770

## Localidade de Marum/RS

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA	181.500,00	FM	97.234	99.721
53740.00075100	MELLO E RIBUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	163.580,80	FM	96.943	99.694
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	181.990,00	FM	95.096	99.510
53740.00075100	ROCKO JUNIOR & ROCKO LTDA-ME	52.000,00	FM	90.385	99.038
53740.00075100	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	15.720,00	FM	68.191	98.819

## Localidade de Maripá/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	159.950,00	FM	96.477	99.831
53740.00075100	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	13.790,00	FM	67.209	96.730
53740.00075100	TELEVISÃO FM LTDA	80.800,00	FM	91.750	99.315

## Localidade de Matelândia/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	RÁDIO CAPELATA LTDA	265.684,00	FM	97.567	99.757
53740.00075100	RÁDIO FM IMPERATRIZ DE MATILÂNDIA LTDA	201.100,00	FM	97.514	99.751
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	159.950,00	FM	96.674	99.687
53740.00075100	RÁDIO FM DE MATILÂNDIA LTDA	151.500,00	FM	96.741	99.674
53740.00075100	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA	151.182,50	FM	96.691	99.669
53740.00075100	SISTEMA RUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	128.000,00	FM	96.094	99.609

## Localidade de Matinhos/PR

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	RÁDIO CAPELATA LTDA	261.406,00	FM	97.431	99.743
53740.00075100	RÁDIO FM TITAN LTDA	201.100,00	FM	96.875	99.668
53740.00075100	TELEVISÃO GUARARAPES LTDA	201.000,00	FM	96.811	99.661
53740.00075100	PRIMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA	199.950,00	FM	96.799	99.660
53740.00075100	PRIMAVERA COMUNICAÇÕES LTDA	186.000,00	FM	96.558	99.656
53740.00075100	MELLO E RIBUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	163.580,80	FM	96.087	99.609
53740.00075100	ROCKO JUNIOR & ROCKO LTDA-ME	81.000,00	FM	92.191	99.219
53740.00075100	RÁDIO FM SUL AMÉRICA LTDA	100.000,00	FM	91.569	97.790

## Localidade de Missal/PR

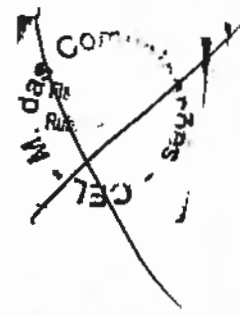
Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
53740.00075100	RÁDIO CAPELATA LTDA	261.406,00	FM	97.431	99.743
53740.00075100	RÁDIO PORTAL DA COSTA OESTE S/C LTDA	261.000,00	FM	96.864	99.618
53740.00075100	SISTEMA RUI DE COMUNICAÇÃO LTDA	128.000,00	FM	96.094	99.609

## CONCORRÊNCIA Nº 91/2001-SSR/MC

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22/12/2006, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços pela Outorga (PP) e do Valor Fundado (VP) atribuído a cada licitante da Concorrência abaixo citada.

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Subloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos.

A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "h" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



[Início](#)   [Links](#)   [Fale Conosco](#)   [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

### Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:  
**Seção de Informação Processual**  
 (61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225  
[informacao.processual@stj.jus.br](mailto:informacao.processual@stj.jus.br)

Avalie este serviço:  
 Informações processuais

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

[Votar](#)

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF  
 Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410  
 © 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.

**Consulta Processual pelo CPF/CGC da Parte**

**CGC/CPF Pesquisado: 03884799000114**

Consultoria em Língua Portuguesa

Ouvidoria Administrativa

Plantões do TRF

**Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "03884799000114".**

Emitido pelo site [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br) em: quinta-feira, 2 de julho de 2009

Portal da  
Justiça Federal  
da 4ª Região

Tribunal Regional Federal  
da 4ª Região

TRF4

BR

Institucional

Ouvidoria

Notícias

Concursos e Estágios

Varas

Publicações

Links Jurídicos

Plantão Judiciário

Consulta Processual

Jurisprudência

Sob Medida

Licitações

Guia de Serviços

Legislação

Ajuda

Cálculos Judiciais

Intranet

### Consulta Processual Unificada

#### ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um *Processo*, *Nome da Parte*, *CPF*, *OAB* ou *Processo Originário*;
3. Selecionar *Onde Consultar*;
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.

Forma da pesquisa: CPF/CNPJ da Parte

Número do CPF/CNPJ: 03884799000114

Onde consultar: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

☒ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após: 01/01/1970

Pesquisar

### COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

### INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000



Comunicações  
Fls.  
Rubrica:  
CEL.  
130

Portal da  
Justiça Federal  
da 4ª Região

Tribunal Regional Federal  
da 4ª Região



#### Institucional

- Ouvidoria
- Notícias
- Concursos e Estágios
- Varas
- Publicações
- Links Jurídicos
- Plantão Judiciário

#### Consulta Processual

- Jurisprudência
- Sob Medida
- Licitações
- Guia de Serviços
- Legislação
- Ajuda
- Cálculos Judiciais

#### Intranet



#### Consulta Processual Unificada

##### ATENÇÃO!

Para realizar uma consulta processual, é necessário:

1. Selecionar uma forma de pesquisa;
2. Informar um Processo, Nome da Parte, CPF, OAB ou Processo Originário;
3. Selecionar Onde Consultar.
4. A consulta processual eletrônica, pelo nome da parte e número do CPF, não exibe nenhuma informação sobre a existência de ações criminais, mesmo que transitadas em julgado e não possui natureza de certidão.

Forma da pesquisa: Nome da Parte

Nome da Parte: RAINHA FM LTDA - ME

Onde consultar: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

☒ Mostrar processos baixados ou arquivados

Última atualização de fase após: 01/01/1970

Pesquisar

#### COMO UTILIZAR

Clique aqui para ver as dicas para consultar processos.

Para visualizar os arquivos em formato PDF, é necessário ter o Acrobat Reader®. Clique aqui para fazer o download do programa.

#### INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS

Clique aqui para solicitar o Inteiro Teor de Acórdão que não está disponível no site através da consulta processual (online).

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre (RS) - PABX (51) 3213 3000

**Seção Judiciária do Distrito Federal**  
**Consulta Processual**



**Tipo de Pesquisa:** Consulta de processos pelo CPF/CNPJ  
**Argumento Pesquisado:** 03884799000114

*Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "03884799000114".*



Emitido pelo site processual-df.trf1.gov.br em 02/07/2009 às 09:28:25



Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM » Consulta por Plano Básico de Distribuição de Canais menu ajuda

 Dados da consulta  Consulta  Criar Arquivo Texto

UF: PR

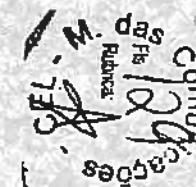
SERVIÇO: FM

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimuth	ERP (KW)	CL	Obs.
Localidade: Mandaguaçu ( Concorrência: 90/2000 )	23S205000	52W054300	242			C	

Usuário: - Data: 02/07/2009 Hora: 09:29:03

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

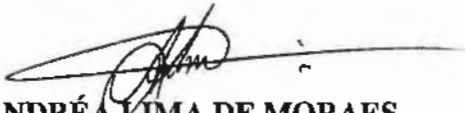


Comunicações  
Fis. 130  
Rubrica  
CEL  
130

## CERTIDÃO

Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não restaram no processo n.º 53740.000783/2000 – RAINHA FM LTDA. - pendência de recursos sem apreciação por esta comissão.

Brasília/DF, 02 de julho de 2009.

  
**ANDRÉA LIMA DE MORAES**  
Estagiária

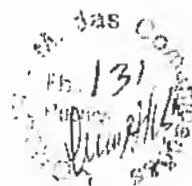
De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.

Em, 2 de julho de 2009.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente da Comissão Especial de Licitação



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/N.º 0553 - 2.17 / 2010  
CONC. 090/2000 – SSR/MC  
PROCESSO PRINCIPAL: 53000.003479/00  
PROPONENTE VENCEDORA: RAINHA FM LTDA.  
PROCESSO Nº 53740.000783/00  
LOCALIDADE: MANDAGUAÇU/PR  
TEMA: HOMOLOGAÇÃO

EMENTA: Concorrência nº 90/2000 – SSR/MC. Certame com vistas a outorgar serviço de radiodifusão sonora em Freqüência Modulada (FM) para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná. Procedimento na fase de homologação. Licitante RAINHA FM LTDA. Regularidade dos documentos apresentados. Pela homologação e adjudicação do certame à licitante RAINHA FM LTDA., declarada vencedora para a localidade de Mandaguaçu/PR.

Senhor Consultor Jurídico,

O certame da Concorrência nº 90/2000 – SSR/MC tem por objeto a outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada (FM) para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná.

2. O certame em epígrafe se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente para assinar o contrato com os atos até então praticados pela Comissão de Licitação. Essa concordância se refere a dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela Comissão e conveniência de ser mantida a licitação.

3. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalvamos que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei n.º 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do

P.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

*procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação."*

4. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO:

*"Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito." (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481)*

5. A licitante RAINHA FM LTDA. foi a 1ª colocada para a localidade de Mandirituva/PR, nos termos do resultado publicado no DOU, Seção 3, página 92, de 16/06/2009, à fl. 123 dos autos do processo nº 53740.000776/00. Não houve nenhum questionamento sobre o resultado do certame para a referida localidade.

6. Compulsando os autos é possível verificar que a proponente vencedora apresentou todos os documentos em consonância com as exigências contidas no Edital. Desse modo, a homologação demonstra-se viável.

7. Destaque-se, outrossim, que a localidade de Mandaguaçu/PR não se localiza em Faixa de Fronteira. Desse modo, não há necessidade de apresentação do ato de assentimento prévio, exigência contida no subitem 5.2.2 do Edital.

8. Ainda sobre a mesma licitante, é possível verificar que, segundo dados da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Departamento de Outorgas de Serviços, Coordenação Geral de Regime Legal de Outorgas – CGLO, não possui nenhuma homologação.

9. Tal informação revela que não há óbice à homologação e adjudicação porque não esbarra no limite fixado no art. 12, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

10. Verifica-se igualmente que a Comissão Especial de Licitação cumpriu as determinações da Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 01, de 03 de novembro de 2004, no que se refere a buscas de processos judiciais em nome da proponente RAINHA FM LTDA.

11. Destaque-se, outrossim, que a presente análise documental cinge-se somente ao certame da Concorrência nº 90/2000-SSR/MC, especificamente para a





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



localidade de Mandaguaçu/PR, não apresentando nenhuma relação com os demais certames em que participam ou venham a participar as proponentes ora declaradas vencedoras.

12. Ante o exposto, opinamos pelo seguinte:

- a) pela homologação e adjudicação do certame à licitante RAINHA FM LTDA., declarada vencedora para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná,
- b) encaminhem-se os autos ao Senhor Ministro,
- c) após, encaminhem-se os autos à Comissão Especial de Licitação para providências necessárias.

Brasília, 29 de março de 2010.

KIYOMI MAEZOE  
Assistente – CONJUR/MC

Em 26/04/2010

EDIO HENRIQUE A. J. E AZEVEDO  
Consultor Jurídico





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em                    de                    de

Acolho a **NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553-2.17/2010**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SER- VIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
90/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA.	53740.000783/00

Nesta data, anexo aos autos do processo de nº 53740.000783/00 a documentação a seguir constituída de 03 (três) folhas, que assim numerei: 134 a 136

Data: 29 / 04 / 2010

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: [assinatura]



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 28 de abril de 2010

Acolho a **NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553-2.17/2010**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

CONC. Nº SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SER- VIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
90/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA.	53740.000783/00

**SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS**

PORTARIA Nº 5, DE 28 DE ABRIL DE 2010

Institui o Grupo de Trabalho para acompanhamento do suprimento e da produção nacional dos insumos estratégicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, o Grupo de Trabalho para acompanhamento do suprimento e da produção nacional dos insumos estratégicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º Definir que o Grupo de Trabalho de que trata o Art. 1º desta Portaria atuará sob a coordenação da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE e será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades abaixo:

- I - Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (DECIIS/SCTIE/MS);
- II - Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde (DSV/SVS/MS);
- III - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);
- IV - Instituto de Tecnologia em Fármacos - Farmanguinhos;
- V - Fundação Ezequiel Dias (FUNED);
- VI - Fundação para Remédio Popular (FURP).

§ 1º Cada representante terá um suplente, ambos indicados à coordenação do Grupo de Trabalho pelos dirigentes dos respectivos órgãos e entidades.

§ 2º Poderão ser incorporados ao Grupo de Trabalho outros órgãos e entidades que possam contribuir para o desenvolvimento do trabalho.

§ 3º Os membros do Grupo de Trabalho não receberão gratificação, sendo considerado trabalho de relevância pública.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REINALDO GUIMARÃES

**Ministério das Comunicações**

**GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 355, DE 16 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observando o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 26 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53.000.009.638/2009, resolve:

Consagrar à TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA., executora do Serviço de Retransmissão de Televisão, anexo ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter privativo, no município de Recife, Estado de Pernambuco, a canal 52 (cinquenta e dois), ocupando a faixa de frequências de 698 - 704 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Retransmissão de Televisão, no âmbito do Sistema de Televisão Digital Terrestre (SNTVD-T), na mesma localidade.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 389, DE 28 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Quixerê, Estado do Ceará, canal 13 (treze).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Expansão dos Serviços  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecida no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 390, DE 28 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Quixerê, Estado do Ceará, canal 51 (cinquenta e um).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Expansão dos Serviços  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecida no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 391, DE 28 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Pinaruco, Estado do Ceará, canal 13 (treze).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Expansão dos Serviços  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecida no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Pinaruco, Estado do Ceará, canal 13 (treze).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Expansão dos Serviços  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecida no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 392, DE 28 DE ABRIL DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Publicar Consulta Pública para a execução do Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV na localidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais, canal 56 (cinquenta e seis).

Art. 2º Os interessados em participar da seleção para execução do referido serviço deverão, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, atender as exigências abaixo descritas:

I - manifestar o interesse, mediante requerimento dirigido ao:

Ministério das Comunicações  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Expansão dos Serviços  
70.044-900 - Brasília - DF

II - apresentar a documentação conforme estabelecida no item 5, subitem 5.1 ao 5.5 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria MC nº 776, de 14 de dezembro de 2001.

Art. 3º Findo o prazo de que trata o Art. 2º, os pedidos de outorgas relativos à localidade mencionada serão apreciados para possível autorização de utilização do canal para a prestação do serviço.

Art. 4º Determinar que os processos das entidades não contempladas, após a definição da autorização do canal de que trata esta Portaria, serão indeferidos e arquivados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

**DESPACHOS DO MINISTRO**

Em 28 de abril de 2010

APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2001, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, com fundamento na Informação nº 151/2010/CGED/DEOC/SCE-MC, o pedido formulado pela FUNDACÃO MADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS para a execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar o sistema de Rádio Digital em Ondas Curtas desenvolvido pelo consórcio europeu Digital Radio Mondiale (DRM) na localidade de São Paulo/SP, utilizando uma rede de frequência única, com duas estações transmissoras, licenciadas na ANATEL, para providências devidas.

Tendo em vista o Pedido de Reconsideração interposto pela licitante FM ALTA CAMPINA LTDA. contra a decisão ministerial que a habilitou na Concorrência nº 90/2009-SR/MC, para a localidade abaixo citada, agiu a NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMA/Nº 0541 - 2.200/2010, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**ANEXO ÚNICO**

**RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO PELA MANUTENÇÃO DA INABILITAÇÃO**

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVÍCIO	RECORRENTE	PROXIMO Nº
90/2009	FM	MANOEL RIBAS	FM	FM ALTA CAMPINA LTDA.	5174/2009/1009

Acólio a NOTA/Nº 0637 - 2.172/2010/KM/MC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos contra a decisão do ministro MOLODO e ajuizando seu objeto às decisões vencedoras, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

**ANEXO ÚNICO**

CONC. Nº	UF	LOCALIDADES	SERVÍCIO	PROponentes Vencedoras	PRÓXIMO Nº
90/2009	GO	ESPIRITO SANTO	FM	FUZA E SILVA LTDA.	5147/2009/1002
90/2009	GO	ITABUNA	FM	EMPRESA DE COMUNICAÇÕES JATUNA LTDA.	5148/2009/1002
90/2009	GO	MANOEL DE GOMES	FM	SISTEMA NORTE DE RADIOFUSÃO LTDA.	5149/2009/1002
90/2009	GO	NOVA CRUSAS	FM	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO SÃO MIGUEL DO ARAUJO LTDA.	5150/2009/1002



Acolho a NOTA/AGUI/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
553031	PR	PARANAGUÁ	FM	RAÍMIA FM LTDA	017-00024000

Acolho a NOTA/AGUI/CONJUR-MC/KMM/Nº 0544-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
554004	PR	MANDUITUMA	FM	JULIA RADIOFUSÃO LTDA	514-00077408

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.343, DE 28 DE ABRIL DE 2010

Autoriza a(s) Embaixada da República Bolivariana da Venezuela a realizar operação temporária de equipamentos de comunicação, na(s) cidade(s) de Brasília/DF, no período de 27/04/2010 a 30/04/2010.

LEILSON RIBEIRO DOS SANTOS  
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 2.334, DE 13 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53300 005856/2010 - Expedo autorização à TELEVISÃO RONDON LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.046.390/0001-01, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Especializado, de interesse restrito, com finalidade de provimento de comunicação por satélite a embarcações que navegam em águas do território brasileiro, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, sendo como área de exploração do serviço o território nacional.

DIRETA BARAVILHA  
Superintendente  
Interino

ATO Nº 2.394, DE 15 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53300 004757/2010 - Expedo autorização à ARYCOM COMUNICAÇÃO VIA SATELITE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.295.829/0001-10, para exploração do Serviço Limitado Especializado, de interesse restrito, com finalidade de provimento de comunicação por satélite a embarcações que navegam em águas do território brasileiro, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, sendo como área de prestação o território nacional.

DIRETA BARAVILHA  
Superintendente  
Interino

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 2.459, DE 10 DE ABRIL DE 2010

Autoriza a SOCIEDADE PESTALOZZI DE SÃO PAULO, a fazer uso temporário de Recursos de Numeração da série 0500 para recebimento de chamadas telefônicas e respectivo registro da intenção de ligação.

FERNANDO ANTÔNIO FRANCA PÁDUA  
Superintendente  
Interino

Acolho a NOTA/AGUI/CONJUR-MC/KMM/Nº 0556-2.17/2010, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSE ARTER HILARIO LILIO

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
554004	PR	MANDUITUMA	FM	RAÍMIA FM LTDA	514-00077408

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.854, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009

Processo nº 533420007792009 - Aplica às entidades abastecedoras de energia elétrica as condições para exploração do Serviço Móvel Marítimo (Estações de Navios), de interesse restrito, por descumprimento do disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 3.070, de 7 de julho de 1956, com nova redação dada pelo art. 5º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, bem como do disposto no artigo 16 da Anexo à Resolução nº 253, de 29 de março de 2001. A sanção aplicada não implica a suspensão de eventuais débitos, decorrentes da autorização anteriormente outorgada.

Nome	Função	Assinatura
JOÃO HILARIO STROPER	Secretário	[Assinatura]
JOÃO BATISTA DE CARVALHO	Secretário	[Assinatura]

RONALDO MOTA SARDENHARI  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2502, DE 12 DE ABRIL DE 2010

Resolve autorizar o uso do Código de Acesso a Serviço de Utilidade Pública no formato 168, em substituição ao código 120, para atendimento aos serviços prestados pela Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, em todo o território nacional.

FERNANDO ANTÔNIO FRANCA PÁDUA  
Superintendente  
Interino

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE  
Em 7 de dezembro de 2009.

Ref.: Processo nº 53375.000236/2005.  
Nº 8.561 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO da Agência Nacional de Telecomunicações, motivado pelo que consta dos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pado nº 53375.000236/2005, instaurado em face da TELEMAR NORTE LESTE S.A. - CNPJ/MF 33.000.118/0006-83, Concessionária do STFC, Setor 15 do Plano Geral de Ourgas - PGO resolve: aplicar sanção de MULTA, no valor total de R\$ 181.519,80 (CENTO E OITENTA E UM MIL, QUINHENTOS E DEZENOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS), em virtude do descumprimento das arts. 26, caput e §1º, e 27, §2º e 3º, todos do RSTFC, e do art. 17, caput e parágrafo único, do RGI; DETERMINAR a Telecom/AR, que efetue a reparação, com o envio a Anatel da respectiva comprovação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do presente Despacho, aos usuários atingidos pelas interrupções ocorridas no período fiscalizado e que afetaram o STFC local, concedendo crédito proporcional ao valor da Tarifa ou Preço da Assinatura, considerando todo o período das interrupções, conforme o art. 27, §2º, do RSTFC, ou que, em já tendo realizado a devolução, comprove documentalmente e de forma individualizando, também no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, resultando-se que a comprovação deverá ocorrer na forma de espelhos de faturas de contas telefônicas, em meio eletrônico, referente à totalidade dos usuários afetados, não se admitindo remessa de amostragem.

Em 15 de dezembro de 2009

Ref.: Processo nº 53324.006458/2007.  
Nº 8.795 - O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS INTERINO da Agência Nacional de Telecomunicações, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, motivado pelo que consta dos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - Pado nº 53324.006458/2007, instaurado em face da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC, CNPJ/MF 71.208.516/0001-74, Concessionária do STFC, Setor 25 do Plano Geral de Ourgas - PGO, resolve: aplicar sanção de MULTA no valor total de R\$ 5.601,76 (CINCO MIL, SEISCENTOS E UM REAL E SETENTA E SEIS CENTAVOS), em virtude do descumprimento do art. 18 do RGI e arts. 31 e 32, caput e §4º, ambos do RSTFC; DETERMINAR a CTBC, que efetue a reparação, com o envio a Anatel da respectiva comprovação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da notificação do presente Despacho, aos usuários atingidos pelas interrupções ocorridas no período fiscalizado e que afetaram o STFC local, concedendo crédito proporcional ao valor da Tarifa ou Preço da Assinatura, considerando todo o período das interrupções, conforme o art. 27, §2º, do RSTFC, ou que, em já tendo realizado a devolução, comprove documentalmente e de forma individualizando, também no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, resultando-se que a comprovação deverá ocorrer na forma de espelhos de faturas de contas telefônicas, em meio eletrônico, referente à totalidade dos usuários afetados, não se admitindo remessa de amostragem.

inmente e de forma individualizada, também no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, resultando-se que a comprovação deverá ocorrer na forma de espelhos de faturas de contas telefônicas, em meio eletrônico, referente à totalidade dos usuários afetados, não se admitindo remessa de amostragem.

FERNANDO ANTÔNIO FRANCA PÁDUA  
Superintendente  
Interino

Em 10 de maio de 2007

Nº 503 - Ref. PADO nº 53300.003583/2003 - Resolve determinar a aplicação da sanção de MULTA à Brasil Telecom S/A - Brasil Santa Catarina no valor de R\$ 10.951.040,00 (dez milhões, novecentos e cinquenta e um mil e quarenta reais) para as infrações de ordem administrativa e não amparo da LTOI, o que abrange a ausência de publicidade sobre edição e distribuição, e de não recolhimento da LTOI por 18 dias consecutivos no ano de 2003, bem como a aplicação da sanção de ADVERTÊNCIA para as infrações de ausência de 07 dias consecutivos no LTOI, irregularidades quanto à publicidade e presença de 1 assinantes não divulgados.

JOSÉ CARLOS VASCONCELOS  
Secretário

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 30, DE 28 DE JANEIRO DE 2010

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.048091/2005, resolve:

Autoriza a RÁDIO FM CUIABÁ LTDA, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada no município de Tupaciretã, Estado do Rio Grande do Sul, canal 223, classe A3, a executar o Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas (LINK), no referido município, e aprovar seus locais de instalação.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ARIU

PORTARIA Nº 51, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2010

A SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.065271/2005, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO SOCIEDADE TUPACIRETÃ LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Tupaciretã, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando a frequência 990 kHz, classe B.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ARIU





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



NOTA/Nº 0718 - 2.17 / 2010/KMM/CONJUR-MC/AGU  
CONCORRÊNCIA Nº 090/2000- SSR/MC  
PROCESSO PILOTO Nº 53000.003479/00  
PROPONENTE:  
RAINHA FM LTDA.  
PROCESSO Nº 53740.000783/00  
LOCALIDADE: Mandaguaçu/PR  
TEMA: TORNAR SEM EFEITO A HOMOLOGAÇÃO

EMENTA: Concorrência nº 90/2000- SSR/MC. RAINHA FM LTDA., declarada vencedora para a localidade de Mandaguaçu/PR. Análise da regularidade do certame. Recurso interposto pela licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. no bojo dos autos do processo nº 53740.000766/00 que não foi apreciado. Necessidade de tornar sem efeito a NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553 - 2.17/2010 e o Despacho Ministerial publicado no DOU, Seção 1, página 60, de 29/04/2010. Necessidade de retroagir as fases do certame para apreciação do recurso.

Senhor Consultor Jurídico,

1. Trata-se de procedimento licitatório com vistas a outorga de permissão para exploração de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), para a localidade de Mandaguaçu, no Estado do Paraná.
2. A NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553 - 2.17/2010, às fls. 306/307 dos autos do processo piloto nº 53000.003479/00 opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RAINHA FM LTDA., declarada vencedora para a localidade de Mandaguaçu/PR.
3. Por conseguinte, o Despacho Ministerial (à fl. 309) que acatou os fundamentos contidos no parecer acima citado foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 60, de 29/04/2010, conforme se verifica à fl. 313 dos autos do processo piloto.
4. Ocorre, porém, que a análise da homologação restringiu-se aos autos da licitante declarada vencedora RAINHA FM LTDA., processo nº 53740.000783/00, e em consonância com a certidão da CEL à fl. 130.
5. A Consultoria Jurídica entendeu pela impossibilidade de realização de alteração contratual no curso do procedimento licitatório realizado pela licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. - PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691 - 2.21/2008, às fls. 111/119 dos autos do processo 53740.000766/2000.
6. A CEL, em Despacho à fl. 120, dispôs que o atendimento de diligência apontada pelo PARECER da Consultoria Jurídica somente deveria ser atendida caso a empresa RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. fosse declarada vencedora.
7. O compulsar dos autos demonstram que a licitante teve sua proposta técnica desclassificada (fls. 150 e 152) e a proposta de preço (PP) da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. sequer foi aberta.
8. A licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. interpôs recurso contra sua desclassificação superveniente na data de 21/05/2010, ou seja, 03 (três) dias após a publicação de sua desclassificação, à fl. 152.



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**CONSULTORIA JURÍDICA**

9. Desse modo, imperioso que se torne sem efeito, imediatamente o PARECER e o Despacho ministerial que homologou e adjudicou o certame em favor da licitante RAINHA FM LTDA. para a localidade de Mandaguaçu/PR.

10. De igual modo, deve-se tornar sem efeito o resultado do certame para a localidade de Mandaguaçu, até que se analise a situação específica do recurso interposto pela proponente RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. para a localidade de Mandaguaçu/PR.

11. Diante do exposto opino pelo seguinte:

- a) tornar sem efeito os fundamentos contidos na NOTA/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0553 - 2.17/2010, às fls. 306/307, dos autos do processo nº 53740.000783/00, que opinou pela homologação e adjudicação do certame à licitante RAINHA FM LTDA., declarada vencedora para Mandaguaçu, no Estado do Paraná,
- b) tornar sem efeito o Despacho Ministerial que acolheu os fundamentos contidos na Nota acima citada, publicada no DOU, Seção 1, página 60, de 29/04/2010,
- c) tornar sem efeito o resultado do certame para a localidade de Mandaguaçu/PR, para retroagir o certame à fase anterior à abertura de Proposta de Preço para a referida localidade, para apreciar o recurso pendente de análise interposto pela proponente RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.,
- d) ao Senhor Ministro,
- e) à Comissão Especial de Licitação e, após as providências acima, encaminhar os autos para nova análise desta Consultoria Jurídica.

Brasília, 04 de maio de 2010.

*Kiyomi Maezoe*  
**KIYOMI MAEZOE**

Assistente - CONJUR/MC

Em 21/05/2010

*Édio Henrique A. E. Azevedo*  
**ÉDIO HENRIQUE A. E. AZEVEDO**  
 Consultor Jurídico

Nesta data, anexei aos autos do processo de nº <u>53740.000783/00</u> a documentação a seguir constituída de <u>02</u> folhas, que assim numeram: <u>138 e 139</u>	
Data:	<u>25/05/2010</u>
Nome:	<u>Édio</u>
Assinatura:	<u>[Assinatura]</u>

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****GABINETE DO MINISTRO****DESPACHO DO MINISTRO**

Em 24 de maio de 2010.

Acolho a **NOTA/Nº 0718-2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e torno sem efeito o Despacho Ministerial publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 60 de 29/04/2010 que homologou e adjudicou o certame à licitante **RAINHA FM LTDA.**

**JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SER- VIÇO	PROPONENTE	Nº DO PROCESSO
90/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA.	53740.000783/00



\* APROVO, nos termos do art. 1º do Decreto nº 6.123, de 13 de junho de 2007, e item 5.1 da Norma nº 01/2007, aprovada pela Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007, com fundamento na informação nº 16W/2010/CGEO/DEOC/SCF-MC, o pedido formulado pela TELEVISÃO SUL DE MINAS S/A para execução do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais com o objetivo de testar o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na localidade de Poços de Caldas/MG. Encaminhe-se a ANATEL para providências devidas.

Em 24 de maio de 2010

Tendo em vista a manifestação ofertada pela licitante RÁDIO MOMENTO FM LTDA contra o ato do sr. Ministro de Estado, que a inabilitou na Concorrência nº 123/2001-SS/UMC, para a localidade de Chapecó, no Estado de Santa Catarina, acolho o Parecer nº 0484-1.01/2010/AC/CONJUR-MC/AGU de autoria do Conselho de Recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

## RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

CONCURRENCIA SS/UMC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE ANULADA	Nº DO PROCESSO
123/2001	SC	CHAPECÓ	FM	RÁDIO MOMENTO FM LTDA	53748/0082M/2001

Acolho a NOTA Nº 0718-2.17/2010/AC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e como sem efeito o Despacho Ministerial publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 60 de 29/04/2010 que homologou e adjudicou a certame à licitante RAINHA FM LTDA.

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SER. VALU	PROPONENTE	Nº DO PROCESSO
007200	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA.	53748/0082M/2001

Acolho a NOTA Nº 0722-2.17/2010/AC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA SS/UMC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE ANULADA	Nº DO PROCESSO
104/2001	RJ	IGUAÇUA GRANDE	FM	CANAL PARTIÇÃO LTDA.	53778/0063M/2001

Acolho a NOTA Nº 0722-2.17/2010/AC/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e determino a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE (artigo 43, §5º da Lei 8.666/93) da concorrente COOPMIDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA. do procedimento licitatório da Concorrência nº 024/2001-SS/UMC para a localidade constante do Anexo Único, já tendo sido oportunizado o contraditório e ampla defesa.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA SS/UMC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE ANULADA	Nº DO PROCESSO
024/2001	RJ	IGUAÇUA GRANDE	FM	COOPMIDIA PROPAGANDA E MARKETING LTDA.	53778/0063M/2001

Acolho o PARECER Nº 0483 - 2.17/2010/DLQ/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e ANULO o resultado de julgamento das propostas técnicas e das propostas de preços, publicados respectivamente no Diário Oficial da União do dia 10 de março de 2010 e 9 de abril de 2010, da Concorrência nº 11/2003-SS/UMC, levada a efeito para exploração dos serviços de radiodifusão em sons e imagens para as localidades de Bento Gonçalves/RS, Jopaba/SC e Moinho Lima/AC.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA SS/UMC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
104/2001	RS	JAGUARÃO	TV	TEMPORIS VENTURES S/A	53600/0106M/09

Acolho a NOTA Nº 0754 - 2.17/2010/AC/CONJUR-MC/AGU invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

## ANEXO ÚNICO

CONCURRENCIA SS/UMC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
104/2001	RS	JAGUARÃO	TV	TEMPORIS VENTURES S/A	53600/0106M/09

Acolho o PARECER Nº 0498 - 2.17/2010/DLQ/CONJUR-MC/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

JOSE ARTUR HIARDI LEITE

## ANEXO ÚNICO

CONC. Nº	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº DO PROCESSO
101/1998	GO	CALDAS NOVAS	FM	RÁDIO E TELEVISÃO DE RIMA LTDA.	53678/00017/1998

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 2.691, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Americana, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.168, de 29 de dezembro de 1998,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010052500091

publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.694, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Aracaju, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.169, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.695, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Aracaju, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.169, de 29 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 24 de junho de 1999.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.696, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Araras, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 6.897, de 13 de março de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de maio do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.697, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Atibaia, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 6.961, de 13 de março de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 17 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 7 de julho de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 11 de julho do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.699, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.225, de 29 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.700, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.170, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

ATO Nº 2.701, DE 27 DE ABRIL DE 2010

Processo nº 53500.001035/1998. Transfere para a NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, pelo restante do prazo, em razão de incorporação, a concessão para a prestação do Serviço de TV a Cabo na Área de Capatzen, no Estado de São Paulo, outorgada à VIVAX LTDA., CNPJ/MF nº 01.402.946/0001-47, por intermédio do Ato nº 2.192, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União do dia 31 subsequente, transferindo em decorrência o respectivo Contrato de Concessão firmado com esta Agência em 28 de janeiro de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de janeiro do mesmo ano.

RONALDO MOTA SARDENBERG  
Presidente do Conselho

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 63740-00078380 a documentação  
a seguir constituída de 02 (duas) folhas  
que assim numerei: 140 e 141  
Data: 09/06/2010  
Nome: [assinatura]  
Assinatura: [assinatura]





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

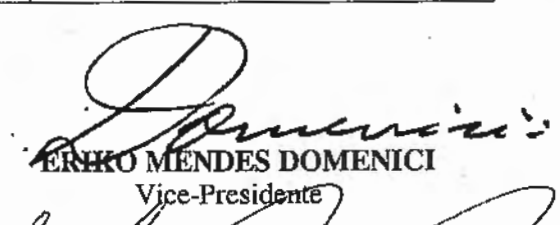
das Comunicações  
Fls. 140  
Rubrica  
DET

**ATA DE REUNIÃO Nº 254/2010**

Em 08 de junho de 2010, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja, sala 110, do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros, Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de apreciar as recomendações contidas na **NOTA/Nº 0718 - 2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU**: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame da Comissão a referida Nota. (2) Após a leitura a Comissão acatou as conclusões contidas na “Nota”, adotando as providências necessárias ao prosseguimento da presente licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA nº	PROCESSO nº(s)	PROPONENTE
090/2000-SSR/MC	53740.000766/00	RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

  
**ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO**  
Presidente

  
**ERIKO MENDES DOMENICI**  
Vice-Presidente

  
**EDMAR DE FREITAS MACHADO**  
Titular

  
**JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO**  
Titular



### EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

#### EDITAL Nº 34, DE 8 DE JUNHO DE 2010 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO

O Diretor-Presidente da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, doravante denominada Trensurb, com sede à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Porto Alegre, RS, CEP 91250-140, no uso de suas atribuições legais e artigo nº 36, letra "g", do Estatuto Social da Empresa, torna pública a candidatura convocada para a Avaliação Médica Adicional, etapa de caráter eliminatório, a qual deverá comparecer de 10h30min às 14h30min, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 16h30min, no Setor de Pessoal (SEPE) da Trensurb, sito à Av. Ernesto Neugebauer, 1985, Prédio de Apoio Administrativo - Bairro Humaitá, Porto Alegre, CEP 91250-140 (com acesso, também, pela Estação Aeroporto - Trensurb). O candidato aprovado na etapa de AVALIAÇÃO MÉDICA ADICIONAL, submeter-se-á ao cumprimento da etapa de CHECAGEM DE PRÉ-REQUISITOS E COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - etapa de caráter eliminatório, enumerados no item 4, Edital nº 001/2009. O não comparecimento do candidato para a realização da Avaliação Médica Adicional e/ou Checagem de Pré-Requisitos e Comprovação de Documentos e/ou, o não atendimento a todos os pré-requisitos, resultará na eliminação do candidato no Concurso Público na forma do item 2.1.2 - do Edital nº 001/2009. Cargo técnico em gestão - função, técnico de contabilidade, candidato desclassificado: Rº Claudio Gonçalves dos Santos Júnior - próximo candidato substituto convocado: Rº Anderson Torres Rubelo.

MARCO ARI DO PRADO DA CUNHA

#### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 345/2009

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 11 de junho de 2010, às 14h se dará a abertura da Sessão Pública da licitação em epígrafe. OBJETO: Contratação de empresa para serviço para o transporte público de usuários em estações rolantes nas estações Urubitinga e São Leopoldo. Convocase as empresas: ESCAL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELEVADORES E ESCADAS ROJANTES LTDA e THYSENKRUPP ELEVADORES S/A, para comparecimento na data e local acima mencionados. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8115. Processo nº 2520/2009.

Porto Alegre, 7 de junho de 2010  
JAIR BERNARDO CORRÊA  
Chefe do Setor de Compras

#### AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 114/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 24 de junho de 2010, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 9h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACAS FI-XAS, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h30h na mesma data da Licitação no site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Maiores informações pelo fone (51) 3363-8596 ou pelo site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo nº 0587/2010.

Porto Alegre, 7 de junho de 2010  
NARA JOYCE CORREA OLINTO  
Pregoeira

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 124/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 25 de junho de 2010, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 9h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de botão de aperto trifilares, juntas, silenciador, balnete e capa protetora, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo nº 0556/2010.

LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA  
Pregoeiro

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 29 de junho de 2010, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 9h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VÁLVULAS DE RETENÇÃO LATÃO E ARRUELAS ISO-LANTES TEFLON PURO, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Maiores informações pelo fone (51) 3363-8596 ou pelo site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo nº 0546/2010.

Porto Alegre, 7 de junho de 2010  
NARA JOYCE CORREA OLINTO  
Pregoeira

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 135/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 29 de junho de 2010, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 9h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: Aquisição de solução, limpador de contatos, água p/bateria e óleo protetor para eixos, de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site [www.licitacoes.com.br](http://www.licitacoes.com.br). Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site [www.trensurb.gov.br](http://www.trensurb.gov.br). Processo nº 0247/2010.

Porto Alegre, 8 de junho de 2010  
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA  
Pregoeiro

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que houve retificação no aviso do Pregão Eletrônico 129/2010, publicado no DOU de 06/06/2010 seção 3, pág. 107, onde lê-se: "dia 18 de maio", leia-se: "dia 18 de junho." Processo 00879/2010.

Porto Alegre, 8 de maio de 2010  
NARA JOYCE CORREA OLINTO  
Pregoeira

#### RESULTADOS DE JULGAMENTOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o Resultado de Julgamento, do Pregão Eletrônico 069/2010. OBJETO: MATERIAL NITRILICO Empresas vencedoras: LOTE 01: SEAL RUBBER IND. E COM. DE BORRACHAS LTDA, no valor de R\$ 980,00; LOTE 02 e 03: VEDAÇÕES RIO BRANCO LTDA, no valor de R\$ 340,00 e R\$ 324,00 respectivamente. LOTE 04 e 05: POLÍMEROS ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA., no valor de R\$ 170,00 e R\$ 110,00 respectivamente. Processo 0557/2010.

Porto Alegre, 8 de junho de 2010  
GABRIEL GROSS DYAMICO  
Pregoeiro

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente a licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de ferramentas para manutenção. Empresa vencedora do lote 01: TB Classes e Soluções, no valor de R\$ 1.670,00, lote 2 e lote 3: Emp. Tudo Tórcis com valores de R\$ 258,00 e lote 3 no valor de R\$ 459,00, lote 04: Emp.Minas Ferramentas, no valor de R\$ 2.100,00. Processo nº 0311/2010.

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente a licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de arruela nitrilica, vedações, assento em borracha e retenor. Empresa vencedora do lote 02: Polímeros Artefatos de Borracha Ltda no valor de R\$ 685,00, lote 3, lote 4 e lote 5: Emp. Supremaveda Com. Ltda nos valores de R\$ 256,90 para o lote 3, no valor de R\$ 1.448,64 para lote 4 e R\$582,75 para o lote 5, e Emp. Esterl Rubber Ltda, no valor de R\$ 1.201,20 para o lote 06. O lote 01 foi fracassado. Processo nº 0516/2010.

Porto Alegre, 8 de junho de 2010  
NARA JOYCE CORREA OLINTO  
Pregoeira

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2010

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados, o resultado de julgamento, referente a licitação em epígrafe. OBJETO: Aquisição de papel A4 Lote Único: Empresa R.S.M. de Souza Leão, no valor de R\$ 24.550,00. Processo nº 0382/2010.

Porto Alegre, 8 de junho de 2010  
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA  
Pregoeiro

### Ministério das Comunicações

#### GABINETE DO MINISTRO

##### EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Cucheira Alta Telecomunicações Ltda-ME.  
ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 341, de 19 de março de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2002.  
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Prados, Estado de Minas Gerais.  
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.  
DATA E ASSINATURA: 26 de maio de 2010, José Artur Filardo Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Sueli Gonçalves Pereira Costa - Sócio-Administradora da Cucheira Alta Telecomunicações Ltda-ME.

##### AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, e suas alterações, torna pública, por meio deste Aviso, deliberação sobre o Pedido de Desistência da proponente RÁDIO NOTICIA FM LTDA., na concorrência 035/2009, para a localidade de Tatuama, no estado do Paraná, e em conformidade com o art. 43, § 6º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, concluída pela ACETIAÇÃO do pedido.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(es), torna pública que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Explanada do Ministério, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com o(s) Edital(es), torna pública que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Explanada do Ministério, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Nesta data, anexei aos autos do processo de  
nº 53740.000783/00 a documentação  
a seguir constituída de 10 folhas,  
que assim numerarei: 342 a 351  
Data: 07 / 08 / 2012  
Nome: Patricia M. Leite  
Assinatura: Pat. M. Leite



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



HORÁRIO DE ATENDIMENTO  
DE 8 H ÀS 12 H E DE 14 H ÀS 18 H

REQUERIMENTO DE VISTA

Senhor Presidente da Comissão Especial de Licitação/CEL.

O(A) senhor(a) Laert Mantovani Junior  
portador (a) do documento de identidade nº 6.358.782-1 expedido  
pelo(a) \_\_\_\_\_ do  
Estado de Paraná, vem solicitar vista do (s) processo (s)  
referente (s) ao Edital da Concorrência nº 80/2000 /MC, para o Serviço  
de Radiodifusão, conforme indicados a seguir:

PROCESSO PRINCIPAL DA CONCORRÊNCIA	( ) SIM	( ) NÃO
---------------------------------------	---------	---------

NOME (S) DO (S) PROPONENTE (S) OU Nº (S) PROCESSO (S) ESPECÍFICOS)

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.

DADOS DA PESSOA FÍSICA:

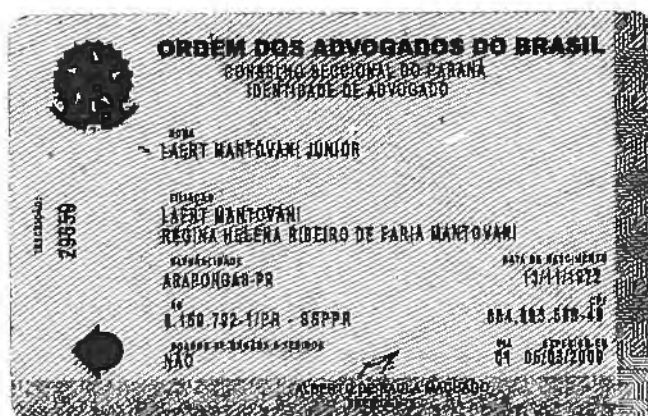
NOME DO REQUERENTE	<u>Laert Mantovani Junior</u>
ENDEREÇO	<u>Rua Joaquim Munhoz, 154</u>
TELEFONE (S)	<u>(44) 9803-2428</u>
FAX (S)	

DADOS DA PESSOA JURÍDICA:

NOME DA ENTIDADE REPRESENTADA	<u>Rádio Rainha FM</u>
ENDEREÇO	<u>Rua Bernardino Lago, 68-A</u>
TELEFONE (S)	
FAX (S)	

Brasília-DF., 26 / 10 / 2010

[Assinatura]  
Assinatura









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Guia de Recolhimento da União - GRU

Nome do Contribuinte / Recolhedor  
**LAERT MANTOVANI JUNIOR**

Nome da Unidade Favorecida  
**COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**

Instruções:

As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.

**SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE**

**GRU SIMPLES**

Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A.  
[STNBCF9BB283DA05D538EEF17BA592C16EF]

Código de Recolhimento	18822-0
Número de Referência	530000034792000
Competência	10/2010
Vencimento	26/10/2010
CNPJ ou CPF do Contribuinte	884.993.599-49
UG / Gestão	410003 / 00001
(=) Valor do Principal	63,00
(-) Desconto/Abatimento	
(-) Outras deduções	
(+) Mora / Multa	
(+) Juros / Encargos	
(+) Outros Acréscimos	
(=) Valor Total	63,00

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADA COM CHEQUE



89960000000-1 63000001010-3 95523161882-9 20491815649-7





26/10/2010 - BANCO DO BRASIL 15:11:00  
287313130 0351

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

-----  
Convenio GRU-GUIA RECEBIM. UNIAO  
Codigo de Barras 89960000000 1 63000001010 1  
95523161882-9 20491815649-7  
Data do pagamento 26/10/2010  
NRD de Referencia 5300000004/92000  
Competencia MM/AAAA 10/2010  
Data de Vencimento 26/10/2010  
CPF 884.983.599-49  
Valor Principal 61,00  
Valor em Dinheiro 63,00  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 63,00  
-----  
NR.AUTENTICACAO 9.700.109.001.151.102



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
Guia de Recolhimento da União - GRU

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER HONRADA COM CHEQUE



	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	537400007662000
	Competência	10/2010
	Vencimento	26/10/2010
Nome do Contribuinte / Recolhedor <b>LAERT MANTOVANI JUNIOR</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	884.993.599-49
Nome da Unidade Favorecida <b>COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.  <b>SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE</b>	(=) Valor do Principal	38,20
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STNCBCA54AB23C9F1E8993081D657AD99B6]	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	38,20

89930000000-6 38200001010-7 95523161882-9 20491815306-4





26/10/2010 - BANCO DO BRASIL 15:09:42  
287313130 0349

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM CDD, BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOHIM, UNIAO  
Codigo de Barras 89900000000 6 38,700000000 7  
95523161802 9 20491815306 4  
Data do pagamento 26/10/2010  
NRD de Referencia 53/40000/662000  
Competencia MM/AAAA 10/2010  
Data de Vencimento 26/10/2010  
CPF 884.993.599 49  
Valor Principal 38,70  
Valor em Dinheiro 38,70  
Valor em Cheque 0,00  
Valor Total 38,70  
NR, AUTENTICACAO C.50L.123.FB.321.340





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL  
Guia de Recolhimento da União - GRU

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER QUITADA COM CHEQUE



<b>Nome do Contribuinte / Recolhedor</b> <b>LAERT MANTOVANI JUNIOR</b>	Código de Recolhimento	18822-0
	Número de Referência	537400007662000
	Competência	10/2010
	Vencimento	26/10/2010
<b>Nome da Unidade Favorecida</b> <b>COORDENACAO GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS</b>	CNPJ ou CPF do Contribuinte	884.993.599-49
<b>Instruções:</b> As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos.  <b>SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE</b>  <b>GRU SIMPLES</b> Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN58770A1AE5ED5C1C1305AF39C2CE8F07]	UG / Gestão	410003 / 00001
	(=) Valor do Principal	28,00
	(-) Desconto/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	28,00

89970000000-3 28000001010-4 95523161882-9 20491814957-1





26/10/2010 15:10:26  
287313138 BANCO DO BRASIL 0350

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

Convenio	GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAN
Codigo de Barras	89970000000-3 280000011010 4
Data do pagamento	95523161802-9 20491814957 1
NRO de Referencia	26/10/2010
Competencia MM/AAAA	53740000/6652000
Data de vencimento	10/2010
CPF	26/10/2010
Valor Principal	884.997,599 49
Valor em Dinheiro	28,00
Valor em Cheque	28,00
Valor Total	0,00
	28,00

NR. AUTENTICAÇÃO

1.BAB.091.900.116.1311

Local: Edifício Sede - Avenida Teotônio Segurado, 201 norte, conjun-  
ção 01 lote 05/06 - Palmas/TO  
Horário: 08 (horário de Brasília)  
Data: 07/08/2012  
Localidade Base: Araguaína/TO  
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
Situação: Inscrição; Classificação  
Ponto: Henrique Nascimento Costa: 10487352; 00008  
Wellson Moraes Brito: 11216208; 00009  
Márcos Alexandre Barbosa Ferreira: 11532592; 00010  
Jeferson Jheymy Machado Moura: 10141320; 00011  
Welliton Benfiam de Sousa Cortez: 11459934; 00012  
Wallyson Pereira Machado: 10311753; 00013  
Fernando da Silva Sousa: 10732967; 00014  
Jornal Lima Silva: 11234410; 00015  
Gilmara da Silva Oliveira: 10661401; 00016  
Jeferson Paulo de Souza Andrade: 10304966; 00017  
Kellany Carneiro de Oliveira: 11452488; 00018  
Localidade Base: Gurupi/TO  
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
Situação: Inscrição; Classificação  
Ponto: Silva Leite: 10221626; 00008  
Lucas Humberto Pereira Borges de Matos: 10371531; 00009  
João Louisa Alves Lima: 10842354; 00010  
Marcelo Barbosa França: 10687084; 00011  
Márcos Roberto Aquino Ferreira: 11343486; 00012  
Localidade Base: Palmas/TO  
Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
Situação: Inscrição; Classificação  
Ponto: Lopes de Melo: 10913924; 00026  
Jacqueline Bessera Palma: 10410151; 00027  
Wlaines José Ferreira: 11538063; 00028  
Wlerson Bandeira de Sousa: 10860133; 00029  
Raulo Ricardo Bispo Guimarães: 10582463; 00031  
Damião Damascos Borges: 10346801; 00032  
Francisco da Silva Lins: 10749333; 00033  
Nelson Alves Pontes: 10884159; 00034  
Arthur da Silva Oliveira: 11193052; 00035  
Roger Mendes de Faria: 11192146; 00036

PAULO WERNECK BARROS MARTINS  
Diretor

# SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

## AVISOS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Ra-  
diofusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de  
2012, publicada no DOU de 09/07/2012, torna público a teor do  
PARECER Nº 1280/2012/TPC/CCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, no  
qual se concluiu pela desclassificação superveniente da proposta  
REDE TAMANDARÉ DE RADIO E TELEVISÃO LTDA., opor-  
tunizando manifestação, em sede de contradição e ampla defesa, nos  
termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, em conformidade  
com o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Os autos do processo estão disponíveis no Serviço de  
Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte  
endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º an-  
dex, sala 213, Brasília/DF, obedecendo ao teor do subitem 13.6.1 do  
edital.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Pro-  
tocolo Geral deste Ministério sendo que a contagem do prazo terá  
início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a  
teor do subitem 13.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a  
contar da presente publicação.

Brasília-DF, 31 de julho de 2012.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Ra-  
diofusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de  
2012, publicada no DOU de 09/07/2012, convoca (as) participante(s)  
da Concorrência 167/2001-SSR/MC, RÁDIO FM LTDA e RADIO  
MOCQUAGU FM LTDA, a se manifestar quanto ao teor do PA-  
RECEIR Nº 1274/2012/TPC/CCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, opor-  
tunizando manifestação, em sede de contradição e ampla defesa,  
nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, em conformidade  
com o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Os autos do processo estão disponíveis no Serviço de  
Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte  
endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º an-  
dex, sala 213, Brasília/DF, obedecendo ao teor do subitem 13.6.1 do  
edital.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Pro-  
tocolo Geral deste Ministério sendo que a contagem do prazo terá  
início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a  
teor do subitem 13.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a  
contar da presente publicação.

Brasília - DF, 2 de agosto de 2012.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Ra-  
diofusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de  
2012, publicada no DOU de 09/07/2012 com fileno no art. 26, § 3º,  
da Lei nº 9.284/1999, torna em vista desenvolvida de AR, convocação  
participante(s) da Concorrência 167/2001-SSR/MC, SPC - SISTEMA  
PARANENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA, a se manifestar quanto  
ao teor do Edital Nº 025/2012/GTCC/SCC-MC, tendo em vista o  
EDITAL Nº 0675/2012/TPC/CCE/CONJUR/MC/CGU/AGU, em con-  
formidade com o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Fica conferido a prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da  
primeira dia útil seguinte à presente publicação, quando os autos  
do processo(s) disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público,  
Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos  
Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, Brasília/DF.

Brasília-DF, 11 de julho de 2012.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, e com base nos Editais de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO ao recurso interposto na fase de habilitação, na Concorrência indicada no Anexo Único.

Os autos do processo(s) estão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 19.2 do edital, Brasília/DF.

As eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 do Edital.

Brasília-DF, 11 de julho de 2012.  
DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão

## ANEXO ÚNICO

### REPRESENTAÇÃO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Cont. n.º	UF	Localidade	Serviço	Recorrente	Recorrida
057/2010	SC	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	FM	RADIOFUSÃO GENTE FM LTDA.	SISTEMA ALELUIA DE CO- MUNICAÇÃO LTDA.

## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Processo nº: TB 255/2011  
Contrato nº: 09/2012  
Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Data de Assinatura: 23/02/2012  
Contratado: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EXECUTIVO  
CNPJ nº 01.106.889/0001-59  
Vigência: 23.02.2012 a 23.02.2017  
Objeto: locação de área do condomínio predial situado em Ium-  
biana/GO.  
Valor global do contrato para 5(cinco) anos: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).  
Valor anual do contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).  
Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Torrado Moura Neto (Diretor Ad-  
ministrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada - Agilcon de Souza Ramalho (Sindicato) CPF nº 401.304.791-87 (Loca-  
dador).

Processo nº: TB 111/2011  
Contrato nº: 41/2012  
Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Data de Assinatura: 18/05/2012  
Contratado: ARISTEU MARQUES PONTES  
CPF nº 904.661.013-68  
Vigência: 18.05.2012 a 17.05.2017  
Objeto: locação do imóvel situado em Cauaia/CE.  
Valor global do contrato para 5(cinco) anos: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).  
Valor anual do contrato: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).  
Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Torrado Moura Neto (Diretor Ad-  
ministrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada - Aristeu Marques Pontes (Locador).

Processo nº: TB 215/2011  
Contrato nº: 10/2012  
Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Data de Assinatura: 06/03/2012  
Contratado: GERALDO DIVINO DE OLIVEIRA  
CPF nº 271.467.311-20  
Vigência: 06.03.2012 a 05.03.2027  
Objeto: locação do imóvel situado em Boni Jesus de Goiás/GO.  
Valor global do contrato para 15(quinze) anos: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).  
Valor anual do contrato: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).  
Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Torrado Moura Neto (Diretor Ad-  
ministrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada - Geraldo Divino de Oliveira (Locador).

Processo nº: TB 263/2011  
Contrato nº: 158/2011  
Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Data de Assinatura: 17/11/2011  
Contratado: FRANCISCO BATISTA DE LIMA  
CPF nº 069.049.041-00  
Vigência: 17.11.2011 a 16.11.2016  
Objeto: locação do imóvel situado em Ubatuba/SP.  
Valor global do contrato para 5(cinco) anos: R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais).  
Valor anual do contrato: R\$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais).  
Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Torrado Moura Neto (Diretor Ad-  
ministrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada - Francisco Batista de Lima (Locador).

Processo nº: TB 168/2012  
Contrato nº: 24/2012  
Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
Data de Assinatura: 12/04/2012  
Contratado: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EXECUTIVO  
CNPJ nº 01.106.889/0001-59  
Vigência: 12.04.2012 a 11.04.2017  
Objeto: Cessão de energia elétrica do condomínio predial situado em Ium-  
biana/GO.  
Valor global do contrato para 12(dozes) meses: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).  
Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Torrado Moura Neto (Diretor Ad-  
ministrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada - Agilcon de Souza Ramalho (Sindicato) CPF nº 401.304.791-87 (Loca-  
dador).

Título de Cooperação Técnica nº 09/2012  
Data de Assinatura: 23/07/2012  
Participante: Governo do Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 03.507.415/0027-81  
Vigência: 07/08/2012 a 07/08/2017  
Objeto: A cooperação, o intercâmbio de conhecimento técnico, a troca de informações, a execução a gestão de projetos, com ou sem prestação de serviços e, especialmente, a apoio nas ações relativas à integração da rede de telecomunicações federal com outras redes de telecomunicações, visando à implementação do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL e da infraestrutura de telecomunicações necessária à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.  
Signatários: p/ Telebrás - Catin Cezar Bonilha Rodrigues (Presidente) e Rogério Catunda Barros (Diretor Comercial); p/ Governo do Estado de Mato Grosso - Sérgio da Cunha Barbosa (Governador do Estado do Mato Grosso) e Francisco Torquim Daltro (Vice-Governador do Estado de Mato Grosso).

## RETIFICAÇÃO

No EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL, pu-  
blicado no DOU nº 151 de 6-8-2012, Seção 3, páginas 107, onde se lê  
Processo nº TB 119/2012, leia-se: Processo nº: TB 119/2011

## Ministério das Relações Exteriores

### SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR  
COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA  
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo Ao Contrato Nº 21/2012 - (CND)  
Processo: 092-88.000.30/2012-30, Contratante: Comitê Nacional de  
Organização da Conferência Rio+20, Contratado: Usineiro NPF -  
CNPJ 15.504.392/0001-26, Objeto: Alteração avençada entre as partes  
quanto ao contrato de locação, instalação e manutenção de tendas  
e suas estruturas nas áreas externas inseridas no perímetro do imóvel  
denominado "Rio+20", Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93. Va-  
lor Total: R\$ 465.250,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, du-  
zentos e cinquenta reais). Fonte: 388. 2012NE000044,  
2012NE000045 e 2012NE000046 Data de Assinatura: 13/06/2012.

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53240.000723/00 documentação  
a seguir condecorada: 10 folhas,  
que assim numerei: 132, 101  
Data: 22 08 2012  
Nome: Carla  
Assinatura: [assinatura]

**De:** Rádio Rainha FM Ltda

**Para:** Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações

**Assunto:** Manifestação sobre o Parecer Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

**Referência:** Edital 090/2000 para Mandaguacu/PR

Processo 53000.003479/2000

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
BRASIL - DF  
53000 003479/2012-49  
SECRETARIA DE PROMOÇÃO DE LOGOS/CGE/PRO  
2012-09-07

Prezado Senhor,

Rainha FM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.884.799/0001-14, localizada sito à Rua Bernardino Bogo, 68-A, Centro, CEP: 87160-000, Mandaguacu-PR, neste ato representada pelo seu sócio Gerente, Leomar Antonio Montagna, brasileiro, solteiro, maior, religiosos, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.162.233-6/PR e do CPF/MF nº 394.747.809-78, vem, por meio desta, expor e requerer o que segue:

De forma acertada e com robusta fundamentação jurídica, a Advocacia Geral da União / Consultoria Geral da União / Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, através do Parecer Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, concluiu pela:

a) Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.





dos

GTCC - M. das Com. 153  
89

*Leomar A Montagna*

**RAINHA FM LTDA**

Leomar Antonio Montagna  
Sócio Gerente

PL-13 226 de 18/07/2004  
FELIPE LOPEZ  
FUNARPEN  
L. Frattini  
ECONOMIA E FINANZA  
MARRANGOLA  
NOTAS  
EIS69861

FRATTI - 40. TABELIONATO  
ZULEIKA MARIA LEANDRO FRATTI  
Tabela Designada  
Av XV. de Novembro, 506 - Centro  
Fone: (44) 3020-5451 - Maringa-PR

RECONHECO e dou fe'a(s) firma(s) de:  
I-LEONAR ANTONIO MONTAGNA.....  
por SEMELHANÇA; face a impossibilidade  
do signatário comparecer na Serventia.  
(OF. CIRC.17/05 CGJPR)

Em testemunho uo da verdade.  
MARINGÁ, 13 de Agosto de 2012

Gráziele  
105-TÁLIA GRAZIELE PAIXÃO ZEGUIM  
SUBSTITUTA



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE



PARECER Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.003479/2000

INTERESSADO : RÁDIO MOCIDADE FM LTDA

ASSUNTO : Concorrência 090/2000. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada para a localidade de Mandaguáçu, no Estado do Paraná. Homologação tornada sem efeito para apreciação de manifestações da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

I - Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

II-Princípio da pas de nullite sans grief: não há nulidade sem efetivo prejuízo.

III-Apreciação da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Faculte-se o contraditório.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica (por meio do Memo. Nº 430/2011/CEL/MC) os processos da Concorrência nº 090/2000 - CEL/MC em referência, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, para a localidade de Mandaguáçu, no Estado do Paraná.

2. Antes de mais nada, é mister ressaltar que a concorrência 090/2000, para a localidade de Mandaguáçu/PR, havia sido homologada com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA, na data de 28 de abril de 2010, com publicação no DOU de 29 de abril de 2010.

3. Todavia, sobreveio a NOTA Nº 0718-2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU, de 04 de maio de 2010, a qual detectou que havia recurso interposto por RÁDIO MOCIDADE FM LTDA contra sua eliminação no certame que não teria sido devidamente apreciado e que estaria, outrossim, pendente, com necessidade de que fosse analisado antes da homologação da concorrência. Por conseguinte, a mesma Nota jurídica opinou por tornar sem efeito a homologação que contemplava RAINHA FM LTDA, providência esta adotada pelo despacho ministerial publicado no DOU de 25/05/2010 a fim de que se analisassem as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

4. A desclassificação superveniente de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA estava ancorada na tese de que tal entidade não poderia ter feito alterações de seu contrato social no curso do procedimento licitatório, uma vez que os novos sócios ingressantes não teriam sido devidamente habilitados, e, qualquer documento novo relativo a estes esbarraria na vedação do item 4.4 do edital e do art.43, 53º da Lei 8.666/93. Tal argumentação foi tecida no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008. Insta salientar, entretanto, que o parecer somente veio a corroborar com a exclusão de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da disputa, mas que esta entidade já se encontrava inabilitada conforme aviso da Comissão de Licitação publicado em 08/03/2007 (fl. 98 do processo 53740.000766/2000).



5. Necessário que se relatem os acontecimentos. A primeira alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA reduziu o capital social da licitante de R\$ 50.000,00 para R\$ 5.000,00 (fl. 03 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000), ingressou na sociedade a sra. MARIA ODETE BORTOLINI, retirando-se o sócio DELCIR DA SILVA ROCHA. Na oportunidade, a administração da empresa permaneceu com o sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN. Consta o registro na Junta Comercial do Paraná, datado de 12/12/2006.

6. Seguiu-se a segunda alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fl.11 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000). Ingressa na sociedade MAYURI MENDES MARTINS, com a retirada do sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN, o qual lhe transfere suas cotas. A gerência passa às mãos de MARIA ODETE BORTOLINI. Não consta registro na Junta Comercial. A respeito desta alteração, posteriormente, a empresa veio justificar-se que nunca se efetivou, porquanto não fora arquivada na Junta Comercial.

7. Por fim, nomeou-se procurador com poderes de administrador, sr. ROBINSON DE OLIVEIRA.

8. Primeiramente a Comissão de Licitação e, em seguida, a Consultoria Jurídica, como já dito, manifestaram-se nos autos pela violação ao artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93. O aludido dispositivo legal aponta para a proibição de inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta da licitante.

9. Inconformada, a licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA apresentou manifestações nos autos (fls. 100-101 e 112-113 do processo 53740.000766/2000 e 26-27 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000 ).

10. Em suma alega que as alterações observaram a legislação vigente, mormente a Lei 10.610/2002, que não solicitaram inclusão de documento novo, apenas remetem alteração contratual a ser homologada; que outros documentos são previstos no Edital para serem ofertados após a apresentação das propostas , a exemplo das declarações que prorrogavam a validade das propostas; que há parecer da Consultoria Jurídica permitindo alterações e que sua desclassificação causaria dano ao interesse público; menciona casos de alteração contratual de outras empresas, inclusive com substituição de gerente, os quais teriam sido aceitos pela Comissão Especial de Licitação.

11. Observa-se que o PARECER/MC/CONJUR/TFC/N° 2691-2.21/2008 analisou a primeira e a segunda manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

12. Após o aludido parecer, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA ofertou cerca de mais seis manifestações, todas com conteúdo semelhante. Sendo assim, segundo o entendimento desta Consultoria Jurídica e da Comissão de Licitação da época, o deslinde teria realmente sido a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA no certame, visto que houve pronunciamento daquelas unidades do Ministério das Comunicações, devidamente justificadas a tratar do tema.

13. Acredito, portanto, que tenha operado a preclusão consumativa, como a seguir se delinea.

14. A preclusão pode ser temporal (quando se perde o prazo), consumativa (quando o ato que se pretende atacar já se consumou, tornando impossível repeti-lo) ou lógica (quando o ato que se pretende atacar foi praticado de certa forma, impedindo-se que ele seja refeito de outra).

15. Para Luiz Guilherme Marinoni:

[...] a preclusão consiste - fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência - na perda de "direitos processuais", que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento



(aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual<sup>1</sup>.

16. Em outros termos, a preclusão torna a decisão administrativa irrecorrível, visto que se o processo busca atingir determinada finalidade, deve ser evitado que se perpetue indefinidamente. Com maior razão quando se trata de processo administrativo que envolve interesse público, indisponível e da maior relevância.

17. Com efeito, conclui-se que o recurso administrativo corporifica o próprio direito de petição quando é interposto, ou seja, se o recurso administrativo foi ofertado, logo o direito de petição foi exercido. Não se pode renovar a possibilidade de manifestação indefinidamente.

18. Logo, as demais manifestações com conteúdo semelhante, sequer mereceriam ser conhecidas. Ensina-nos Nelson Nery Jr. [in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 7. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2003. p. 578] que preclusão é a perda da faculdade de praticar ato processual. No que concerne especificamente à preclusão consumativa, acrescenta:

*Diz-se consumativa a preclusão, quando a perda da faculdade de praticar o ato processual decorre do fato de já haver ocorrido a oportunidade para tanto, isto é, de o ato já haver sido praticado e, portanto, não pode tornar a sê-lo.*

19. Também é mister salientar que, como dito, o entendimento desta Pasta Ministerial à época, era de que teria ocorrido violação do subitem 4.4 do instrumento convocatório, bem como do art. 43, § 3º da Lei 8.666/93 pela licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, o que justificaria sua exclusão do pleito. Logo, se as manifestações tivessem sido examinadas naquele momento, o resultado inevitável teria sido pela manutenção da eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da concorrência 090/2000. O sistema processual brasileiro contém regra originária do Direito francês da *pas de nullité sans grief*, positivada no ordenamento jurídico brasileiro no art. 249, § 1º, CPC e recepcionada pela CF/88, notadamente quando assegura ao cidadão o direito de razoável duração do processo no âmbito administrativo (art. 5º, LXXVIII), segundo a qual não há nulidade processual sem efetivo prejuízo. Assim, não poderia ter-se efetivado a anulação da homologação e adjudicação da concorrência 090/2000 que contemplava RAINHA FM LTDA, visto que, aplicada a tese vigente à época dos fatos, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA realmente restaria eliminada e RAINHA FM LTDA realmente teria se sagrado vencedora. Ou seja, o resultado prático teria sido o mesmo, não teria ocorrido qualquer prejuízo para RÁDIO MOCIDADE FM LTDA pela pendência de apreciação de suas manifestações, porque ainda que fossem analisadas, da mesma forma, a entidade teria sido alijada do certame. Tal raciocínio afasta, portanto, qualquer prejuízo na ausência de apreciação das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA naquela época, o que nem deveria ter sido feito em razão da preclusão consumativa, mas se a análise existisse, mesmo assim, o resultado alcançado seria idêntico. O PARECER Nº 696/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU somente foi elaborado anos depois, logo, não expressa o entendimento da época e não alcançaria a situação.

20. Por derradeiro, por extrema cautela, reviu-se a documentação de habilitação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA e constou-se que havia vício a corroborar com sua inabilitação no certame. Observa-se à fl. 13 do processo 53740.000766/2000, que o capital integralizado de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA era de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais). O edital, no subitem 5.3.3, exigia que o patrimônio líquido das licitantes fosse de no mínimo 10% (dez por cento) do preço mínimo da outorga. Para Mandaguáçu/PR, o preço mínimo era de R\$ 10.780,00 (dez mil e setecentos e oitenta reais). Logo, o patrimônio líquido mínimo seria de R\$ 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais). Considerando que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA somente integralizara R\$ 1.000,00 (mil reais) de seu capital social, nota-se a violação ao instrumento convocatório.

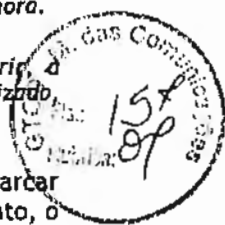
21. Embora nas demonstrações contábeis a parcela do capital social ainda não realizada figure como crédito a realizar, e nesse contexto o sócio é devedor e a empresa é credora, constituindo, pois, parcela de caráter patrimonial, esta jamais integrou efetivamente os bens da sociedade, existindo apenas como uma mera expectativa patrimonial prevista no contrato social, inclusive, podendo nunca vir a ser integralizado. Tanto é assim que o próprio Código Civil de 2002 previu essa possibilidade, no seu art. 1.004 e parágrafo único, abaixo colacionado:

<sup>1</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. p. 665.



*Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.*

*Parágrafo único. Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se, em ambos os casos, o disposto no § 1º do art. 1.031.*



22. É verdade que nessa situação o sócio remisso, a critério dos demais sócios, poderá arcar com as perdas e danos da sociedade. Mas isto é apenas uma consequência natural do seu inadimplemento, o que, por regra, ocorre em todas as hipóteses de danos. O que importa realmente aqui ressaltar é a possibilidade de nunca vir a ser realizado o capital social subscrito no contrato social, na sua integralidade.

23. Na hipótese do dispositivo acima transcrito, parágrafo único, resta expresso que os demais sócios podem optar pela redução do capital social na parte que falta para a sua integralização. Isto prova que a parcela não integralizada, por ser fictícia, não pode ser tida propriamente como patrimônio da sociedade para efeito de comprovação da sua real capacidade econômico-financeira.

24. Os fundamentos acima expendidos já bastariam para nos levar à conclusão de que a parcela do capital social não integralizado constitui mera promessa patrimonial, não podendo ser levado a efeito para os fins da atividade empresarial, sobretudo no que se refere à *habilitação econômico-financeira da empresa em procedimentos licitatórios*, por envolver normas de Direito Público, portanto, de caráter indisponível. Porém, impõe que façamos uma análise mais específica no que diz respeito à comprovação de patrimônio líquido, nos termos do art. 31, parágrafos 2º e 3º, da LLC.

25. Como já ressaltadas linhas atrás, a análise suplanta as fronteiras do Direito, indo este abeberar nas vertentes das Ciências Contábeis, para então destacar uma simplória definição de patrimônio líquido que, para os fins licitatórios, em caso de compras para entrega futura e execução de obras e serviços, pode ser exigida a sua comprovação quando da aferição da idoneidade econômico-financeira das licitantes, habilitando ou inabilitando-as para uma possível contratação com o Poder Público.

26. A doutrina define o patrimônio líquido como os valores que os sócios possuem na empresa, num dado momento, resultando do confronto entre as contas do ativo e as contas do passivo, sendo representado pelo capital social e pelos lucros acumulados.

27. O tema é tratado pela Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, também conhecida como "Lei das Sociedades Anônimas":

*Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.*

*[...];*

*§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:*

*a) passivo circulante;*

*b) passivo exigível a longo prazo;*

*c) resultados de exercícios futuros;*

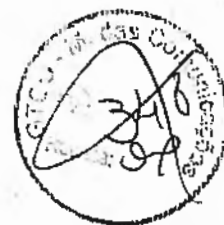
*d) patrimônio líquido, divida em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.*

28. Como se vê, o grupo de contas do patrimônio líquido representa os valores próprios da empresa, ou seja, os valores para os quais não existe exigibilidade, ninguém irá cobrar, a não ser os sócios, formado, portanto, pelos subgrupos, CAPITAL SOCIAL; RESERVAS DE CAPITAL; RESERVAS DE REAVALIAÇÃO; RESERVAS DE LUCROS e LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.

29. A referida lei ao tratar do patrimônio líquido, define-o como o capital social subscrito subtraído do capital social a realizar, como se vê:

*Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.*





30. Capital social subscrito é o montante pelo qual se comprometem os sócios. Contudo, é preciso lembrar que nem sempre a empresa pode dispor dessa totalidade constante do contrato social, tendo em vista a possibilidade de uma parte só vir a ser efetivada em momento posterior à constituição da sociedade, portanto, podendo ser composto de uma parte real (valores integralizados no ato da constituição da sociedade) e de uma parte fictícia (valores a serem não integralizados posteriormente).

31. Pelo dispositivo legal acima destacado, vê-se que na conta do capital social será discriminado todo o montante subscrito no contrato social, deduzindo-se, porém, a parcela ainda não integralizada.

32. Destarte, o comando legal vem apenas confirmar, no plano normativo, o entendimento corrente no plano das concretudes, excluindo da conta do capital social e, pois, do patrimônio líquido, a parcela subscrita, mas ainda não integralizada pelos sócios. E isto, evidentemente, porque, enquanto assim permanecer, tal parcela não estará disponível no universo do patrimônio da empresa. Será mera expectativa patrimonial.

33. A propósito da matéria, cabe citar o recente pronunciamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgado de 22/08/2007, traduzido pela seguinte ementa:

**ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - IDONEIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE IMPUGNADA - RECURSO ADMINISTRATIVO PENDENTE.**

1. A fase inicial da licitação, consubstanciada na habilitação das concorrentes, sofreu impugnação com a interposição de três recursos administrativos, não examinados.

2. Procedimento licitatório que, em continuidade, seguiu os seus trâmites até a abertura das propostas, sem solucionar o recurso administrativo pendente.

3. Afasta-se a tese da prescrição porque o termo inicial só passa a fluir da data do julgamento do recurso que impugnou ato pretérito.

4. Na apuração do capital social de uma empresa em licitação, considera-se inclusive o capital a ser integralizado, porque figura os créditos da sociedade como ativo. (Negritamos).

5. Entretanto, se a parte integralizada do contrato não atende ao mínimo exigido no edital, considera-se a empresa, financeiramente, inidônea. (Negritamos).

6. Situação da empresa apelante que, de um capital de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), só tinha como capital integralizado R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em desobediência ao mínimo exigido, 10 % (dez por cento).

7. Segurança concedida. (MS 12.592/DF, STJ, Relator: Ministra Eliana Calmon, DJ 10.09.2007).

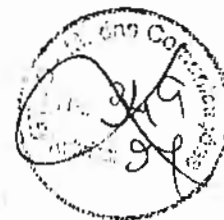
34. Convém acrescentar que o julgado acima citado não adentrou na análise da matéria objetivamente, restringindo-se aos contornos da demanda, como é próprio das apreciações judiciais, esclarecendo que o capital social, mesmo na pendência de integralização, não pode ser de todo desprezado na apreciação da idoneidade financeira da empresa, porquanto constitui crédito da empresa. Contudo, é preciso avaliar se a parte integralizada é capaz de fazer funcionar o empreendimento sem comprometer o objeto do contrato a ser firmado com o Poder Público como resultado do procedimento licitatório.

35. Eventual questionamento sobre a possibilidade ou não de revisão em decorrência de lapso temporal deve ser estancado considerando-se a posição do e. Tribunal de Contas da União, Acórdão 2264-42/2008-Plenário, que ora se sintetiza com a seguinte conclusão, *in verbis*:

(...)

60. Conclui-se, por todo o exposto, pela impossibilidade de aplicação da "prescrição administrativa" a atos irregulares de procedimento licitatório, praticados somente pela Comissão de Licitação e pendentes de homologação pela autoridade competente, devendo iniciar o curso do prazo decadencial do ato de homologação, por ser este o ato que confere validade aos atos antecedentes e que permite a consecução do objetivo administrativo, que é a contratação ou, no caso concreto em análise, a outorga de permissão de exploração de serviço de radiodifusão.

36. Por ora, como surgiu nova questão, isto é, de que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA não obedeceria aos ditames do subitem 5.3.3 do edital, deve-se facultar novamente o contraditório e a ampla defesa previamente, antes de se pronunciar sobre a situação de RAINHA FM LTDA.



### III - CONCLUSÃO

37. Em face do exposto, opina-se:

a) Pela preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

b) pela utilização do Princípio da *pas de nullite sans grief*: não há nulidade sem efetivo prejuízo, o que afastaria a necessidade de ter sido anulada a homologação da concorrência 090/2000 para a localidade de Mandaguaçu/PR, que contemplava RAINHA FM LTDA. Tal ponto será apreciado após a oportunidade de contraditório e ampla defesa.

c) Houve análise da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Faculte-se o contraditório.



À consideração superior.

Brasília, 16 de julho de 2012.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK  
Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

Endereço: Edifício Sede - Avenida Teófilo Segurado, 201 norte, com o 01 lote 05/06 - Palmas/TO  
 Fone: 08 (horário de Brasília):  
 Fax: 07/08/2012  
 Localidade Base: Araguaia/TO  
 Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
 Nome: Inscrição: Classificação  
 Carlos Henrique Nascimento Costa: 10487352; 00008  
 Wilson Moraes Briga: 11236708; 00009  
 Marcos Alexandre Barbosa Ferreira: 11532592; 00010  
 erson Jhelmy Machado Moura: 10141320; 00011  
 Milton Bonfim de Sousa Costa: 11459944; 00012  
 Wesley Pereira Machado: 10311733; 00013  
 Amanda da Silva Sousa: 10712997; 00014  
 Roseli Lima Silva: 11234410; 00015  
 Omar da Silva Oliveira: 10661401; 00016  
 João Paulo de Souza Andrade: 10304966; 00017  
 Paulo Carneiro de Oliveira: 11452488; 00018  
 Localidade Base: Gurupi/TO  
 Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
 Nome: Inscrição: Classificação  
 Carlos Silva Leite: 10221626; 00008  
 José Benedito Pereira Borges de Matos: 10371531; 00009  
 José Lucas Alves Lima: 10042554; 00010  
 Marcelo Barbosa França: 10687994; 00011  
 Marcos Roberto Aquino Ferreira: 11343486; 00012  
 Localidade Base: Palmas/TO  
 Cargo: Agente de Correios - Atividade: Carteiro  
 Nome: Inscrição: Classificação  
 André Lopes de Melo: 1091824; 00026  
 Gabriel Roberto Paiva: 10410151; 00027  
 Marcos José Pereira: 11538063; 00028  
 Werson Bandeira de Sousa: 10660133; 00029  
 João Ricardo Rêgo Guimarães: 10582465; 00031  
 Antônio Damilva Borges: 10346601; 00032  
 Francisco da Silva Lima: 10749331; 00033  
 Valen Alves Pontes: 10584359; 00034  
 Arthur da Silva Oliveira: 11193032; 00035  
 Roger Menezes da Faria: 11192146; 00036

PAULO WERNECK BARROS MARTINS  
 Diretor

# SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

## AVISOS

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, torna pública o teor do Parecer nº 1290/2012/TC/CC/CONJUR-MC/CGU/AGU, no qual se concluiu pela desclassificação e suspensão do processo de licitação para a concessão de outorga de uso de frequência de rádio e televisão, em razão da manifestação, em sede de contraditório e ampla defesa, nos autos do processo, acerca das fatos constantes no referido Parecer, para a concessão de outorga de uso de frequência de rádio e televisão.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, Brasília/DF, obedecendo ao teor do subitem 13.6.1 do edital.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a contar do subitem 13.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da presente publicação.

Brasília-DF, 31 de julho de 2012

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, torna pública o teor do Parecer nº 1274/2012/TC/CC/CONJUR-MC/CGU/AGU, no qual se concluiu pela desclassificação e suspensão do processo de licitação para a concessão de outorga de uso de frequência de rádio e televisão, em razão da manifestação, em sede de contraditório e ampla defesa, nos autos do processo, acerca das fatos constantes no referido Parecer, para a concessão de outorga de uso de frequência de rádio e televisão.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, Brasília/DF, obedecendo ao teor do subitem 13.6.1 do edital.

Eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a contar do subitem 13.2 do edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da presente publicação.

Brasília - DF, 2 de agosto de 2012.

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, torna pública o teor do Parecer nº 9784/1999, reatado em vista de devolução de AR, concesso (s) participação(s) da Concorrência 1677/2001-SSR/MC, SPC - SISTEMA PARAENSE DE COMUNICAÇÕES LTDA, a se manifestar quanto ao teor do Ofício nº 015/2012/TC/CC/CONJUR-MC/CGU/AGU, em conformidade com o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.

Fica conferido o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, estando os autos do(s) processo(s) disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, Brasília/DF.

Brasília DF, 31 de julho de 2012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/leia-lei.html>, pelo código 00032012080700139

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria MC nº 328, de 04 de julho de 2012, publicada no DOU de 09/07/2012, e com base nos Editais de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPLUGNAÇÃO ao recurso interposto na fase de habilitação, na Concorrência indicada na Anexo Único.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis no Serviço de Atendimento ao Público do Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Oeste, 2º andar, sala 213, obedecendo ao teor do item 19.2 do edital, Brasília/DF.

As eventuais manifestações deverão ser protocolizadas no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 18.2 do Edital.

Brasília-DF, 31 de julho de 2012  
 DENISE MENEZES DE OLIVEIRA  
 Presidente da Comissão

## ANEXO ÚNICO

### REPRESENTAÇÃO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. Nº	UF	Localidade	Serviço	Requerente	Requerida
037/2010	SC	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	FM	RADIODIFUSÃO GENTE FM LTDA.	SISTEMA ALEUJIA DE COMUNICAÇÃO LTDA.

## TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Processo nº: TB 235/2011  
 Contrato nº: 09/2012  
 Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
 Data de Assinatura: 23/02/2012  
 Contratado: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EXECUTIVO  
 CNPJ nº 01.106.889/0001-59  
 Vigência: 23.02.2012 a 22.02.2017  
 Objeto: locação de área do condomínio predial situado em Itumbiara/GO.  
 Valor global do contrato para 5 (cinco) anos: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).  
 Valor anual do contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).  
 Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Tharragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada: Agilson de Souza Ramalho (Sindicato) CPF nº 401.304.791-87 (Locador).

Processo nº: TB 111/2011  
 Contrato nº: 41/2012  
 Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
 Data de Assinatura: 18/05/2012  
 Contratado: ARISTEU MARQUES PONTES  
 CPF nº 904.661.013-68  
 Vigência: 18.05.2012 a 17.05.2017  
 Objeto: locação do imóvel situado em Casa Nova/CE.  
 Valor global do contrato para 5 (cinco) anos: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).  
 Valor anual do contrato: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).  
 Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Tharragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada: Aristeu Marques Pontes (Locador).

Processo nº: TB 215/2011  
 Contrato nº: 10/2012  
 Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
 Data de Assinatura: 06/03/2012  
 Contratado: GERALDO DIVINO DE OLIVEIRA  
 CPF nº 271.467.311-20  
 Vigência: 06.03.2012 a 05.03.2027  
 Objeto: locação do imóvel situado em Bom Jesus de Goiás/GO.  
 Valor global do contrato para 15 (quinze) anos: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).  
 Valor anual do contrato: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).  
 Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Tharragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada: Geraldo Divino de Oliveira (Locador).

Processo nº: TB 263/2011  
 Contrato nº: 15R/2011  
 Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
 Data de Assinatura: 17/11/2011  
 Contratado: FRANCISCO BATISTA DE LIMA  
 CPF nº 069.049.041-00  
 Vigência: 17.11.2011 a 16.11.2016  
 Objeto: locação do imóvel situado em Caiapônia/GO.  
 Valor global do contrato para 5 (cinco) anos: R\$ 32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais).  
 Valor anual do contrato: R\$ 6.540,00 (seis mil e quinhentos e quarenta reais).  
 Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Tharragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada: Francisco Batista de Lima (Locador).

Processo nº: TB 168/2012  
 Contrato nº: 24/2012  
 Localidade: Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS  
 Data de Assinatura: 12/04/2012  
 Contratado: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO EXECUTIVO  
 CNPJ nº 01.106.889/0001-59  
 Vigência: 12.04.2012 a 11.04.2017  
 Objeto: Cessão de energia elétrica do condomínio predial situado em Itumbiara/GO.  
 Valor global do contrato para 12 (doze) meses: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).  
 Signatários: p/ Telebrás: Bolívar Tharragó Moura Neto (Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores) e Vilmar José Pereira da Silva (Diretor Técnico Operacional), p/ Contratada: Agilson de Souza Ramalho (Sindicato) CPF nº 401.304.791-87 (Locador).

Termo de Cooperação Técnica nº 09/2012  
 Data de Assinatura: 23/07/2012  
 Participante: Governo do Estado de Mato Grosso  
 CNPJ: 03.507.415/0027-83  
 Vigência: 07/08/2012 a 07/08/2017  
 Objeto: A cooperação, o intercâmbio de conhecimento técnico, a troca de informações, a execução e gestão de projetos, com ou sem prestação de serviços e, especialmente, o apoio nas ações relativas à integração da rede de telecomunicações federal com outras redes de telecomunicações, visando à implementação do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL e da infraestrutura de telecomunicações necessárias à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.  
 Signatários: p/ Telebrás - Caio César Benedito Rodrigues (Presidente) e Rogério Canabarro Berra (Diretor Comercial); p/ Governo do Estado de Mato Grosso - Silval da Cunha Barbosa (Governador do Estado do Mato Grosso) e Francisco Turquino Dalto (Vice-Governador do Estado de Mato Grosso).

## RETIFICAÇÃO

No EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL, publicado no DOU nº 131 de 6-8-2012, Seção 3, página 107, onde se lê: Processo nº: TB 119/2012, leia-se: Processo nº: TB 119/2011.

## Ministério das Relações Exteriores

## SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

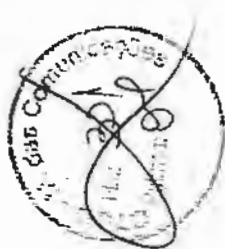
### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo Ao Contrato Nº 21/2012 - CNO  
 Processo: 09248.00003/2012-30. Contratante: Comitê Nacional de Organização da Conferência Rio+20. Contratado: Consórcio NPF - CNPJ 15.504.397/0001-26. Objeto: Alteração avençada entre as partes quanto ao controle de locação, instalação e manutenção de tendas e suas estruturas nas áreas externas inseridas no perímetro do imóvel denominado "RioCentro". Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93. Valor Total: R\$ 465.250,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais). Fonte: 388. 2012NE000044, 2012NE000045 e 2012NE000046. Data de Assinatura: 12/06/2012.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



www.correios.com.br



**DESTINATÁRIO**

FONE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - A/C PROTOCOLO GERAL

**ENDEREÇO**

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS - BLOCO R

**CIDADE**

UF

BRASILIA

DF

**CEP**

7 0 0 4 4 - 9 0 0

**REMETENTE**

FONE

NANTOVANI E BERNARDE ADVOGADOS ASSOCIADOS

**ENDEREÇO**

AV. SÃO PAULO, 47 - ED HENRI MATHESE - SOBRLOJA

**USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS**

- ☐ Mudouse  
☐ Recusado  
☐ Desconhecido  
☐ Não entregue  
☐ Endereço insuficiente

**TENTATIVAS DE ENTREGA**

1ª: / / às h.

2ª: / / às h.

**CARIMBO**



Nesta data, fui \_\_\_\_\_ do processo de  
nº 53.740, 000-7-2002, a documentação  
a seguir construída:  
que assina \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_  
Lugar: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53000.003479/2D00

INTERESSADO : RÁDIO MOCIDADE FM LTDA

ASSUNTO : Concorrência D90/2000. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada para as localidades de Mariópolis, Manoel Ribas e Mandaguaçu, todas no Estado do Paraná. Homologação para Mandaguaçu/PR tornada sem efeito para apreciação de manifestações da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

I - LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR:

A) Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Princípio da *pas de nullite sans grief*: não há nulidade sem efetivo prejuízo. Apreciação da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Já se oportunizou o contraditório.

B) Prevalece a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já implementada desde 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl. 142 do processo 53740.000766/2000). Mantida a desclassificação superveniente da entidade.

C) Pelo conhecimento e não provimento da atual manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

D) Pelo conhecimento e provimento da atual manifestação de RAINHA FM LTDA.

E) Pela homologação da concorrência 090/2000, localidade de Mandaguaçu/PR, com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA.

II- LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR: Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito para esta localidade.

III- LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR: faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art. 43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada de procurador coincidente das entidades RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA e PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos da Concorrência nº 090/2000 - CEL/MC em referência, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, para as localidades de Mariópolis, Manoel Ribas e Mandaguaçu, no Estado do Paraná.

**LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR**

2. Antes de mais nada, é mister ressaltar que a concorrência 090/2000, para a localidade de Mandaguaçu/PR, havia sido homologada com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA, na data de 28 de abril de 2010, com publicação no DOU de 29 de abril de 2010.

3. Todavia, sobreveio a NOTA Nº 0718-2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU, de 04 de maio de 2010, a qual detectou que havia recurso interposto por RÁDIO MOCIDADE FM LTDA contra sua eliminação no certame que não teria sido devidamente apreciado e que estaria, outrossim, pendente, com necessidade de que fosse analisado antes da homologação da concorrência. Por conseguinte, a mesma Nota jurídica opinou por tornar sem efeito a homologação que contemplava RAINHA FM LTDA, providência esta adotada pelo despacho ministerial publicado no DOU de 25/05/2010 a fim de que se analisassem as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

4. A desclassificação superveniente de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA estava ancorada na tese de que tal entidade não poderia ter feito alterações de seu contrato social no curso do procedimento licitatório, uma vez que os novos sócios ingressantes não teriam sido devidamente habilitados, e, qualquer documento novo relativo a estes esbarraria na vedação do item 4.4 do edital e do art.43, §3º da Lei 8.666/93. Tal argumentação foi tecida no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008. Insta salientar, entretanto, que o parecer somente veio a corroborar com a exclusão de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da disputa, mas que esta entidade já se encontrava eliminada conforme aviso da Comissão de Licitação publicado em 08/03/2007 (fl. 98 do processo 53740.000766/2000).

5. Necessário que se relatem os acontecimentos. A primeira alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA reduziu o capital social da licitante de R\$ 50.000,00 para R\$ 5.000,00 (fl. 03 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000), ingressou na sociedade a sra. MARIA ODETE BORTOLINI, retirando-se o sócio DELCIR DA SILVA ROCHA. Na oportunidade, a administração da empresa permaneceu com o sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN. Consta o registro na Junta Comercial do Paraná, datado de 12/12/2006.

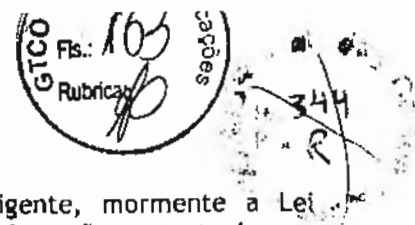
6. Seguiu-se a segunda alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fl.11 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000). Ingressa na sociedade MAYURI MENDES MARTINS, com a retirada do sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN, o qual lhe transfere suas cotas. A gerência passa às mãos de MARIA ODETE BORTOLINI. Não consta registro na Junta Comercial. A respeito desta alteração, posteriormente, a empresa veio justificar-se que nunca se efetivou, porquanto não fora arquivada na Junta Comercial.

7. Por fim, nomeou-se procurador com poderes de administrador, sr. ROBINSON DE OLIVEIRA.

8. Primeiramente a Comissão de Licitação e, em seguida, a Consultoria Jurídica, como já dito, manifestaram-se nos autos pela violação ao artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93. O aludido dispositivo legal aponta para a proibição de inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta da licitante.

9. Inconformada, a licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA apresentou manifestações nos autos (fls. 100-101 e 112-113 do processo 53740.000766/2000 e 26-27 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000 ).

*[Assinatura]*



10. Em suma alega que as alterações observaram a legislação vigente, mormente a Lei 10.610/2002, que não solicitaram inclusão de documento novo, apenas remetem alteração contratual a ser homologada; que outros documentos são previstos no Edital para serem ofertados após a apresentação das propostas, a exemplo das declarações que prorrogavam a validade das propostas; que há parecer da Consultoria Jurídica permitindo alterações e que sua desclassificação causaria dano ao interesse público; menciona casos de alteração contratual de outras empresas, inclusive com substituição de gerente, os quais teriam sido aceitos pela Comissão Especial de Licitação.

11. Observa-se que o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008 analisou a primeira e a segunda manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

12. Após o aludido parecer, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA ofertou cerca de mais seis manifestações, todas com conteúdo semelhante. Sendo assim, segundo o entendimento desta Consultoria Jurídica e da Comissão de Licitação da época, o deslinde teria realmente sido a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA no certame, visto que houve pronunciamento daquelas unidades do Ministério das Comunicações, devidamente justificadas a tratar do tema. Sobreveio julgamento ministerial em 22/12/2008 pelo conhecimento e não provimento das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls.228 e 240 do processo principal).

13. Acredito, portanto, que tenha operado a preclusão consumativa, como a seguir se delinea.

14. A preclusão pode ser temporal (quando se perde o prazo), consumativa (quando o ato que se pretende atacar já se consumou, tornando impossível repeti-lo) ou lógica (quando o ato que se pretende atacar foi praticado de certa forma, impedindo-se que ele seja refeito de outra).

15. Para Luiz Guilherme Marinoni:

[...] a preclusão consiste - fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência - na perda de "direitos processuais", que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento (aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual<sup>1</sup>.

16. Em outros termos, a preclusão torna a decisão administrativa irrecorrível, visto que se o processo busca atingir determinada finalidade, deve ser evitado que se perpetue indefinidamente. Com maior razão quando se trata de processo administrativo que envolve interesse público, indisponível e da maior relevância.

17. Com efeito, conclui-se que o recurso administrativo corporifica o próprio direito de petição quando é interposto, ou seja, se o recurso administrativo foi ofertado, logo o direito de petição foi exercido. Não se pode renovar a possibilidade de manifestação indefinidamente.

18. Logo, as demais manifestações com conteúdo semelhante, sequer mereceriam ser conhecidas. Ensina-nos Nelson Nery Jr. [in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 7. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2003. p. 578] que preclusão é a perda da faculdade de praticar ato processual. No que concerne especificamente à preclusão consumativa, acrescenta:

*Diz-se consumativa a preclusão, quando a perda da faculdade de praticar o ato processual decorre do fato de já haver ocorrido a oportunidade para tanto, isto é, de o ato já haver sido praticado e, portanto, não pode tornar a sê-lo.*

19. Também é mister salientar que, como dito, o entendimento desta Pasta Ministerial à época, era de que teria ocorrido violação do subitem 4.4 do instrumento convocatório, bem como do art.43, §3º da Lei 8.666/93 pela licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, o que justificaria sua exclusão do pleito. Logo, se as

<sup>1</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. p. 665.

manifestações tivessem sido examinadas naquele momento (digo as manifestações que se seguiram às duas primeiras julgadas pelo Ministro como improcedentes), o resultado inevitável teria sido pela manutenção da eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da concorrência 090/2000. O sistema processual brasileiro contém regra originária do Direito francês da *pas de nullité sans grief*, positivada no ordenamento jurídico brasileiro no art. 249, §1º, CPC e recepcionada pela CF/88, notadamente quando assegura ao cidadão o direito de razoável duração do processo no âmbito administrativo (art. 5º, LXXVIII), segundo a qual não há nulidade processual sem efetivo prejuízo. Assim, não poderia ter-se efetivado a anulação da homologação e adjudicação da concorrência 090/2000 que contemplava RAINHA FM LTDA, visto que, aplicada a tese vigente à época dos fatos, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA realmente restaria eliminada e RAINHA FM LTDA realmente teria se sagrado vencedora. Ou seja, o resultado prático teria sido o mesmo, não teria ocorrido qualquer prejuízo para RÁDIO MOCIDADE FM LTDA pela pendência de apreciação de suas manifestações, porque ainda que fossem analisadas, da mesma forma, a entidade teria sido alijada do certame. Tal raciocínio afasta, portanto, qualquer prejuízo na ausência de apreciação das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (digo as manifestações que se seguiram às duas primeiras julgadas pelo Ministro como improcedentes) naquela época, o que nem deveria ter sido feito em razão da preclusão consumativa, mas se a análise existisse, mesmo assim, o resultado alcançado seria idêntico. O PARECER Nº 696/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU somente foi elaborado anos depois, logo, não expressa o entendimento da época e não alcançaria a situação.

20. Por derradeiro, por extrema cautela, reviu-se a documentação de habilitação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA e constatou-se que havia vício a corroborar com sua eliminação no certame. Observa-se à fl. 13 do processo 53740.000766/2000, que o capital integralizado de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA era de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais). O edital, no subitem 5.3.3, exigia que o patrimônio líquido das licitantes fosse de no mínimo 10% (dez por cento) do preço mínimo da outorga. Para Mandaguapé/PR, o preço mínimo era de R\$10.780,00 (dez mil e setecentos e oitenta reais). Logo, o patrimônio líquido mínimo seria de R\$ 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais). Considerando que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA somente integralizara R\$ 1.000,00 (mil reais) de seu capital social, nota-se a violação ao instrumento convocatório.

21. Embora nas demonstrações contábeis a parcela do capital social ainda não realizada figure como crédito a realizar, e nesse contexto o sócio é devedor e a empresa é credora, constituindo, pois, parcela de caráter patrimonial, esta jamais integrou efetivamente os bens da sociedade, existindo apenas como uma mera expectativa patrimonial prevista no contrato social, inclusive, podendo nunca vir a ser integralizado. Tanto é assim que o próprio Código Civil de 2002 previu essa possibilidade, no seu art. 1.004 e parágrafo único, abaixo colacionado:

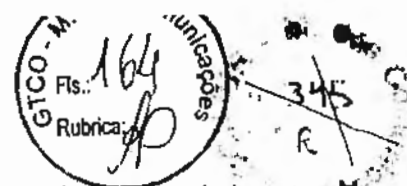
*Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente do mora.*

*Parágrafo único. Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se, em ambas as casas, o disposto no § 1º do art. 1.031.*

22. É verdade que nessa situação o sócio remisso, a critério dos demais sócios, poderá arcar com as perdas e danos da sociedade. Mas isto é apenas uma consequência natural do seu inadimplemento, o que, por regra, ocorre em todas as hipóteses de danos. O que importa realmente aqui ressaltar é a possibilidade de nunca vir a ser realizado o capital social subscrito no contrato social, na sua integralidade.

23. Na hipótese do dispositivo acima transcrito, parágrafo único, resta expresso que os demais sócios podem optar pela redução do capital social na parte que falta para a sua integralização. Isto prova que a parcela não integralizada, por ser fictícia, não pode ser tida propriamente como patrimônio da sociedade para efeito de comprovação da sua real capacidade econômico-financeira.

24. Os fundamentos acima expendidos já bastariam para nos levar à conclusão de que a parcela do capital social não integralizado constitui mera promessa patrimonial, não podendo ser levado a efeito para os fins da atividade empresarial, sobretudo no que se refere à *habilitação econômico-financeira da empresa em procedimentos licitatórios*, por envolver normas de Direito Público, portanto, de caráter indisponível. Porém, impõe que façamos uma análise mais específica no que diz respeito à comprovação de patrimônio líquido.



25. Como já ressaltadas linhas atrás, a análise suplanta as fronteiras do Direito, indo este abeberar nas vertentes das Ciências Contábeis, para então destacar uma simplória definição de patrimônio líquido que, para os fins licitatórios, em caso de compras para entrega futura e execução de obras e serviços, pode ser exigida a sua comprovação quando da aferição da idoneidade econômico-financeira das licitantes, habilitando ou inabilitando-as para uma possível contratação com o Poder Público.

26. A doutrina define o patrimônio líquido como os valores que os sócios possuem na empresa, num dado momento, resultando do confronto entre as contas do ativo e as contas do passivo, sendo representado pelo capital social e pelos lucros acumulados.

27. O tema é tratado pela Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, também conhecida como "Lei das Sociedades Anônimas":

*Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segunda as elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar a conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.*

*[...];*

*§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nas seguintes grupos:*

*a) passivo circulante;*

*b) passivo exigível a longo prazo;*

*c) resultados de exercícius futuros;*

*d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.*

28. Como se vê, o grupo de contas do patrimônio líquido representa os valores próprios da empresa, ou seja, os valores para os quais não existe exigibilidade, ninguém irá cobrar, a não ser os sócios, formado, portanto, pelos subgrupos, CAPITAL SOCIAL; RESERVAS DE CAPITAL; RESERVAS DE REAVALIAÇÃO; RESERVAS DE LUCROS e LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.

29. A referida lei ao tratar do patrimônio líquido, define-o como o capital social subscrito subtraído do capital social a realizar, como se vê:

*Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.*

30. Capital social subscrito é o montante pelo qual se comprometem os sócios. Contudo, é preciso lembrar que nem sempre a empresa pode dispor dessa totalidade constante do contrato social, tendo em vista a possibilidade de uma parte só vir a ser efetivada em momento posterior à constituição da sociedade, portanto, podendo ser composto de uma parte real (valores integralizados no ato da constituição da sociedade) e de uma parte fictícia (valores a serem não integralizados posteriormente).

31. Pelo dispositivo legal acima destacado, vê-se que na conta do capital social será discriminado todo o montante subscrito no contrato social, deduzindo-se, porém, a parcela ainda não integralizada.

32. Destarte, o comando legal vem apenas confirmar, no plano normativo, o entendimento corrente no plano das concretudes, excluindo da conta do capital social e, pois, do patrimônio líquido, a parcela subscrita, mas ainda não integralizada pelos sócios. E isto, evidentemente, porque, enquanto assim permanecer, tal parcela não estará disponível no universo do patrimônio da empresa. Será mera expectativa patrimonial.

33. A propósito da matéria, cabe citar o recente pronunciamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgado de 22/08/2007, traduzido pela seguinte ementa:

**ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - IDONEIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE IMPUGNADA - RECURSO ADMINISTRATIVO PENDENTE.**

*1. A fase inicial da licitação, consubstanciada na habilitação das concorrentes, sofreu impugnação com a interposição de três recursos administrativos, não examinados.*

*2. Procedimento licitatório que, em continuidade, seguiu os seus trâmites até a abertura das propostas, sem solucionar o recurso administrativo pendente.*



3. Afasta-se a tese da prescrição porque o termo inicial só passa a fluir da data do julgamento do recurso que impugnou ato pretérito.

4. Na apuração do capital social de uma empresa em licitação, considera-se inclusive o capital a ser integralizado, porque figura os créditos da sociedade como ativo. (Negritamos).

5. Entretanto, se a parte integralizada do contrato não atende ao mínimo exigido no edital, considera-se a empresa, financeiramente, inidônea. (Negritamos).

6. Situação da empresa apelante que, de um capital de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), só tinha como capital integralizada R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em desobediência ao mínimo exigido, 10 % (dez por cento).

7. Segurança concedida. (MS 12.592/DF, STJ, Relatar: Ministra Eliana Calmon, DJ 10.09.2007).

34. Convém acrescentar que o julgado acima citado não adentrou na análise da matéria objetivamente, restringindo-se aos contornos da demanda, como é próprio das apreciações judiciais, esclarecendo que o capital social, mesmo na pendência de integralização, não pode ser de todo desprezado na apreciação da idoneidade financeira da empresa, porquanto constitui crédito da empresa. Contudo, é preciso avaliar se a parte integralizada é capaz de fazer funcionar o empreendimento sem comprometer o objeto do contrato a ser firmado com o Poder Público como resultado do procedimento licitatório.

35. Como surgira nova questão, isto é, de que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA não obedeceria aos ditames do subitem 5.3.3 do edital, facultou-se novamente o contraditório e a ampla defesa prévios, antes de se pronunciar sobre a situação de RAINHA FM LTDA.

36. Sobreveio a manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls.191/193 do processo 53740.000766/2000). Alega-se, em suma, que ultrapassada a fase de habilitação não cabe eliminação de concorrente por razões afetas à documentação de habilitação (subitem 9.7 do edital), que não havia qualquer ilegalidade e que já se passaram doze anos da coisa julgada administrativa; por fim, dispõe sobre o efeito suspensivo dos recursos.

37. Os argumentos não merecem prosperar.

38. Com relação a não mais caber inabilitação ultrapassada a respectiva fase, não se trataria, neste momento de inabilitação, mas de anulação do ato de habilitação, por ocasião da fase de homologação. Tal proceder é pacificamente aceito na doutrina e jurisprudência, tanto que é previsto na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

39. A alegação de que não havia qualquer ilegalidade também não vinga, visto que, segundo o entendimento jurídico esboçado à época dos fatos, foram violados os subitens 4.4 e 5.3.3 do edital, ambos com amparo na Lei 8.666/93.

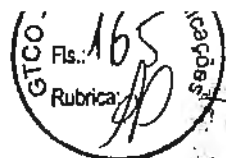
40. Por fim, suscita-se que já se passaram doze anos e que se impõe a coisa julgada administrativa.

41. Primeiramente, cite-se que o resultado de habilitação que considerou RÁDIO MOCIDADE FM LTDA como HABILITADA, data de 19/09/2000 (fl.106 do processo principal).

42. Foram interpostos recursos contra a habilitação da entidade, cujo julgamento ocorrera em 11/04/2001 (fl. 172 do processo principal)

43. Apesar disto, em 15/12/2003, foi elaborada a NOTA/MC/CONJUR/BMF Nº 1211-2.22/2003 (fl. 193 do processo principal), a qual apontava equívocos no procedimento recursal, o que implicaria NULIDADE do julgamento procedido em 11/04/2001, visto que sequer foi concedida a oportunidade de impugnação aos recursos ofertados, o que fere, inclusive, o direito ao contraditório (artigo 5º, LV, da Constituição da República).

44. Nesse diapasão, em 02/02/2006, foram reabertos os prazos, facultadas as impugnações (fls.197/198 do processo principal). Logo, estaria NULO o julgamento anterior dos recursos, demandando novo julgamento que também levasse em conta as impugnações ofertadas.



45. Em 08/03/2007, a Comissão de Licitação publicou ato que inabilitava RÁDIO MOCIDADE-FM LTDA (fl. 98 do processo 53740.000766/2000). Embora tenha sido denominada inabilitação, na verdade, tratava-se de DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE (artigo 43, §5º da Lei 8.666/93), uma vez que se embasava em alteração contratual efetivada após a habilitação, por violação ao subitem 4.4 do edital e artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, como já explanado nesta peça.

46. Às fls. 100/101 do processo 53740.000766/2000, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA recorre exatamente desta sua eliminação no certame. O recurso foi protocolado em 15/03/2007. Oferta-se nova manifestação às fls. 112/113 do processo 53740.000766/2000, com protocolo em 28/04/2007. Seguiu-se o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº2691-2.21/2008, exarado em 28/11/2008 (fls.111/119 do processo 53740.000766/2000). O parecer opinava pelo conhecimento e NÃO provimento das manifestações. O Ministro de Estado acolheu o parecer, julgando improcedentes as manifestações em 22/12/2008 (fl. 142 do do processo 53740.000766/2000). Portanto, PREVALECEU A ELIMINAÇÃO DE RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, ocorrida em 08/03/2007.

47. Menciones-se que o despacho do presidente da antiga CEL (fl.120 do processo 53740.000766/2000), menciona o julgamento dos recursos ocorrido em 11/04/2001, que, como já explicado neste parecer, era NULO!

48. O novo julgamento dos recursos em fase de habilitação deu-se em 22/12/2008 (fls.228 e 240 do processo principal). Tal julgamento é que foi o julgamento VÁLIDO, uma vez que o primeiro julgamento não obedeceu aos preceitos constitucionais do contraditório (art.5º,LV) e, por conseguinte, não facultou impugnações aos recursos, sendo então o primeiro julgamento fulminado pela NULIDADE.

49. Por ocasião do julgamento de propostas técnicas, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA foi classificada em 13/04/2009(fl. 150 do processo 53740.000766/2000), já que não prosperara nenhum recurso contra sua habilitação. Porém, ela já estava excluída do certame e mantida sua desclassificação superveniente, após julgamento de suas manifestações, o ato foi equivocado. Isto é, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já estava eliminada do certame e nem deveria ter tido seus envelopes de proposta técnica abertos.

50. Necessário citar dispositivo legal para entender a dinâmica do feito e das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. A Lei 8.666/93 assevera em seu artigo 109:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (Grifos nossos).

51. Observa-se que as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, como dito, não eram afetas a INABILITAÇÃO propriamente, mas a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE, visto que não se motivou sua eliminação em vícios de habilitação, mas em fato superveniente, isto é, alteração contratual da empresa. Portanto, as manifestações não se encaixariam nas hipóteses do artigo 109, inciso I, alínea "a", mas no inciso II que versa sobre representação em caso de decisão de que não caiba recurso hierárquico. Ou seja, cabe representação quando não haja previsão de recurso específico, como era o caso. A representação não tem efeito suspensivo, como asseverado no §2º do art.109 da Lei 8.666/93. Sendo assim, prevalecia a decisão de ELIMINAÇÃO da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, até ulterior julgamento de suas manifestações, que confirmou a desclassificação em 22/12/2008.

52. Nessa esteira, equivocada a classificação da proposta técnica de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Apercebendo-se do equívoco, a CEL publicou despacho (fl. 152 do processo 53740.000766/2000) com o seguinte teor:

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22.12/2006, e suas alterações, em conformidade com o(s) edital(s), tendo em vista a decisão do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, que acatando o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008, de sorte a conhecer das manifestações e negar-lhes provimento da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTOA, TORNA SEM EFEITO sua classificação na fase de avaliação de propostas técnicas na concorrência 090/2000-SSR/MC, localidade de Mandaguáçu/PR, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 13/04/2009, contido no Aviso às fls. 65, Seção 3.

53. Assim, resume-se o quadro. RÁDIO MOCIDADE FM LTDA foi habilitada no certame em 19/09/2000 (fl.106 do processo principal). Somente houve julgamento VÁLIDO de recursos de habilitação EM 22/12/2008 (fls. 228 e 240 do processo principal). No meio do caminho, a entidade fora ELIMINADA (desclassificação superveniente) por outro motivo não relacionado propriamente à habilitação, isto é, por alterar seus quadros societários e, consequentemente, violar o subitem 4.4 do edital e o artigo 43, §3º da Lei 8.66/93. A eliminação foi realizada em 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000).



54. Esclarecido isto, examine-se a questão da coisa julgada administrativa (argumento suscitado na novel manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA) e da decadência.

55. Inicia-se a discussão com o exame do teor do artigo 54 da Lei 9784/99, *in verbis*:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decaí em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato. (Grifamos).

56. Acerca da possibilidade ou não de revisão em decorrência de lapso temporal, cite-se que esta Consultoria Jurídica considerava a posição do e. Tribunal de Contas da União, Acórdão 2264-42/2008-Plenário, que ora se sintetiza com a seguinte conclusão, *in verbis*:

(...)

60. Conclui-se, por todo o exposto, pela impossibilidade de aplicação da "prescrição administrativa" a atos irregulares de procedimento licitatório, praticados somente pela Comissão de Licitação e pendentes de homologação pela autoridade competente, devendo iniciar o curso do prazo decadencial do ato de homologação, por ser este o ato que confere validade aos atos antecedentes e que permite a consecução do objetivo administrativo, que é a contratação ou, no caso concreto em análise, a outorga de permissão de exploração de serviço de radiodifusão.

57. O entendimento do e. Tribunal de Contas da União (Acórdão 2264-42/2008-Plenário) era de que a contagem do prazo decadencial de cinco anos para a Administração Pública rever seus atos (art.54 da Lei 9784/99) iniciava a contagem a partir da homologação do certame.

58. Assim, o problema reside na delimitação do termo *a quo* para contagem do prazo decadencial. Todavia, em resposta a Consulta formulada por esta Pasta, o próprio Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2318/2012- TCU- Plenário, alinhou-se ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, revisando sua antiga tese nos seguintes termos:

Responder ao consultante, que o prazo decadencial previsto no art.54 da Lei nº 9784/99, a ser observado pela Administração no exercício da autotutela, com vistas à anulação de ato praticado em procedimento licitatório, tem como termo inicial a data do respectivo ato, salvo no caso de interposição de recurso, hipótese em que o termo inicial da extinção é a decisão final sobre o recurso.

59. Assim, à luz do novo entendimento do TCU, também expresso pelo Superior Tribunal de Justiça (MS 15.743, MS 14.722 e MS 15.160), a contagem do prazo decadencial inicia do ato praticado, que, em se referindo à habilitação, é o ato da Comissão de Licitação habilitando ou inabilitando a licitante, salvo se houver recurso, quando o termo inicial conta da decisão final sobre o recurso.

60. Em se tratando de desclassificação superveniente, surge fato novo, por isto, a decadência tem que contar da ocorrência do fato.

61. A entrega de documentação na Concorrência 090/2000 deu-se em 02/08/2000 (fl. 99 do processo principal). À época, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA somente apresentou seu contrato social original, não tendo ofertado nenhum instrumento de alteração contratual, conforme se verifica nos autos da entidade. Somente em 18/12/2006 é que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA trouxe a lume sua primeira alteração contratual, arquivada na Junta Comercial em 12/12/2006 (fls. 02/08 do processo 53000.095841/2006, apensado ao processo principal). Como a alteração contratual constituía FATO NOVO, não afeto propriamente à HABILITAÇÃO, entendo que o prazo decadencial contaria deste novo fato. Ou seja, a partir de 12/12/2006, visto que não há previsão legal de que o prazo conta da ciência da Administração Pública, prevalecendo, pois, a data do acontecimento. Sendo o prazo decadencial de cinco anos, estando a entidade

participando do certame naquele momento, a partir dali haveria cinco anos para alijá-la da concorrência. O prazo, então, expiraria em 12/12/2011. Mas, a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, por desclassificação superveniente, foi realizada em 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000). Em outros termos, a resolução da questão foi encerrada nos idos de 2008, dentro do prazo hábil, afastada, então, a decadência.

62. Logo, pugna-se pelo conhecimento e não provimento da manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls. 191/206 do processo 53740.000766/2000), mantida sua eliminação do certame.

63. Também houve manifestação de RAINHA FM LTDA (fls.152/161 do processo 53740.000783/2000).Em suma, corrobora com o PARECER Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU e requer seja concluída a licitação, com homologação que lhe contemple.

64. Assim, ao concordar com parecer desta Consultoria Jurídica, resta o conhecimento e provimento da manifestação, pelas razões já explanadas no PARECER Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

65. Ademais, em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Mandaguaçu/PR, analisando a Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à empresa RAINHA FM LTDA. Observe-se que se for o caso de localidade de faixa de fronteira deverá ser juntada a documentação respectiva.

66. Por derradeiro, verifica-se a necessidade de publicação de novo despacho de homologação, porque a primeira homologação e adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA foi anulada (fls. 316/317 do processo principal).

#### LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR

67. Para a localidade de Mariópolis, o certame encontra-se *sobrestado* em razão do seguinte: sagrou-se vencedora a proponente PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., conforme publicação de fl. 289 do processo principal. Ocorre que a referida entidade, conforme noticiado na NOTA AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0562-2,17/2010 (fls. 214/215 do Processo nº 53740.000757/2000), conta com seis outorgas de FM em seu nome, já tendo sido assinados cinco contratos<sup>2</sup>. Opinou-se, pois, pelo sobrestamento do feito, de modo a não restar afrontado o limite legal do número de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

68. Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, 53º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito.

#### LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR

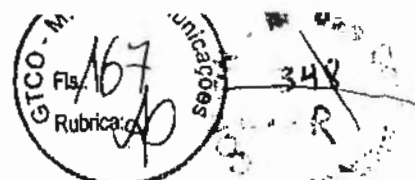
69. Para a localidade de Manoel Ribas, sagrou-se vencedora a entidade RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA. (Processo nº 53740.000774/2000), conforme publicação de fl. 289 do processo principal.

70. Encaminhados os autos a esta CONJUR para análise de possível homologação, foi elaborada a REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 159 - 2.17/2010, a fim de que fosse esclarecida dúvida acerca da profissão dos sócios (inclusive do administrador), isto é, se eram realmente funcionários públicos, conforme notícia o ato constitutivo da entidade, além do teor da procuração de fl. 42 do processo da entidade.

71. Em resposta, a entidade apresentou a manifestação de fls. 93/94, por intermédio da qual aduz que os sócios Vitor Hugo Padilha e Elizabeth Stipp Camilo não são funcionários públicos, tratando-se a previsão do contrato social de mero equívoco material; acrescenta, ainda, que a sócia em comento já foi

<sup>2</sup> Em consulta perante o SARF desse Ministério, verifica-se que a situação persiste, isto é, já foram cinco contratos assinados, e o sexto, relativo à localidade de Caracol, no Estado do Mato Grosso do Sul, ainda pende de desfecho (veja-se fl. 219 do processo da entidade).





ocupante de cargo em comissão, mas que já fora exonerada, conforme cópia de fl. 94. Por fim, afirma que também houve erro material na procuração de fl. 42, no momento de sua digitação, haja vista a existência de apenas uma empresa de propriedade dos referidos sócios (a própria entidade ora concorrente).

72. Primeiramente, insta registrar o seguinte: há a necessidade de se esclarecer realmente se o administrador da referida entidade (no caso, o Sr. Vitor Hugo Padilha, segundo cláusula décima-quinta do contrato social) é ou não funcionário público e de qual esfera da federação (se federal, estadual ou municipal), de modo a extirpar qualquer dúvida quanto à eventual conflito com a legislação que regule o regime jurídico do servidor público; por exemplo, se se tratar de servidor da esfera federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, há vedação expressa, consoante se verifica no art. 117, X, *in verbis*:

Art. 117. Ao servidor é proibido:  
(...)

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

73. Quanto às demais esferas (no caso específico do Sr. Vitor Hugo Padilha - o Estado do Paraná e o Município de Pitanga), há que se analisar ao lume das respectivas legislações (*i. e.*, se subsiste ou não vedação nesse sentido).

74. Muito embora a manifestação de fl. 93 aduza que a qualificação do administrador expressa no contrato social ("funcionário público") se trate de "erro material", não foi juntada aos autos qualquer prova nesse sentido (*por exemplo*, declaração expedida por órgão municipal e estadual a negar vínculo existente, isto é, que referido administrador não compõe seus quadros de servidores); ademais, a referida manifestação fora apresentada pelo Sr. Samir Ibrahim Moya Abdallah, em nome de quem não existe, pelo menos nos autos da entidade, procuração a lhe outorgar os respectivos poderes (destaque-se que a única procuração nesse viés encontra-se à fl. 27, mas em nome de procurador outro, a saber, o Sr. Telmo Eugenio de Oliveira).

75. Uma vez que a dúvida persista (de um lado, o contrato social, documento devidamente registrado perante a Junta Comercial respectiva e, de outro, manifestação a simplesmente alegar 'erro material' do contrato social, apresentada por suposto procurador sem procuração nos autos), ratifica-se o disposto na REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 159 - 2.17/2010 no que concerne ao administrador, ou seja, faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art. 43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA. explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público.

76. Impende realçar, outrossim, questão outra: o Sr. Samir Ibrahim Moya Abdallah acima mencionado (suposto procurador da entidade RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA.) constitui-se em sócio majoritário de concorrente neste mesmo certame (inclusive para a mesma localidade de Manoel Ribas) PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.; destaque-se que, embora este não se constitua, segundo o contrato social, em administrador da entidade PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., fora-lhe conferida procuração para representar a entidade, conforme se verifica à fl. 36 do Processo nº 53740.000757/2000. Estar-se-ia diante, supostamente, de mesmo procurador de duas entidades concorrentes no mesmo certame. Embora o edital da concorrência em apreço não vede expressamente esta hipótese (vedação que atualmente vem prevista nos novos editais), a situação poderia ensejar burla ao caráter competitivo do certame. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

### III - CONCLUSÃO -

77.

Em face do exposto, opina-se:

#### I - LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR:

A) Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Princípio da *pas de nullité sans grief*: não há nulidade sem efetivo prejuízo. Apreciação da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Já se oportunizou o contraditório.

B) Prevalece a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já implementada desde 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000). Mantida a desclassificação superveniente da entidade.

C) Pelo conhecimento e não provimento da atual manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

D) Pelo conhecimento e provimento da atual manifestação de RAINHA FM LTDA.

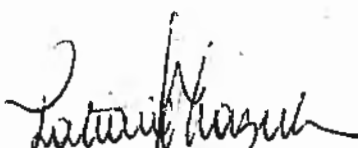
E) Pela homologação da concorrência 090/2000, localidade de Mandaguaçu/PR, com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA.

II- LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR: Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito para esta localidade.

III- LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR: faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art.43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada de procurador coincidente das entidades RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA e PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

A consideração superior.

Brasília, 19 de setembro de 2012.



TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 6190/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

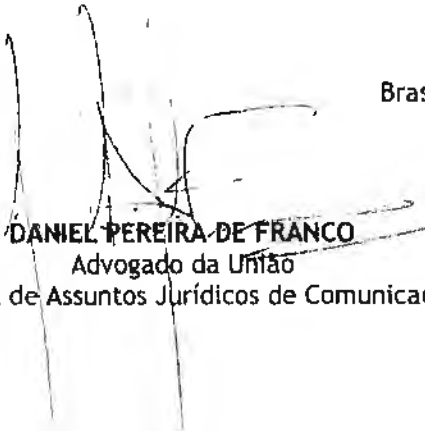
PROCESSO Nº 53000.D03479/2000

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 09 de outubro de 2012.

  
**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**  
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



DESPACHO Nº 6191/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.003479/2000

ASSUNTO : Fase de homologação.

Aprovo o DESPACHO Nº 6190/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 30 de outubro de 2012.

  
JOSÉ FLÁVIO BIANCHI  
Consultor Jurídico

BRANCO

Nesta data, anexo aos autos do processo de  
nº 53000.003479/2000 a documentação  
a seguir constituída de -040- folhas,  
que assim numerei, 351 a 354

Data: 09 11 2012

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: William de Sáez O.



9 17


**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**GABINETE DO MINISTRO**

**DESPACHO DO MINISTRO**

Em 8 de novembro de 2012

Tendo em vista a manifestação ofertada por RAINHA FM LTDA na Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, acolho o PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a **conhecer da manifestação e dar-lhe provimento** conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO**

**MANIFESTAÇÃO- CONHECIDA E PROVIDA**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
090/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 8 de novembro de 2012.

Acolho o PARECER Nº1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU e invoco seus fundamentos como razão desta decisão para HOMOLOGAR o certame e realizar as adjudicações propostas, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

  
PAULO BERNARDO SILVA  
Ministro das Comunicações

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	Localidade	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
090/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RAINHA FM LTDA	53740.000783/2000

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****GABINETE DO MINISTRO****DESPACHO DO MINISTRO**

Em 8 de novembro de 2012

Tendo em vista a manifestação ofertada por RÁDIO MOCIDADE FM LTDA na Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, acolho o PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a **conhecer da manifestação e negar-lhe provimento** conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.



**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro das Comunicações

**ANEXO ÚNICO****MANIFESTAÇÃO- CONHECIDA E NÃO PROVIDA**

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
090/2000	PR	MANDAGUAÇU	FM	RÁDIO MOCIDADE FM LTDA

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**  
**CONSELHO DIRETOR**

**ANTOXO UNITED**

## ANTHELO UNICOD

**AMELO UNITED**

**ANÉLDO ÚNICO**

ANEXO ÚNICO  
MANIFESTAÇÃO- COMERCIAL E NÃO PROVIDA

ANEXO ÚNICO  
MANIFESTAÇÃO- CONHECIDA E PROVIDA

## PAULO PERNARIXO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura/ab2004>, pelo código 00012012110400071

ATO Nº 269, DE 19 DE ABRIL DE 2011

JARBAS JOSÉ VALENTE  
Presidente do Conselho  
Substituto

## ATO Nº 4.184, DE 23 DE OUTUBRO DE 2011

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

## ATO Nº 634, DE 30 DE OUTUBRO DE 2012

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.318, de 7 de outubro de 1997.

CONSIDERANDO o disposto no art. 131 da Lei nº 9.472, de 1997;  
CONSIDERANDO o disposto no art. 175, inciso XIV do Regulamento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º, § 2º, da Resolução nº 583, de 14 de dezembro de 2009, que determina a implementação do Código de Ética de Uzelândia do SMP na forma do INE-NUNIZENY-HANZINZI;

CONSIDERANDO o disposto no Processo nº 53500.031013.2010, processo de acompanhamento da implementação do zone digital no Serviço Móvel Pessoal para o Código Nacional II;

CONSIDERANDO o despacho lavrado na sua Reunião nº 672, realizada em 25 de outubro de 2012, resolve:

I - Até 31 de dezembro de 2013 para os Códigos Nacionais 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19;  
II - Até 31 de janeiro de 2014 para os Códigos Nacionais 21, 22, 24, 27 e 28;

TV - Até 31 de dezembro de 2015 para os Códigos Nacionais 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 71, 73

V - AN 31 de dezembro de 2016 para os Códigos Nacionais 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68 e 69.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE MEZENDES  
Presidente do Conselho

**DESPACHOS DO PRESIDENTE**

Mar 29 de março de 2012

Nº 2.455 - Processo nº 33500.007443/2010.

1. O Sr. **Dr. GILBERTO DA SILVA**, Diretor da **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições legais, resolveu, com base no parecer emitido pelo Conselho Administrativo de Recursos Arbitrais, nos autos do Processo em epígrafe, **remeter para a COMISSÃO DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL, CENTRAL, CNPQ Nº 71.261.564/001-74**, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados, emanada por meio do Despacho nº 3.432/2010-SPV, de 6 de maio de 2010, decidida, em sua Brasília a 04.01.2010, em 15 de junho de 2012, **considerar o Recurso** par, no mérito, **negar-lhe provimento**, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentações constantes do Acórdão nº 120/3012-CTCV, de 9 de março de 2012.

Em 26 de outubro de 2012

N° 6.637 - Ref.: Processo nº 53500.033516/2004

02.033  
O CONTRATO LETADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de seus atribuições legais, regulamentares e regulamentada, estabelecendo a Prestação de Reconstrução Intermédia pela empresa COMANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC Telecom, CNPJ/MF nº 7.208.315/0001-74, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado nos Setores 3, 12, 25 e 33 do Plano Geral de Utilização, cujas decisões proferidas pelo Conselho Diretor, por meio de Despacho nº 6.652/2011-CD, de 18 de agosto de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, foram objeto de recurso administrativo, interposto em 22 de setembro de 2011, contra o Fôto de Recurso nº 4032/2011-GCJV, em análise, nos autos, nos termos previstos, pelas resoluções do Conselho Diretor, em 2011, nº 4032/2011-GCJV, de 31 de agosto de 2012.

Een 3D de scanner van 2012

N° 6.690 - Processo n° 53500.005894/2012

O PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, considerando a disponibilidade nos arts. 179, 194, Inciso XXIVV do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001; nos arts. 83 e 84, do Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e de Uso de Radiofrequência, aprovado pela Resolução nº 63, de 23 de outubro de 1998, decide ordenar o nº 3.490, de 24 de setembro de 2012, publicado no Diário Oficial da União nº 22 de setembro de 2012, e do Regulamento de Serviços privados, para a prestação de assistência técnica e manutenção de Equipamentos Eletrônicos Privados, Interconexões de Serviços de Rádioemissão em Privado, em interesse coletivo ou restrito, respectivamente, e para o outorga de autorização de uso do radiofrequência associada à outorga para exploração dos serviços, nos termos do prestação de serviços a nos finais do radiofrequências específicas, emanando do Anexo do Ato supramencionado, diante da não existência da disputa pelas outorgas nos termos do Edital nº 001/2012, publicado no Diário Oficial da União nº 16 de maio de 2012, e do Edital nº 1.644, de 22 de março de 2012, constante o disposto nos arts. 91, 136, 164 e 162, da Lei nº 5.472, de 16 de julho de 1997.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de  
nº 53780.000783/00 a documentação  
a seguir constituída de 04 folhas,  
que assim numerei: 278, 277  
Data: 21, 22, 22  
Nome: Moisés  
Assinatura: M

PUBLICADO NO DIÁRIO  
OFICIAL DE 21 / 12 / 12  
Página 827 Seção: 1  
ANOTADO POR: *fox*



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 493 , DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000783/2000, Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
PAULO BERNARDO SILVA





MC EM

Brasília, de

de 2012.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 07 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rainha FM Ltda. (Processo nº 53740.000783/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**PAULO BERNARDO SILVA**  
Ministro de Estado das Comunicações



ANEXO II  
MONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA LIMITE	RESPONSÁVEL
Atividade de planejamento da contratação	21.12.2012	Assessoria Especial em Administração
Atividade de execução da contratação	21.12.2012	Assessoria Especial em Administração
Atividade de acompanhamento da execução da contratação	28.01.2013	Assessoria Especial em Administração
Atividade de avaliação da contratação	15.02.2013	Assessoria Especial em Administração

\* Este prazo não se aplica aos termos de compromisso cujo proponente optou por ficar utilizando a modalidade de contratação integrada do Regime Diferenciado de Contratação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUIRRE DO RIBEIRO

PORTARIA Nº 601, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, bem como no § 1º, art. 1º, da Portaria nº 75, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 8 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites orçamentários para despesas com diárias, passagens e locomoção, constantes do Anexo da Portaria nº 134, de 22 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 23 de março de 2012, seção 1, página 109, e alterados pela Portaria nº 491, de 27 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 28 de setembro de 2012, seção 1, página 107, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUIRRE DO RIBEIRO

ANEXO

LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

UNIDADE	ACRESCIMENTO DE VALOR	VALOR
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	200.000,00	1.776.000,00
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA	200.000,00	1.776.000,00

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO

A Deliberação nº 131, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2012, Seção 1, página 183, onde se lê: "O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e, no âmbito do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, no referendado do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e,"

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 7.262, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500/003962/1998. Declinar extinta, por motivo de inatividade, a partir de 4 de abril de 2012, a concessão outorgada à empresa TELEVISÃO CIDADÊ S.A. CNPJ nº 01.741.000/10, referente a exploração do Serviço de TV a Cabo na Área de Prestação de Serviços no Estado do Rio Grande do Sul, expedida por meio do Ato nº 2.190, de 29 de dezembro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1998, sem prejuízo da aplicação de eventuais multas cometidas pela concessionária em decorrência de valores devidos. A renúncia não decorrerá a imposição de suas obrigações para com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTI  
Presidente do Conselho  
Substituto

ATO Nº 7.430, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500/011774/2011. Renúncia, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2011, a concessão para exploração do serviço de TV a Cabo na Área de Prestação de Serviço de Comunicação por Cabo da SUPER CABO TV CARATINGA LTDA., CNPJ nº 04.368.762/0001-90, por meio da Portaria nº 1.924, de 5 de dezembro de 1996, publicada no DOU de 13 de dezembro de 1996, e formalizada por meio do Contrato de Concessão para exploração do serviço de TV a Cabo. Adquire a referida concessão para Autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.444, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500/011614/2012. Expedir autorização à CA-BO COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 13.973.076/0001-45, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Atendimento o Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

ATO Nº 7.508, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500/016817/2008. Autorizar as operações de venda parcial da DAIORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 19.405.486/0001-11, autorizada a explorar o Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP), e de transferência do Termo de Autorização nº 049/2011/PV/SPV-ANATEL para a empresa resultante da venda. A aprovação não exige a Requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outras órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE  
Em 19 de novembro de 2012

Nº 9.942/2012 - CD - Processo nº 53500/022274/2009 e apenso nº 53500/024252/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado pela TRANSIT DO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 493, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740/000783/2000, Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Mandaguá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 497, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740/000857/2000, Concorrência nº 092/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA RGL COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Santa Tereza de Itaipu, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

DESPACHO DO MINISTRO  
Em 13 de dezembro de 2011

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA. na concorrência nº 068/2009-SSR/MC, para a localidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, acolho o PARECER Nº 895/2011/TCF-GC/CCONTR-MIC/CGE/AGU, de sorte a combater os recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

ANEXO ÚNICO

RECURSOS - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

Nº DO CONHECIDO	TIPO	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDO
068/2009	NE	ARACAJU	TV	TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA.	TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA.
098/2009	NE	ARACAJU	TV	REDE 21 COMUNICAÇÃO S.A.	TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA.

BRASIL LTDA., CNPJ nº 02.808.267/0001-20. Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - nas Áreas de Prestação equivalentes à Região III do Plano Geral de Outorgas - PGU, e nas Áreas de Numeração 21, 31, 35, 41, 47, 49, 51, e 54 identificadas no Plano Geral de Códigos de Numeração (PGCN), em face da decisão expedida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.211/2012-CD, de 06 de agosto de 2012, decidido, em sua Reunião nº 674, realizada em 8 de novembro de 2012, conhecer o Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 494/2012-GC/3V, de 1º de novembro de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 3 de dezembro de 2012

Nº 7.244/2012-CD - Processo nº 53542/002010/2005 e apensos. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pelo BRASIL TELECOM S.A., CNPJ nº 76.535.764/0001-43, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado no Regulo II do Plano Geral de Outorgas, contra decisão expedida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.291/2010-CD, de 30 de junho de 2010, nos autos dos processos em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 677, realizada em 29 de novembro de 2012, conhecer o Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 39/2012-GC/3V, de 23 de novembro de 2012.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Protocolo: 53740.000783/2000  
Interessado: RAINHA FM LTDA  
Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais.

AO GABINETE DO MINISTRO.

Conforme consta nos autos do processo em referência, a entidade interessada sagrou-se vencedora da Concorrência n.º 090/2000-SSR/MC, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Mandaguaçu/PR.

Tendo em vista a publicação da Portaria n.º 493, de 19 de dezembro de 2012, no Diário Oficial da União de 21 subsequente, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente processo, em cópia autenticada, acompanhado do ato de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro, para que seja remetido à Presidência da República.

Brasília, 21 de dezembro de 2012.

  
**DENISE MENEZES DE OLIVEIRA**

Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial



## TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 19 de fevereiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Weberson Wayne Nobrega Peixoto**, **Chefe de Serviço de Apoio Administrativo**, em 20/02/2015, às 08:49, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0378811** e o código CRC **538B170E**.

Criado por zulene.silva, versão 1 por zulene.silva em 19/02/2015 16:24:37.

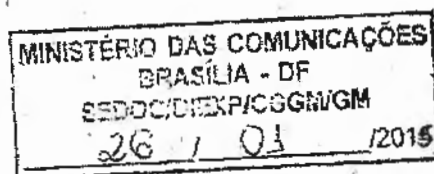


Presidência da República  
Secretaria de Relações Institucionais  
Subchefia de Assuntos Parlamentares  
Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – 70150-900 – Brasília/DF  
Fone: (61) 3411-1440 – Fax (61) 3411-1120 – [supar@presidencia.gov.br](mailto:supar@presidencia.gov.br)

Ofício nº 37 /2015 - Supar/SRI.

Brasília, 15 de janeiro de 2015.

À Senhora  
ALESSANDRA CRISTINA AZEVEDO CARDOSO  
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações  
Brasília - DF



Assunto: **Restituição de processos de radiodifusão.**

Senhora Chefe de Gabinete,

Restituímos a Vossa Senhoria, conforme relação anexa, 15.1 Processos de Radiodifusão e respectivas Portarias, para oitiva do atual Ministro dessa Pasta. Informo, também, que as Exposições de Motivos estão sendo restituídas pelo Sidof.

Atenciosamente,

  
DANILO GENNARI  
Subchefe-Adjunto

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
1	53740000783200032	MC 00002 2013 Mandaguapu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
2	53000022860200826	MC 00003 2012 Cáceres MT / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53690.000864/1998 com 1 (um) volume
3	53740000857200031	MC 00003 2013 Santa Terezinha de Itaipu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
4	53000064010201281	MC 00013 2014 Centenário TO / RADCOM - 1 (um) volume
5	53000023661201050	MC 00014 2014 Itumbiara GO / RADCOM - 1 (um) volume
6	53000023655201001	MC 00015 2014 Humberto de Campos MA / RADCOM - 1 (um) volume
7	53000066201201105	MC 00017 2014 Catuti MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
8	53000007834200878	MC 00018 2012 Lapa PR / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.000488/1998 com 1 (um) volume
9	53000054585201113	MC 00018 2014 Porto Esperidião MT / RADCOM - 1 (um) volume
10	53000036914201136	MC 00019/2014 São Jorge do Patrocínio PR / RADCOM - 1 (um) volume
11	53000055599200760	MC 00020 2014 Palmas TO / RADCOM - 1 (um) volume
12	53000005277200770	MC 00021 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000056/1997-29 com 1 (um) volume
13	53000027485200991	MC 00022 2014 Assis Chateaubriand PR / RADCOM - 1 (um) volume
14	53000015437200951	MC 00024 2012 Criciúma SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53740.002183/1999-14 com 2 (dois) volumes
15	53650000551200174	MC 00024 2013 Viçosa do Ceará CE / Licit/OM - 1 (um) volume
16	53000009365201127	MC 00025 2012 Cesário Lange SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53830.000087/2001 com 2 (dois) volumes



**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
17	53670000962200041	MC 00025 2013 Campo Novo do Parecis MT / Licit/FM - 1 (um) volume
18	53000063165201209	MC 00025 2014 Aparecida do Rio Doce GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
19	53000049325200651	MC 00026 2012 Pelotas RS / Renov/FM - 1 (um) volume
20	53710000579200150	MC 00026 2013 Montalvânia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
21	53000029325200987	MC 00026 2014 Santa Bárbara BA / RADCOM - 1 (um) volume
22	53000012434200531	MC 00027 2012 Piracicaba SP / Renov/FM - 2 (dois) volumes
23	53710000579200150	MC 00027 2013 Matias Cardoso MG / Licit/FM - 1 (um) volume
24	53000010676201058	MC 00028 2013 Encantado RS / Licit/FM - 1 (um) volume
25	53640000236200247	MC 00029 2013 Campo Formoso BA / Licit/OM - 1 (um) volume
26	53000066680201151	MC 00029 2014 Avaré SP - FME - 1 (um) volume
27	53710000449200206	MC 00030 2013 Araporã MG / Licit/FM - 1 (um) volume
28	53000057408201181	MC 00030 2014 Dourados MS - FME - 1 (um) volume
29	53000041092201024	MC 00031 2013 Lagarto SE / Licit/FM - 1 (um) volume
30	53000008620201203	MC 00031 2014 Estância SE - FME - 1 (um) volume
31	53000022885201125	MC 00032 2012 Blumenau SC / Renov/FME - 3 (três) volumes
32	53000056116201121	MC 00032 2014 Paranaguá PR - FME - 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
33	53650000792200113	MC 00033 2012 Orós CE / Renov/FM - 1 (um) volume
34	53000067147201115	MC 00033 2014 Telêmaco Borba PR - FME - 1 (um) volume
35	53000059022201111	MC 00034 2014 Criciúma SC - FME - 1 (um) volume
36	53000009979201117	MC 00035 2012 Niquelândia GO / Renov/FM - 1 (um) volume
37	53000059718201130	MC 00035 2014 Santarém PA - FME - 1 (um) volume
38	53000058587201173	MC 00036 2014 Nova Friburgo RJ - FME - 1 (um) volume
39	53000066082201182	MC 00037 2014 Trindade GO - FME - 1 (um) volume
40	53670000698200215	MC 00038 2013 Novo Gama GO / Licit/FM - 1 (um) volume
41	53000007971201299	MC 00038 2014 Senhor do Bonfim BA - FME - 1 (um) volume
42	53000027954201014	MC 00039 2012 Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
43	53000007969201210	MC 00039 2014 Serrinha BA - FME - 1 (um) volume
44	53710000613200013	MC 00040 2012 Itamogi MG / Licit/FM - 1 (um) volume
45	53000008174201229	MC 00040 2014 Januária MG - FME - 1 (um) volume
46	53000045699201083	MC 00041 2012 Treviso SC / Licit/FM - 1 (um) volume
47	53000000127201318	MC 00041 2014 São João do Sabugi RN / RADCOM - 1 (um) volume
48	53000026910201069	MC 00042 2012 Cambuquira MG / Licit/FM - 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
49	53000028478200915	MC 00042 2014 Japaratuba SE / RADCOM - 1 (um) volume
50	53000003089201011	MC 00043 2012 São Benedito do Rio Preto MA / Licit/FM - 1 (um) volume
51	53000042881201244	MC 00043 2014 Indianópolis PR / RADCOM - 1 (um) volume
52	53710000326200267	MC 00044 2012 Pocrane MG / Licit/FM - 1 (um) volume
53	53000053959201094	MC 00044 2014 Mataraca PB / RADCOM - 1 (um) volume
54	53000060892201125	MC 00045 2014 Capim PB / RADCOM - 1 (um) volume
55	53000047616201171	MC 00046 2014 Chalé MG / RADCOM - 2 (dois) volumes
56	53000028337201290	MC 00049 2014 Virgolândia MG / RADCOM - 1 (um) volume
57	53000055538201189	MC 00053 2014 Jaraguari MS / RADCOM - 1 (um) volume
58	53710000754199814	MC 00056 2014 Arvinópolis MG/RADCOM - 1 (um) volume
59	53000038735200757	MC 00057 2014 Itaquiraí MS/ RADCOM - 1 (um) volume
60	53000003556201266	MC 00060 2014 Itapipoca CE/FM - 1 (um) volume
61	53000015303201235	MC 00061 2014 Castanheira MT/RADCOM - 3 (três) volumes
62	53720000367200234	MC 00062 2013 Novo Progresso PA - Licit/OM - 1 (um) volume
63	53000067466201031	MC 00062 2014 Santa Terezinha de Goiás GO/ RADCOM - 1 (um) volume
64	53000060366201165	MC 00063 2014 Dois Riachos AL/RADCOM - 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
65	53000021819201057	MC 00064 2014 Vitória da Conquista BA/RADCOM - 2 (dois) volumes
66	530000003793201227	MC 00066 2014 Porto Grande AP/RADCOM - 1 (um) volume
67	530000000317201335	MC 00067 2014 Amapá do Maranhão MA/RADCOM - 1 (um) volume
68	53000001388201355	MC 00070 2014 Itamaraju BA/RADCOM - 5 (cinco) volumes
69	53000053917201215	MC 00071 2014 Barra do Ouro TO/ RADCOM - 1 (um) volume
70	53000051948200693	MC 00073 2013 Limoeiro PE / Renov/FM 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000408/2000 com 1 (um) volume
71	53000014329201002	MC 00074 2012 Umbaúba SE / Licit/FM - 1 (um) volume
72	53000043799201237	MC 00074 2014 Floral PR/ RADCOM - 1 (um) volume
73	53000056849200941	MC 00075 2012 Coari AM/ Licit/FM - 1 (um) volume
74	53000017857201358	MC 00076 2014 Governador Newton Bello MA/ RADCOM - 1 (um) volume
75	53000036335201193	MC 00077 2014 Araruna PA/RADCOM - 2 (dois) volumes
76	53000006756201017	MC 00083 2013 Tamarana PR / Licit/FM - 1 (um) volume
77	53000004706201097	MC 00084 2013 Argirita MG / Licit/FM - 1 (um) volume
78	53000003848201037	MC 00085 2013 Bandeira do Sul MG / Licit/FM - 1 (um) volume
79	53000043932201093	MC 00086 2013 Santa Fé do Araguaia TO / Licit/FM - 1 (um) volume
80	53790000837200155	MC 00087 2013 Torres RS / Licit/FM - 1 (um) volume

### Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

Ordem	NUP	Assunto
81	53790000837200155	MC 00088 2013 Tapejara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
82	53000002269201077	MC 00090 2013 Condeúba BA / Licit/FM - 1 (um) volume
83	53000060821201041	MC 00091 2013 Ipirá BA / Licit/FM - 1 (um) volume
84	53000012652200819	MC 00101 2012 Gravatá PE / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53103.000044/2000-56 com 2 (dois) volumes
85	53000008986201193	MC 00103 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume
86	53000064843200785	MC 00105 2012 Jataí GO / Renov/FM - 2 (dois) volumes
87	53000067686201065	MC 00106 2012 Santos SP / Renov/FME - 1 (um) volume
88	53740000559200211	MC 00111 2013 Araucária PR - FME - 1 (um) volume
89	53000034004200902	MC 00117 2013 Goiânia GO / Renov/OC - 2 (dois) volumes
90	53000065263200713	MC 00129 2012 Sahanduva RS / Renov/FM - 1 (um) volume
91	53000020768200406	MC 00132 2013 Osório RS - FME - 1 (um) volume
92	53000036097200730	MC 00144 2012 Santa Izabel do Oeste PR / Renov/OM - 1 (um) volume
93	53000024523200873	MC 00145 2012 Monte Azul Paulista SP / Renov/OM - 1 (um) volume
94	53000019707200901	MC 00148 2012 Poços de Caldas MG / Renov/OT - 2 volumes apenso processo 53710.000189/2002 com 1 volume e processo 53710.000793/1996 com 1 volume
95	53000010896200867	MC 00149 2012 Sobradinho RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53790.000305/1998 com 1 (um) volume
96	53000012106201183	MC 00151 2012 Concórdia SC / Renov/FM - 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
97	53000026993201096	MC 00156 2012 Rondonópolis RO / Renov/FME - 1 (um) volume
98	53720000299200041	MC 00156 2013 Pacajá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
99	53000014693200335	MC 00157 2012 Varginha MG / Renov/OM - 1 (um) volume
100	53720000299200041	MC 00157 2013 Jacundá PA / Licit/FM - 2 (dois) volumes
101	53000010790200863	MC 00158 2012 Santo Antônio de Pádua RJ / Renov/OM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53770.001066/1998-03 com 1 (um) volume
102	53720000225200277	MC 00158 2013 Limoeiro do Ajuru PA / Licit/FM - 1 (um) volume
103	53000056154201183	MC 00160 2013 Rio dos Cedros SC / RADCOM - 2 (dois) volumes
104	53000091533200652	MC 00161 2012 Araguaína TO / Renov/OT - 1 (um) volume
105	53000048738201266	MC 00161 2013 Uirapuru GO / RADCOM - 1 (um) volume
106	53000002920201271	MC 00162 2013 Bacabeira MA / RADCOM - 2 (dois) volumes
107	53000076774200671	MC 00163 2012 Catu BA / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53640.001298/1998-39 com 1 (um) volume
108	53000044548201016	MC 00164 2012 Campo Grande MS / Renov/FME - 2 (dois) volumes
109	53000027679201292	MC 00164 2013 Jequitibá MG / RADCOM - 3 (três) volumes
110	53000013790201030	MC 00165 2013 Montes Claros MG / RADCOM - 1 (um) volume
111	53000012984201018	MC 00166 2013 Ibiratã BA / RADCOM - 1 (um) volume
112	53000026544201129	MC 00169 2013 Embu-Guaçu SP / RADCOM - 1 (um) volume



### Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.

Ordem	NUP	Assunto
113	53000003387201264	MC 00171 2013 Princesa Isabel PB / RADCOM - 12 (doze) volumes
114	53000038016200655	MC 00173 2013 Amaporã PR / RADCOM - 1 (um) volume
115	53000054603201230	MC 00175 2013 Mutunópolis GO / RADCOM - 2 (dois) volumes
116	53000019859200814	MC 00179 2013 Carrasco Bonito TO / RADCOM - 1 (um) volume
117	53000006409200942	MC 00180 2013 Arneiroz CE / RADCOM - 2 (dois) volumes
118	53000046729201150	MC 00182 2012 Cassilândia MS / Renov/OM - 1 (um) volume
119	53000006481201011	MC 00185 2012 Jupi PE / Licit/FM - 1 (um) volume
120	53650000357200270	MC 00186 2012 Parambu CE / Licit/FM - 1 (um) volume
121	53000003644201004	MC 00187 2012 Lagoa da Prata MG / Licit/FM - 1 (um) volume
122	53790000211200068	MC 00188 2012 Chui RS / Licit/FM - 1 (um) volume
123	53000013513201027	MC 00190 2012 Campo Belo do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
124	53000008281200285	MC 00227 2012 Águas Belas PE / Licit/FM - 1 (um) volume
125	53000004483201068	MC 00228 2012 Glaucilândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
126	53000042680201085	MC 00229 2012 Olho D'Água PB / Licit/FM - 1 (um) volume
127	53000062713200716	MC 00230 2012 Joinville SC / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53820.000061/1998 com 1 (um) volume
128	53720000345200274	MC 00231 2012 Água Azul do Norte PA / Licit/FM - 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
129	53720000345200274	MC 00232 2012 Aurora do Pará PA / Licit/FM - 1 (um) volume
130	53000026644201074	MC 00237 2012 Angelândia MG / Licit/FM - 1 (um) volume
131	53000006271201015	MC 00238 2012 Betânia PE / Licit/FM - 1 (um) volume
132	53640000323199721	MC 00239 2012 Salvador BA / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53000.016821/2007 com 1 (um) volume
133	53000007818201008	MC 00241 2012 Rio Bonito do Iguaçu PR / Licit/FM - 1 (um) volume
134	53000045150201099	MC 00242 2012 Santa Rosa do Sul SC / Licit/FM - 1 (um) volume
135	53000058819200979	MC 00247 2012 Olho d'Água das Cunhãs MA / Licit/FM - 1 (um) volume
136	53740000259200223	MC 00249 2012 Matos Costa SC / Licit/FM - 1 (um) volume
137	53000005447201011	MC 00250 2012 Maturéia PB / Licit/FM - 1 (um) volume
138	53740000282200218	MC 00251 2012 Iomerê SC / Licit/FM - 1 (um) volume
139	53000026104201091	MC 00252 2012 Paranapuã SP / Licit/FM - 1 (um) volume
140	53000042099201063	MC 00267 2012 Bom Jesus PI / Licit/FM - 1 (um) volume
141	53830000286200297	MC 00269 2012 Jaci SP / Licit/FM - 1 (um) volume
142	53790001359199707	MC 00272 2012 Igrejinha RS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.051345/2004-72 com 1 (um) volume
143	53000015250200523	MC 00278 2012 Viamão RS / Renov/FM - 1 (um) volume
144	53000019342200825	MC 00290 2012 Aquidauana MS / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53700.000177/1998-18 com 1 (um) volume

**Exposições de Motivos a serem devolvidas para oitiva dos novos Titulares das Pastas.**

Ordem	NUP	Assunto
145	53000005831201103	MC 00291 2012 Itabaiana SE / Renov/FM - 1 (um) volume
146	53000039692201022	MC 00292 2012 Estreito MA / Licit/FM - 1 (um) volume
147	53830000887199862	MC 00874 2011 Presidente Venceslau SP / Renov/FM - 1 (um) volume Apensado processo nº 53000.014729/2008-95 com 1 (um) volume
148	53790000368200093	MC 00889 2011 Itaara RS / Licit/FM - 1 (um) volume
149	53000001057199706	MC 00294 2012 Canguçu RS - cancelamento de outorga FM - 2 (dois) volumes
150	53000000039200425	MC 00159 2012 Rio Grande RS - Renov/FM - Retificação de Portaria - 1 (um) volume
151	53000022272200892	MC 00174 2012 Divinópolis MG / Renov/FM - 2 (dois) volumes Apensado processo nº 53710.000610/199/-04 com 1 (um) volume



# ANEXO II CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	DATA LIMITE	RESPONSÁVEL
Apresentação da documentação para contratação	21/12/2012	Governo Estadual ou Municipal
Contratação das operações	21/12/2012	CAIXA e Governo Estadual ou Municipal
Apresentação da documentação técnica para análise da CAIXA*	28/01/2013	Governo Estadual ou Municipal
Cumprimento das exigências para realização do primeiro desembolso de recursos	12 meses a partir da contratação da operação, prorrogável na mesma por igual período	Governo Estadual ou Municipal

\* Este prazo não se aplica aos termos de compromisso cujo proponente optou por licitar utilizando a modalidade de contratação integrada do Regime Diferenciado de Contratação Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

## PORTARIA Nº 601, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, bem como no § 3º, art. 1º, da Portaria nº 75, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 8 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Renomear os limites orçamentários para despesas com diárias, passagens e locomoção, constantes do Anexo da Portaria nº 134, de 22 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 58, de 23 de março de 2012, seção I, página 109, e alterados pela Portaria nº 490, de 27 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 189, de 28 de setembro de 2012, seção I, página 107, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

## ANEXO

### LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO

UNIDADE	ACRÉSCIMO/REDUÇÃO	R\$ 1,00
SECRETARIA EXECUTIVA	79.000	1.076.650
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	70.000	630.000

## CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

### RETIFICAÇÃO

Na Deliberação nº 131, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2012, Seção 1, Página 183, onde se lê: "O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e;" Leia-se: "O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, 'ad referendum' do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e;"

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

### ATO Nº 7.262, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.003962/1998. Declarar extinta, por motivo de renúncia, a partir de 4 de abril de 2012, a concessão outorgada à empresa TELEVISÃO CIDADE S/A, CNPJ/MF nº 01.673.744/0001-30, referente à exploração do Serviço de TV a Cabo na Área de Prestação de Serviço, no estado do Rio Grande do Sul, expedida por meio do Ato nº 2.190, de 29 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1998, sem prejuízo da apuração de eventuais infrações cometidas pela concessionária ou a cobrança de valores devidos. A renúncia não desonera a empresa de suas obrigações para com terceiros, inclusive as firmadas com a Anatel.

JARBAS JOSÉ VALENTE  
Presidente do Conselho  
Substituto

### ATO Nº 7.430, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.011774/2011. Renova, com efeitos retroativos a 14 de dezembro de 2011, a concessão para exploração do serviço de TV a Cabo na Área de Prestação do Serviço de Caringa/MG, expedida à SUPER CABO TV CARATINGA LTDA., CNPJ/MF nº 64.388.762/0001-90, por meio da Portaria nº 1.924, de 5 de dezembro de 1996, publicada no DOU de 13 de dezembro de 1996, e formalizada por meio do Contrato de Concessão para exploração do serviço de TV a Cabo. Adapta a referida concessão para Autorização para exploração do Serviço de Acesso Condicionado.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.444, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.011614/2012. Expedir autorização à CABO COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 13.973.076/0001-45, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Área de Abrenúncia do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.508, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.016837/2008. Autorizar as operações de acesso parcial da DATORA TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 39.493.486/0001-11, autorizada a explorar o Serviço Móvel Pessoal - SMP por meio de Rede Virtual (RVR-SMP), e de transferência do Termo de Autorização nº 049/2011/PVCP/SPV-ANATEL para a empresa resultante da cisão. A aprovação não exige a Requerente do cumprimento das demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra submetida perante outros órgãos.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

### DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 19 de novembro de 2012

Nº 6.952/2012 - CD - Processo nº 53500.022274/2009 e apenso nº 53500.002525/2009.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com Pedido de Efeito Suspensivo apresentado pela TRANSIT DO

## Ministério das Comunicações

### GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 493, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000783/2000, Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RAINHA FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Mandaguá, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

#### PORTARIA Nº 497, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000857/2000, Concorrência nº 092/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA RCL COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

### DESPACHO DO MINISTRO

Em 13 de dezembro de 2011

Tendo em vista os recursos interpostos contra decisão da Comissão de Licitação, que habilitou a proponente TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA. na Concorrência nº 068/2009-SSR/MC, para a localidade de Aracaju, no Estado de Sergipe, acolho o PARECER nº 895/2011/TFCC/GC/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a conhecer dos recursos e negar-lhes provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

PAULO BERNARDO SILVA

### ANEXO ÚNICO

#### RECURSOS - CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS

Nº DA CONCORRÊNCIA SSR/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE	RECORRIDA
068/2009	SE	ARACAJU	TV	GBTV TELEVISÃO LTDA	TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA
068/2009	SE	ARACAJU	TV	REDE 31 COMUNICAÇÕES LTDA	TELEVISÃO PANAMERICANA LTDA

BRASIL LTDA., CNPJ/MF nº 02.868.267/0001-20, Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC - nas Áreas de Prestação equivalentes à Região III do Plano Geral de Outorgas - PGO, e nas Áreas de Numeração 21, 31, 35, 41, 47, 49, 51, e 54 identificadas no Plano Geral de Códigos de Numeração (PGCN), em face da decisão exarada pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.211/2012-CD, de 06 de agosto de 2012, decidiu, em sua Reunião nº 674, realizada em 8 de novembro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 494/2012-GCIV, de 1º de novembro de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 3 de dezembro de 2012

Nº 7.244/2012-CD - Processo nº 53542.002010/2005 e apensos.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A, CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado na Região II do Plano Geral de Outorgas, contra decisão exarada pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 5.293/2010-CD, de 30 de junho de 2010, nos autos dos processos em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 677, realizada em 29 de novembro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 39/2012-GCMP, de 23 de novembro de 2012.



BOM DIA  
FERNANDA GOMES DA SILVA  
Sistemas  
Interativos

Menu Principal ▼

SRD :: Sistema de Controle de Radiodifusão | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

**Tela Inicial** | **Resultado da Consulta**

## Consulta Geral FM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<u>242</u>	RAINHA FM LTDA - ME	PR	Mandaguçu	FM	C	
Usuário: fernandag.mc - FERNANDA GOMES DA SILVA		Data: 22/06/2015		Hora: 10:16:33		
Registro 1 até 1 de 1 registros				Página: [1] [Ir] [ ] [Reg] [ ]		

 **Menu Principal** ▾

SRD | Internet | tela | menu | ajuda

**Consulta Geral - FM****Identificação do Canal PB****UF:** PR  
**Município:** Mandaguçu  
**Frequência:** 96,3 MHz  
**Classe:** C  
**Canal:** 242**Distrito:**  
**Sub Distrito:**  
**Local Específico:**  
**Fase:** C - Aguardando deliberação Cong. Nac.**Dados da Entidade****Entidade:** RAINHA FM LTDA - ME  
**Nome Fantasia:** RAINHA FM  
**Nº Estação:**  
**Primeiro**  
**Licenciamento:****Fistel:** 50410111090  
**CNPJ:** 03.884.799/0001-14  
**Situação:** Entidade não possui débitos  
**Último**  
**Licenciamento:**☐ **Dados do Plano Básico****Ocupante do Canal****Entidade:** RAINHA FM LTDA - ME  
**Fase:** C - Aguardando deliberação Cong. Nac.**Nº Fistel:** 50410111090**Coordenadas Geográficas do Município****Município:** Mandaguçu/PR**Latitude:** **Longitude:** **Raio:** **Coordenadas Geográficas****Latitude:**  °  '  "  Sul **Longitude:**  °  '  " **Local Específico:** **Coordenada**  
**pré-fixada?:**  Não **Características****Canal:** 242**Frequência:** 96,3**Classe:** **Canal Educativo?:** **Limitações****Limitações:**  Sim  Não**Potência Determinada****Não possui Potência Determinada.****Histórico / Observações****Histórico:**

RESOLUCAO ANATEL 125/99

**Máximo:** 250 **Digitados:** 23**Observação:****Máximo:** 250 **Digitados:** 0☐ **Dados da Outorga**



## Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: RAINHA FM LTDA - ME

Nome Fantasia: RAINHA FM

Tipo de Usuário: Integral

## Endereço Sede

País: Brasil

Cep: 87160000

Número: 68-A

Município: Mandaguçu

Telefone:

Logradouro: RUA BERNARDINO BOGO

Complemento:

Distrito:

Bairro: CENTRO

SubDistrito:

Fax:

UF: PR

## Endereço de Correspondência

Não Cadastrado

Telefone:

Fax:

E-mail:

## Nome Fantasia

Nome Fantasia

## Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:

Data Publicação  
Contrato/Convênio:

SCRAD Técnico:

Data Limite

Instalação:

Número do Processo:

Fistel: 50410111090

## Documentos Emitidos

### Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	21/12/2012	Outorga
						Jur.

 **Menu Principal** ▾SIACCO » Consultas Gerais » *Consolidado Participação e Composição* | internet | tela | menu | ajuda **Dados da consulta** |  **Consulta**

## Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CNPJ**CNPJ:** 03.884.799/0001-14

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** fernandag.mc - FERNANDA GOMES DA SILVA**Data:** 22/06/2015**Hora:** 10:17:08

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica**  
**Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**

**REFERÊNCIA: Processo nº 53740.000783/2000-32. Concorrência nº 090/2000-SSR/MC.**

**INTERESSADO: RAINHA FM LTDA**

Tendo em vista a necessidade de reenvio, à Casa Civil da Presidência da República, de cópia do processo em referência que trata da outorga de permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná, que retornou daquela Casa, por meio do Ofício nº 37/2015 - SUPAR/SRI, para oitiva do atual Ministro, encaminho nova minuta de Exposição de Motivos, ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, para providências quanto ao prosseguimento do feito.

**MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

**MC      EM**

Brasília,      de      de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a RAINHA FM LTDA (Processo nº 53740.000783/2000-32) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 09/11/2012, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 21/12/2012.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Joao Paulo Saraiva de Andrade, Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas**, em 29/06/2015, às 16:50, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0564849** e o código CRC **8B52E944**.

#### **Minutas e Anexos**

Não Possui.

Criado por fernanda.silva, versão 3 por alicionete em 29/06/2015 16:16:08.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a RAINHA FM LTDA (Processo nº 53740.000783/2000-32) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 09/11/2012, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 21/12/2012.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**RICARDO BERZOINI**

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 30/07/2015, às 14:27, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.  
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0582232** e o código CRC **EC08F403**.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 30/06/2015 10:15:00.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

**DESPACHO**

**PROCESSO Nº: 53740.000783/2000-32**

De ordem, remeto os autos ao SEDOC para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Alicionete da Silva Luz, Agente Administrativo**, em 31/07/2015, às 10:58, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0636232** e o código CRC **BEA4852F**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Criado por rosemeire, versão 2 por rosemeire em 31/07/2015 10:28:36.



**Assunto:** Alteração da numeração da EM

**De:** Sidof@planalto.gov.br

**Data:** 06/08/2015 19:43

**Para:** renata.checchio@comunicacoes.gov.br, wendy.araujo@comunicacoes.gov.br,  
emilio.oliveira@comunicacoes.gov.br, leandro.cardoso@comunicacoes.gov.br

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
ALTERAÇÃO DA NUMERAÇÃO DA EM

EM MC 00002 2013 Mandaguáçu PR / Licit/FM foi arquivada por ter sido gerada no ano de 2013 e encaminhada para a PR no ano 2015.

Uma nova EM foi gerada para o ano de 2015 e encaminhada para a Presidência: EM MC 00247 2015 Mandaguáçu PR / Licit/FM

Brasília, 6 de Agosto de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº090/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Mandaguaçu, Estado do Paraná.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 6 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 7 subsequente e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância à Lei nº8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação específica de radiodifusão, concluiu que a RAINHA FM LTDA (Processo nº 53740.000783/2000-32) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, homologado em 09/11/2012, motivo pelo qual outorgo a permissão, na forma da Portaria nº 493, de 19 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 21/12/2012.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Ricardo Jose Ribeiro Berzoini*

INTERESSADO : RÁDIO MOCIDADE FM LTDA

ASSUNTO : Concorrência 090/2000. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada para as localidades de Mariópolis, Manoel Ribas e Mandaguaçu, todas no Estado do Paraná. Homologação para Mandaguaçu/PR tornada sem efeito para apreciação de manifestações da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

**I - LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR:**

A)Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Princípio da *pas de nullite sans grief*: não há nulidade sem efetivo prejuízo. Apreciação da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Já se oportunizou o contraditório.

B)Prevalece a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já implementada desde 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000). Mantida a desclassificação superveniente da entidade.

C)Pelo conhecimento e não provimento da atual manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

D)Pelo conhecimento e provimento da atual manifestação de RAINHA FM LTDA.

E)Pela homologação da concorrência 090/2000, localidade de Mandaguaçu/PR, com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA.

**II-LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR:** Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito para esta localidade.

**III- LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR:** faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art.43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada de procurador coincidente das entidades RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA e PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

Senhor Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica,

1. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica os processos da Concorrência nº 090/2000 - CEL/MC em referência, cujo objeto é a outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, para as

localidades de Mariópolis, Manoel Ribas e Mandaguaçu, no Estado do Paraná.

#### LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR

2. Antes de mais nada, é mister ressaltar que a concorrência 090/2000, para a localidade de Mandaguaçu/PR, havia sido homologada com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA, na data de 28 de abril de 2010, com publicação no DOU de 29 de abril de 2010.

3. Todavia, sobreveio a NOTA Nº 0718-2.17/2010/KMM/CONJUR-MC/AGU, de 04 de maio de 2010, a qual detectou que havia recurso interposto por RÁDIO MOCIDADE FM LTDA contra sua eliminação no certame que não teria sido devidamente apreciado e que estaria, outrossim, pendente, com necessidade de que fosse analisado antes da homologação da concorrência. Por conseguinte, a mesma Nota jurídica opinou por tornar sem efeito a homologação que contemplava RAINHA FM LTDA, providência esta adotada pelo despacho ministerial publicado no DOU de 25/05/2010 a fim de que se analisassem as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

4. A desclassificação superveniente de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA estava ancorada na tese de que tal entidade não poderia ter feito alterações de seu contrato social no curso do procedimento licitatório, uma vez que os novos sócios ingressantes não teriam sido devidamente habilitados, e, qualquer documento novo relativo a estes esbarraria na vedação do item 4.4 do edital e do art.43, §3º da Lei 8.666/93. Tal argumentação foi tecida no PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008. Insta salientar, entretanto, que o parecer somente veio a corroborar com a exclusão de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da disputa, mas que esta entidade já se encontrava eliminada conforme aviso da Comissão de Licitação publicado em 08/03/2007 (fl. 98 do processo 53740.000766/2000).

5. Necessário que se relatem os acontecimentos. A primeira alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA reduzira o capital social da licitante de R\$ 50.000,00 para R\$ 5.000,00 (fl. 03 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000), ingressou na sociedade a sra. MARIA ODETE BORTOLINI, retirando-se o sócio DELCIR DA SILVA ROCHA. Na oportunidade, a administração da empresa permaneceu com o sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN. Consta o registro na Junta Comercial do Paraná, datado de 12/12/2006.

6. Seguiu-se a segunda alteração contratual de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fl.11 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000). Ingressa na sociedade MAYURI MENDES MARTINS, com a retirada do sócio ORLANDO JOÃO ZENARO MANIN, o qual lhe transfere suas cotas. A gerência passa às mãos de MARIA ODETE BORTOLINI. Não consta registro na Junta Comercial. A respeito desta alteração, posteriormente, a empresa veio justificar-se que nunca se efetivou, porquanto não fora arquivada na Junta Comercial.

7. Por fim, nomeou-se procurador com poderes de administrador, sr. ROBINSON DE OLIVEIRA.

8. Primeiramente a Comissão de Licitação e, em seguida, a Consultoria Jurídica, como já dito, manifestaram-se nos autos pela violação ao artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93. O aludido dispositivo legal aponta para a proibição de inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta da licitante.

9. Inconformada, a licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA apresentou manifestações nos autos (fls. 100-101 e 112-113 do processo 53740.000766/2000 e 26-27 do processo 53000.095841/2006, anexado ao processo 53740.000766/2000 ).

10. Em suma alega que as alterações observaram a legislação vigente, mormente a Lei 10.610/2002, que não solicitaram inclusão de documento novo, apenas remetem alteração contratual a ser homologada; que outros documentos são previstos no Edital para serem ofertados após a apresentação das propostas, a exemplo das declarações que prorrogavam a validade das propostas; que há parecer da Consultoria Jurídica permitindo alterações e que sua desclassificação causaria dano ao interesse público; menciona casos de alteração contratual de outras empresas, inclusive com substituição de gerente, os quais teriam sido aceitos pela Comissão Especial de Licitação.

11. Observa-se que o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008 analisou a primeira e a segunda manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

12. Após o aludido parecer, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA ofertou cerca de mais seis manifestações, todas com conteúdo semelhante. Sendo assim, segundo o entendimento desta Consultoria Jurídica e da Comissão de Licitação da época, o deslinde teria realmente sido a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA no certame, visto que houve pronunciamento daquelas unidades do Ministério das Comunicações, devidamente justificadas a tratar do tema. Sobreveio julgamento ministerial em 22/12/2008 pelo conhecimento e não provimento das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls.228 e 240 do processo principal).

13. Acredito, portanto, que tenha operado a preclusão consumativa, como a seguir se delinea.

14. A preclusão pode ser temporal (quando se perde o prazo), consumativa (quando o ato que se pretende atacar já se consumou, tornando impossível repeti-lo) ou lógica (quando o ato que se pretende atacar foi praticado de certa forma, impedindo-se que ele seja refeito de outra).

15. Para Luiz Guilherme Marinoni:

[...] a preclusão consiste - fazendo-se um paralelo com figuras do direito material, como a prescrição e a decadência - na perda de "direitos processuais", que pode decorrer de várias causas. Assim como acontece com o direito material, também no processo a relação jurídica estabelecida entre os sujeitos processuais pode levar à extinção de direitos processuais, o que acontece, diga-se, tão freqüentemente quanto em relações jurídicas de direito material. A preclusão é o resultado dessa extinção, e é precisamente o elemento (aliado à ordem legal dos atos, estabelecida na lei) responsável pelo avanço da tramitação processual<sup>1</sup>.

16. Em outros termos, a preclusão torna a decisão administrativa irrecorrível, visto que se o processo busca atingir determinada finalidade, deve ser evitado que se perpetue indefinidamente. Com maior razão quando se trata de processo administrativo que envolve interesse público, indisponível e da maior relevância.

17. Com efeito, conclui-se que o recurso administrativo corporifica o próprio direito de petição quando é interposto, ou seja, se o recurso administrativo foi ofertado, logo o direito de petição foi exercido. Não se pode renovar a possibilidade de manifestação indefinidamente.

18. Logo, as demais manifestações com conteúdo semelhante, sequer mereceriam ser conhecidas. Ensina-nos Nelson Nery Jr. [in Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante. 7. ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 2003. p. 578] que preclusão é a perda da faculdade de praticar ato processual. No que concerne especificamente à preclusão consumativa, acrescenta:

*Diz-se consumativa a preclusão, quando a perda da faculdade de praticar o ato processual decorre do fato de já haver ocorrido a oportunidade para tanto, isto é, de o ato já haver sido praticado e, portanto, não pode tornar a sê-lo.*

19. Também é mister salientar que, como dito, o entendimento desta Pasta Ministerial à época, era de que teria ocorrido violação do subitem 4.4 do instrumento convocatório, bem como do art.43, §3º da Lei 8.666/93 pela licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, o que justificaria sua exclusão do pleito. Logo, se as manifestações tivessem sido examinadas naquele momento (digo as manifestações que se seguiram às duas primeiras julgadas pelo Ministro como improcedentes), o resultado inevitável teria sido pela manutenção da eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA da concorrência 090/2000. O sistema processual brasileiro contém regra originária do Direito francês da *pas de nullité sans grief*, positivada no ordenamento jurídico brasileiro no art.249, §1º, CPC e recepcionada pela CF/88, notadamente quando assegura ao cidadão o direito de razoável duração do processo no âmbito administrativo (art. 5º, LXXVIII), segundo a qual não há nulidade processual sem efetivo prejuízo. Assim, não poderia ter-se efetivado a

<sup>1</sup>MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. p. 665.

anulação da homologação e adjudicação da concorrência 090/2000 que contemplava RAINHA FM LTDA, visto que, aplicada a tese vigente à época dos fatos, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA realmente restaria eliminada e RAINHA FM LTDA realmente teria se sagrado vencedora. Ou seja, o resultado prático teria sido o mesmo, não teria ocorrido qualquer prejuízo para RÁDIO MOCIDADE FM LTDA pela pendência de apreciação de suas manifestações, porque ainda que fossem analisadas, da mesma forma, a entidade teria sido alijada do certame. Tal raciocínio afasta, portanto, qualquer prejuízo na ausência de apreciação das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (digo as manifestações que se seguiram às duas primeiras julgadas pelo Ministro como improcedentes) naquela época, o que nem deveria ter sido feito em razão da preclusão consumativa, mas se a análise existisse, mesmo assim, o resultado alcançado seria idêntico. O PARECER Nº 696/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU somente foi elaborado anos depois, logo, não expressa o entendimento da época e não alcançaria a situação.

20. Por derradeiro, por extrema cautela, reviu-se a documentação de habilitação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA e constatou-se que havia vício a corroborar com sua eliminação no certame. Observa-se à fl. 13 do processo 53740.000766/2000, que o capital integralizado de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA era de apenas R\$ 1.000,00 (mil reais). O edital, no subitem 5.3.3, exigia que o patrimônio líquido das licitantes fosse de no mínimo 10% (dez por cento) do preço mínimo da outorga. Para Mandaguáçu/PR, o preço mínimo era de R\$10.780,00 (dez mil e setecentos e oitenta reais). Logo, o patrimônio líquido mínimo seria de R\$ 1.078,00 (um mil e setenta e oito reais). Considerando que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA somente integralizara R\$ 1.000,00 (mil reais) de seu capital social, nota-se a violação ao instrumento convocatório.

21. Embora nas demonstrações contábeis a parcela do capital social ainda não realizada figure como crédito a realizar, e nesse contexto o sócio é devedor e a empresa é credora, constituindo, pois, parcela de caráter patrimonial, esta jamais integrou efetivamente os bens da sociedade, existindo apenas como uma mera expectativa patrimonial prevista no contrato social, inclusive, podendo nunca vir a ser integralizado. Tanto é assim que o próprio Código Civil de 2002 previu essa possibilidade, no seu art. 1.004 e parágrafo único, abaixo colacionado:

*Art. 1.004. Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.*

*Parágrafo único. Verificada a mora, poderá a maioria dos demais sócios preferir, à indenização, a exclusão do sócio remisso, ou reduzir-lhe a quota ao montante já realizado, aplicando-se, em ambos os casos, o disposto no § 1º do art. 1.031.*

22. É verdade que nessa situação o sócio remisso, a critério dos demais sócios, poderá arcar com as perdas e danos da sociedade. Mas isto é apenas uma consequência natural do seu inadimplemento, o que, por regra, ocorre em todas as hipóteses de danos. O que importa realmente aqui ressaltar é a possibilidade de nunca vir a ser realizado o capital social subscrito no contrato social, na sua integralidade.

23. Na hipótese do dispositivo acima transcrito, parágrafo único, resta expresso que os demais sócios podem optar pela redução do capital social na parte que falta para a sua integralização. Isto prova que a parcela não integralizada, por ser fictícia, não pode ser tida propriamente como patrimônio da sociedade para efeito de comprovação da sua real capacidade econômico-financeira.

24. Os fundamentos acima expendidos já bastariam para nos levar à conclusão de que a parcela do capital social não integralizado constitui mera promessa patrimonial, não podendo ser levado a efeito para os fins da atividade empresarial, sobretudo no que se refere à *habilitação econômico-financeira da empresa em procedimentos licitatórios*, por envolver normas de Direito Público, portanto, de caráter indisponível. Porém, impõe que façamos uma análise mais específica no que diz respeito à comprovação de patrimônio líquido.

25. Como já ressaltadas linhas atrás, a análise suplanta as fronteiras do Direito, indo este abeberar nas vertentes das Ciências Contábeis, para então destacar uma simplória definição de patrimônio líquido que, para os fins licitatórios, em caso de compras para entrega futura e execução de obras e serviços, pode ser exigida a sua comprovação quando da aferição da idoneidade econômico-financeira das licitantes, habilitando ou inabilitando-as para uma possível contratação com o Poder Público.

26. A doutrina define o patrimônio líquido como os valores que os sócios possuem na empresa, num dado momento, resultando do confronto entre as contas do ativo e as contas do passivo, sendo representado pelo capital social e pelos lucros acumulados.



27. O tema é tratado pela Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, também conhecida como "Lei das Sociedades Anônimas":

*Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.*

*[...];*

*§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:*

- a) passivo circulante;*
- b) passivo exigível a longo prazo;*
- c) resultados de exercícios futuros;*
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.*

28. Como se vê, o grupo de contas do patrimônio líquido representa os valores próprios da empresa, ou seja, os valores para os quais não existe exigibilidade, ninguém irá cobrar, a não ser os sócios, formado, portanto, pelos subgrupos, CAPITAL SÓCIAL; RESERVAS DE CAPITAL; RESERVAS DE REAValiação; RESERVAS DE LUCROS e LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.

29. A referida lei ao tratar do patrimônio líquido, define-o como o capital social subscrito subtraído do capital social a realizar, como se vê:

*Art. 182. A conta do capital social discriminará a montante subscrita e, por dedução, a parcela ainda não realizada.*

30. Capital social subscrito é o montante pelo qual se comprometem os sócios. Contudo, é preciso lembrar que nem sempre a empresa pode dispor dessa totalidade constante do contrato social, tendo em vista a possibilidade de uma parte só vir a ser efetivada em momento posterior à constituição da sociedade, portanto, podendo ser composto de uma parte real (valores integralizados no ato da constituição da sociedade) e de uma parte fictícia (valores a serem não integralizados posteriormente).

31. Pelo dispositivo legal acima destacado, vê-se que na conta do capital social será discriminado todo o montante subscrito no contrato social, deduzindo-se, porém, a parcela ainda não integralizada.

32. Destarte, o comando legal vem apenas confirmar, no plano normativo, o entendimento corrente no plano das concretudes, excluindo da conta do capital social e, pois, do patrimônio líquido, a parcela subscrita, mas ainda não integralizada pelos sócios. E isto, evidentemente, porque, enquanto assim permanecer, tal parcela não estará disponível no universo do patrimônio da empresa. Será mera expectativa patrimonial.

33. A propósito da matéria, cabe citar o recente pronunciamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, julgado de 22/08/2007, traduzido pela seguinte ementa:

**ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - IDONEIDADE FINANCEIRA DE LICITANTE IMPUGNADA - RECURSO ADMINISTRATIVO PENDENTE.**

**1. A fase inicial da licitação, consubstanciada na habilitação das concorrentes, sofreu impugnação com a interposição de três recursos administrativos, não examinados.**

**2. Procedimento licitatório que, em continuidade, seguiu os seus trâmites até a abertura das propostas, sem solucionar o recurso administrativo pendente.**

**3. Afasta-se a tese da prescrição porque o termo inicial só passa a fluir da data do julgamento do recurso que impugnou ato pretérito.**

**4. Na apuração do capital social de uma empresa em licitação, considera-se inclusive o capital a ser integralizado, porque figura os créditos da sociedade como ativo. (Negritamos).**

**5. Entretanto, se a parte integralizada do contrato não atende ao mínimo exigido no edital, considera-se a empresa, financeiramente, inidônea. (Negritamos).**

6. Situação da empresa apelante que, de um capital de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), só tinha como capital integralizado R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em desobediência ao mínimo exigido, 10 % (dez por cento).

7. Segurança concedida. (MS 12.592/DF, STJ, Relator: Ministra Eliana Calmon, DJ 10.09.2007).

34. Convém acrescentar que o julgado acima citado não adentrou na análise da matéria objetivamente, restringindo-se aos contornos da demanda, como é próprio das apreciações judiciais, esclarecendo que o capital social, mesmo na pendência de integralização, não pode ser de todo desprezado na apreciação da idoneidade financeira da empresa, porquanto constitui crédito da empresa. Contudo, é preciso avaliar se a parte integralizada é capaz de fazer funcionar o empreendimento sem comprometer o objeto do contrato a ser firmado com o Poder Público como resultado do procedimento licitatório.

35. Como surgira nova questão, isto é, de que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA não obedeceria aos ditames do subitem 5.3.3 do edital, facultou-se novamente o contraditório e a ampla defesa prévios, antes de se pronunciar sobre a situação de RAINHA FM LTDA.

36. Sobreveio a manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls.191/193 do processo 53740.000766/2000). Alega-se, em suma, que ultrapassada a fase de habilitação não cabe eliminação de concorrente por razões afetas à documentação de habilitação (subitem 9.7 do edital), que não havia qualquer ilegalidade e que já se passaram doze anos da coisa julgada administrativa; por fim, dispõe sobre o efeito suspensivo dos recursos.

37. Os argumentos não merecem prosperar.

38. Com relação a não mais caber inabilitação ultrapassada a respectiva fase, não se trataria, neste momento de inabilitação, mas de anulação do ato de habilitação, por ocasião da fase de homologação. Tal proceder é pacificamente aceito na doutrina e jurisprudência, tanto que é previsto na súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

39. A alegação de que não havia qualquer ilegalidade também não vinga, visto que, segundo o entendimento jurídico esboçado à época dos fatos, foram violados os subitens 4.4 e 5.3.3 do edital, ambos com amparo na Lei 8.666/93.

40. Por fim, suscita-se que já se passaram doze anos e que se impõe a coisa julgada administrativa.

41. Primeiramente, cite-se que o resultado de habilitação que considerou RÁDIO MOCIDADE FM LTDA como HABILITADA, data de 19/09/2000 (fl.106 do processo principal).

42. Foram interpostos recursos contra a habilitação da entidade, cujo julgamento ocorrera em 11/04/2001 (fl. 172 do processo principal).

43. Apesar disto, em 15/12/2003, foi elaborada a NOTA/MC/CONJUR/BMF Nº 1211-2.22/2003 (fl. 193 do processo principal), a qual apontava equívocos no procedimento recursal, o que implicaria NULIDADE do julgamento procedido em 11/04/2001, visto que sequer foi concedida a oportunidade de impugnação aos recursos ofertados, o que fere, inclusive, o direito ao contraditório (artigo 5º, LV, da Constituição da República).

44. Nesse diapasão, em 02/02/2006, foram reabertos os prazos, facultadas as impugnações (fls.197/198 do processo principal). Logo, estaria NULO o julgamento anterior dos recursos, demandando novo julgamento que também levasse em conta as impugnações ofertadas.

45. Em 08/03/2007, a Comissão de Licitação publicou ato que inabilitava RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fl. 98 do processo 53740.000766/2000). Embora tenha sido denominada inabilitação, na verdade, tratava-se de DECLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE (artigo 43, §5º da Lei 8.666/93), uma vez que se embasava em alteração contratual efetivada após a habilitação, por violação ao subitem 4.4 do edital e artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, como já explanado nesta peça.

46. Às fls. 100/101 do processo 53740.000766/2000, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA recorre exatamente desta sua eliminação no certame. O recurso foi protocolado em 15/03/2007. Oferta-se nova manifestação às fls. 112/113 do processo 53740.000766/2000, com protocolo em 28/04/2007. Seguiu-se o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº2691-2.21/2008, exarado em 28/11/2008 (fls.111/119 do processo 53740.000766/2000). O parecer opinava pelo conhecimento e NÃO provimento das manifestações. O Ministro de Estado acolheu o parecer, julgando improcedentes as manifestações em 22/12/2008 (fl. 142 do do processo 53740.000766/2000). Portanto, PREVALECEU A ELIMINAÇÃO DE RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, ocorrida em 08/03/2007.

47. Menciones-se que o despacho do presidente da antiga CEL (fl.120 do processo 53740.000766/2000), menciona o julgamento dos recursos ocorrido em 11/04/2001, que, como já explicado neste parecer, era NULO!

48. O novo julgamento dos recursos em fase de habilitação deu-se em 22/12/2008 (fls.228 e 240 do processo principal). Tal julgamento é que foi o julgamento VÁLIDO, uma vez que o primeiro julgamento não obedeceu aos preceitos constitucionais do contraditório (art.5º,IV) e, por conseguinte, não facultou impugnações aos recursos, sendo então o primeiro julgamento fulminado pela NULIDADE.

49. Por ocasião do julgamento de propostas técnicas, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA foi classificada em 13/04/2009(fl. 150 do processo 53740.000766/2000), já que não prosperara nenhum recurso contra sua habilitação. Porém, ela já estava excluída do certame e mantida sua desclassificação superveniente, após julgamento de suas manifestações, o ato foi equivocado. Isto é, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já estava eliminada do certame e nem deveria ter tido seus envelopes de proposta técnica abertos.

50. Necessário citar dispositivo legal para entender a dinâmica do feito e das manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. A Lei 8.666/93 assevera em seu artigo 109:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

c) anulação ou revogação da licitação;

d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;  
(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (Grifos nossos).

51. Observa-se que as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, como dito, não eram afetas a INABILITAÇÃO propriamente, mas a DESCLASSIFICAÇÃO SUPERVENIENTE, visto que não se motivou sua eliminação em vícios de habilitação, mas em fato superveniente, isto é, alteração contratual da empresa. Portanto, as manifestações não se encaixariam nas hipóteses do artigo 109, inciso I, alínea "a", mas no inciso II que versa sobre representação em caso de decisão de que não caiba recurso hierárquico. Ou seja, cabe representação quando não haja previsão de recurso específico, como era o caso. A representação não tem efeito suspensivo, como asseverado no §2º do art.109 da Lei 8.666/93. Sendo assim, prevalecia a decisão de ELIMINAÇÃO da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, até ulterior julgamento de suas manifestações, que confirmou a desclassificação em 22/12/2008.

52. Nessa esteira, equivocada a classificação da proposta técnica de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Apercebendo-se do equívoco, a CEL publicou despacho (fl. 152 do processo 53740.000766/2000) com o seguinte teor:

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 1.028, de 21 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 22.12/2006, e suas alterações, em conformidade com o(s) edital(s), tendo em vista a decisão do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, que acatando o PARECER/MC/CONJUR/TFC/Nº 2691-2.21/2008, de sorte a conhecer das manifestações e negar-lhes provimento da licitante RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, TORNA SEM EFEITO sua classificação na fase de avaliação de propostas técnicas na concorrência 090/2000-SSR/MC, localidade de Mandaguáçu/PR, publicada no Diário Oficial da União nº 69, de 13/04/2009, contido no Aviso às fls. 65, Seção 3.

53. Assim, resume-se o quadro. RÁDIO MOCIDADE FM LTDA foi habilitada no certame em 19/09/2000 (fl.106 do processo principal). Somente houve julgamento VÁLIDO de recursos de habilitação EM 22/12/2008 (fls. 228 e 240 do processo principal). No meio do caminho, a entidade fora ELIMINADA (desclassificação superveniente) por outro motivo não relacionado propriamente à habilitação, isto é, por alterar seus quadros societários e, conseqüentemente, violar o subitem 4.4 do edital e o artigo 43, §3º da Lei 8.66/93. A eliminação foi realizada em 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000).

54. Esclarecido isto, examine-se a questão da coisa julgada administrativa (argumento suscitado na novel manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA) e da decadência.

55. Inicia-se a discussão com o exame do teor do artigo 54 da Lei 9784/99 ; *in verbis*:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato. (Grifamos).

56. Acerca da possibilidade ou não de revisão em decorrência de lapso temporal, cite-se que esta Consultoria Jurídica considerava a posição do e. Tribunal de Contas da União, Acórdão 2264-42/2008-Plenário, que ora se sintetiza com a seguinte conclusão, *in verbis*:

(...)

60. Conclui-se, por todo o exposto, pela impossibilidade de aplicação da "prescrição administrativa" a atos irregulares de procedimento licitatório, praticados somente pela Comissão de Licitação e pendentes de homologação pela autoridade competente, devendo iniciar o curso do prazo decadencial do ato de homologação, por ser este o ato que confere validade aos atos antecedentes e que permite a consecução do objetivo administrativo, que é a contratação ou, no caso concreto em análise, a outorga de permissão de exploração de serviço de radiodifusão.

57. O entendimento do e. Tribunal de Contas da União (Acórdão 2264-42/2008-Plenário) era de que a contagem do prazo decadencial de cinco anos para a Administração Pública rever seus atos (art.54 da Lei 9784/99) iniciava a contagem a partir da homologação do certame.

58. Assim, o problema reside na delimitação do termo a quo para contagem do prazo decadencial. Todavia, em resposta a Consulta formulada por esta Pasta, o próprio Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2318/2012- TCU- Plenário, alinhou-se ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça, revisando sua antiga tese nos seguintes termos:

Responder ao consulente, que o prazo decadencial previsto no art.54 da Lei nº 9784/99, a ser observado pela Administração no exercício da autotutela, com vistas à anulação de ato praticado em procedimento licitatório, tem como termo inicial a data do respectivo ato, salvo no caso de interposição de recurso, hipótese em que o termo inicial da extinção é a decisão final sobre o recurso.

59. Assim, à luz do novo entendimento do TCU, também expresso pelo Superior Tribunal de Justiça (MS 15.743, MS 14.722 e MS 15.160), a contagem do prazo decadencial inicia do ato praticado, que, em se referindo à habilitação, é o ato da Comissão de Licitação habilitando ou inabilitando a licitante, salvo se houver recurso, quando o termo inicial conta da decisão final sobre o recurso.

60. Em se tratando de desclassificação superveniente, surge fato novo, por isto, a decadência tem que contar da ocorrência do fato.

61. A entrega de documentação na Concorrência 090/2000 deu-se em 02/08/2000 (fl. 99 do processo principal). À época, RÁDIO MOCIDADE FM LTDA somente apresentou seu contrato social original, não tendo ofertado nenhum instrumento de alteração contratual, conforme se verifica nos autos da entidade. Somente em 18/12/2006 é que RÁDIO MOCIDADE FM LTDA trouxe a lume sua primeira alteração contratual, arquivada na Junta Comercial em 12/12/2006 (fls. 02/08 do processo 53000.095841/2006, apensado ao processo principal). Como a alteração contratual constituía FATO NOVO, não afeto propriamente à HABILITAÇÃO, entendo que o prazo decadencial contaria deste novo fato. Ou seja, a partir de 12/12/2006, visto que não há previsão legal de que o prazo conta da ciência da Administração Pública, prevalecendo, pois, a data do acontecimento. Sendo o prazo decadencial de cinco anos, estando a entidade participando do certame naquele momento, a partir dali haveria cinco anos para alijá-la da concorrência. O prazo, então, expiraria em 12/12/2011. Mas, a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, por desclassificação superveniente, foi realizada em 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000). Em outros termos, a resolução da questão foi encerrada nos idos de 2008, dentro do prazo hábil, afastada, então, a decadência.

62. Logo, pugna-se pelo conhecimento e não provimento da manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA (fls. 191/206 do processo 53740.000766/2000), mantida sua eliminação do certame.

63. Também houve manifestação de RAINHA FM LTDA (fls.152/161 do processo 53740.000783/2000). Em suma, corrobora com o PARECER Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU e requer seja concluída a licitação, com homologação que lhe contemple.

64. Assim, ao concordar com parecer desta Consultoria Jurídica, resta o conhecimento e provimento da manifestação, pelas razões já explanadas no PARECER Nº 1274/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

65. Ademais, em relação ao procedimento licitatório para a localidade de Mandaguaçu/PR, analisando a Concorrência nº 090/2000-SSR/MC, verifica-se que a referida Comissão observou as regras insculpidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório. Logo, cabe homologação com adjudicação do objeto à empresa RAINHA FM LTDA. Observe-se que se for o caso de localidade de faixa de fronteira deverá ser junfada a documentação respectiva.

66. Por derradeiro, verifica-se a necessidade de publicação de novo despacho de homologação, porque a primeira homologação e adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA foi anulada (fls. 316/317 do processo principal).

LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR



67. Para a localidade de Mariópolis, o certame encontra-se *sobrestado* em razão do seguinte: sagrou-se vencedora a proponente PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., conforme publicação de fl. 289 do processo principal. Ocorre que a referida entidade, conforme noticiado na NOTAAGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 0562-2.17/2010 (fls. 214/215 do Processo nº 53740.000757/2000), conta com seis outorgas de FM em seu nome, já tendo sido assinados cinco contratos<sup>2</sup>. Opinou-se, pois, pelo sobrestamento do feito, de modo a não restar afrontado o limite legal do número de outorgas previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

68. Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito.

#### LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR

69. Para a localidade de Manoel Ribas, sagrou-se vencedora a entidade RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA. (Processo nº 53740.000774/2000), conforme publicação de fl. 289 do processo principal.

70. Encaminhados os autos a esta CONJUR para análise de possível homologação, foi elaborada a REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 159 - 2.17/2010, a fim de que fosse esclarecida dúvida acerca da profissão dos sócios (inclusive do administrador), isto é, se eram realmente funcionários públicos, conforme notícia o ato constitutivo da entidade, além do teor da procuração de fl. 42 do processo da entidade.

71. Em resposta, a entidade apresentou a manifestação de fls. 93/94, por intermédio da qual aduz que os sócios Vitor Hugo Padilha e Elizabeth Stipp Camilo não são funcionários públicos, tratando-se a previsão do contrato social de mero equívoco material; acrescenta, ainda, que a sócia em comento já foi ocupante de cargo em comissão, mas que já fora exonerada, conforme cópia de fl. 94. Por fim, afirma que também houve erro material na procuração de fl. 42, no momento de sua digitação, haja vista a existência de apenas uma empresa de propriedade dos referidos sócios (a própria entidade ora concorrente).

72. Primeiramente, insta registrar o seguinte: há a necessidade de se esclarecer realmente se o administrador da referida entidade (no caso, o Sr. Vitor Hugo Padilha, segundo cláusula décima-quinta do contrato social) é ou não funcionário público e de qual esfera da federação (se federal, estadual ou municipal), de modo a extirpar qualquer dúvida quanto à eventual conflito com a legislação que regule o regime jurídico do servidor público; por exemplo, se se tratar de servidor da esfera federal, regido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, há vedação expressa, consoante se verifica no art. 117, X, *in verbis*:

Art. 117. Ao servidor é proibido:  
(...)

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

<sup>2</sup> Em consulta perante o SARF desse Ministério, verifica-se que a situação persiste, isto é, já foram cinco contratos assinados, e o sexto, relativo à localidade de Caracol, no Estado do Mato Grosso do Sul, ainda pende de desfecho (veja-se fl. 219 do processo da entidade).

73. Quanto às demais esferas (no caso específico do Sr. Vitor Hugo Padilha - o Estado do Paraná e o Município de Pitanga), há que se analisar ao lume das respectivas legislações (*i. e.*, se subsiste ou não vedação nesse sentido).

74. Muito embora a manifestação de fl. 93 aduza que a qualificação do administrador expressa no contrato social ("funcionário público") se trate de "erro material", não foi juntada aos autos qualquer prova nesse sentido (*por exemplo*, declaração expedida por órgão municipal e estadual a negar vínculo existente, isto é, que referido administrador não compõe seus quadros de servidores); ademais, a referida manifestação fora apresentada pelo Sr. Samir Ibrahim Moya Abdallah, em nome de quem não existe, pelo menos nos autos da entidade, procuração a lhe outorgar os respectivos poderes (destaque-se que a única procuração nesse viés encontra-se à fl. 27, mas em nome de procurador outro, a saber, o Sr. Telmo Eugênio de Oliveira).

75. Uma vez que a dúvida persista (de um lado, o contrato social, documento devidamente registrado perante a Junta Comercial respectiva e, de outro, manifestação a simplesmente alegar 'erro material' do contrato social, apresentada por suposto procurador sem procuração nos autos), ratifica-se o disposto na REQUISIÇÃO/AGU/CONJUR-MC/KMM/Nº 159 - 2.17/2010 no que concerne ao administrador, ou seja, faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art.43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA. explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público.

76. Impende realçar, outrossim, questão outra: o Sr. Samir Ibrahim Moya Abdallah acima mencionado (suposto procurador da entidade RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA.) constitui-se em sócio majoritário de concorrente neste mesmo certame (inclusive para a mesma localidade de Manoel Ribas) PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.; destaque-se que, embora este não se constitua, segundo o contrato social, em administrador da entidade PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA., fora-lhe conferida procuração para representar a entidade, conforme se verifica à fl. 36 do Processo nº 53740.000757/2000. Estar-se-ia diante, supostamente, de mesmo procurador de duas entidades concorrentes no mesmo certame. Embora o edital da concorrência em apreço não vede expressamente esta hipótese (vedação que atualmente vem prevista nos novos editais), a situação poderia ensejar burla ao caráter competitivo do certame. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

### III - CONCLUSÃO

77. Em face do exposto, opina-se:

#### I - LOCALIDADE DE MANDAGUAÇU/PR:

A)Preclusão consumativa a fulminar as manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA. Princípio da *pas de nullité sans grief*: não há nulidade sem efetivo prejuízo. Apreciação da documentação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA para fins de homologação. Impossibilidade. Vício na documentação. Violação ao subitem 5.3.3 do edital. Já se oportunizou o contraditório.

B)Prevalece a eliminação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA já implementada desde 08/03/2007. Sobrevieram manifestações de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA, julgadas em 22/12/2008 (fl.142 do processo 53740.000766/2000). Mantida a desclassificação superveniente da entidade.

C)Pelo conhecimento e não provimento da atual manifestação de RÁDIO MOCIDADE FM LTDA.

D)Pelo conhecimento e provimento da atual manifestação de RAINHA FM LTDA.

E)Pela homologação da concorrência 090/2000, localidade de Mandaguaçu/PR, com adjudicação do objeto a RAINHA FM LTDA.

**II-LOCALIDADE DE MARIÓPOLIS/PR:** Como o limite do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, é contabilizado da assinatura do respectivo contrato de concessão ou permissão, necessário que a CPLR diligencie, com fulcro no artigo 43, §3º da Lei 8.666/93, para verificar a atual situação de PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, se já assinou novos contratos com este Ministério e quantos foram, e se persistem os motivos do sobrestamento do feito para esta localidade.

**III- LOCALIDADE DE MANOEL RIBAS/PR:** faz-se imprescindível que a Comissão diligencie (art.43, §3º da Lei 8.666/93) novamente para que RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA explique finalmente a obscuridade quanto à declaração do contrato social, que qualifica o administrador Vitor Hugo Padilha como funcionário público, de modo a evitar conflito com a legislação que trate sobre o tema. Necessária prova (declaração da União, Estado e Prefeitura Municipal) de que realmente o sr. Vitor Hugo Padilha não foi ou não é servidor público. Nesse sentido, mister também seja esclarecida a situação ora levantada de procurador coincidente das entidades RÁDIO CORAÇÃO DO PARANÁ LTDA e PRISMA ENGENHARIA EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA, com a publicação de aviso pela Comissão para que as entidades ora referidas, bem como eventuais interessados, se manifestem sobre a presente peça. Adotadas as diligências ora apontadas, sugere-se o retorno dos autos a esta CONJUR para parecer conclusivo.

À consideração superior.

Brasília, 19 de setembro de 2012.

**TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK**

Advogada da União  
Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos

**DESPACHO Nº 6190/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO Nº 53000.003479/2000**

**ASSUNTO :** Fase de homologação.

1. Aprovo o **PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, da lavra da da Advogada da União, Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

2. Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, de de 2012.

**DANIEL PEREIRA DE FRANCO**  
Advogado da União  
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

**DESPACHO Nº 6191/2012/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU**

**PROCESSO Nº: 53000.003479/2000**

**ASSUNTO :** Fase de homologação.

1. Aprovo o DESPACHO Nº 6190/2012/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o PARECER Nº 1638/2012/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk.

2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, de de 2012.

**JOSÉ FLÁVIO BIANCHI**  
Consultor Jurídico

**DESPACHO S/Nº**

1. Tendo em vista que a devolução dos autos em questão se deu unicamente em razão da mudança de direção desta Pasta, reitero os termos da última manifestação desta Consultoria Jurídica, que conclui pela ausência de óbice jurídico para a submissão da Exposição de Motivos à Casa Civil da Presidência da República.
2. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro, para as providências de estilo.

Brasília, 31 de julho de 2015.

**Alan Trajano**  
Consultor Jurídico

***Assinado eletronicamente por: Alan Emanuel Cavalcante Trajano***

Presidência da República	
CODOC/PROTOCOLO	
18 AGO 2015	
Hora:	15:40
Funo.:	000





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 090/2000 - SSR/MC**

**SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

**PERMISSÃO DE FM**

---

**Brasília-DF, Maio de 2000**

## ÍNDICE

1. OBJETO
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
5. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
9. ABERTURA E APRECIAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. PENALIDADES
15. DISPOSIÇÕES FINAIS
16. ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONCORRÊNCIA N.º 090/2000 – SSR/MC  
EDITAL

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado por seu Titular, torna público que estará recebendo dos interessados em participar desta Licitação, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, nas localidades indicadas no ANEXO I, na data de 18/07/00, às 9:00 horas, na Delegacia do Ministério das Comunicações, no Estado do Paraná, situada à Avenida Vicente Machado, 720 - Batel - Curitiba/PR.

A licitação, na modalidade Concorrência, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27/08/62, pelo Decreto-lei nº 236, de 27/02/67, pela Lei nº 5.785, de 23/06/72, pelo Decreto nº 52.026, de 20/05/63, pelo Decreto nº 52.795, de 31/10/63 e suas alterações, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

## 1. OBJETO

1.1 O objeto desta Concorrência é a outorga de Permissão para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, em cada uma das localidades indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 10 (dez) anos.

## 2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer consultas sobre o conteúdo do Edital e de seus Anexos, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente ou através de objeto registrado, via postal, na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado do Paraná, situado conforme a seguir indicado, até 20 (vinte) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

Externamente:

Ao  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
Licitação de Radiodifusão - SSR/MC  
Avenida Vicente Machado, 720  
Batel  
80730-400 - Curitiba - PR



Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
- c) fundamentação do pedido;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas até cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, fazendo publicar no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação no Estado, o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na salas de vistas das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os nas Secretarias das Comissões e na página da Internet do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, a autoridade signatária do Edital fará publicar no Diário Oficial da União, aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Ministro das Comunicações se reserva o direito de revogar a licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão. Deverá anulá-la diante de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2.4.1 O recurso contra o ato de revogação ou anulação da licitação observará o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "c" e § 4º da Lei n.º 8.666/93.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente normal na referida Delegacia do Ministério das Comunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário da autoridade competente previamente divulgada.

2.6 A proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, que participar de licitação em várias localidades e sendo a vencedora, terá a quantidade de outorgas computadas a



partir da assinatura, pelo Ministro das Comunicações, dos atos de outorga referentes às primeiras localidades, até atingir o limite de outorgas estabelecido no artigo 12 do Decreto-lei nº 236/67 e, será desclassificada nas demais localidades.

### **3. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação e Propostas.

3.2 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a proponente que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação da Documentação de Habilitação e das Propostas a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no Diário Oficial da União, e reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas.

### **4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Em consonância com o art. 7º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, poderão participar desta licitação:

4.1.1 As sociedades nacionais por ações nominativas ou por cotas de responsabilidade limitada, desde que ambas, ações ou cotas, sejam subscritas exclusivamente por brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida;

4.1.2 As Fundações.

4.2 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica que se enquadrar nas seguintes situações:

4.2.1 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, que esteja com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

4.2.2. Cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;

4.2.3 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto de execução do serviço, ou que venha a exceder os limites previstos no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28/02/67.



4.3 Cada proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação por Edital. As Propostas Técnica e as Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individual e separadamente por localidade de execução do serviço.

4.4 Não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

4.5 Para os efeitos da presente licitação e da contratação respectiva é vedada a subpermissão.

## **5. REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES**

5.1 Para habilitar-se, a proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões, declarações e atestados a seguir especificados.

5.2 A proponente deverá provar sua Habilitação Jurídica com a apresentação de:

5.2.1 Ato constitutivo e suas alterações, ou a sua consolidação, devidamente registrados ou arquivados na repartição competente, constando dentre seus objetivos a execução de Serviço de Radiodifusão, bem assim, no caso de sociedade por ações, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas, em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; no caso de Fundações, apresentar, também, cópia da ata da Assembléia Geral que elegeu a diretoria;

5.2.2 Cópia do ato de assentimento prévio emitido pelo órgão competente, se a localidade de execução do serviço, objeto do Edital, constar da relação dos municípios brasileiros da faixa de fronteira, publicados pela Diretoria de Geociências do IBGE, observado o art.9º do Decreto nº 85.064 de 26 de agosto de 1980;

5.2.3 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes.

5.2.4 Prova da condição de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, dos sócios e dirigentes da proponente, feita mediante a apresentação, somente, de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, título de eleitor, carteira profissional, carteira de identidade, ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de reconhecimento de igualdade de direitos civis;

5.2.5 Certidões dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protestos de Títulos dos locais de residência dos dirigentes, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas; as certidões deverão ser firmadas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas;

5.2.6 Prova de que os dirigentes estão QUITES com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral;



5.3 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.3.1 Para as proponentes em atividade, apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.3.2 Para as proponentes que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, não tenham apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, e para as proponentes criadas exclusivamente para a execução do serviço de radiodifusão e inativas, apresentação do balanço de abertura, levantado em até 30 dias após a data da sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial;

5.3.3 A proponente será considerada em boa situação financeira, e portanto apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura, devidamente atualizado, apresentados na forma dos subitens 5.3.1 e 5.3.2, comprove que seu patrimônio líquido possui valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do Anexo I e que resulte na verificação do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência  
AT : Ativo Total  
PC : Passivo Circulante  
ELP : Exigível a Longo Prazo

5.3.4 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelos distribuidores da sede da proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela referida no preâmbulo deste Edital;

5.4 A proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

5.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ/MF, no cadastro de contribuintes estadual e no cadastro de contribuintes municipal, relativos à sede da pessoa jurídica;

5.4.1.1 A proponente, cuja sede estiver localizada em Municípios e Estados onde haja isenção de inscrição, deverá apresentar Declaração de Isenção emitida pelo órgão competente;

5.4.2 Prova de regularidade relativa a:

a) Previdência Social;

b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

5.4.3 Certidão de regularidade fiscal passada por órgão do lugar da sede da proponente, ou equivalente, na forma da lei:

- a) da Receita Federal ;
- b) da Procuradoria da Fazenda Nacional;
- c) da Fazenda Estadual ou do Distrito Federal e;
- d) da Fazenda Municipal

5.4.4 Os documentos exigidos nos subitens 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3 deverão ter validade na data de recebimento das propostas;

## **6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

6.1 Para fins de pontuação, a proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, por localidade de execução do serviço, informando:

6.1.1 Tempo total diário de funcionamento da emissora, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.1, preenchendo o item 1 (um) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.2 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.2 do Edital, preenchendo o item 2 (dois) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.3 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado ao serviço noticioso, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.3 do Edital, preenchendo o item 3 (três) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.4 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.4 do Edital e preenchendo o item 4 (quatro) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.5 O percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.5 do Edital e preenchendo o item 5 (cinco) do modelo apresentado no ANEXO III;

6.1.6 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, observadas as condições estabelecidas no subitem 10.7.1.6 do Edital, preenchendo o item 6 (seis) do modelo apresentado no ANEXO III.

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelos dirigentes da proponente.

6.3 A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a



qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

6.4 A Proposta Técnica apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante dele.

## **7. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço, deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, que será pago em duas parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O pagamento da primeira parcela deverá ser comprovado por ocasião da assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, e a segunda parcela deverá ser paga no prazo de até doze meses a contar da data do referido contrato.

7.4 O valor proposto para pagamento da outorga não poderá ser inferior ao valor mínimo fixado para a outorga, estabelecido no ANEXO I.

7.5 A Proposta de Preço pela Outorga apresentada pela proponente vencedora será anexada ao Contrato de Adesão de Permissão, constituindo-se parte integrante deste.

## **8. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA**

8.1 A proponente deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação, mesmo que deseje apresentar Propostas para mais de 1 (uma) localidade de execução do serviço objeto deste Edital.

8.1.1 As Propostas Técnicas e Propostas de Preço pela Outorga deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das localidades de prestação do serviço objeto deste Edital, de interesse da proponente.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

- a) da documentação prevista no subitem 5.2.1 deste Edital, no caso de dirigente(s);

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso com firma reconhecida, conforme Modelo do ANEXO VI, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es).

8.2.1.1 Em qualquer caso, o(s) responsável(eis) pela entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, sendo os 2 (dois) últimos, por localidade de prestação de serviço de interesse da proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

<b>CONJUNTO Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade(s) de Prestação do	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <p><b>Conjunto nº 1 – Documentação de Habilitação:</b>  <b>Habilitação Jurídica</b>  <b>Qualificação Econômico-Financeira</b>  <b>Regularidade Fiscal</b></p>	

<b>CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<p style="text-align: center;"><b><u>Conteúdo:</u></b></p> <p><b>Conjunto nº 2:</b>  <b>Proposta Técnica</b></p>	



<b>CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA</b> <b>Edital da Concorrência nº ____/____ – SSR/MC</b> <b>SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO</b>	
Localidade de Prestação do Serviço:	(indicar a localidade de interesse)
Razão Social da Proponente:	(indicar a Razão Social)
<b><u>Conteúdo:</u></b> <b><u>Conjunto nº 3:</u></b> <b>Proposta de Preço pela Outorga</b>	

8.3.1 A inclusão, pela proponente, entre os Documentos de Habilitação ou das Propostas, de qualquer elemento que implique violação do sigilo de uma delas, acarretará em desclassificação.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no item 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital, constem de um índice visando a facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga, não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4 (A quatro), com, até, 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação, da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga, deverá ser apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.8 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.9 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que



seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

## 9. ABERTURA E APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação e das Comissões de Assessoramento Técnico, bem como os trabalhos a serem por elas desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria MC nº 811, de 29/12/97, DOU de 30/12/97, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 É facultada às Comissões, autorizadas pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no original da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais das proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigue a sua substituição.

9.4.1.1 Cada proponente poderá ter mais de 1 (um) representante legal para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros, que agirão sempre isoladamente.

9.4.1.2 O representante legal poderá manifestar-se em nome da proponente, bem como rubricar os invólucros fechados, a Documentação de Habilitação e as Propostas das demais proponentes, referentes apenas a(s) localidade(s) de prestação do serviço de seu interesse.

9.4.2 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará anexo à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

9.4.4 No dia, hora e local designados para as sessões públicas, a Comissão receberá, simultaneamente, a Documentação de Habilitação, a Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga por localidade de prestação de serviço, em invólucros distintos, de acordo com o Capítulo 8 deste Edital, que serão rubricados em todas as partes coladas, pelos



representantes legais das proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

9.4.5 O Presidente, anunciará o nome de cada proponente, estabelecendo o critério para a abertura do Conjunto nº 1 - Documentação de Habilitação.

9.4.6 Após a abertura dos Conjuntos nº 1, por localidade, e rubrica dos Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.

9.4.7 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

9.5 A Comissão Especial de Licitação analisará, pela ordem, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e procederá a habilitação das proponentes mediante publicação do resultado da análise no Diário Oficial da União, abrindo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso.

9.6 A proponente julgada inabilitada fica impedida de participar das fases subseqüentes da licitação.

9.6.1 Após a fase de habilitação, serão devolvidos à proponente inabilitada, fechados, os invólucros relativos à sua Proposta Técnica (Conjunto nº 2) e Proposta de Preço pela Outorga (Conjunto nº 3), desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação.

9.7 Ultrapassada a fase de habilitação, as proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após a habilitação.

## **10. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.**

10.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação da Documentação de Habilitação ou após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a Sessão Pública para abertura das Propostas Técnicas.

10.2. No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas Técnicas, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas e das Propostas de Preço pela Outorga, intactas, das proponentes inabilitadas na fase anterior, abrindo posteriormente, por localidade, as Propostas Técnicas (Conjuntos nº 2) das proponentes habilitadas.

10.2.1 Após a abertura dos Conjuntos nº 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido habilitada para aquela localidade, será informado pelo Presidente a data de início de vista aos processos.



10.2.2 O resumo dos atos praticados durante a sessão será lavrado em ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente presente à sessão.

10.3 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, por localidade de prestação do serviço, procedendo ao cálculo, conforme estabelecido no subitem 10.7 deste Edital.

10.4 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no Decreto nº 52.795/63, alterado pelo Decreto nº 2.108/96, de 26/12/96 - Regulamento de Serviços de Radiodifusão.

10.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado da avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da avaliação das Propostas Técnicas será publicado, por localidade de prestação do serviço, no Diário Oficial da União, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso.

10.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação.

#### 10.7 CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

10.7.1 Para a pontuação das Propostas Técnicas das proponentes habilitadas, por localidade de prestação do serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.7.1.1 A pontuação P1 relativa ao tempo total diário de programação da emissora (Tt), em horas, observado o tempo mínimo de funcionamento fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e suas alterações, será:

- a)  $P1 = 0,75 \times (Tt - 16)$  pontos, para  $16 < Tt \leq 24$
- b) Condição Mínima:  $Tt = 16$  horas

10.7.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.4, será:

- a)  $P2 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$
- b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.3 A pontuação P3 relativa ao tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso, de caráter geral (T), isto é, não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.5., será:

a)  $P3 = 65,0 \times [(\%T - 5) / (\%T + 5)]$ , para  $5\% \leq T \leq 8\%$

b) Condição Mínima:  $T = 5\%$

10.7.1.4 A pontuação P4 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora destinado a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.2., será:

a)  $P4 = 78,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.5 A pontuação P5 relativa ao percentual do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, destinado a serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da Outorga (T), não incluindo o relativo ao subitem 10.7.1.3., será:

a)  $P5 = 18,0 \times [(\%T - 2) / (\%T + 2)]$ , para  $2\% \leq T \leq 4\%$

b) Condição Mínima:  $T = 2\%$

10.7.1.6 A pontuação P6 relativa ao prazo em meses (Pz), para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, será:

a)  $P6 = 8 + 40 \times [(36 - Pz) / (36 + Pz)]$ , para  $9 \leq Pz \leq 36$

B) Condição Mínima:  $Pz = 36$  meses

10.7.2 A programação constante da Proposta Técnica não deverá conter os percentuais relativos aos limites de tempo fixados e exigidos para cada tipo de programação, conforme determinado pelo art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

10.7.3 A valoração da Proposta Técnica da proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.7.1., conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6)$  pontos.

10.8 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.



## 11. ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

11.1 Transcorrido o prazo para interposição de recursos em relação à avaliação das Propostas Técnicas ou, após julgados os recursos interpostos, a Comissão convocará, com três dias úteis de antecedência, a sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga.

11.2 No local, dia e hora marcados para a sessão pública de abertura das Propostas de Preço pela Outorga, a Comissão procederá à devolução das Propostas Técnicas, intactas, das proponentes cuja Proposta Técnica tenha sido desclassificada, por localidade de prestação do serviço.

11.3 Proceder-se-á então à abertura dos Conjuntos nº 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante de cada proponente que tenha sido classificada naquela localidade.

11.4 A análise da Proposta de Preço pela Outorga será iniciada pela verificação de sua conformidade com o Edital e seus Anexos.

11.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, ou financeiramente incompatível com os objetivos da Licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução.

11.5 Será atribuída a pontuação à Proposta de Preço pela Outorga, por localidade, das proponentes, cujas Propostas Técnicas tenham sido classificadas. O critério de pontuação utilizará a seguinte fórmula:

$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento A)

$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento B)

$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof]$  (Grupo de enquadramento C)

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmin = Valor Mínimo fixado para a Outorga

11.6 O prazo de validade das Propostas é de 60 (sessenta) dias, findo o qual, as mesmas estarão automaticamente revalidadas por iguais e sucessivos períodos. Caso a proponente não pretenda manter válidas suas propostas até o final do processo licitatório, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, até cinco dias antes do transcurso de cada período.

### 11.7 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, POR LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

11.7.1 Será considerada vencedora da Licitação, por localidade de prestação do serviço, a proponente habilitada e classificada na Proposta Técnica e na Proposta de Preço pela Outorga, que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$$VP = (0,90 PT + 0,10 PP) \text{ pontos (Grupo A)}$$

VP = (0,50 PT + 0,50 PP) pontos (Grupo B)

VP = (0,10 PT + 0,90 PP) pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da proponente;

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da proponente;

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da proponente.

11.8 Ocorrendo, em relação a uma mesma localidade de prestação do serviço, empate entre duas ou mais proponentes, a seleção far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

11.9 Concluída a fase de julgamento, o resultado final, por localidade de prestação do serviço, constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

11.10 Transcorrido o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para interpor recursos, a partir da divulgação do resultado final, sem que eles tenham sido apresentados, ou julgados os recursos interpostos, a Comissão tomará as providências relativas à adjudicação à proponente vencedora.

## **12. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 A permissão será adjudicada à proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas Técnica e de Preço pela Outorga tiverem sido classificadas para a respectiva localidade de execução do serviço, e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 11.7.1.

12.2 O Ministro das Comunicações, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação proferirá sua decisão, homologando o resultado da Licitação, por localidade de execução do serviço.

12.3 O Ministro das Comunicações encaminhará Exposição de Motivos ao Presidente da República, por localidade de prestação do serviço, que por sua vez fará encaminhar todo o processo ao Congresso Nacional, para deliberação, nos termos do art. 223 da Constituição Federal.

12.4 O Contrato de Adesão de Permissão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações e a adjudicatária, por localidade de execução do serviço, terá como objeto o constante no Capítulo 1 deste Edital.

12.5 A assinatura do Contrato de Adesão de Permissão, por localidade de execução do serviço, dar-se-á após a ratificação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

12.6 A adjudicatária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato, a partir da data de publicação do decreto legislativo que ratificar o ato de outorga da permissionária.

12.6.1 O Ministério das Comunicações convocará a adjudicatária para a assinatura do contrato, no intervalo do prazo indicado no item 12.6, com 10 (dez) dias de antecedência;



12.7 Se a empresa vencedora não efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo estabelecido, decairá do direito de assinar o Contrato de Adesão de Permissão, devendo o Ministério das Comunicações convocar a segunda colocada, a qual deve aceitar as mesmas condições ofertadas pela primeira colocada, inclusive no que se refere aos termos de suas Propostas Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, as quais se tornarão parte integrante do Contrato;

12.8 A empresa convocada para assumir o lugar da eliminada poderá se manifestar no ato, por escrito, ou no máximo em dois dias úteis, após a Comissão efetuar a convocação respectiva. A não manifestação no prazo estabelecido será entendida como não aceitação da convocação, sendo convocada a próxima proponente pela ordem de classificação e assim sucessivamente.

12.9 Se nenhuma das proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato, nas mesmas condições da Proposta vencedora, será comunicado, através do Diário Oficial da União, o cancelamento da Licitação em relação a essa localidade de execução do serviço e o prosseguimento dos trabalhos em relação às propostas relativas às localidades seguintes, se for o caso.

12.10 O não pagamento da segunda parcela na data fixada por este Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

12.11 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica implicará o cancelamento da outorga.

12.12 O Ministério das Comunicações providenciará a publicação no Diário Oficial da União do extrato do contrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias subsequentes àquela data.

12.13 A eventual recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e causará a decadência do direito de outorga, independentemente das ações legais que possam ser propostas.

### **13. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES**

13.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por localidade de prestação do serviço, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação de proponente;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da Licitação.

13.2 Da decisão relacionada com o objeto da Licitação contra a qual não caiba recurso, será admitida representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

13.2.1 A representação será dirigida à autoridade superior àquela que houver proferido a decisão.

13.3 Os recursos previstos nas letras "a" e "b" do subitem 13.1 terão efeito suspensivo, exclusivamente com relação à localidade de prestação de serviço.

13.3.1 Os recursos interpostos com relação a uma determinada localidade de prestação de serviço, não confere efeito suspensivo quanto à continuidade dos procedimentos licitatórios das demais localidades.

13.4 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação cientificará as demais proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.5 O recurso será sempre dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação.

13.5.1 O recurso e sua impugnação serão interpostos mediante petição, protocolizada na Delegacia do Ministério das Comunicações no Estado cuja jurisdição abranja a localidade de execução do serviço ou no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

a) identificação e qualificação da recorrente;

b) o nome e a qualificação do(s) seu(s) signatário(s), que deverá ser representante legal da proponente, detentor(es) de poderes suficientes, comprovados, no caso de dirigente, pela forma prevista no subitem 5.2.1 deste Edital e, no caso de procurador(es), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;

c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;

d) fundamentação do pedido.

13.5.2 Recebido o recurso e as impugnações, se houver, a Comissão, se não reconsiderar o ato recorrido, encaminhá-lo-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento, ao Ministro das Comunicações, com as informações que julgar necessárias;

13.5.3 O Ministro das Comunicações decidirá o recurso dentro de 5 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento com as informações da Comissão.

13.6 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação, o processo ficará nas Secretarias das Comissões, onde as proponentes poderão ter vista dos autos.

13.6.1 As Secretarias das Comissões funcionarão nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas;

13.6.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista ao processo fora das Secretarias das Comissões;

13.7 A anulação ou revogação da Licitação é ato privativo do Ministro das Comunicações.



## 14. PENALIDADES

14.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada localidade, o não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou a eventual recusa injustificada em assinar o Contrato de Adesão de Permissão dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a seguinte penalidade:

14.1.1 multa de 10 (dez) vezes o valor ofertado pela outorga;

14.1.2 O disposto no subitem anterior não se aplica à proponente convocada para assumir o lugar da proponente vencedora que não aceitar a contratação nas mesmas condições da proposta vencedora.

14.2 Pelo não cumprimento total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, assegurada ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
- c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2.1 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.3 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

14.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas nos subitens 14.1 e 14.2.

## 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A data de vigência da Outorga de permissão é a data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

15.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão três decimais à direita da vírgula, arredondando-se a terceira casa, para cima, quando a quarta for maior ou igual a 5 (cinco).

15.3 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

## 16. ANEXOS

- 16.1 ANEXO I - Especificações técnicas do serviço, por localidade de execução do serviço;
- 16.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade proponente;
- 16.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço;
- 16.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço;
- 16.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Adesão de Permissão;
- 16.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração(particular).

Brasília - DF, 2 de maio de 2000.

  
Pimenta da Veiga  
Ministro de Estado das Comunicações



## ANEXO I

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

2



## ANEXO I

## EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 090/2000-SSR/MC

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

## Estado do Paraná

Localidade de Execução do Serviço	Tipo do Serviço de Radiodifusão	Canal	Classe	Grupo de Enquadramento	Preço Mínimo da Outorga (R\$)	Data de recebimento dos documentos
Mandaguapé	Sonora em Frequência Modulada	242	C	A	10.780,00	18/07/00
Mandirituba	Sonora em Frequência Modulada	252	C	A	10.000,00	18/07/00
Manoel Ribas	Sonora em Frequência Modulada	218	C	A	10.000,00	18/07/00
Mariópolis	Sonora em Frequência Modulada	297	C	A	10.000,00	18/07/00
Matelândia	Sonora em Frequência Modulada	209	C	A	10.000,00	18/07/00
Matinhos	Sonora em Frequência Modulada	261	C	A	12.802,50	18/07/00
Missal	Sonora em Frequência Modulada	210	C	A	10.000,00	18/07/00



## ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO  
REFERENTE AOS SÓCIOS E DIRIGENTES DA ENTIDADE PROPONENTE

A handwritten mark, possibly a signature or initials, located in the lower-left area of the page. It consists of a stylized, cursive letter 'N' or similar character.

## ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da \_\_\_\_\_, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga;

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a proponente venha a ser contemplada com a outorga.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

## ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



2

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Razão Social da Proponente: \_\_\_\_\_ CNPJ/MF: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Edital da Concorrência nº \_\_\_\_-SSR/MC Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

1. Tempo total diário de funcionamento da emissora (A): \_\_\_\_\_ (minutos)

2. Programas jornalísticos, educativos e informativos

programas jornalísticos, educativos e informativos	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

3. Serviço noticioso

programas de serviço noticioso	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100

4. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga

Programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A)×100





5. Serviço noticioso produzido e gerado na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga. (Relativo ao subitem 6.1.5)

Programas de serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga.	Tempo dos programas em minutos (B)	(%) (B/A) x 100

6. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo

Prazo para iniciar execução do serviço em caráter definitivo	meses

7. Local, data e assinatura do(s) dirigente(s)

## ANEXO IV

MODELO DE  
PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA  
POR LOCALIDADE DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO



ANEXO IV  
Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço .

1. Razão Social da Proponente:

\_\_\_\_\_

2. CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

3. Edital da Concorrência: nº \_\_\_\_\_-SSR/MC

4. Serviço \_\_\_\_\_

5. Localidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

6. Valor Proposto: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ \_\_\_\_\_  
algarismo e por extenso:

  
\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

## ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO POR LOCALIDADE DE  
EXECUÇÃO DO SERVIÇO

## ANEXO V

## MINUTA DE CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO CELEBRADO  
ENTRE A UNIÃO E A \_\_\_\_\_ PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA DE  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA CIDADE D  
\_\_\_\_\_ ESTADO D \_\_\_\_\_.

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil \_\_\_\_\_, o Ministro das Comunicações \_\_\_\_\_, representando a União, e \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, assinam o presente Contrato, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, aprovado pelo Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, para explorar o serviço de, na cidade d \_\_\_\_\_ Estado d \_\_\_\_\_, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª - Fica assegurado à \_\_\_\_\_ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d \_\_\_\_\_, Estado d \_\_\_\_\_, o serviço de radiodifusão sonora de \_\_\_\_\_, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único - A execução do serviço é vinculado aos termos do edital de concorrência nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na Licitação pela permissionária, documentos que acompanham o presente Contrato de Adesão de Permissão como Anexos I e II, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2ª - A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do Ato de Deliberação da Outorga pelo Congresso Nacional.

Cláusula 3ª - A permissionária é obrigada a:

- a) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo Ministério das Comunicações;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 06 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste Contrato de Adesão de Permissão;



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de \_\_\_\_\_ meses, contado da data de vigência da outorga;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes e sócios na administração de mais de uma empresa executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;
- o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

q) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

r) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização.

Cláusula 4ª - Na organização da programação, a permissionária deverá:


a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

 f) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de \_\_\_\_\_% do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviço noticioso produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertença a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, à transmissão de serviço noticioso, além do previsto nas letras "e" e "g" desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; (Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV);
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação;
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram presentes nesta cláusula.

Cláusula 5ª - A Proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 64 do Decreto 52.795 de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá percentuais propostos calculados com base neste novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª - A \_\_\_\_\_ permissionária recolheu o valor de R\$ \_\_\_\_\_ pelo pagamento da primeira parcela do valor total da Outorga.

Cláusula 7ª - A \_\_\_\_\_ permissionária deverá recolher o valor de R\$ \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, referente à segunda parcela do valor da Outorga, conforme data prevista no Edital.

Cláusula 8ª - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.


Cláusula 11ª - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único: A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da sociedade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª - A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª - Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Adesão de Permissão, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar a permissionária as seguintes sanções:

- 
- a) advertência;
  - b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga;
  - c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", nessa Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa do interessado no processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 15ª O não pagamento da segunda parcela na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta Licitação.

Cláusula 16ª Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial,



considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

Cláusula 17ª As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula 19ª - As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª - Fazem parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - SSR/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém \_\_\_\_\_ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas e 3 (três) - ANEXOS, composto de \_\_\_\_\_ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

\_\_\_\_\_  
Ministro das Comunicações

\_\_\_\_\_  
Permissionária

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## ANEXO VI

## MODELO DE PROCURAÇÃO ( PARTICULAR )



## ANEXO VI

## MODELO DE PROCURAÇÃO ( Particular)

( Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-SSR/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)



OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

